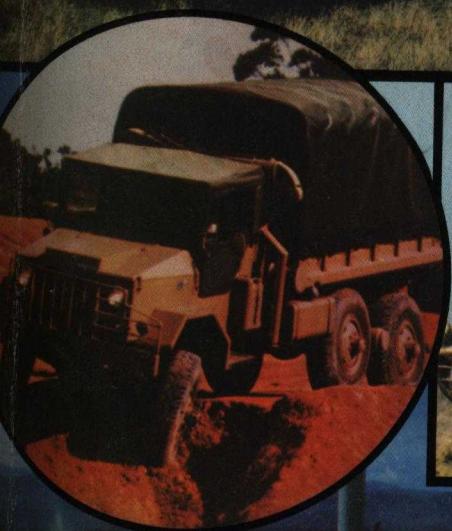
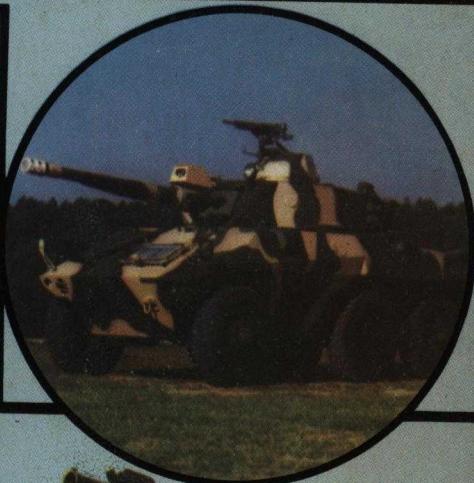




A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



PENSAMENTO
STRATÉGICO MILITAR
SOVIÉTICO
F. Lavenère - Wanderley

EXPORTAÇÃO -
OS NEGÓCIOS
COM OS ARMAMENTOS
"MADE IN BRAZIL"

SET/OUT-80
Nº 691



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

SUMÁRIO

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA, ESTRATÉGIA

Págs.

O PENSAMENTO ESTRATÉGICO MILITAR SOVIÉTICO — <i>Ten Brig Nelson Freire Laverrière-Wanderley</i>	5
TEORIAS GEOPOLÍTICAS APLICADAS À ARTE MILITAR — <i>Gen Div Carlos de Meira Mattos</i>	51
IUGOSLÁVIA: ENIGMA GEOPOLÍTICO — <i>Prof. Therezinha de Castro</i>	71
A DOCTRINA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA — <i>Des Antonio Arruda</i> ..	81
UM ESTRATEGISTA EXPERIMENTADO ORIENTA O INICIANTE — <i>Cel Robert Leider (EUA)</i>	97
DESINFORMAÇÃO — A MAIS PODEROSA ARMA DA KGB	125
A VIOLENCIA — CAUSAS E MEDIDAS — <i>Gen Div Antonio Brito Junior</i>	133

ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA, FINANÇAS

EXPORTAÇÃO — OS NEGÓCIOS COM OS ARMAMENTOS 'MADE IN BRAZIL' — <i>Roberto Lopes</i>	21
PROMORAR ERRADICA FAVELAS EM TODO O BRASIL	189

FORMAÇÃO, TÁTICA E TÉCNICAS MILITARES

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AEROMOBILIDADE — <i>Gen Hamilton H. Howze (EUA)</i>	27
TITULAÇÃO DE CONCLUDENTES DE CURSOS NO EXÉRCITO — <i>Ten Cel Inf QEMA Wilson Martins</i>	89
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE OFICIAIS DO EXÉRCITO — <i>Maj Inf QEMA Marco Antônio Savio Costa</i>	141
ECEME — CONCURSO DE ADMISSÃO DE 1980 — QUESTÕES	167
A INSTRUÇÃO DÉ SARGENTOS — <i>2º Sgt Antonio Carlos Mesquita do Amaral</i> ..	173

GEOGRAFIA E HISTÓRIA

LOS HIJOS DE LA PATRIA — <i>Afonso Celso Villela de Carvalho</i>	113
--	-----

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

APROVEITAMENTO DA ENERGIA SOLAR NO BRASIL — <i>Ten Cel Inf QEMA Tamayo Pereira das Neves</i>	179
INFORMAÇÕES	197
LIVROS	201

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

Editoras - PRÍNCIPE TIRADentes - MONTANHA Klinger, ESTRELA LESTRÉ DE GUARIBA e S. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I.

Grupo mantenedor: Bernardo Klinger, Estrela Lestré de Garvalho, Joaquim de Souza Reis (traidores), Francisco de Paula Cadaz, Mario Clementino, Lima e Silva, Vargas Rodrigues, Jorge Pinheiro, Vâmpeto Cavalcante, Euchyde Figueiredo, Taborda, Amaro Villa Nova, Maciel da Cunha.

(Fac-símile da portada do N.º 1, Ano I - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

ANUNCIAZ NESTE NÚMERO

Haegler	29 Capa
Coca-Cola	39 Capa
Grupo João Santos	49 Capa
Cotonifício da Torre	4
Dersa	19
Itapemirim	20
Banespa	26
Embraer	50
Volkswagen	69
Fleischmann	70
CESP	80
Líneas Aéreas Paraguayas	87
Banco Sul Brasileiro	88

Tristão	95
CAEAB	96
Caixa Econômica de São Paulo	112
Nuclebras	139
Imbel	140
Banerj	172
Federação Nacional dos Bancos	177
GBOEx	178
Novatrapão	187
CPRM	194
Ford	195
Ipiranga	196
Transbrasil	200
Bibliex	204/205
Geneal	206
Furnas	207

NOSSA CAPA

Nós vinte anos passados, a nossa indústria bélica civil dava os seus primeiros passos. As necessidades bélicas do Brasil eram, na sua quase totalidade, satisfatas no mercado externo. A logística de obtenção do Exército, no final da guerra do Chaco, só tinha como divisas recebidas as fábricas e armazéns militares, cujo estoque era todo usado exclusivamente para a produção de munição. Algumas tentativas de indústria civil foram feitas nas áreas de armamentos e de material, sem que vissem a se consolidar.

A esperança de que a nossa indústria bélica entaria para sempre permanecer a esquerda na mão das Forças Armadas em seus encontros com o mundo é cada vez mais arrastada de "Círculo de indústria", montado a nossa gôndola de vencimentos reacendidos.

Abre-se a era da indústria bélica brasileira. A década de 70 foi rica em resultados. Pioniera no seu campo na produção - brevemente - a ENGESE Engenharia Especializada S.A. é a empresa que, na sua evolução, marca instalações e história da implementação da indústria bélica civil no Brasil. Partindo da produção de componentes de veículos militares e de protótipos de blindados leves, ganhou crescente renome, imprimindo com a co-participação de agentes do setor militar, a ENGESE atinge hoje a posição inigualável de fornecedora das Forças Armadas Brasileiras e de exportadora para diversos países da América do Sul, Ásia e África. Se não é o principal, é sem dúvida uma importante indústria do ramo, contribuindo decisivamente para cultura e tecnologia brasileira do setor, como das mais bem sucedidas do mundo.

E com possível uso URUTUS, CASCA VEIS e SUCURIS da ENGESE estão sendo implementadas em combate. Nela nos vêe de progressar o maior desempenho desse material, considerado por especialistas internacionais como de excelente qualidade. Que os blindados da ENGESE saiam bons soldados no combate contribuem para o restabelecimento da equidade e da paz.

A DEFESA NACIONAL

MESMO DE ALGUMAS MILITARES E ESTUDANTES PARAGUAIOS



O REVISTAMENTO
ESTRATÉGICO MILITAR
ECONÔMICO
N.º 1 - OUTUBRO - 1913

EDITADO POR
A. DE SOUZA REIS

O REVISTAMENTO
ESTRATÉGICO MILITAR
ECONÔMICO
N.º 1 - OUTUBRO - 1913



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual
A DEFESA NACIONAL.

DIRETOR-PRESIDENTE: Gen Bda Diogo de Oliveira Figueiredo; DIRETOR-SECRETÁRIO: Ten Cel Inf Nilton Moreira Rodrigues; DIRETOR-ADMINISTRATIVO: Ten Cel Cav Lino Palha de Castro; DIRETOR-TESOUERIO: Ten Cel Luiz de Moura Simonetti.

Revista "A DEFESA NACIONAL"

REDATOR-CHEFE: Gen Bda Diogo de Oliveira Figueiredo; REDATORES: Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis; Cel Cav Edson Alves May; Desembargador Antonio Arruda; Cel Art Luiz Paulo Macedo de Carvalho; Ten Cel Art Agenor Francisco Homem de Carvalho; Ten Cel Art Carlos Alfredo Pellegrino; Ten Cel Art Francisco Stuart Campbell Pamplona; Ten Cel Eng Rubens Esnerriaga; Ten Cel Eng R/1 Alceste Guanabarino de Oliveira; CF José Corrêa de Sá e Benevides; Ten Cel Av Antonio dos Santos Seixas; Maj Inf Marco Antonio Savio Costa; Ten Cel Marcello Rufino dos Santos; Prof José Alberto Assumpção; EDITORAÇÃO: José Lívio Dantas; PUBLICIDADE: Floriano Serpa.

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Assinatura Anual — 6 (seis) números — Cr\$ 200,00
— Exterior — US\$ 35,00 — Número avulso — Cr\$ 50,00.
As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou
vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias,
s/n — Tel.: 243-0563 — CEP 20221 — Rio de Janeiro,
RJ, Brasil.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes
estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emi-
tidos em artigos assinados.

Sólo expressa disposição em contrário, é permitida
a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou
notas publicadas em "A Defesa Nacional", desde que
citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou
estrangeiras.

Composição e Impressão:

Empresa Editora Carioca Ltda.
Rua Dona Isabel, 126 — Tel.: 230-7896
Rio de Janeiro — RJ.

No dia 10 de outubro de 1913, um grupo de oficiais do Exército Brasileiro trouxe à público o primeiro número de *A DEFESA NACIONAL*. Era o sinal de partida para a concretização dos ideais que os inspiravam: aprimorar a formação profissional dos que se consagrariam à carreira das armas e participar na solução dos problemas da Pátria.

Recém-chegados então de um estágio no Exército da Alemanha, ao cabo de contato direto com o que de mais avançado existia na época em organização militar, os chamados "jovens turcos" trataram de lançar mãos à obra com afinco e idealismo.

A DEFESA NACIONAL foi o primeiro rebento daquela sementeira. E como nascia de boa semente, vicejou, cresceu e produziu, ao longo de décadas, os frutos que até hoje não cessamos de colher.

Para com BERTHOLDO KLIN-
GER, ESTEVÃO LEITÃO DE CAR-
VALHO, JOAQUIM DE SOUZA
REIS NETTO, FRANCISCO DE
PAULA CIDADE, MARIO CLEMENTINO DE CARVALHO, EPAMINON-
DAS DE LIMA E SILVA, CESAR
AUGUSTO PARGA RODRIGUES,
JOSÉ POMPEU DE ALBUQUER-
QUE CAVALCANTI, EUCLIDES DE
OLIVEIRA FIGUEIREDO, BRA-
ZILIO TABORDA, AMARO DE
AZAMBUJA VILLA NOVA e JOSÉ
DOS MARES MACIEL DA COSTA,
as sucessivas gerações de estudiosos
das ciências e artes bélicas, dos que
se dedicam, civis e militares, ao co-
nhecimento e à avaliação da realidade
nacional, têm a mesma dívida intele-
ctual que vincula discípulos a mestres.
É a consciência de que somos conti-
nuadores dessa obra o que nos incen-
tiva a passá-la aos pôsteros, como a
recebemos — fiel aos grandes interes-
ses da Nação Brasileira e de seu seg-
mento castrense, as Forças Armadas.



O PENSAMENTO ESTRATÉGICO MILITAR SOVIÉTICO

N.F. Lavenère-Wanderley

Tenente Brigadeiro (ex-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas)

No presente artigo não se trata de definir ou caracterizar o que seria lógico, racional ou sensato para a ação e a estratégia militar dos soviéticos; desejamos, apenas, fornecer ao leitor os elementos para que ele compreenda qual é, atualmente, o pensamento estratégico militar dos chefes soviéticos e como eles pretendem agir no caso de ser desencadeada uma guerra nuclear de âmbito mundial; para isso procuramos utilizar, o mais possível, a palavra dos próprios autores militares, estrategistas e chefes soviéticos.

I -- ALGUMAS FONTES MAIS IMPORTANTES

Entre as fontes mais importantes, para a análise do pensamento estratégico militar soviético, podem ser citadas:

a) o livro "Estratégia Militar Soviética" ("Soviet Military Strategy") de autoria do Marechal da União Soviética V.D. Sokolovskiy, ex-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas Soviéticas de 1953 a 1960; o livro "Estratégia Militar Soviética" foi, desde 1968, traduzido para o inglês e publicado nos Estados Unidos da América; a última edição, a de 1975, foi publicada pela Editora: "Crane, Russak and Co., Inc. - 347 Madison Avenue, New York, N.Y." e é considerada a mais completa, com comentários e comparações com os textos das edições anteriores publicadas na União Soviética.

O livro "Soviet Military Strategy" do Marechal Sokolovskiy é considerado o mais importante, entre os publicados na União Soviética depois da II Guerra Mundial, para o estudo do pensamento militar soviético.

O livro original do Marechal Sokolovskiy, publicado no idioma russo, tinha o título "VOYENNAYA STRATEGIYA" ("Estratégia Militar"), e foi contemplado com o "Prêmio Frunze" destinado, anualmente, à melhor obra sobre estratégia militar ou história militar;

b) o "Pensamento Militar Soviético" ("Soviet Military Thought") que é uma coleção de livros soviéticos traduzidos e publicados, a partir de 1973, pela Força Aérea Norte-Americana; entre esses livros podem ser citados:

(1) - "The Offensive" (A Soviet View) por A.A. Sidorenko ("Doctor of Military Science") - U.S. Government Printing Office - Washington, D.C. - 1973 - Série "Soviet Military Thought" nº 1;

(2) - "Marxism-Leninism on War and Army" (A Soviet View) por B. Byely - U.S. Government Printing Office - Washington, D.C. - 1974 - Série "Soviet Military Thought" nº 2;

(3) - "Scientific-Technical Progress and The Revolution in Military Affairs" (A Soviet View) por um grupo de Oficiais-Generais - U.S. Government Printing Office - Washington, D.C. - 1975 - Série "Soviet Military Thought" nº 3;

(4) - "The Basic Principles of Operational Art and Tactics" (A Soviet View) por V. Ye. Savkin - U.S. Government Printing Office - Washington, D.C. - 1974 - Série "Soviet Military Thought" nº 4;

(5) - "The Philosophical Heritage of V.I. Lenin and Problems of Contemporary War" (A Soviet View) - U.S. Government Printing Office - Washington, D.C. - 1974. - 1974 - Série "Soviet Military Thought" nº 5;

c) os artigos publicados na revista "VOYENNAYA MYS'L" ("Pensamento Militar"), principalmente a série de artigos publicados a partir de 1960 sobre "problemas da guerra futura e nova doutrina militar soviética" que passou a ficar conhecida como "Coleção Especial"; a referida revista é sigilosa e destina-se à leitura de oficiais da alta hierarquia das Forças Armadas e do Partido Comunista Soviéticos; exemplares escolhidos dessa revista foram entregues a agentes do Mundo Ocidental pelo Coronel Soviético Oleg V. Pencovsky que, em 1962, foi preso pela KGB soviética.

Mais recentemente, 5.000 páginas traduzidas da referida revista "VOYENNAYA MYS'L", publicadas no período entre 1963 e 1969, tiveram o seu sigilo cancelado nos Estados Unidos e tornaram-se acessíveis ao público na Biblioteca do Congresso em Washington (vide "Soviet Strategy for Nuclear War" por Joseph Douglass e Amoretta Hoeber - "Hoover Institution Press" - 1979 - página 4);

d) vários livros escritos por autores norte-americanos, sobre o pensamento militar soviético, como:

(1) - "Soviet Sources of Military Doctrine and Strategy" por William Scott; editado por Crane, Russak and Co., Inc. - New York, NY - 1975;

(2) - "Soviet Strategy in Europe" por Richard Pipes; editado por Crane, Russak and Co., Inc. - New York, NY - 1976;

(3) - "Soviet Strategy for Nuclear War" por Joseph D. Douglass, Jr. e Amoretta M. Hoeber - Hoover Institution Press - Stanford University, California, USA;

(4) - "The Role of Nuclear Forces in Current Soviet Strategy" por Leon Goure, Foy D. Kohler e Mose L. Harvey - "Center for Advanced International Studies" - Coral Gables, Flórida, USA.

II - CONCEPÇÃO DA GUERRA NUCLEAR

Os estrategistas soviéticos encaram com seriedade e objetivamente a possibilidade de uma guerra Nuclear com o mundo ocidental; eles acreditam que tal guerra não é um evento inconcebível e que, se ela for desencadeada, tomará a feição de um confronto entre duas coalizões, de um choque entre dois sistemas sociais antagônicos: o comunismo soviético e o capitalismo do mundo ocidental.

A guerra entre os dois campos opostos não se limitaria a uma troca de golpes com armas nucleares.

Os objetivos e as ações para essa guerra Nuclear seriam cuidadosamente estudados e escolhidos e as operações de todas as forças militares seriam coordenadas numa seqüência tendo em vista a destruição do potencial militar inimigo e a ocupação dos pontos estratégicos necessários.

Além das operações militares, a guerra se estenderia pelos campos econômico, diplomático, ideológico e subversivo.

Os soviéticos acreditam que a guerra nuclear total, apesar de acarretar uma enorme destruição, não significaria o fim da civilização; eles consideram que, apesar de um volume de destruições sem precedentes, seria possível vencer a guerra.

Preparar-se para lutar e vencer numa guerra nuclear: é a tarefa mais importante na estratégia militar soviética; os aspectos críticos dessa preparação para a guerra envolvem a conquista da superioridade militar, tanto quantitativa como qualitativa, a começar pela capacidade em armas nucleares; envolvem o desenvolvimento e a implementação de medidas que visem à sobrevivência após a guerra e de medidas que concorram para uma recuperação rápida do potencial econômico e militar da União Soviética, após a troca de golpes nucleares; envolvem, ainda, medidas para a ocupação e o controle dos prováveis Teatros de Operações, tanto na Eurásia como em outros continentes.

No tempo de paz relativa, o principal objetivo político-militar soviético é conseguir essa superioridade em relação às potências do Ocidente; e é essencial, nesse processo de conquista de superioridade, manobrar para que os Estados Unidos da América não façam um esforço armamentista que comprometa a almejada superioridade soviética; daí a importância para a União Soviética de apresentar uma imagem que não desencadeie um maior esforço armamentista do mundo ocidental.

Julgo que aqui podemos iniciar a citação de trechos contidos em livros de alguns autores soviéticos:

"O Governo Soviético e as Forças Armadas Soviéticas devem estar prontos, primeiramente, para uma guerra mundial... as Forças Armadas da União Soviética e dos demais países socialistas devem estar preparados, acima de tudo, para lutar em condições de emprego maciço de armas nucleares pelos beligerantes de ambos os lados" ("Soviet Military Strategy" – Marechal Sokolovski) Crane, Russak and Co., Inc. – 1975).

No livro "Marxism-Leninism on War and Army" por B. Biely, mandado traduzir pela Força Aérea Norte-Americana, encontramos a seguinte afirmação (página 12):

"A guerra nuclear não deve ser encarada apenas como um empreendimento técnico gigantesco – com o lançamento de uma quantidade enorme de mísseis com ogivas nucleares destinados a destruir os objetivos vitais e população do inimigo – nem como um conjunto de operações executadas exclusivamente pelas Forças Armadas.

A guerra nuclear é um processo complexo e multilateral que, além das operações militares, envolve formas econômicas, diplomáticas e ideológicas de luta; tudo a serviço e guiado pelos objetivos políticos da guerra."

O ponto de vista soviético é que a próxima guerra mundial será uma guerra total na qual a União Soviética buscará objetivos políticos definitivos, isto é, a derrota das potências capitalistas, e será uma guerra que, rapidamente, tornar-se-á nuclear, caso já não comece com o uso de armas nucleares.

Parece que os estrategistas soviéticos acreditam que, havendo circunstâncias favoráveis, é possível ganhar a guerra nuclear, o que é francamente contrário ao pensamento dos estrategistas ocidentais, que acham que tal guerra importaria na destruição mútua definitiva das duas superpotências e dos seus aliados.

Para os soviéticos a doutrina de Lenine ainda persiste: "As ideologias dos comunistas e dos burgueses são irreconciliáveis, do mesmo modo que o são o interesse do proletariado e de todos os trabalhadores e o interesse dos capitalistas; ou um ou outro; não há campo neutro."

"Para a obtenção da vitória na guerra nuclear atual, se ela for desencadeada pelos imperialistas, é necessário destruir, simultaneamente, não somente suas Forças Armadas mas, também suas fontes de Poder Militar, seus centros econômicos importantes, seus centros de controle militar e governamental, assim como as áreas onde se acham baseados os diferentes ramos das Forças Armadas." (Coronel M. Shirokov – "The question of Influences on the Military and Economic Potential of Warring States" na revista sigilosa "VOYENNAYA MISL" – "Pensamento Militar" – abril de 1968).

III – A SURPRESA

A obtenção da surpresa é talvez o fator único mais importante no pensamento militar soviético.

Os soviéticos salientam a importância de que nunca mais sejam surpreendidos como o foram em 1941, com o ataque em massa dos alemães.

No caso da guerra com as potências ocidentais, os soviéticos dão grande importância à tomada da iniciativa, de modo a serem os primeiros a atacar, obtendo a surpresa se possível.

O principal objetivo do ataque inicial seria anular a capacidade das potências ocidentais, principalmente dos Estados Unidos, de desfilar um contra-ataque de grande envergadura; o principal objetivo seria conseguir que a União Soviética, depois da primeira troca de ataques nucleares, mantivesse uma nítida preponderância de armas nucleares restantes; se a guerra não terminasse após os primeiros golpes desfechados, a estratégia seria prosseguir na guerra intensificando os ataques de modo a destruir todo o potencial militar e econômico dos Estados Unidos.

Ao estabelecer as condições para a obtenção da vitória na guerra nuclear, parece que os soviéticos consideram como mais importantes os seguintes requisitos:

- obter a surpresa inicial, tomando a iniciativa;
- aumentar o ritmo dos ataques iniciais de modo a desorganizar o controle militar e governamental do adversário sobre as suas forças;
- diminuir ao máximo a capacidade de retaliação nuclear do adversário;
- destruir ou neutralizar as forças convencionais do inimigo;
- reforçar as defesas no território soviético por meio da defesa aérea e da defesa contra os mísseis nucleares lançados pelo inimigo, assim como por meio da defesa passiva civil (vide "Soviet Strategy for Nuclear War" – Douglass e Hoeber – página 18).

Os soviéticos dão a maior importância à obtenção da surpresa numa guerra; para eles, a surpresa nuclear é considerada uma condição mais importante do que a própria superioridade de forças.

No "Dicionário Soviético de Termos Militares Básicos" a surpresa é caracterizada do seguinte modo:

"A surpresa torna possível inflingir no inimigo perdas pesadas em curtos períodos de tempo, paralisar a sua vontade e retirar-lhe a sua possibilidade de oferecer uma resistência organizada.

A surpresa pode ser obtida das seguintes maneiras; usando vários tipos de métodos de combate; desorientando o inimigo quanto às nossas intenções; salvaguardando o sigilo dos planos operacionais; por ações decisivas e por manobras hábeis; pelo uso inesperado de armas nucleares; e usando meios e métodos pouco familiares para o inimigo."

"Ataques nucleares maciços por meio de mísseis, visando as Forças Armadas inimigas e os objetivos econômicos e políticos chaves, podem determinar a vitória de um dos lados e a derrota do outro, logo na fase inicial da guerra. Em consequência, uma avaliação correta dos fatores que determinam a supremacia sobre o

adversário e a capacidade de acioná-los antes que ele o faça são as chaves da vitória na guerra nuclear." ("Marxism-Leninism on War and Army" — por B. Biely — traduzido e publicado pela Força Aérea Norte-Americana).

IV – SELEÇÃO DE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A sequência dos ataques nucleares e seleção dos objetivos a destruir no início de uma guerra nuclear pode variar de muito, de acordo com o pensamento dos estrategistas soviéticos, os quais dão muita importância à flexibilidade no planejamento; eles são os primeiros a reconhecer que uma guerra nuclear total nunca foi travada entre duas superpotências e que os fatos podem se desenrolar de uma maneira diferente da prevista; a flexibilidade do planejamento deve permitir o reajuste adequado na conduta das operações.

Uma sequência possível dos ataques nucleares seria como a descrita a seguir.

Os primeiros ataques nucleares teriam o caráter de grande urgência e visariam os pontos chaves do dispositivo estratégico militar inimigo e dos seus centros políticos.

Na primeira fase seria procurada a destruição do maior número possível de objetivos nucleares fixos; visaria os silos dos mísseis nucleares e os centros de comando e controle.

Seguir-se-ia uma segunda fase, mais demorada, em que seria procurada a destruição dos objetivos nucleares móveis: os submarinos nucleares, os aviões de bombardeio de longo raio de ação e os mísseis móveis baseados em terra.

A fase seguinte seria a fase do assalto e ocupação de áreas estratégicas para completar a dominação do inimigo.

Um objetivo de guerra importante, de acordo com o pensamento soviético é a conquista ou a interdição, desde o início das operações, de pontos focais críticos e áreas estratégicas dos quais possa depender o sucesso da guerra; entre esses acham-se certas ilhas ou arquipélagos, certos estreitos e canais que constituem passagem obrigatória dos navios mercantes ou de guerra, certas áreas produtoras de matérias-primas altamente estratégicas e, em alguns casos, certos países; havendo necessidade de conquistar essas áreas, os soviéticos ignorariam qualquer tipo de "santuário" ou de neutralidade.

Fontes de petróleo e de energia elétrica condicionam o planejamento soviético, tanto na seleção de objetivos para destruição como na seleção de áreas a serem ocupadas para a recuperação econômica e militar após a guerra nuclear.

Os estrategistas soviéticos sempre admiraram a capacidade dos Estados Unidos da América de mobilizar um potencial industrial e militar quase sem limites; os soviéticos pretendem manter uma capacidade de recuperação, após as primeiras trocas de golpes nucleares, mais rápida que a dos Estados Unidos e não pretendem deixar que eles mobilizem o seu potencial.

Por isso a estratégia soviética para a guerra nuclear prevê a ocupação e o controle de áreas estratégicas de modo a não permitir a recuperação militar e econômica dos Estados Unidos.

Para os soviéticos, o cenário da guerra nuclear não é apenas a Europa permitindo que norte-americanos e soviéticos se recolham aos seus territórios para se recuperarem; o cenário, de acordo com a estratégia soviética, é mundial e abrangerá todas as áreas estratégicas que terão que ser ocupadas para impedir a recuperação norte-americana e das potências ocidentais.

O objetivo estratégico primordial é a destruição dos mísseis estratégicos equipados com ogivas nucleares; todos os alvos a serem atacados, para atingir aquele objetivo, são cuidadosamente examinados pelos soviéticos levando em consideração dois fatores básicos: primeiro a magnitude da destruição que o míssil em questão pode causar e segundo a facilidade com que ele possa ser destruído.

"Os alvos nucleares devem ser examinados e classificados de acordo com o perigo que eles representam para o atacante. Assim, um silo de lançamento já vazio, após a partida do míssil, não representa um perigo imediato porque exige um certo tempo para ser ativado com um outro míssil."

"Alvos para ataques nucleares apresentam um grau variado de vulnerabilidade; aeródromos, instalações não blindadas de lançamento de mísseis, navios de guerra nas suas bases, nós de comunicação ferroviários e instalações industriais são mais vulneráveis; instalações blindadas para lançamento de mísseis, armazéns subterrâneos de ogivas nucleares, postos blindados ou subterrâneos de comando e controle das operações e submarinos no mar não são facilmente vulneráveis.

Uma vez estabelecida a classificação dos alvos a serem atacados de acordo com a sua importância, seu grau de perigo e seu grau de vulnerabilidade, é necessário determinar a prioridade e a seqüência dos ataques; isto é especialmente importante tendo em vista o número limitado de mísseis estratégicos de que dispõe o atacante." (Major General Kh. Dzhelankov - "Voyennaya Mysl" - nº 2 - fevereiro de 1966).

Desse modo, vemos que um alvo importante mas que é difícil de destruir pode acabar recebendo uma prioridade inferior a de um outro alvo de destruição mais fácil.

Os soviéticos se preocupam em determinar o grau de rapidez com que os norte-americanos podem lançar os seus mísseis estratégicos após uma alerta de ataque nuclear; eles procuram estudar as condições para que o prazo disponível para os norte-americanos seja o mais curto possível; daí a tentativa de instalar mísseis nucleares em Cuba; os soviéticos consideram uma grande vantagem poder lançar mísseis estratégicos de submarinos nucleares cruzando próximo ao litoral norte-americano, reduzindo desse modo o tempo disponível para a alerta; tudo numa tentativa de poder desorganizar e neutralizar os pontos de comando e controle norte-americanos, antes que eles lancem os seus mísseis estratégicos.

Numa guerra nuclear o sistema de controle das armas nucleares estratégicas assume importância capital; a falha desse sistema pode ter consequências desastrosas sobre a marcha dos acontecimentos e pode acarretar a derrota.

Uma das ações possíveis dos soviéticos será fazer explodir, sobre o território inimigo e a grande altitude, armas nucleares de grande megatonelagem com o objetivo de interferir de forma extensiva e profunda em todos os sistemas de rádio-comunicações e em todos os equipamentos eletrônicos.

Explosões nucleares de alta potência, realizadas a grandes altitudes, representam uma grande ameaça para os mísseis nucleares intercontinentais porque emitem impulsos de energia eletromagnética que podem interferir poderosamente nos equipamentos eletrônicos a bordo do míssil e nos equipamentos em terra e instalados nos satélites artificiais, dos quais pode depender a trajetória do míssil.

"Uma explosão nuclear de 50 megatons a uma altitude de 80 quilômetros pode provocar, devido aos seus efeitos radioativos, uma interrupção completa das rádio-comunicações ionosféricas que pode durar 24 horas e que pode se estender por uma área de 4.000 quilômetros de raio." (Coronel Engenheiro S. Volnov — "Guerra espacial e eletrônica" — "Voyennaya mysl" — nº 9 — setembro de 1966).

"Uma grande ameaça aos mísseis balísticos intercontinentais é a das explosões nucleares de grande potência realizadas a grandes altitudes, porque os impulsos de energia eletro-magnética criados por essas explosões podem inutilizar não só os equipamentos a bordo dos mísseis como, também, o equipamento eletrônico dos complexos de lançamento dos mísseis situados em terra" (Coronel-Engenheiro N. Yegiazarov — "Tendências no desenvolvimento dos mísseis estratégicos norte-americanos" — "Voyennaya mysl" — nº 5 — maio de 1968).

Esse efeito das explosões nucleares de grande potência a grandes altitudes poderá ser utilizado para interferir nos radares de alarme antecipado do inimigo; os soviéticos parecem ter se apercebido disso, quando, em 1961-1962, eles desrespeitaram a moratória para a execução de experiências com explosões nucleares na atmosfera, a qual tinha sido estabelecida desde 1958; depois de coletarem os dados necessários, com explosões na atmosfera de 20, 50 e mais megatons, os soviéticos concordaram logo em assinar o "Tratado de Proibição de Experiência de Armas Nucleares na Atmosfera, no Espaço Exterior e Debaixo d'Água" ("Partial Test Ban Treaty" assinado em Moscou em 5 de agosto de 1963).

"Para neutralizar o potencial estratégico do inimigo não é necessária a sua completa destruição; basta destruir os seus elementos essenciais. Para isso, há necessidade de um enorme esforço para estabelecer os critérios científicos de seleção de alvos a serem atacados e de determinação da melhor maneira de atingir os seus pontos vitais. A solução adequada desses problemas exige a participação de especialistas militares e de economistas, sociólogos, engenheiros e físicos." (A.S. Zheltov — "Problemas metodológicos de prática e teoria militares" — Traduzido pela Força Aérea Norte-Americana em dezembro de 1971).

A definição de "objetivo estratégico", de acordo com o "Dicionário de Termos Militares Básicos" soviético traduzido pela Força Aérea Norte-Americana ("Dictionary of Basic Military Terms" — "Soviet Military Thought Series" — nº 9 — U. S. Government Printing Office — 1976) é a seguinte:

"Strategicheskiv Ob'yekt" (objetivo estratégico) — Um objetivo de importância estratégica. De acordo com as condições atuais, um objetivo estratégico pode ser: armas nucleares; agrupamentos importantes de forças terrestres, aéreas ou navais; centros administrativos, políticos e econômicos; portos, bases navais e aéreas mais importantes; sistemas geradores de energia, etc...

V — PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Na literatura militar soviética a expressão "planejamento estratégico" refere-se ao planejamento que visa conseguir um estado de preparação bélica adequada para enfrentar a guerra.

O Marechal Sokolovskiy considera o planejamento estratégico como sendo o setor mais importante da Estratégia Militar, o qual abrange:

- a) o estabelecimento de conceitos estratégicos, da doutrina militar e dos métodos de combate;
- b) o desenvolvimento de uma economia de guerra e a mobilização de toda a nação;
- c) a organização, o equipamento e a mobilização dos efetivos das Forças Armadas;
- d) o desdobramento e o emprego das Forças Armadas nos vários tipos de guerra e nos vários Teatros de Operações;
- e) o estabelecimento de uma defesa adequada, incluindo a defesa civil;
- f) a manutenção do controle da nação sob condições de guerra nuclear e a recuperação da nação após os ataques nucleares desfechados pelo inimigo.

Quatro aspectos do planejamento estratégico têm importância especial para os soviéticos: a quantidade e o equipamento dos vários componentes das Forças Armadas; a reserva de armas nucleares; a mobilização da economia e a defesa civil.

Conseguir e manter uma superioridade estratégica em armas nucleares parece ser a preocupação dominante dos planejadores soviéticos.

De acordo com o livro "Estratégia Militar" do Marechal Sokolovskiy, a Força de Mísseis Estratégicos da União Soviética é a que deve possuir o mais alto grau de prontidão e deve ser capaz de, no prazo mais curto possível, destruir uma enorme quantidade de objetivos sobre vastas áreas. A Força de Mísseis Estratégicos desempenhará o principal papel para enfrentar os problemas primordiais da guerra nuclear futura.

Os mísseis suscetíveis de serem assinalados pelos satélites de reconhecimento podem representar apenas um primeiro escalão de emprego estratégico e tático na guerra nuclear; é possível a existência de um segundo escalão de mísseis e de ogivas nucleares guardadas em condições que escapem à localização pelas fontes de informação do adversário; esse segundo escalão de armas nucleares poderia estar em condições de lançamento alguns dias ou semanas após a troca inicial de golpes nucleares.

VI – DIREÇÃO DA GUERRA

De acordo com o planejamento estratégico soviético, se a guerra for desencadeada toda a máquina estatal deve estar articulada para um esforço bélico máximo sob uma direção geral unificada.

Esse condutor da guerra, na União Soviética é, ao mesmo tempo, o Chefe da Comissão Nacional da Defesa, Comandante Supremo das Forças Armadas o Secretário Geral do Partido Comunista; é o que foi Stalin na II Guerra Mundial e é a função desempenhada atualmente pelo Marechal da União Soviética Leonid Brejnev.

O Quartel General do Comandante Supremo (STAVKA) é que o auxilia na conduta da guerra; a ele está ligado o Estado Maior Geral que é a agência executiva do Comando Supremo.

"Os meios decisivos para a obtenção dos objetivos na guerra nuclear moderna são os mísseis e as ogivas nucleares, tendo em vista o seu alcance efetivo e o seu enorme poder de destruição; o emprego adequado desses meios exige máxima centralização, no Comandante Supremo, do controle dos principais mísseis estratégicos, principalmente no período inicial da guerra; somente desse modo é possível decidir corretamente sobre questões relacionadas com a seleção e destruição dos objetivos visados pelos golpes nucleares, com a potência das ogivas nucleares, com os seus respectivos vetores, com os tipos de efeitos explosivos desejados e com a sequência e intervalo dos ataques nucleares; do Comando Supremo emanarão as ordens desencadeando e regulando os ataques nucleares; somente ao Comando Supremo pode ser atribuída a autoridade para "apertar os botões" e para ativar as principais armas da guerra.

O Comando Supremo tornou-se, assim, não só um órgão direto de supervisão mas também o executor imediato das principais missões do conflito armado.

A principal tarefa do Estado Maior Geral, na preparação da guerra moderna, é o planejamento detalhado do emprego das armas nucleares por todos os ramos das Forças Armadas." (Major General N. Komkov e Coronel P. Shemaskiy – "Voyen-naya Mysl" – nº 10 outubro de 1984).

"Um dos problemas que os soviéticos têm tido que enfrentar através dos anos é o conflito entre o controle centralizado tradicional no sistema militar soviético e considerado ainda mais importante numa guerra nuclear — e a necessidade de

uma maior independência de ação nos níveis menos elevados de comando, necessidade que é considerada, também, muito importante numa guerra nuclear.

Por outro lado, na zona de combate o cenário tende a mudar com grande rapidez e reações lentas em face das mudanças de situação podem significar a derrota, mesmo de grandes unidades.

Um grau satisfatório de iniciativa é necessário nesses níveis menos elevados de comando para fazer face a situações imprevistas que exijam decisões rápidas.

Do ponto de vista soviético esse conflito deve ser resolvido pela existência de uma doutrina clara, pelo doutrinamento sério e consistente e por um constante treinamento operacional" (Joseph Douglass, Jr. e Amoretta Hoeber – "Soviet Strategy for Nuclear War").

Na literatura soviética está claro que a decisão de ir à guerra será uma decisão política a ser tomada pelo escalão mais alto do governo; o mesmo acontece com a decisão de empregar armas nucleares; a expressão "decisão política" não tem o mesmo sentido na União Soviética e nos países do mundo ocidental onde a referida expressão tem o sentido de "decisão civil", em contraste com uma "decisão militar" que seria baseada apenas em razões de ordem militar.

Na União Soviética não há uma separação tão nítida de aspectos civis e militares de uma "decisão política" de se envolver numa guerra; na direção suprema da nação há uma maior integração entre as razões políticas e estratégicas; os soviéticos ressaltam a importância de que, no caso de uma guerra, haja uma forte intrusão dos militares no processo de tomada de decisão.

"No caso de uma guerra total impõe-se uma unidade de liderança política e militar" (Coronel M. P. Skirdo – "O povo, o Exército e o Comandante" – traduzido pela Força Aérea Norte-Americana – "Soviet Military Thought Series" – nº 14).

Os líderes políticos soviéticos não são desprovidos de experiência militar; eles ocupam altos postos do Partido Comunista mas, muitas vezes, chegaram lá depois de muitos anos em funções políticas dentro das Forças Armadas e participando das campanhas militares.

O Marechal Brejnev, que atualmente é o líder supremo da União Soviética, fez toda a II Guerra Mundial nos Teatros de Operações, primeiramente como Sub-Chefe do Diretório Político da Frente Sul, em seguida como Chefe do Departamento Político do 18º Exército e finalmente como Chefe do Departamento Político da 4ª Frente Ucraniana; terminada a guerra, Brejnev participou do desenvolvimento dos sistemas de mísseis intercontinentais.

O mesmo pode ser dito do Ministro da Defesa Soviético, Marechal Ustinov, normalmente citado como civil mas que, durante a II Guerra Mundial foi "Comissário do Povo para Armamentos"; foi promovido a Coronel General durante a guerra, em 1944; foi depois "Ministro de Armamentos" e participou de programas relacionados com os mísseis intercontinentais e naves espaciais (Joseph D. Douglass, Jr. e Amoretta M – Hoeber – "Soviet Strategy for Nuclear War").

"A revolução na ciência militar tem exercido e continua exercendo grande influência na correlação das forças opostas das alianças de países; atualmente é importante levar em consideração, primeiramente, a posse de armas nucleares e dos vetores que as podem conduzir até os alvos.

Na verdade o emprego de armas de destruição em massa pode, de repente e rapidamente, alterar a correlação de todas as outras forças e potencialidades possuídas pelos adversários antes do início das hostilidades.

Isso constitui, qualitativamente, um novo aspecto no processo de buscar a vitória na guerra atual." (Coronel M.P. Skirdo — "O povo, o Exército e o Comandante" — "Soviet Military Thought Series" — nº 14).

"O mais importante na visão de um líder militar é a sua capacidade de detetar as tendências básicas na evolução da luta armada. Isto lhe permite prever, com a necessária precisão, o momento em que a correlação de forças deve ser mudada." (Coronel M.P. Skirdo — obra citada).

Num artigo atribuído ao Marechal Malinovskiy, escrito em 1963, o início da guerra nuclear podia ser encarado de três formas: a) — ataque de surpresa por todas as forças do mundo ocidental, o que seria uma situação a ser evitada ao máximo, pelos soviéticos; b) — ataque inicial feito pelos soviéticos, o que seria a situação mais vantajosa para eles; c) — ataque simultâneo feito por ambos os adversários, o que seria uma situação muito desvantajosa.

Isso reafirma o ponto de vista soviético de que, se houver uma guerra, grandes vantagens estarão do lado de quem atacar primeiro, principalmente se o ataque é feito de surpresa.

O ataque nuclear inicial, do ponto de vista soviético, poderia decidir o resultado da guerra; seria extremamente difícil retomar a iniciativa estratégica, uma vez que essa fosse perdida como resultado de um ataque de surpresa no início da guerra.

Como fundo de quadro para a conduta da sua estratégia nacional, a União Soviética tem que enfrentar as seguintes limitações:

- o crescimento económico e o crescimento da população em processo de estagnação;
- o crescimento difícil na produtividade industrial;
- a necessidade de importar alimentos para compensar uma produção agrícola insuficiente;
- o decréscimo nas exportações de petróleo;
- as contestações ideológicas da China e do eurocomunismo;
- as incertezas do controle soviético sobre os países da Europa Oriental;
- as demandas do mercado de consumo do povo soviético;
- a sobrecarga representada pela manutenção dos elevados efetivos das Forças Armadas;

- a insatisfação das minorias raciais, principalmente as muçulmanas;
- a mudança da opinião mundial, ficando contra os soviéticos.

O Politburo é o órgão mais poderoso no estabelecimento da Política Nacional da União Soviética; desde 1973 o Politburo ficou fortalecido com a inclusão dos Ministros da Defesa e das Relações Exteriores e do chefe da KGB; o Politburo dispõe da assessoria, para o preparo das decisões políticas, da Comissão Central que trabalha em colaboração com o "Instituto de Economia Mundial" e o "Instituto de Estudos sobre os Estados Unidos da América e o Canadá", na análise da situação política, econômica e militar dos países do mundo ocidental.

Com a expansão pelo mundo do Poder Militar Soviético os militares estão sendo mais solicitados no processo de estabelecimento da Política Nacional Soviética; o Estado Maior Geral Soviético fornece assessoramento sobre a viabilidade do emprego do Poder Militar em áreas específicas do globo.

Aliás, nota-se uma mudança, na elaboração da Política Nacional Soviética, para uma liderança mais científica, com uma participação maior de profissionais e especialistas; com essa difusão do poder central, as Forças Armadas têm conseguido uma maior influência na elaboração da Política Nacional.

Nos embates posteriores à era de Stalin, os militares têm se revelado mais poderosos e a sua aliança não é desprezada pelos políticos do Politburo; o Marechal Brejnev, desde que assumiu o controle do Governo Soviético, tem estreitado as suas relações com os chefes militares do alto escalão.

As Forças Armadas Soviéticas têm conseguido um maior prestígio como instituições dotadas de integridade e recrutadas através de um sólido processo de formação profissional e ideológica.

O Estado Maior Geral goza de reconhecida autoridade e competência; apresenta os seus estudos e sua argumentação na linguagem técnica dos analistas de sistemas e do marxismo-leninismo, sendo que este último é considerado "científico" na União Soviética.

De acordo com a interpretação soviética, a Doutrina Militar é composta de duas partes; uma que determina os objetivos políticos, o caráter da guerra a ser travada e a finalidade que se procura atingir com a aplicação do Poder Militar; essa primeira parte constitui uma prerrogativa da liderança política do país; a segunda parte da Doutrina Militar abrange aspectos militares e técnicos que definem como a guerra deve ser conduzida, como as Forças Armadas devem ser organizadas e equipadas, qual o estado de prontidão e de mobilização dos diferentes componentes das Forças Armadas e quais os estoques de material que devem estar disponíveis, nos locais adequados, para as várias fases das operações; essa segunda parte da Doutrina Militar, considerada como o Planejamento Estratégico, é da responsabilidade do Estado-Maior Geral Soviético.

CONCLUSÃO

No mundo ocidental tem sido realizada, nos últimos trinta anos, uma análise de todas as publicações soviéticas disponíveis; o que chega às mãos dos analistas ocidentais é, porém, uma pequena parcela da documentação que circula nos meios oficiais soviéticos; essa pequena parcela é suficiente, porém, para delinear o pensamento estratégico militar soviético.

A partir da década dos anos 60, a União Soviética passou a encarar a sua segurança em termos muito mais amplos e complexos; a busca da superioridade militar e estratégica em relação às potências ocidentais passou a ser o traço dominante no pensamento militar soviético; em consequência, vários militares foram elevados para o círculo reduzido onde são decididas as questões políticas.

A partir de 1970 tornou-se realidade a expansão da Marinha Soviética, que adquiriu a capacidade de operar em todos os oceanos; forças aeroterrestres poderosas, dotadas de aviões de transporte com grande capacidade de carga e de grande raio de ação, tornaram-se capazes de intervenções longínquas em outros continentes, principalmente na África; a União Soviética ficou em condições de cortar as linhas de navegação marítima que levam o petróleo para o mundo ocidental.

O papel das Forças Armadas na União Soviética excede a simples defesa do país contra possíveis agressores; elas representam um apoio básico da autoridade do regime totalitário e o principal instrumento da sua política externa e interna.

As doutrinas norte-americana e soviética sobre a guerra nuclear diferem de muito; a doutrina que predomina nos Estados Unidos diz que uma guerra nuclear entre duas alianças de países que possuam um número considerável de armas nucleares seria tão destrutivas que não haveria vencedores; desse modo o recurso à guerra nuclear deixaria de ser uma opção racional; em contraste, a doutrina soviética afirma que, embora uma guerra nuclear total seja extremamente destrutiva para ambos os partidos, seu desfecho não representa um suicídio mútuo; a aliança de países melhor preparada para a guerra e que usasse uma estratégia superior poderia vencer e ressurgir como uma sociedade viável.

Admite-se, nos Estados Unidos da América, que existe apenas uma estratégia racional adequada para a era das armas nucleares e que essa estratégia é baseada no princípio da "deterrência (dissuasão) mútua".

Os soviéticos aceitam o fato de "deterrência" mas não a teoria da "deterrência"; eles não estão dispostos a tolerar, em outros, a capacidade de dissuadi-los; a expansão da sua influência e do seu poder militar pelo mundo e a derrota do capitalismo do mundo ocidental são objetivos básicos em cuja conquista não é admitida a dissuasão nuclear.

Na doutrina estratégica adotada pela União Soviética, levando-se em conta a rapidez dos acontecimentos na guerra nuclear moderna, a necessidade de não ser surpreendido pelo inimigo significa, na realidade, a necessidade de surpreendê-lo.

Existe algo de muito perigoso no fato de o mundo ocidental considerar a guerra nuclear como inexequível e suicida para ambos os adversários enquanto que a União Soviética julga esse tipo de guerra exequível e vencível.



EXPORTAÇÃO: OS NEGÓCIOS COM OS ARMAMENTOS “MADE IN BRAZIL”

Roberto Lopes

Jornalista da Revista "Veja" e correspondente para o Brasil da Revista "Tecnologia Militar".

Durante os últimos dez anos, a fabricação de equipamentos militares expandiu-se como poucos setores da indústria brasileira.

Até meados dos anos 60, todas as linhas de produção de armamentos estavam reunidas em três velhos arsenais e 11 fábricas do Exército, no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro e na Base Aérea do Galeão — onde eram construídos pequenos aviões de treinamento, com tecnologia estrangeira.

Em 1969 uma fábrica de São Paulo realizava os testes finais no primeiro carro blindado brasileiro — o Urutu —, o Arsenal de Marinha construía seis navios de patrulha costeira — os primeiros de 13 navios de combate a serem fabricados até 1980 —, e a Força Aérea mostrava-se otimista com a criação da Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. — EMBRAER.

Hoje a indústria de equipamentos militares movimenta 55 empresas privadas, empregando 17.000 pessoas em vários estados. Em 1979 esse complexo de fábricas rendeu aproximadamente sete bilhões de cruzeiros, mas se forem incluídas as companhias que fornecem materiais como uniformes, calçados e itens acessórios, o número de trabalhadores envolvidos na produção de equipamentos para defesa sobe para 100 mil, e os ganhos do ano passado chegam a cerca de 30 bilhões de cruzeiros.

A SOLUÇÃO É EXPORTAR

No último ano os equipamentos militares ficaram com o quinto lugar na relação de manufaturados brasileiros mais exportados. Essas vendas para outros

países — na América do Sul, África e Oriente Médio — representaram 400 milhões de dólares. As indústrias brasileiras hoje fabricam desde uniformes, capacetes, rádios de campanha e armas de mão, até mísseis, tanques, navios de combate e aviões de patrulhamento naval. Essas companhias sabem que a rentabilidade de seus negócios está no mercado externo — já que as Forças Armadas brasileiras dispõem de poucos recursos para a renovação de seu material —, e lançam-se de maneira cada vez mais competitiva nessa difícil área de concorrência.

Equipamentos de boa qualidade, a preços mais acessíveis e sem as implicações políticas que muitas vezes acompanham os negócios feitos nas grandes potências — esses parecem ser os três fatores que garantem a colocação dos produtos brasileiros.

Um Cascavel da ENGESA ou um tanque X1-A2, de 20 toneladas, da Bernardini, estão no mercado ao preço de 400 mil dólares por unidade. Um Xavante da EMBRAER — incluindo peças de reposição e o treinamento da tripulação — fica por um milhão de dólares.⁽¹⁾ Esses preços, razoavelmente mais baixos do que os dos blindados e aviões americanos, franceses, ingleses, alemães ou austríacos, servem para contrabalançar a menor tradição e fama do material bélico nacional no mercado estrangeiro.

Por outro lado, o sucesso dos fabricantes brasileiros desperta a iniciativa — ou concorrência — de países vizinhos como a Argentina e a Colômbia, que, a princípio, tentam penetrar em dois de nossos melhores mercados, a América do Sul e a África. A Argentina tentou, sem sucesso, colocar os seus aviões de combate Pucará na Mauritânia, mas parece que conseguirá vendê-los à Força Aérea da Venezuela. Já os colombianos, que têm uma pequena indústria de armamentos sob o controle do Ministério da Defesa, preparam-se para oferecer equipamento leve de infantaria.

VENDAS NO TOGO, NO CHILE, NA LÍBIA ...

1 — Equipamento Terrestre

A década de 80 começa promissora para os fabricantes brasileiros de armamentos. China e Zâmbia demonstraram interesse em adquirir equipamentos militares terrestres.

Uma comitiva militar chinesa visitou as fábricas paulistas da ENGESA e da Bernardini e, extraoficialmente, foi anunciada a venda de 2.000 blindados sobre rodas dos tipos Urutu e Cascavel — equipados com canhões de 90 mm —, para o Exército chinês. Os visitantes, chefiados pelo oficial engenheiro Zhang Ping, ficaram particularmente interessados, na empresa Bernardini, pelo carro de combate leve X1-A2, produto da restauração de velhos tanques brasileiros. Motivo: as forças blindadas chinesas dispõem ainda de dezenas de obsoletos T-34s — fabricados pela União Soviética durante a II Guerra, ou construídos na China com planos soviéticos.

⁽¹⁾ Preços aproximados no segundo semestre de 1979.

Outra novidade aconteceu há algumas semanas, quando o Governo da Zâmbia manifestou o interesse de adquirir equipamento militar fabricado no Brasil para seu Exército. Esses negócios, se concretizados, terão grande significado para a indústria nacional, pois a Zâmbia é um país da "linha de frente" na África Negra — isto é, um país localizado em área de grande tensão internacional e a China, uma das maiores potências militares do mundo.

2 — Equipamento Naval

Este é o setor menos desenvolvido para a exportação. Apesar dos estaleiros nacionais estarem já razoavelmente aparelhados para a construção de navios mercantes, há pouca disposição de se aceitarem encomendas militares. E essa situação se explica por vários motivos. Um deles são os altos investimentos necessários à infra-estrutura de construção de navios de combate. Outro é a falta no País dos projetos específicos que requerem essas unidades. Em terceiro pela concorrência de tradicionais fabricantes de embarcações militares dos Estados Unidos, Inglaterra, França, Espanha, Itália e Alemanha.

Ainda assim, oficiais das Marinhas de Guerra da Colômbia e do Peru, já embarcaram nos navios de patrulha fluvial construídos no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, para a força naval brasileira da Amazônia. Esses barcos, de 700 toneladas, dispõem de canhões, metralhadoras, um helicóptero e lanchas de desembarque. Em tempo de paz estão equipadas com hospitais e laboratórios para o atendimento às populações ribeirinhas, em tempo de guerra podem transportar tropas de desembarque.

Também no Rio, os estaleiros da MacLaren já estão na fase de testes com as primeiras de 15 lanchas patrulheiras encomendadas pela Marinha de Guerra do Chile. Nesses barcos, de alta velocidade — armados com lança-granadas e metralhadoras —, foram empregados os princípios das "lanchas-voadadeiras" — para competições esportivas. As provas iniciais de mar mostraram problemas de excessiva vibração nos cascos dessas unidades, e elas foram recolhidas à carreira para reparos.

Além dessas encomendas, outras, mais simples, podem ser aceitas por alguns estaleiros brasileiros — como as de navios auxiliares ou, até mesmo, petroleiros de esquadra, que não exigem tantos requisitos militares.

3 — Equipamento Aéreo

O "boom" da indústria aeronáutica brasileira, ocorrido nos anos 70 vai, gradativamente, produzindo maiores resultados na área militar. Dos aviões de transporte, de treinamento primário, e dos jatos de combate fabricados sob licença, passamos agora à era dos treinadores avançados — passíveis de serem transformados em "attackers" eficientes —, passamos aos caças de concepção nacional.

Na última década o Brasil exportou muito mais aeronaves de uso comercial do que aparelhos de emprego militar. O enorme sucesso no comércio para civis do

Bandeirante — um cargueiro leve que nasceu apadrinhado pela FAB —, levou a EMBRAER a desenvolver com mais lentidão as diversas versões de carga geral, transporte de tropas, aerofotogrametria e patrulhamento naval, que poderiam interessar às forças aéreas e navais estrangeiras. Enquanto isso, as demais empresas do setor, menores — como a Aerotec e a Neiva —, produziam monomotores de aceitável emprego militar mas que nada possuíam de especial ou inovador. Além destes tipos, os aviões de combate da Macchi italiana fabricados sob licença, os nossos Xavantes, são também aparelhos de difícil colocação no mercado, por sua pouca originalidade.

Ainda assim, um estudo de vendas possibilitou a exportação de treinadores primários para o Paraguai, a Bolívia e o Chile que acabou por adaptar seus T-25s para missões contra-guerrilha e de apoio leve ao solo, comprando foguetes brasileiros. Os Xavantes foram adquiridos pelo Togo (3) e pelo Paraguai (12) — que vão poder agora formar suas primeiras unidades de aviação de combate a jato. A Bolívia, que encontrava dificuldades para renovar seu material de guerra aérea — e chegou a comprar quatro velhos caças do tipo Sabre — também optou pelos Xavantes da EMBRAER.

Há cerca de dois anos, no entanto, as perspectivas de exportação de aeronaves militares brasileiras tiveram novo impulso, com duas novidades apresentadas pela EMBRAER: um avião de patrulhamento marítimo — o EMB-111 —, e um aparelho de treinamento avançado — o EMB-312.

O EMB-111 é a versão de vigilância naval do famoso Bandeirante, e nasceu do esforço de técnicos da Força Aérea e da EMBRAER, depois de apresentados os relatórios da comissão encarregada de escolher o avião que substituiria os já alquebrados P-2Es Neptunes. Os diversos modelos americanos, franceses e ingleses para combate anti-submarino, eram de tal porte e sofisticação que exigiriam um gosto muito superior ao previsto pelo Governo brasileiro. E a solução nacional, "ajeitada", sem dúvida, saiu-se melhor do que o esperado.

O grande teste para os "Bandeirulhas", foi seu emprego pela Marinha chilena em dezembro de 1978, durante o episódio do Canal de Beagle. Equipados com dispositivos anti-gelo — exigência do comprador —, os Bandeirantes de patrulha naval foram perfeitos nas missões de vigiar os movimentos da esquadra argentina nas imediações do canal. Assim, no segundo semestre de 79, apresentaram-se outros interessados no avião, como o Uruguai, que mandou três de seus oficiais aviadores tirarem cursos de pilotagem no 1º Esquadrão do 7º Grupo de Aviação, sediado em Salvador e equipado com os P-95s.

O EMB-312, ou T-27 — na nomenclatura oficial — é o primeiro avião de treinamento fabricado no Brasil de acordo com especificações técnicas fornecidas pelo Ministério da Aeronáutica. Além dessa vantagem, ele pretende superar seus maiores concorrentes — o Mentor americano e o Pilatus suíço —, corrigindo as deficiências dos últimos treinadores nacionais e estrangeiros adquiridos pela FAB. Isso a começar pelo fato de ser um turboélice — importante para um tempo de economia de combustível. Outro ponto de destaque é que o T-27 volta a apresentar a cabine em tandem, eliminando os assentos lado a lado, comprovadamente prejudi-

ciais em missões de instrução — pois dificultam o voo em formação, e inibem o aluno que tem, a seu lado, o instrutor.

Segundo os cálculos de marketing feitos pela EMBRAER, nos próximos dez anos o mundo absorverá cerca de três mil aparelhos de treinamento militar do tipo do T-27. O que é mais do que um incentivo. Além disso, os recentes entendimentos mantidos pelos comandos das forças aéreas do Brasil e da Argentina, fazem crer que os planos de produção do T-27 podem andar mais depressa com encomendas por parte da Fuerza Aérea Argentina.

HAMILTON H. REYES
General de Exército RJ (EUA)

... e que o Brasil deve ser considerado um dos países que mais se beneficiaram da guerra do Golfo. O Brasil não só aumentou suas exportações para os Estados Unidos, como também obteve uma participação direta no fornecimento de armamentos ao Iraque. No entanto, representa um subversivo aumento da Exército das Coreias. Só que, por sinal, muitos desses aparelhos foram vendidos para a Coreia do Sul, que é aliada do Iraque. Isso significa que o Brasil está fornecendo armamentos para o Iraque, que é aliado da Coreia do Sul, que é aliada do Iraque. Isso é estranho, não é? Mas é assim que o mundo funciona.



ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AEROMOBILIDADE

Hamilton H. Howze
General de Exército R1 (EUA)

Esta publicação não se destina, absolutamente, a interferir nas prerrogativas de qualquer comandante militar de tomar decisões a respeito da maneira pela qual uma possibilidade aeromóvel deva ser alcançada e mantida. Assim, espero que o leitor venha a entender que, falando sobre aeromobilidade, estou simplesmente expressando minha opinião pessoal; opinião formada no decurso de longa experiência no campo da aeromobilidade mas, de qualquer maneira, possível de não ser considerada.

A finalidade da informação deste documento não o levou a descer a pormenores sobre muitos pontos do trabalho pela conquista da aeromobilidade.

I – AÇÃO DOS ALTOS ESCALÕES

1. O desenvolvimento adequado de uma limitada possibilidade aeromóvel não é extremamente difícil; no entanto, representará um substancial aumento da eficiência operacional para o Exército que a conseguir. Quanto pior o terreno, mais isso será verdadeiro.

O helicóptero é um vencedor de obstáculos: montanhas, rios, selvas, lagos e braços de mar – ou também regiões parcialmente ocupadas ou bloqueadas pelo inimigo. Esses obstáculos são parcialmente superados, de forma rápida, fácil e segura, proporcionando às nossas Forças uma grande vantagem sobre um inimigo equipado de maneira semelhante.

2. a. Os cinco problemas básicos existentes no processo para se chegar a uma possibilidade aeromóvel, após a obtenção de recursos para a compra dos aparelhos e do apoio aos helicópteros, são:

- ORGANIZAÇÃO
- INSTRUÇÃO
- ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL
- MANUTENÇÃO
- APOIO LOGÍSTICO.

b. Todos os aspectos acima arrolados já são encargo das diferentes Seções de Estado-Maior da estrutura militar externa mas, certamente, surgirá o problema da coordenação de todas essas atividades em relação à nova possibilidade — "aeromobilidade". Daí chega-se à conclusão da necessidade de existir um ponto focal, um órgão responsável por essa coordenação. Tal órgão deve ser chefiado por um oficial combatente inteligente, entusiasmado e enérgico, que domine o emprego operacional da tropa e que seja dedicado à tarefa de fazer funcionar a "aeromobilidade". Se, para a função, for nomeado um oficial com tais atributos, muitas das difíceis tarefas de coordenação poderão ser confiadas a ele, obtendo-se de forma eficiente a possibilidade aeromóvel.

Não sei qual será a denominação do cargo em cada exército mas, simplesmente com a finalidade de identificação, eu o chamarei de DIRETOR DE AVIAÇÃO ou DA. Nossa oficial será o Chefe de um Órgão de Administração Setorial, não um comandante.

3. Eu imaginaria o DA empenhado em desenvolver uma Organização de Aviação, inclusive os quadros de efetivo e de dotação para as unidades aéreas, obedecendo os princípios já em aplicação, em suas Forças Armadas.

Ao se organizar Companhia de Helicópteros de Transporte Aéreo (Cia Helcp Trnp Ae) é uma idéia geralmente boa adequá-la à tarefa que provavelmente executarão: por exemplo, uma Cia Helcp Me deve ser capaz de transportar os elementos de combate de uma Companhia de Fuzileiros — mas somente elementos de combate (uma Cia Fzo, que possui 150 homens, emprega quando em ação, em média, não mais do que 120 deles).

4. a. Se os helicópteros pertencerem ao Exército, um ponto de vista de doutrina é que eles e os homens que os pilotam e fazem a sua manutenção não devem pertencer a uma Força separada. Há, também, muita vantagem em permitir que no Exército, a Infantaria, a Cavalaria e a Artilharia tenham seus próprios helicópteros; vejamos as razões abaixo:

- (1) As Armas aprenderão rapidamente a empregar com eficácia os helicópteros.
- (2) As Armas permitirão que muitos de seus melhores oficiais freqüentem cursos de pilotagem.
- (3) Os pilotos participarão dos cursos normais no âmbito de suas Armas (NOTA DO TRADUTOR: EsAO) e ocuparão, de tempos em tempos,

cargos não relacionados com a aviação, como oficiais combatentes de suas Armas.

- (4) Os pilotos, em consequência, estarão a par das táticas e técnicas de emprego das unidades de suas Armas de origem. Assim, poderão prestar um apoio muito mais eficaz com os helicópteros.

b. Isso é o que nós denominamos INTEGRAÇÃO da aviação com as Armas do Exército. Não significa, entretanto, que as aeronaves, os pilotos e os mecânicos, não sejam submetidos a freqüentes inspeções e instruções técnicas, inclusive adestramento em segurança de vôo, por uma entidade central, como a DA ou a Escola de Aviação.

5. A INSTRUÇÃO pode ser, a grosso modo, dividida em duas partes: Tática e Técnica.

a. O planejamento para a instrução tática (de piloto, mecânico e pessoal de apoio logístico) pode ser realizado pela DA. A instrução propriamente dita pode ser levada a efeito através de contrato (convênio) com entidade civil ou pelas próprias Forças Armadas do país.

b. Falaremos da instrução tática posteriormente, neste mesmo trabalho.

6. A ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL pode permanecer sob a responsabilidade do órgão que a desempenha no momento, mas a DA pode ajudar bastante, formulando a política para o pessoal de aviação e selecionando indivíduos para a instrução de vôo e para o desempenho de outros cargos importantes. Também é muito importante que seja estabelecido um estado de elevada disciplina em todos os círculos hierárquicos da nova especialidade. Mecânicos pouco disciplinados produzirão aeronaves pouco seguras e pilotos sem disciplina as transformarão em sucatas.

7. O mesmo se aplica às importantes funções de Manutenção e Apoio Logístico. (NOTA DO TRADUTOR: No Exército Brasileiro, a manutenção é considerada parte integrante da Logística, juntamente com o transporte, a construção, o suprimento e a saúde — § 1-6 do C 100-10). O DA deve acompanhar atenciosamente o planejamento, para a implantação dessas funções e se houver um declínio na qualidade da manutenção ou do apoio logístico e deixar de ser satisfatório aquela atividade deve tentar encontrar imediatamente uma solução. Se não tiver condições de apresentar essa solução, deverá solicitar o auxílio do escalão superior.

8. Abordei, em poucas palavras, muitos assuntos de interesse do Estado-Maior. O segredo do sucesso, entretanto, na minha opinião, repousa no estabelecimento de um órgão de coordenação e na atribuição ao seu Diretor — que deve ser um oficial de reconhecida capacidade — de responsabilidade da realização do trabalho.

9. Agora, volto-me para o estudo da maneira de condicionar o Exército ao emprego de helicópteros.

II – DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS UNIDADES DE AVIAÇÃO

10. A existência de apenas alguns helicópteros não obriga à sua reunião em uma única unidade de aviação, com todos os aparelhos aquartelados em uma pequena área. Os helicópteros, mesmo grupados sob um controle central, podem prestar excelentes serviços ao Exército, inferiores, contudo, aos que seriam obtidos com sua distribuição às Divisões de Exército. Neste último caso, as aeronaves e as unidades a que elas pertençam poderão ser submetidas a inspeções freqüentes por um órgão central, talvez pela DA.

11. a. Por conseguinte, se existirem cinco Divisões ou cinco áreas de operações, os helicópteros devem ser distribuídos por cinco Batalhões de Aviação (ou cinco Esquadrões, Companhias, Pelotões de Aviação, de acordo com a quantidade disponível), cada unidade instalada junto a um Comando de Divisão. Este esquema, naturalmente, permite a integração de um elemento de helicópteros de maior valor, ou mesmo de duas ou três unidades, a uma Divisão empenhada em operações reais de defesa interna ou aquartelada em área de fronteira.

b. Quando os helicópteros são repartidos pelas Divisões (como o devem ser), ocorre a possibilidade do seu uso em atendimento a conveniências pessoais (particulares) de oficiais dos postos mais elevados. Esse emprego das aeronaves deve ser rigorosamente proibido e todos os comandantes deverão compreender que cada aparelho é fornecido com uma única finalidade: incrementar o poder de combate das Grandes Unidades e Grandes Comandos. Em tempo de paz, o helicóptero deve ser empregado somente na instrução – instrução dos pilotos e da tropa que têm a obrigação de aprender a utilizar-se das aeronaves em combate.

12. Cada unidade de helicópteros deve possuir seu próprio elemento de manutenção orgânica. Para manutenção de escalões mais elevados, é necessário que existam uma ou mais Companhias de Manutenção (ou Destacamentos de Manutenção), localizadas em posição central, em relação às unidades de helicópteros.

III – INSTRUÇÃO DE ADAPTAÇÃO DA TROPA

13. Os elementos de combate que possam vir a empregar helicópteros em exercícios ou em operações de guerra devem ter a oportunidade de se adaptar às aeronaves e de aprender a protegê-las.

a. *O Simulador*

(1) A existência de simuladores baratos, construídos de madeira ou alvenaria, próximos a quartéis de Infantaria e Cavalaria, representa poderoso estímulo à instrução. Um simulador deve ser construído com as mesmas dimensões e a mesma forma de um helicóptero de transporte médio, do tipo HU (veja a Figura 1). Os assentos podem ser confeccionados com madeira. A largura e a altura das portas devem ser idênticas às das que se encontram em uma aeronave real, o mesmo devendo

ocorrer com a altura do teto e a distância do piso à superfície do solo. Um aro ou disco de metal, devidamente posicionado, deve representar o rotor da cauda. Não há necessidade de figurar qualquer outra peça do helicóptero.

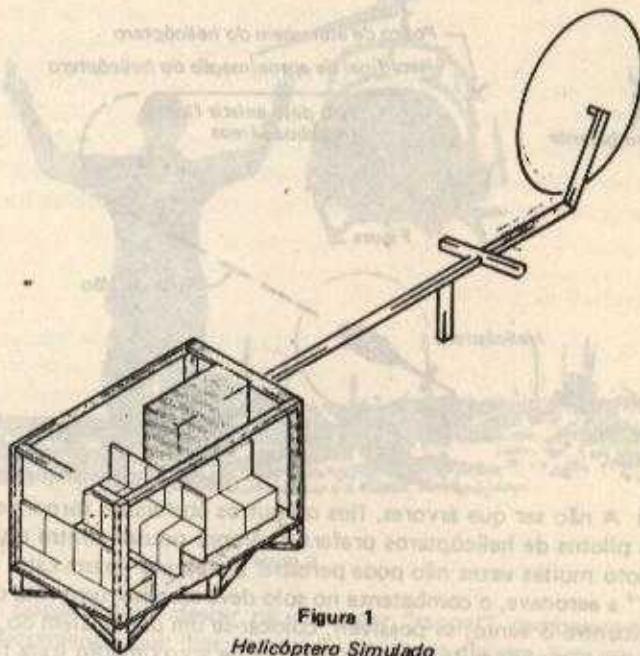


Figura 1
Helicóptero Simulado

(2) O simulador de madeira possibilita à Infantaria e à Cavalaria aprenderem a embarcar os homens, o armamento e os suprimentos em um helicóptero. A prática permitirá que isso seja realizado muito rapidamente e de forma eficiente, que os fuzileiros aprendam a abandonar com presteza a aeronave e a se desdobrarem sem retardar, a comando, em formação de combate à direita, à esquerda ou em ambos os lados do helicóptero.

b. Abrigo e Camuflagem

Os fuzileiros devem aprender a ajudar o piloto de um helicóptero que pouse nas proximidades de sua posição, a deslocar o aparelho para um abrigo e também a camuflá-lo — provavelmente com um toldo ou rede bem leve e galhos de árvores. Um helicóptero deixado em campo aberto pode ser destruído pelo inimigo que possua aviões de caça ou uma boa artilharia. Sou de opinião que o centro de instrução (ou a escola de aviação) deve desenvolver a técnica de abrigar e/ou camuflar uma aeronave e publicar as Normas (Instruções) necessárias.



Figura 3

b. É possível fazer descer na selva, por "rappel", combatentes portando explosivos e ferramentas que lhes permitirão abrir uma clareira. Esta servirá de área de aterragem para um helicóptero. Entretanto, isso demanda algum tempo.

15. Embarcando e Recebendo Suprimentos

a. Um helicóptero é algo muito eficiente no transporte de suprimentos sobre terreno difícil, mas sua eficiência depende da forma acentuada das equipes de carga e descarga, as quais devem ser submetidas a um treinamento especial. Um chefe de tripulação de helicóptero, entretanto, pode ministrar essa instrução especial em tempo reduzido para quaisquer soldados, desde que sejam disciplinados.

b. A necessidade, contudo, é de trabalho rápido e preciso na preparação, no carregamento e na amarração da carga interna no ponto de partida e na sua liberação e descarga no destino. Para a carga externa presa por tirantes, a demanda é, também, por trabalho rápido e preciso na preparação da carga, na fixação da mesma a um gancho suspenso de um helicóptero em vôo pairado e, no ponto de entrega, na liberação do tirante e no seu recolhimento pela aeronave. É extremamente importante não obrigar o helicóptero a esperar, pois o mesmo pode realizar trabalho muito útil em outro lugar.

IV – EMPREGO DO HELICÓPTERO

16. a. Nos parágrafos que se seguem, apresentarei e discutirei alguns dos empregos dos helicópteros em combate. Em todos os casos, partirei do princípio de que o número de aeronaves disponíveis é pequeno. Por Helicóptero Leve de Observação (HLO) deverá ser entendido um aparelho de 3 a 5 lugares, tal como o OH-6, o OH-58A, o Alouette II ou o FH-1100; a expressão Helicóptero Utilitário (HU) será usada para designar a aeronave média de transporte ou utilitária, semelhante ao UH-1H ou ao H-34.

b. Algumas vezes, a instrução para o emprego em combate é tão óbvia que não necessita ser aqui citada. Em outros casos, eu sugeriria alguns procedimentos que passei a encarar como úteis durante meu longo tempo de serviço no Exército dos EUA.

17. Comando e Controle

a. Se um Comandante de Divisão (Cmt Div) recebesse apenas um helicóptero para sua DE, seria de bom alvitre que o General o mantivesse reservado para seu próprio uso. Afirmo isso porque o solitário aparelho lhe proporcionará condições de ser um comandante muito mais eficaz, o que, por sua vez, fará com que a Divisão se instrua e combatá com muito mais êxito.

b. Em uma situação efetiva de combate, o maior problema do Cmt Div (se este for realmente BOM) é obter um entendimento suficientemente correto da situação, que lhe possibilite tomar as decisões adequadas e a emitir as ordens convenientes. O helicóptero lhe dará uma excelente oportunidade de chegar àquele grau de entendimento. Ao elevar-se em um aparelho, sem voar sobre território ocupado pelo inimigo, ele conquista a vantagem incomparável de observar a natureza do terreno, as condições das estradas, dos rios, dos canais e das pontes, de ver exatamente onde se encontram suas unidades e, naturalmente, de pousar junto aos comandantes subordinados para com eles dialogar, para saber de viva voz a situação de cada um e lhes transmitir as ordens diretamente. (Para facilitar isso, determinei, quando Cmt da 82ª D Aet, a todos os comandantes subordinados, que pintassem o capuz do motor de seis jipes com um símbolo colorido, de forma que eu, mesmo a bordo de uma aeronave, pudesse saber que chefe se encontrava na viatura.)

Em certas ocasiões, o Cmt Div desejará embarcar um comandante subordinado no helicóptero para permitir-lhe melhor estudar o terreno e a situação.

c. Quanto pior o terreno, mais será empregado o helicóptero para comando e controle. Imaginemos, por exemplo, uma Divisão ocupando diversas posições defensivas isoladas em uma região montanhosa. Se o comandante não contar com esse tipo de aparelho, ele terá que escolher (se desejar inspecionar suas posições) entre escalar cada montanha — o que seria, no mínimo, temerário, pois o isolaria, em caso de ataque inimigo, de seu Posto de Comando, e de todas as outras unidades — e simplesmente permanecer sentado no QG. Brindem-no com o uso de um helicóptero.

ro e ele, imediatamente, ficará em condições de visitar todas as posições, inspecionar e corrigir com regularidade o dispositivo das tropas e dar as ordens necessárias. O helicóptero torna-o dez vezes mais eficaz, em tais circunstâncias.

d. Não é preciso dizer que o Cmt Div pode proporcionar, aos seus oficiais de EM mais antigos, a utilização dos helicópteros para deslocamentos com finalidades semelhantes.

e. O Cmt Div e seus oficiais de EM aprenderão que as comunicações rádio, a partir de um conjunto rádio instalado em helicóptero, são excepcionalmente boas. Uma aeronave-comando pode ser equipada com uma pequena mesa e quadros para a aposição de cartas, apesar de não ser conveniente abusar dessa facilidade. Seu emprego maior consiste em proporcionar ao comandante a melhor imagem possível da situação de combate!!

Se existir mais de um helicóptero disponível, os comandantes de Brigada também poderão ser aquinhoados, para que empreguem as aeronaves com a mesma finalidade.

f. A instrução de comando e controle consiste simplesmente em fazer com que o comandante e seu EM se acostumem com o aparelho e seu piloto. Todos necessitam saber corretamente o conjunto rádio ar-solo e os outros equipamentos de que dispõe o helicóptero para facilitar a ação de comando e de controle.

18. Reconhecimento

a. Se existirem mais HLO disponíveis, alguns devem ser reservados para a execução de reconhecimentos. Em linhas gerais, as operações de reconhecimento podem ser classificadas em dois tipos:

- (1) Reconhecimento sobre terreno amigo ou deserto (desocupado).
- (2) Reconhecimento sobre terreno inimigo ou com possibilidade de estar ocupado pelo inimigo.

Na maioria dos casos, um pequeno helicóptero monomotor de observação será suficiente para cumprir a missão.

b. O reconhecimento sobre terreno amigo pode ser executado por uma única aeronave transportando um piloto e um ou mais observadores. Na maioria dos casos, o aparelho poderá voar a uma altitude que permita excelente visibilidade e fácil navegação. Busca-se o mesmo tipo de informação procurado pelo comandante: condições do terreno, das pontes, dos cursos de água e estradas e a localização das forças amigas.

c. O reconhecimento sobre terreno inimigo ou terreno que apresente a possibilidade de estar sob seu domínio exige dois helicópteros e uma técnica de vôo e de navegação muito diferente. São necessários dois HLO para que se disponha de segurança no grau adequado (um pode cobrir o outro com o fogo de suas metralhadoras), para que se possa confirmar os informes colhidos e para que se conte com

ro e ele, imediatamente, ficará em condições de visitar todas as posições, inspecionar e corrigir com regularidade o dispositivo das tropas e dar as ordens necessárias. O helicóptero torna-o dez vezes mais eficaz, em tais circunstâncias.

d. Não é preciso dizer que o Cmt Div pode proporcionar, aos seus oficiais de EM mais antigos, a utilização dos helicópteros para deslocamentos com finalidades semelhantes.

e. O Cmt Div e seus oficiais de EM aprenderão que as comunicações rádio, a partir de um conjunto rádio instalado em helicóptero, são excepcionalmente boas. Uma aeronave-comando pode ser equipada com uma pequena mesa e quadros para a aposição de cartas, apesar de não ser conveniente abusar dessa facilidade. Seu emprego maior consiste em proporcionar ao comandante a melhor imagem possível da situação de combate!!

Se existir mais de um helicóptero disponível, os comandantes de Brigada também poderão ser aquinhoados, para que empreguem as aeronaves com a mesma finalidade.

f. A instrução de comando e controle consiste simplesmente em fazer com que o comandante e seu EM se acostumem com o aparelho e seu piloto. Todos necessitam saber usar corretamente o conjunto rádio ar-solo e os outros equipamentos de que dispõe o helicóptero para facilitar a ação de comando e de controle.

18. Reconhecimento

a. Se existirem mais HLO disponíveis, alguns devem ser reservados para a execução de reconhecimentos. Em linhas gerais, as operações de reconhecimento podem ser classificadas em dois tipos:

- (1) Reconhecimento sobre terreno amigo ou deserto (desocupado).
- (2) Reconhecimento sobre terreno inimigo ou com possibilidade de estar ocupado pelo inimigo.

Na maioria dos casos, um pequeno helicóptero monomotor de observação será suficiente para cumprir a missão.

b. O reconhecimento sobre terreno amigo pode ser executado por uma única aeronave transportando um piloto e um ou mais observadores. Na maioria dos casos, o aparelho poderá voar a uma altitude que permita excelente visibilidade e fácil navegação. Busca-se o mesmo tipo de informação procurado pelo comandante: condições do terreno, das pontes, dos cursos de água e estradas e a localização das forças amigas.

c. O reconhecimento sobre terreno inimigo ou terreno que apresente a possibilidade de estar sob seu domínio exige dois helicópteros e uma técnica de vôo e de navegação muito diferente. São necessários dois HLO para que se disponha de segurança no grau adequado (um pode cobrir o outro com o fogo de suas metralhadoras), para que se possa confirmar os informes colhidos e para que se conte com

meios de observações adicionais. O voo é realizado, de hábito, lentamente e em um nível muito baixo — não muito acima das copas das árvores. A navegação é fruto de plano de voo bem feito e de uma extrema atenção dedicada às formas do terreno e ao traçado das rodovias, ferrovias, cidades e cursos de água. Também é necessária a aptidão de identificar rapidamente equipes e atividades militares. Tudo isso demanda prática e cuidadosa atenção durante os vôos operacionais e de instrução.

d. O chefe de maior graduação deve tomar as medidas necessárias à organização das equipes de reconhecimento e fazer com que elas sejam submetidas a uma instrução adequada. Contudo, mesmo que não existam HLO em número suficiente para a formação de equipes de reconhecimento, um volume considerável de informações de valor será obtido simplesmente pelo emprego de aeronaves no transporte dos comandantes mais antigos.

19. Transporte Tático de Prova

a. O mais importante emprego do helicóptero é o realizado no deslocamento de tropa. Entretanto, a não ser que seja disponível um número elevado de HU, os helicópteros não devem ser usados no assalto direto a um inimigo bem armado. Não obstante, existem muitas tarefas úteis que o helicóptero pode realizar longe das vistas e dos fogos de forças inimigas poderosas. Isso não quer dizer que nunca se deva permitir que as aeronaves se arrisque a ser alvejadas. O que não pode ocorrer é que voem diretamente "para os dentes" daquelas forças.

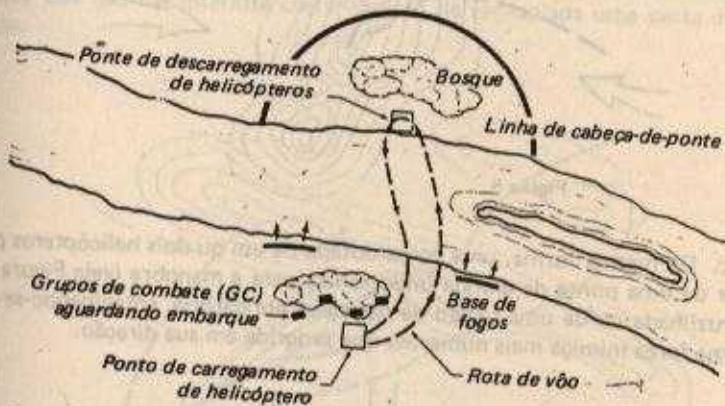
b. O comandante que esteja a estudar o emprego em combate de um ou mais HU deve fazer esse trabalho intelectual de forma cuidadosa, baseando-se em seu conhecimento e em sua experiência. Se emprega seus helicópteros com sabedoria, eles proporcionarão muitos lucros e terão vida longa. Se o emprego for impulsivo, um número excessivo de aeronaves poderá ser abatido.

c. Os helicópteros só prestarão ao Cmt Div os melhores serviços se estiverem ao alcance de sua mão. Eles podem responder com rapidez a uma ordem, proporcionando ao comandante muitas vantagens sobre o inimigo. Entretanto, se houver necessidade de solicitar ao escalão superior permissão para o emprego das aeronaves, essas vantagens poderão não ser tão ponderáveis.

d. Devido à sua incomum agilidade — aptidão para voar com rapidez ou então muito devagar, ascender ou descender verticalmente, pairar, pousar ou decolar de locais exíguos e difíceis, um bom comandante encontrará centenas de ocasiões em que os helicópteros poderão prestar grandes serviços. No restante deste artigo, abordarei algumas formas de empregar taticamente uns poucos aparelhos. Serão simplesmente exemplos; qualquer bom comandante descobrirá muitas outras oportunidades, à medida que ele e sua tropa se acostumarem à aeromobilidade.

20. Transposição de Obstáculos

a. Um único HU pode transportar em pouco tempo, através de uma série de vôos, uma Companhia de Fuzileiros sobre um corte estreito e com paredes íngremes, ou sobre um rio caudaloso (veja Figura 4). O helicóptero poderá ter de realizar 12 ou 15 viagens, mas isso não se constituirá em problema, desde que os soldados tenham sido cuidadosamente instruídos a respeito dos movimentos de embarque e desembarque, a Companhia tenha sido adequadamente organizada em equipes para o transporte e tenham sido tomadas as medidas de segurança convenientes contra eventual ataque terrestre inimigo (se esta última possibilidade existir).



Esta não é uma operação a ser empreendida contra uma posição defensiva apoiada em curso de água. A linha de cabeça-de-ponte (L C Pnt) e a base de fogos são simplesmente precauções para o caso de o inimigo aparecer inesperadamente na área.

b. A instrução para essa manobra simples requer o emprego do Simulador, algum estudo por parte do comandante da companhia e, posteriormente, o uso do helicóptero por algumas poucas horas de prática. Se necessário, um oficial mais graduado pode observar a instrução para certificar-se de que a aeronave não recebe excesso de carga ou sobreabusos de outra ordem. O comandante da companhia deve ser incentivado a empregar o aparelho para a prática desse e de outros exercícios táticos, tais como os que se seguem.

21. Manutenção de Pontos Importantes do Terreno

a. Se duas forças se deslocam uma contra a outra, a que possuir helicóptero, mesmo que seja um só, terá muito mais possibilidade de se apossar de pontos importantes do terreno.

Algumas Considerações sobre Aeromobilidade

b. Se, por exemplo, ambos os contendores em um combate de encontro buscarem a posse do cume de uma montanha (veja Figura 5), a força dotada de helicóptero pode instalar um Grupo de Combate (GC) na crista em apenas uma viagem. O GC atirando sobre o inimigo que se aproxima escalando a elevação, retardará o adversário, possibilitando ao grosso das forças amigas alcançar o cume antes dele. Se a aeronave puder realizar outros vôos, a vitória certamente será muito mais provável.

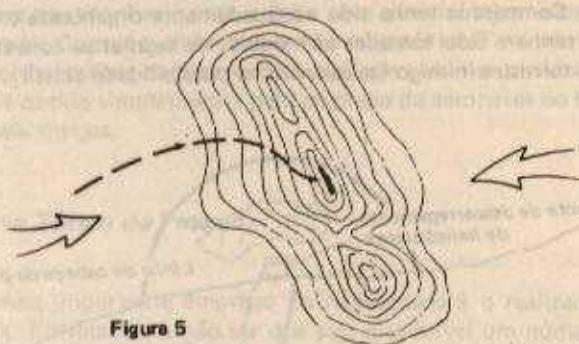


Figura 5

c. Da mesma forma, uma força dotada de um ou dois helicópteros poderá se aposse de uma ponte de grande importância para a manobra (veja Figura 6), de uma encruzilhada ou de uma região de passagem obrigatória, antecipando-se em relação a uma força inimiga mais numerosa que progride em sua direção.

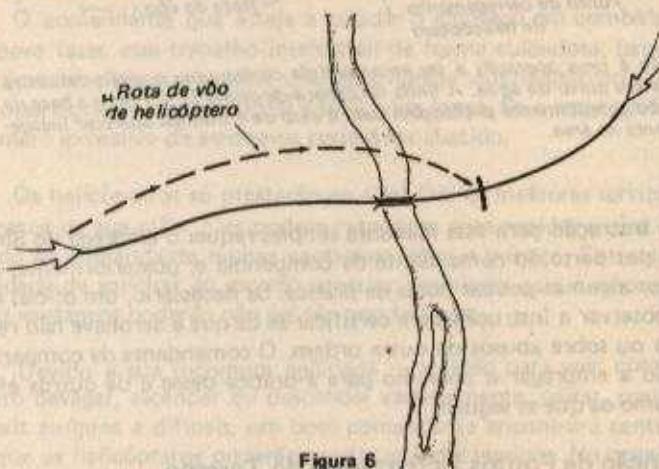


Figura 6

d. Essas manobras simples freqüentemente economizarão muito tempo e muitas baixas e, algumas vezes, significarão a diferença entre o êxito e o fracasso em combate.

22. Deslocamento Contra Força de Retardamento Inimiga

a. Um inimigo em retraimento diante de nossas tropas normalmente ocupará, com pequenos elementos, posições de retardamento que barrem nossos itinerários de progressão. Ele, naturalmente, escolherá posições que dominem desfiladeiros ou pontos de passagem obrigatória, procurando obrigar nossas forças, seja a atacá-lo frontalmente (o que nos poderá causar muitas baixas), seja a gastar muito tempo tentando flanquear suas posições e delas expulsá-lo.

b. Com muita freqüência, um ou dois helicópteros podem, de forma rápida, reunir junto ao flanco do inimigo os elementos necessários à realização dessa última ação (veja Figura 7). Em algumas ocasiões, o inimigo começará a retrair assim que perceber que a força de flanqueamento se coloca em posição de ameaçá-lo, uma vez que não lhe interessa correr o risco de ver isolada uma parte de seus elementos.

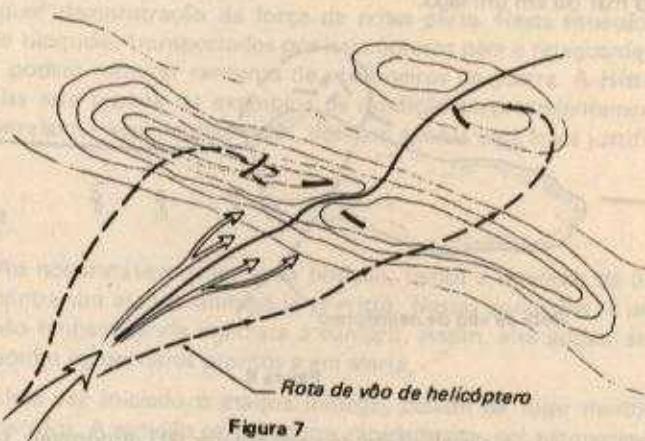


Figura 7

c. No lugar de uma força de flanqueamento, ou mesmo em combinação com essa força, uma força de bloqueio (vide novamente a Figura 7) poderá ser transportada por helicóptero para uma posição localizada sobre o itinerário de retraimento (que normalmente será uma estrada) da força de retardamento do inimigo. Isso nos proporcionará uma oportunidade de destruir ou capturar essa força e, quando esse fato ocorrer, nossas forças poderão passar, em certos casos, a progredir vencendo longas distâncias sem oposição.

d. Helicópteros de reconhecimento serão de grande valia durante o deslocamento contra força de retardamento do inimigo. Em certas ocasiões, elas podem verificar se o inimigo se utiliza de uma determinada posição para retardar ou não e, dessa maneira, acelerar nossa progressão consideravelmente. Quanto mais limpo, livre e descoberto o terreno, maior será a possibilidade de isso ocorrer.

23. Ataque

a. É bem possível que um comandante não vislumbre qualquer forma de emprego imediato de seus HU no desembocar de um ataque contra adversário poderoso que defende uma posição. Suas aeronaves devem, naturalmente, ser mantidas em "alerta total" para o cumprimento de qualquer tipo de missão que seja necessária. Ele deve posicionar os aparelhos próximo a um elemento de fuzileiros que se encontre na posição de reserva.

b. Algumas vezes, no entanto, apresentar-seão oportunidades especiais. Se, por exemplo, o inimigo apóia uma parte de sua posição de defesa em um lago (veja Figura 8), helicópteros podem transportar pequenos elementos sobre o espelho de água para auxiliar as forças que atuam no ataque principal. Da mesma forma, aeronaves podem deslocar tropas sobre uma montanha desocupada, uma área de selva ou um pântano. Os aparelhos podem conduzir elementos para desbordar um flanco apoiado no mar ou em um lago.



Figura 8

Observe que o simples fato de você possuir HU disponíveis, torna impossível ao inimigo aproveitar ao máximo as vantagens oferecidas por um obstáculo natural. Isso fará com que ele tenha de reduzir seu poder de combate em outras partes da posição de defesa.

c. Em quase todos os ataques haverá ocasiões nas quais a aptidão para deslocamento rápido de alguns elementos será de muito valor. Se a distância for pequena, alguns HU poderão, fazendo um movimento de vaivém, transportar os elementos de combate de uma companhia ou de um batalhão para um acidente do terreno de onde poderá ser lançado um novo ataque ou reforçada a ação de outro elemento.

d. Os HU podem, obviamente, executar valiosos serviços, ao evacuar baias para um Posto de Saúde ou Ponto de Triagem. Muitas vidas são salvas desta maneira.

e. Com bom discernimento e boa instrução, é possível realizar as tarefas citadas sem expor as aeronaves a fogos inimigos a curta distância.

24. Perseguição e Aproveitamento do Exito

a. Quando um inimigo cede ao nosso ataque e passa a retrair em desorden, nossos helicópteros se tornam excepcionalmente valiosos, auxiliando a conservar esse inimigo desequilibrado, manter a iniciativa em nossas mãos e a causar baixas nas hostes contrárias.

b. Uma das missões mais típicas do helicóptero é a de apossear-se de acidentes importantes do terreno, como foi descrito no parágrafo 21 deste trabalho. Assumindo o controle de regiões de passagem obrigatória (pontes, desfiladeiros, etc) por meio de elementos transportados em aeronaves, os carros de combate e os fuzileiros de nossas forças de perseguição não encontrarão entraves em sua ação contra o inimigo.

c. Com muita freqüência, o inimigo em retirada torna-se tão desorientado e desmoralizado que a grande maioria de seus soldados passa a querer se entregar ao assistir qualquer demonstração de força de nossa parte. Nessa situação, pequenos elementos de bloqueio, transportados por helicópteros para a retaguarda do inimigo em retirada, podem capturar centenas de prisioneiros de guerra. A História Militar de nossos dias está repleta de exemplos de rendição surpreendentemente fácil de tropas que retraíram — elas, muitas vezes, desejam apenas uma fraca justificativa para fazê-lo.

25. Defesa

a. Ao nos instalarmos em uma posição, temos a intenção de defendê-la a todo custo contra um ataque inimigo já previsto. Nessas condições, é provável que nossos HU não tenham tarefa imediata a cumprir. Assim, eles podem ser mantidos em reserva, porém conservados prontos e em alerta.

b. Uma vez iniciado o ataque inimigo, podem ter lugar muitos acontecimentos inesperados. A aptidão para deslocar rapidamente, por aeronaves, uma parte da reserva pode ser extremamente valiosa para retardar ou deter uma penetração inimiga ou auxiliar em um contra-ataque.

c. E, da mesma forma que no ataque, helicópteros podem ajudar na evacuação de baixas, se não forem empregados de outra maneira.

26. Retirada

a. Quando nossas forças retraem sob a pressão de forças inimigas superiores, os helicópteros são, novamente, excepcionalmente valiosos no retardamento e na desorganização da progressão inimiga. Quanto mais cortado o terreno, tanto mais se destaca o trabalho das aeronaves.

b. Como é do conhecimento de todo comandante, torna-se realmente muito difícil coordenar nosso emprego de destruições com o retardamento dos pequenos elementos que serão deixados à retaguarda para retardar o inimigo. Freqüente-

mente, por exemplo, deixamos de empurrar os acionadores dos equipamentos de destruição para derrubar uma ponte ou escavar uma cratera em estrada até que seja irremediavelmente tarde, esperando que nossas tropas ultrapassem o obstáculo ou mesmo por não sabermos o seu destino. Por outro lado, algumas vezes detonamos a carga cedo demais, deixando nossas forças de retardamento presas na margem oposta.

Aos helicópteros, entretanto, não importa saber se a ponte está ou não destruída, nem se a estrada apresenta ou não minas e crateras. Assim, os Destacamentos Retardadores mais recuados podem permanecer em suas posições mesmo depois de realizadas as destruições e minadas as estradas, pois eles poderão retornar pelo ar de forma fácil e segura (veja Figura 9).

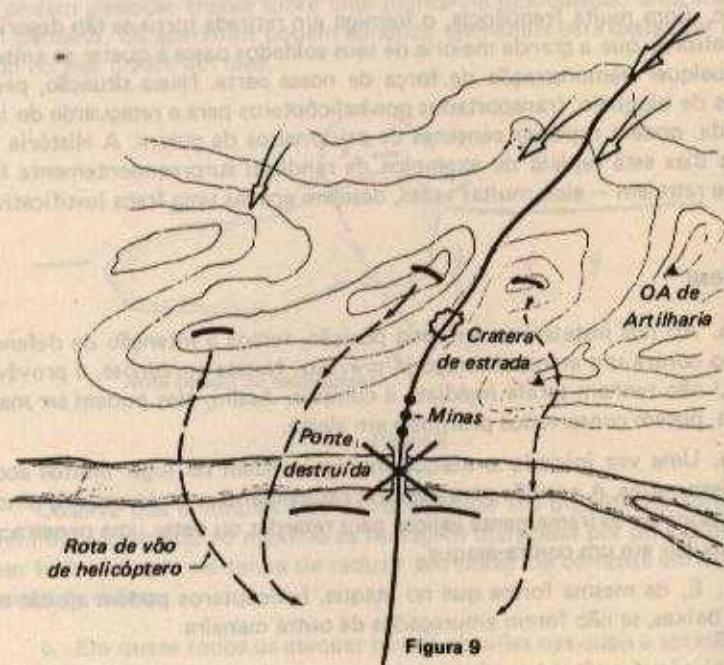


Figura 9

c. O mesmo raciocínio se aplica aos nossos Observadores Avançados de Artilharia. Eles e seus conjuntos rádio podem permanecer à retaguarda de nossas Forças em retirada, talvez no cume de montanhas inacessíveis, das quais eles podem ajustar com precisão os fogos sobre as tropas inimigas (veja novamente a Figura 9). Os OA podem ser facilmente recuperados pelos HLO.

d. Equipamentos de destruição e seus explosivos podem ser rapidamente deslocados por helicópteros, aumentando em muito sua eficácia.

e. Patrulhas infiltradas podem ser empregadas à retaguarda das linhas inimigas, atacando suas colunas em progressão. Essas patrulhas atuam sobre os flancos das colunas com o fogo de metralhadoras e de armas antacetano e, a seguir, se internam em áreas cobertas ou em regiões de terreno movimentado, de onde são recolhidos por helicópteros. Não é necessário lembrar que esse tipo de operação é deves-
ras perigoso. Em alguns casos, contudo, os resultados podem justificar os riscos. Só deve ser tentado antes que o inimigo tenha tido tempo de se desdobrar e ocupar toda a área que foi evacuada por nós.

f. Também em um retraimento, haverá lugar para situações não previstas, nas quais o comandante descobrirá que a aptidão para transportar rapidamente alguns elementos se constitui em recurso dos mais valiosos.

27. Segurança

Em situações ideais, deve haver disponível, para o cumprimento de missões de segurança, uma combinação de HLO e helicópteros de transporte de tropa.

a. *Vanguarda*

Quando nossas forças se deslocarem sem que haja contato com o inimigo mas o comandante, não obstante, deseja se proteger contra a possibilidade de encontrar com o mesmo de forma inesperada (veja Figura 10), mesmo um ou dois helicópteros poderão proporcionar a segurança necessária. Para isso, as aeronaves voarão ao longo do eixo de progressão e, ocasionalmente, pousarão em pontos elevados (PO) dos quais um observador dotado de binóculos poderá observar a estrada. Os helicópteros, naturalmente, examinarão com cuidado todos os locais apropriados para a instalação de posição de retardamento e para a montagem de emboscadas, inicialmente do ar e, se for necessário, pousados. Dessa maneira, a vanguarda convencional (que poderá ter os helicópteros sob seu controle operacional) terá condições de progredir, em viaturas ou a pé, em um ritmo muito mais rápido do que seria possível sem a presença das aeronaves.

b. *Retaguarda* (veja novamente a Figura 10)

Um ou dois HU podem colocar pequenos destacamentos de retaguarda (fuzileiros) em posições sucessivas à retaguarda de nossa coluna em deslocamento, apoiando-a com excelente segurança. A retaguarda convencional (que poderá ter os helicópteros sob seu controle operacional) terá condições de progredir na mesma velocidade do grosso.

c. *Flancoguarda* (veja novamente a Figura 10)

Os helicópteros podem deslocar fácil e rapidamente pequenos destacamentos para bloqueio de via de acesso. O restante da flancoguarda poderá se deslocar à mesma velocidade do grosso que ela protege.

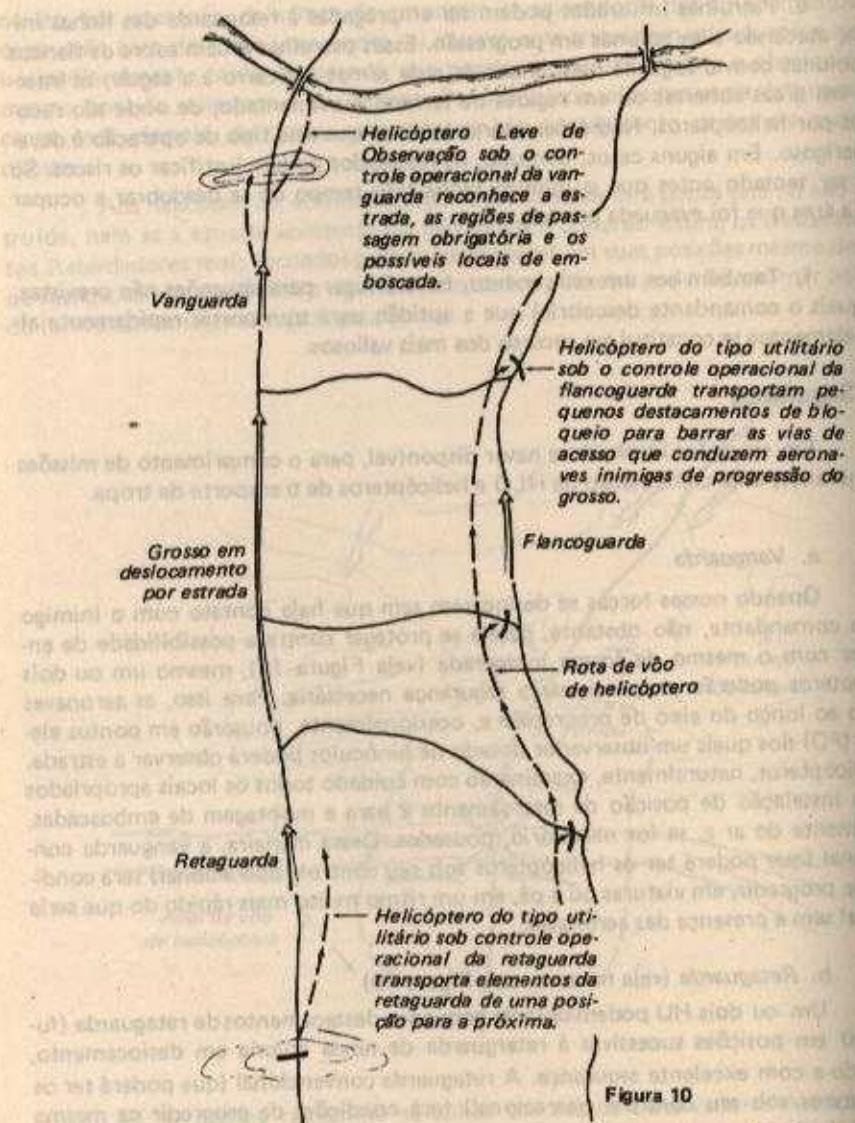


Figura 10

d. Proteção de um flanco extenso e vulnerável

(1) Por vezes, um combatente cujas forças não estão em marcha mas se empenham em combate em uma larga frente (veja Figura 11), deve encarar, ainda, a possibilidade de o inimigo desbordar um flanco. Este pode ser bastante exposto e

apresentar muito espaço aberto à retaguarda. O comandante gostaria de proteger esse flanco apenas com pequenos elementos, de maneira a não enfraquecer as forças na frente selecionada como a mais importante. Alguns helicópteros lhe permitirão fazer isso.

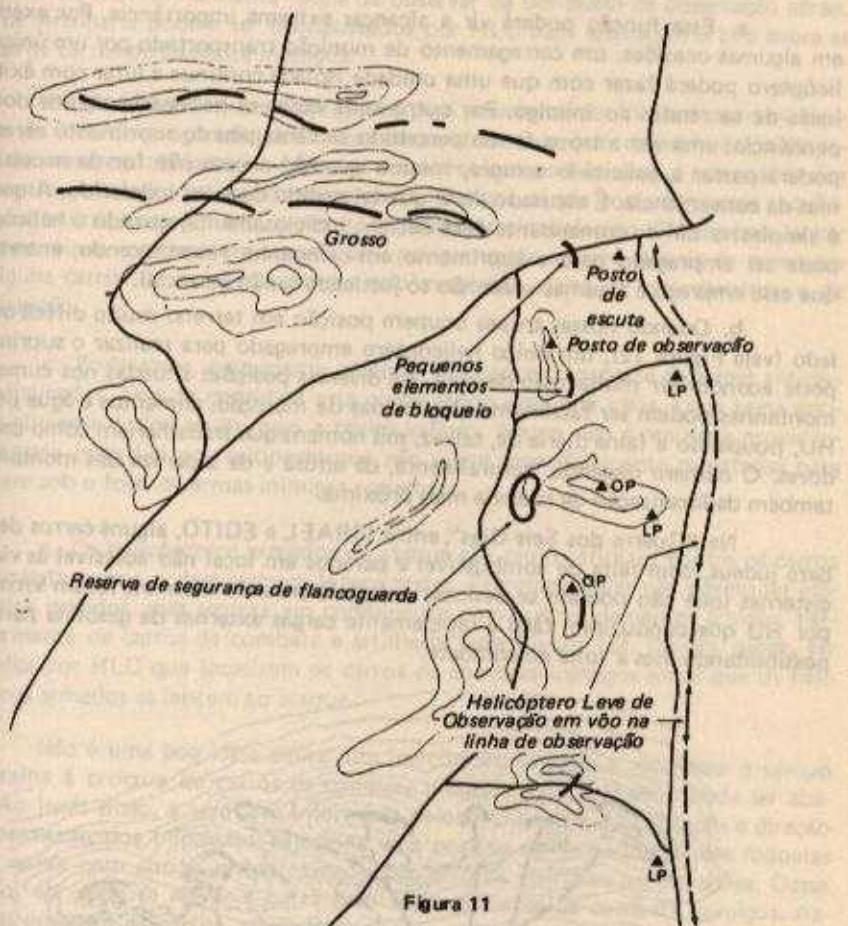


Figura 11

(2) No período diurno (durante as horas de luz solar), HLO poderão percorrer continuamente uma linha de observação. Ficarão em condições de perceber a aproximação de qualquer força inimiga de certo vulto e de dar o alerta oportuno. Isso só não será praticável em terreno muito sujo, com vegetação densa em demasia. HU podem instalar postos de observação e de escuta terrestres para operarem em regime de vinte e quatro horas por dia. Uma pequena força de reserva poderá ser deslocada rapidamente por HU para qualquer ponto no flanco para bloquear ou re-

tardar uma força inimiga até que elementos mais poderosos de nossas forças possam ser retirados da frente principal.

28. Suprimentos em Campanha

a. Essa função poderá vir a alcançar extrema importância. Por exemplo, em algumas ocasiões, um carregamento de munição transportado por um único helicóptero poderá fazer com que uma unidade isolada continue a lutar com êxito ao invés de se render ao inimigo. Por outro lado, torna-se necessária alguma dose de pendência: uma vez a tropa tendo percebido as vantagens do suprimento aéreo, ela poderá passar a solicitá-lo sempre, mesmo quando o caso não for de necessidade mas de conveniência. É escusado dizer que tal pedido deve ser indeferido. A questão é simples: o EM do comandante deve decidir, judiciosamente, quando o helicóptero pode ser empregado para o suprimento em campanha, reconhecendo, entretanto, que esse emprego é algumas vezes não só justificado senão essencial.

b. Quando nossas tropas ocupam posição em terreno muito difícil ou isolado (veja Figura 12), um único helicóptero empregado para realizar o suprimento pode economizar muita mão-de-obra. As diversas posições situadas nos cumes das montanhas podem ser facilmente abastecidas de munição, alimentos e água por um HU, poupando a faina diária de, talvez, mil homens que trabalhariam como carregadores. O número depende, naturalmente, da altura e da aspereza das montanhas e também da localização da rodovia mais próxima.

Na "Guerra dos Seis Dias", entre ISRAEL e EGITO, alguns carros de combate judeus, com falta de combustível e parados em local não acessível às viaturas cisternas (que não podiam se deslocar pela tofa areia do deserto), foram socorridos por HU que conduziram fácil e rapidamente cargas externas de gasolina para eles, possibilitando-lhes a volta ao combate.

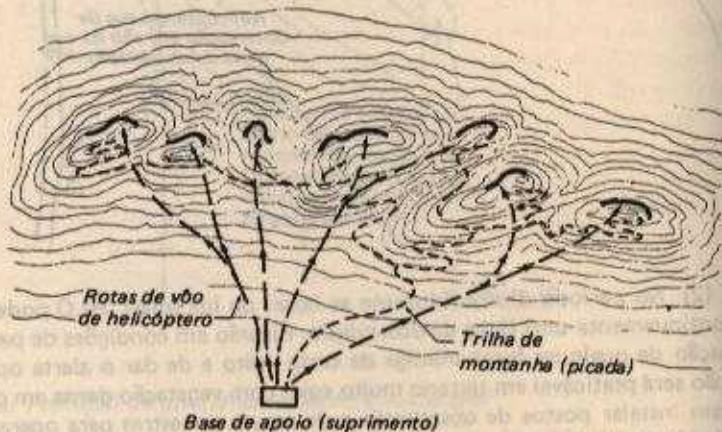


Figura 12

29. Emprego de Helicóptero Contra Blindados Inimigos

a. Os helicópteros de reconhecimento são muito valiosos na localização e difusão do alerta sobre a presença de carros de combate inimigos. Estes, quando em movimento, são normalmente fáceis de observar de um posto de observação aéreo. OA de Artilharia podem ser transportados por HLO para ajustarem o tiro sobre as forças de carros de combate inimigos.

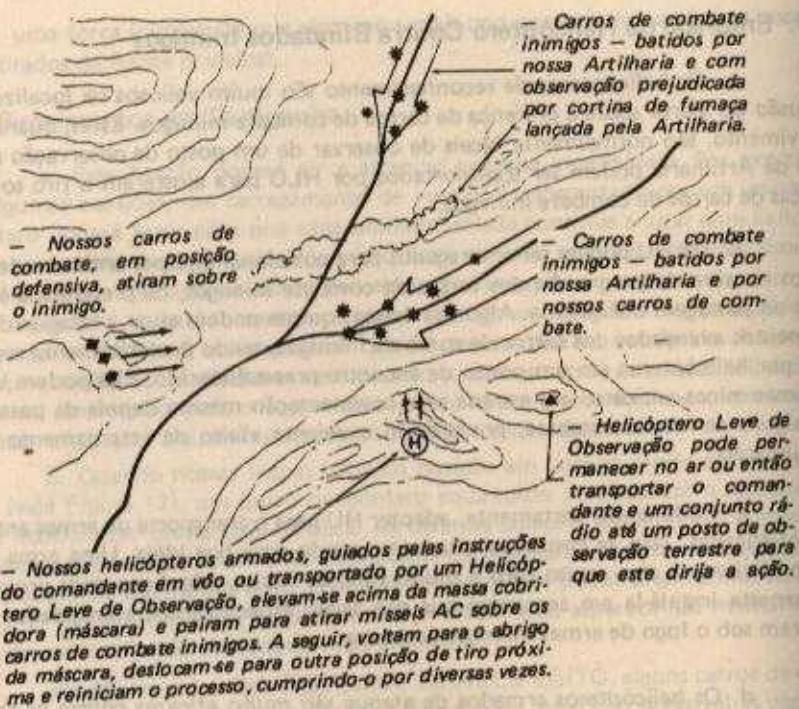
b. Os HU podem ser empregados para posicionar equipes anticarro de fuzileiros no eixo de progressão dos carros de combate inimigos, de preferência em região de passagem obrigatória. Algumas dessas equipes podem atuar à retaguarda dos elementos avançados dos carros de combate inimigos, sendo posteriormente recolhidos por helicópteros em um ponto de encontro preestabelecido. Elas podem lançar algumas minas anticarro em estrada sem pavimentação mesmo depois da passagem de alguns carros de combate, produzindo excelente efeito de retardamento e de inquietação.

c. Poderemos, certamente, adaptar HU para o transporte de armas anticarro sofisticadas. Não se considera esta como sendo uma boa idéia. Uma arma anticarro eficiente é algo muito caro e muito valioso. Assim, não é reputada providênci sensata instalá-la em aeronaves que não sejam especificamente projetadas para atuarem sob o fogo de armas inimigas poderosas.

d. Os helicópteros armados de ataque são muito eficazes contra os carros de combate, como o demonstram longos testes. Entretanto, eles não devem ser empregados isolados, mas sempre em combinação com outros elementos amigos, particularmente de carros de combate e artilharia (veja Figura 13). Devem, ainda, ser apoiados por HLO que localizem os carros de combate inimigos antes que os helicópteros armados se lancem ao ataque.

Não é uma boa idéia deixar um helicóptero armado a sobrevoar o campo de batalha à procura de carros de combate inimigos, pois o mesmo pode ser abatido. Ao invés disso, a aeronave informada pelos HLO sobre a localização e direção de movimento dos blindados, seleciona uma posição de tiro afastada das rodovias e que conte com abrigo proporcionado por árvores, edifícios ou elevações. Dessa posição, ela pode se elevar e bater pelo fogo os carros de combate inimigos. Assim, ela embosca os carros, atirando enquanto paira e, a seguir, baixando para trás do abrigo e se deslocando para repetir a ação, posteriormente, de uma outra posição de tiro.

O helicóptero anticarro não mergulha sobre os carros de combate como se fosse um avião de caça, pois haveria grande possibilidade de ser abatido. Na tocaia, entretanto, o helicóptero poderá destruir muitos carros de combate inimigos, particularmente se estes se encontrarem travando combate pela frente com nossos próprios blindados e com nossa Artilharia.



30. Ação Contra Forças de Guerrilha

a. O emprego de helicópteros variará muito de acordo com a natureza do terreno, as condições meteorológicas, o valor das forças inimigas, a natureza das armas que estas usarem e a possibilidade dos guerrilheiros serem identificados por um uniforme.

b. Normalmente, os guerrilheiros operam em terreno difícil, pobre em rodovias. Isso torna os helicópteros extremamente úteis para o deslocamento de patrulhas, de forças de bloqueio e de suprimentos (alimentos, água e munição) para nossas forças na área.

Pequenos elementos podem ser transportados por HU para inspecionarem localidades remotas e para obterem preciosas informações. Eles podem evacuar bajas com facilidade, evitando o longo e penoso transporte por terreno muito movimentado.

Embora seja difícil ou mesmo impossível para um piloto ou para um observador ver através do teto verde da selva, HLO podem realizar um bom reconhecimento do terreno, podem freqüentemente localizar com precisão nossos próprios elementos (às vezes isso adquire enorme importância) e, algumas vezes, podem lo-

calizar o inimigo. Este, ocasionalmente, revela sua presença por intermédio de fumaça ou aparecendo em clareiras ou no leito das estradas.

Os elementos de reconhecimento do Exército dos EUA no VIETNAME obtiveram muito sucesso nesse trabalho.

V – CONCLUSÃO

Do que acima foi dito, poderá ser deduzido que os helicópteros não atuam isoladamente em combate — eles devem ser empregados normalmente como parte de uma força terrestre maior.

Assim, helicópteros que cumpram missões de reconhecimento ou de segurança são usualmente atribuídos, sob a forma de controle operacional, a elementos de reconhecimento e de segurança de maior valor (NOTA DO TRADUTOR: Em reforço, no original).

Um elemento de fuzileiros tornado aeromóvel pelo recebimento de aeronaves não ataca um objetivo empregando apenas seus próprios meios; sempre o faz em combinação com outros elementos de fuzileiros de maior efetivo, os quais se deslocam pelo solo.

Se, por outro lado, contarmos com helicópteros anticarro armados, eles não devem receber a missão de atacar, sozinhos, carros de combate inimigos, devendo fazê-lo somente em combinação com nossos próprios carros de combate ou com armas anticarro dos fuzileiros e bem apoiados pelo fogo de nossa Artilharia.

Um militar profissional, comandante de um elemento de combate, não pode esperar milagres da parte de um helicóptero. Pode, entretanto, contar com a aeronave para tornar sua unidade mais eficiente. O grau de eficiência dependerá do chefe e do entendimento da natureza do combate que ele vier a alcançar.

Um bom comandante empregará os helicópteros com discernimento e perícia, gozando da satisfação de ver sua tropa tornar-se mais eficiente e melhor preparada para o cumprimento de sua missão principal — LUTAR EM DEFESA DA PÁTRIA.

(Tradução: Maj Cav Newton Bonuma dos Santos — 2º ano da ECUME)



TEORIAS GEOPOLÍTICAS APLICADAS À ARTE MILITAR

Carlos de Meira Mattos

General-de-Divisão R/I, autor de numerosos trabalhos no campo da Geopolítica, destacando-se "A Geopolítica e as Projeções do Poder" e "Projeção Mundial do Brasil". Ex-Vice-Diretor do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington, DC, EUA.

A Geopolítica é a política aplicada aos espaços geográficos. O Estudo da Geopolítica, sob o ângulo do campo militar, deu origem a três teorias clássicas: a do poder terrestre, a do poder marítimo, e do poder aéreo.

Inicialmente, pretendemos examinar a concepção clássica que orientou a formulação dessas três teorias, associando essa concepção às idéias de seus principais formuladores — Mackinder (poder terrestre), Mahan (poder marítimo), Douhet, Mitchell e Seversky (poder aéreo).

Em seguida, trataremos da evolução do clássico para o moderno, acrescentado às idéias iniciais as novas concepções teóricas e estratégicas trazidas pela evolução da tecnologia e das ciências aplicadas à guerra. Discutiremos, essencialmente, os conceitos do poder aeroespacial e de guerra nuclear.

TEORIA DO PODER TERRESTRE

Sir Halford J. Mackinder, geógrafo inglês, professor de Geografia na Universidade de Oxford e, posteriormente, da Universidade de Londres, membro do Parlamento inglês, autor dos trabalhos: "Britain and the British Seas" (1901), "Elementary Studies in Geography", "Democratic Ideals and Reality"... (1919), trouxe a público, em 1904, um trabalho intitulado "The Geographical Pivot of History", apresentado então à "Royal Geographical Society".

Tal trabalho contém as idéias essenciais do que se convencionou chamar a Teoria do Poder Terrestre e pode ser interpretado como uma resposta, uma antítese aos pensamentos enunciados por Alfred Talyer Mahan na sua obra "The influence

of sea power upon History", publicada em 1889, e que se universalizou como a Teoria do Poder Marítimo.

O livro "Democratic Ideals and Reality", publicado em 1919, ao término da I Guerra Mundial e, segundo Mackinder, uma mensagem dirigida à convenção encarregada das negociações de paz reunida em Paris, representa uma ampliação dos pensamentos expostos no trabalho de 1904, sem modificações sensíveis no seu contexto.

Da obra de Mackinder, ressalta, em primeiro lugar, a sua concepção globalista da Geografia, fato de suma importância para o entendimento das relações humanas. Como está expresso num dos capítulos de "Democratic Ideals and Reality", pela primeira vez se ficou em presença de um sistema integrado, ao ser analisada a intercorrência dos fatos físicos, econômicos, militares e políticos na superfície do Globo.

"Cada choque, cada desastre ou superfluidez é agora refletido por certo nos antípodas, da mesma maneira porque as ondas aéreas da erupção do vulcão Cracatoa, em 1883, foram propulsadas em círculos por sobre o Globo até convergirem em um ponto do hemisfério oposto e dali, divergindo outra vez, retornarem para uma nova junção sobre Cracatoa, seu lugar de origem" (Democratic Ideals and Reality).

Através da análise dos fatos geográficos no seu conjunto, e da interpretação de fatos históricos, procura Mackinder demonstrar que se processava causada pela evolução dos meios terrestres de comunicações e pelo surgimento do avião, o tendente a deslocar a hegemonia do mundo, até então em mãos de potências marítimas, para nações que detenham a posse de áreas terrestres vitais, ou seja, detentoras de poder terrestre.

Apreciando a geografia mundial em termos de terras e águas, Mackinder observa que 9/12 do Globo é água e 3/12 é terra. Desses 3/12, correspondem ao Antigo Continente (Europa, Ásia e África) 2/12 e seu conjunto constitui o que Mackinder chama de "Ilha do Mundo". As terras restantes, 1/12, englobando a América do Norte e Central, a América do Sul e a Austrália, são cognominadas de "Ilhas Exteriores".

A pesquisa histórico-geográfica efetivada pelo geógrafo inglês conduziu à eleição de uma área, localizada na Ilha do Mundo, intitulada "Heartland" (Área Pivot, Área-Coração ou Coração Continental), e que se projetou como essencial e básica para a estruturação e o desenvolvimento do poder terrestre.

A comparação — das Áreas Geográficas, sociedades humanas, recursos naturais — coexistentes nas diversas Ilhas do Globo, permite concluir que a "Ilha do Mundo" é o verdadeiro centro de gravidade do poder mundial, sendo as Ilhas Exteriores ou, por ampliação, o Hemisfério Ocidental, apenas uma área subsidiária, porque proporcionalmente menor — em superfície, população e bens.

Estabelecida tal premissa básica, passa Mackinder a analisar a Ilha do Mundo, em termos de geografia e de fatos históricos, para chegar ao estabelecimento de

uma base vital na estruturação do poder terrestre, à eleição da região já mencionada anteriormente, de "Heartland" ou Área Pivot.

A perspectiva mackinderiana apresenta a Área Pivot como ampla massa de terras, situada ao abrigo das investidas do poder marítimo onde, impunemente, poderia crescer e consolidar-se um poder terrestre capaz de efetivar o domínio do mundo.

Ao examinar a geografia do Antigo Continente, fica assinalado que o Oceano Glacial Ártico, bloqueado pelos gelos, transforma a costa setentrional da Eurásia numa região inacessível às ações do poder naval. Hidrograficamente, soldam-se a essa costa e, portanto, beneficiam-se vastas regiões da interlândia, constituídas pelas bacias dos grandes rios siberianos — Obi, Ienessei e Lena — e, ainda, as terras das bacias interiores do Mar Cáspio, do Mar de Aral e do Lago Balkash — bacias dos rios Volga, Ural, Amu Dária, Sir Dária e Ili.

Nessa imensa área, englobando aproximadamente a metade da Ásia e a quarta parte da Europa está, através de condicionantes geográficas, liberada das solicitações da navegação marítima.

"O seu devassamento pelas ferrovias — pois até então não existiam, praticamente estradas — e pelas rotas aéreas em futuro próximo, constituem uma revolução nas relações do homem em face de maiores realidades geográficas de âmbito mundial" (*Democratic Ideals and Reality*).

As partes norte, central e oeste dessa ampla região que é Área Pivot ou "Heartland", integram uma expansão plana contínua, uma vasta planície que a existência dos Montes Urais não traz solução de continuidade, desdobrada desde o divisor Ienessei-Lena até os Pirineus, que escoa da Ásia para a Europa pelo amplo corredor entre a borda sul dos Urais e o Mar Cáspio e se vai apertando para oeste, comprimida entre as elevações dos sistemas germânicos e francês e o mar. Essa extensa planura, por Mackinder denominada a Grande Planície(Great Lowland), englobando a Sibéria Ocidental, o Turquestão e a bacia europeia do Rio Volga é fechada ao sul por um platô alongado, seqüência dos planaltos de Anatolia, do Irã e do Tibete, dos quais os dois últimos soldados à região hidrográfica ártico-continental.

A grande planície, livre de obstáculos, em grande parte revestida de vegetação herbácea, conubiano-se com a Estepe Euro-asiática, permitiu, no curso da história, os amplos deslocamentos dos povos cavaleiros oriundos do Heartland — Hunos, Tártaros, Mongóis, Alanos, Turcos, Cíntios, Magiares, etc. — cuja elevada mobilidade lhes permitia ações decisivas sobre as populações agrícolas e sedentárias do Ocidente ou do Oriente.

Foram as estepes estendidas dos Montes Carpathos aos maciços da Ásia Central e das orlas sul da floresta Siberiana (a taiga), até o planalto do Irã, o berço da cultura cavaleira, a melhor pastora nômade, geratriz da sociedade de maior mobilidade que o mundo conheceu até então; armados com arcos e flechas, besteiros montados, os homens das estepes, com seus cavalos, formaram a mais poderosa "blitz-krieg" até o advento da arma de fogo, e devastaram, por milênios, as culturas sedentárias estabelecidas além da estepe, entregues às fainas da agricultura.

Como consagração, como tributo ao cavaleiro das estepes, verdadeiro monumento ao duo homem-cavalo, ergue-se a Grande Muralha da China, a maior obra, em volume, já produzida pelo engenho humano. Fruto de quinhentos e cinqüenta anos de trabalho, de incrível perseverança, foi erigida, por uma extensão superior a dois mil quilômetros, pelos povos sedentários da China, na esperança de que as ondas cavaleiras procedentes do interior pudessem ser quebradas de encontro a seus bastiões.

A apreciação dos fatos históricos, a análise das incursões cavaleiras, não apenas oriundas das estepes do "Heartland" — Hunos, Tártaros, Mongóis, Mandchus e Turcos — como também das que se originaram nas estepes da Península Arábica, componentes da espetacular investida sarracena sobre a Cristandade nos séculos VII e VIII da Era Cristã, conduz à fixação de uma área de eleição, dentro da Área Pivot, para o desenvolvimento do poder terrestre em função de um possível domínio mundial.

De acordo com suas especulações, Mackinder conclui que na região da Europa Oriental está a chave para, através do poder terrestre e das integrações sucessivas, alcançar-se a dominação do Globo. E anuncia, em termos grandiloquentes e patéticos, a sua tese, para muitos profética, para outros nebulosa, misteriosa, incompreensível, genericamente uma advertência:

"Quem domina a Europa Oriental,
controla a Área Pivot;

"Quem controla a Área Pivot,
controla a Ilha do Mundo;

"Quem domina a Ilha Mundial,
controla o Mundo"

Eleita a Europa Oriental como posição-chave na política do poder terrestre, verifica o autor inglês que duas nações europeias estão em condições muito favoráveis para concretizar o domínio dessa região: Alemanha e Rússia.

Nenhuma das duas estava em condições de, de per si, alcançar o domínio desejado; aliadas ou através do controle da outra, uma delas poderia consolidar o que seria a primeira etapa na busca de controle mundial.

Assim, importava, para as Nações detentoras do poder marítimo, em impedir que tal fato se realizasse, convindo evitar que as duas nações citadas pudessem marchar para o objetivo — aliança ou predomínio, crendo Mackinder que o processo seria obstado pela ausência de fronteiras comuns. Daí a idéia preconizada em "Democratic Ideals and Reality" da criação de um cordão de estados-tampões da Europa Central, aceita pela Conferência de Versailles e que origina a série de países — Finlândia, Estônia, Lituânia, Letônia, Polônia, Tcheco-Eslováquia, Áustria, Hungria, Sérvia-Croácia-Slavânia (hoje Iugoslávia) e Albânia — dos quais os oito primeiros têm a finalidade de estabelecer um verdadeiro "cordão sanitário" entre a Alemanha (de após I Guerra) e a Rússia Bolchevique.

TEORIA DO PODER MARÍTIMO

O Almirante norte-americano, Alfred Tahyer Mahan, publicando três obras – "The influence of sea power upon History, 1660-1783", publicada em 1890, "The influence of sea power upon the French Revolution and Empire, 1793-1812", publicada em 1892, e "Sea power in its relation to the war of 1812", publicada em 1906 –, passou, repentinamente, do obscurantismo da carreira militar para o cenário histórico, e nenhuma outra pessoa iria influenciar tão profundamente a estratégia naval e a concepção do Poder Marítimo.

Suas idéias originaram uma longa e transcendente transformação na política naval dos Estados Unidos, ofereceram um suporte teórico para a determinação britânica de manter o "status quo" de primeira potência marítima, serviram de arca-bouço ao impulso germânico de ascender à disputa do poderio marítimo e inspiram o pensamento naval da França, da Itália, da Rússia e do Japão.

Transbordando do campo específico do Poder Marítimo, a influência de Mahan far-se-ia sentir na orientação da política imperialista norte-americana, de que foi, no início de sua carreira como oficial de Marinha, um adversário, para tornar-se, mais tarde, um propagandista fervoroso, com a pregação da tese do "manifesto destino".

Seus trabalhos surgiram num momento propício, quando a técnica e a engenharia navais transpunham os últimos estágios da revolução industrial: com a substituição das velas enfundadas pelo vento, na impulsão dos barcos, pelo vapor das caldeiras; com a suplantação dos cascos de madeira pelas chapas de ferro e pela couraça; com a transformação dos tubos dos canhões pelo raiamento. A cada passo, novas armas surgiram e a complexidade cada vez maior das tarefas no mar tendia à criação de tipos de navio de guerra cada vez mais especializados.

O tema central dos três trabalhos de Mahan, ligados à influência do Poder Marítimo sobre a História, é expresso pela importância básica do Poder Marítimo na conformação dos destinos das nações, ou seja que o Poder Marítimo é vital para o desenvolvimento, a prosperidade e a segurança nacionais.

Mahan interpretou a História Mundial, no seu sentido mais amplo, como a contínua disputa pelo domínio dos mares, para isso realizando um estudo profundo e intensivo dos fatos dos séculos XVII, XVIII e XIX, que podem ser designados como os séculos de ouro do Poder Marítimo, para concluir que a chave do poder mundial residia no controle das rotas marítimas de comércio.

Sendo o poderio marítimo o fator primordial, Mahan procura analisar as condições que podem afetá-lo e define, por fim, seis fatores preponderantes e fundamentais que afetam o seu desenvolvimento e que são:

- 1º – Posição geográfica
- 2º – Conformação física
- 3º – Extensão territorial
- 4º – População

5º – Caráter nacional

6º – Instituições governamentais

Para o exame da posição geográfica como fator componente do Poder Marítimo, Mahan aprecia a insularidade da Grã-Bretanha comparando-a com a posição continental de suas duas rivais dos séculos XVII e XVIII – França e Holanda. Plantada em sua base e estrategicamente situada, numa localização que, colocando-a a salvo de invasões partidas do Continente, não a afastava, entretanto, da ingerência nos negócios europeus, a nação britânica podia concentrar sua Armada, usando-a simultaneamente para defesa de seu território e para bloqueio dos portos continentais. Já a França, debruçada sobre o Atlântico e sobre o Mediterrâneo, se via obrigada a repartir seus meios navais para atender as duas frentes; e a Holanda, soldada à continentalidade européia, tinha sua frente terrestre presa a interesse das nações vizinhas, impedindo-a de se lançar totalmente para o caminho do mar. Pode ser dito que a posição geográfica particular da Grã-Bretanha permitiu a essa nação controlar as rotas de comércio que demandavam à Europa setentrional, situação que foi reforçada quando, pela aquisição de ilhas e posições estratégicas no Mediterrâneo (Malta, Gibraltar, Alexandria), esse controle pôde estender-se também à parte meridional da Europa, incorporando à esfera britânica de influência esse mar que “representou um grande papel na História Mundial, tanto do ponto de vista comercial como do militar, mais do que qualquer outro lençol d’água do mesmo tamanho”.⁽¹⁾

Da análise desses fatos históricos em face da posição geográfica, Mahan estabelece como conclusão que, se um Estado fica situado de maneira que não seja forçado a defender-se ou obrigado a estender-se para o Continente, todas as suas aspirações podem ser dirigidas para o mar. Tal unidade de solicitações lhe dará grande vantagem sobre outro Estado cujas fronteiras sejam exclusivamente continentais.

A configuração física responderá, em larga escala, pela disposição de um povo em percorrer e obter o domínio dos mares. O litoral é uma das fronteiras do país marítimo; quanto maior for a soldadura e a acessibilidade dessa faixa litorânea com a hinterlândia, maiores serão as tendências de seus habitantes em utilizarem o mar para suas relações externas. A geografia da costa comanda o acesso para o mar: boas baías representam forças potenciais e positivas no esquema do Poder Marítimo; costas inóspitas ou inacessíveis, desprovidas de portos, são um verdadeiro hiato no desenvolvimento desse Poder. Um país que tenha amplo desenvolvimento costeiro, porém sem pontos de soldadura (obras e ancoradouros), dificilmente poderá, por si mesmo, desenvolver eficiente Marinha e adequadas relações de comércio. Imersos nesse determinismo geográfico estão os países da costa pacífica da América do Sul, o Continente Africano, de modo geral, e a grande e desolada península Arábica, por exemplo. Em contraposição, portos numerosos e profundos são fontes de riqueza e de força, sobretudo se localizados na embocadura de grandes rios navegáveis, que permitem o escoamento e a concentração dos produtos das regiões interiores. Belém, como portal da imensa bacia amazônica, Nova Orleans, no desembocar

(1) "The influence of Sea power upon History, 1660-1793".

da grande bacia Missouri-Mississipi, Alexandria, sobre as bocas do delta do Nilo, Buenos Aires, no largo estuário platino, Hamburgo, na embocadura do Elba, Quebec, no estuário do São Lourenço, Xangai na foz do lang-tsé-kiang, são exemplos de portos dessa natureza, altamente privilegiados por suas específicas condições geográficas.

Na análise da configuração física, Mahan inclui também o estudo do clima e da produção natural. Dessa apreciação pode-se concluir que as condições adversas do território, refletidas na produção, representam um forte atrativo para a vida do mar, enquanto a existência de terras férteis, de elevada produtividade, criando condições favoráveis para a vida das populações, respondem pelo desinteresse desses povos pelas agruras e incertezas da vida marítima.

Como termos de comparação são estudadas as condições da França, da Holanda e da Inglaterra, para concluir sobre o fascínio que os caminhos do mar exercerão sobre batavos e britânicos, paralelamente à quase aversão que os franceses terão pela solicitação marinha. Face a uma França possuidora de clima delicioso e produzindo mais do que o necessário para seus habitantes, os chamamentos provindos do mar deveriam ser bastante débeis. Na Inglaterra, ao contrário, maltratada pela natureza, com solos ásperos e estreitos, os habitantes se sentiriam atraídos para o intercâmbio marítimo e para a procura de novas áreas onde terras ricas e climas favoráveis possibilitessem as riquezas que não existiam na metrópole, tornando-se os navegadores o elo de junção entre a Mãe-pátria e as colônias. Mais que a Inglaterra, a Holanda viveu exclusivamente em virtude do mar; não existisse oceano e não existiria a nação batava. A pobreza do solo, a inhospitalidade de sua costa obrigavam os holandeses a buscarem no mar o seu sustento e, assim, foram sempre pescadores e, depois, navegadores e comerciantes, chumbados total e absorventemente às tarefas marítimas, e obrigados a trazer do exterior tudo que se torna necessário a sua vida, inclusive as próprias matérias-primas para a indústria da construção naval, fator que incidirá negativamente na sua potencialidade, como demonstrou a guerra travada com a Inglaterra entre 1651 e 1654.

Cabe lembrar, aqui, que, na apreciação dos fatores geográficos, a análise de Mahan se assemelha à de Toynbee, expressa em sua obra "A study of History", ao focalizar a importância do estímulo representado pelos "solos duros" na configuração e no crescimento das civilizações.

Outros elementos a ponderar na avaliação do poderio marítimo de um Estado são representados pela extensão de seu território e por sua população. Deve haver uma correlação adequada entre o território e a população. Segundo Mahan, um país se assemelha a uma fortaleza — a guarnição deve ser proporcional ao perímetro do recinto. Um exemplo típico será dado pela Guerra da Secessão dos Estados Unidos da América (1861-1865). A grande extensão litorânea dos estados sulinos, suas numerosas baías representariam elementos poderosos para apoiar uma força militar considerável, se a população existente nesses estados confederados tivesse uma relação de proporcionalidade, uma densidade razoável, capaz de equipar convenientemente seus exércitos e sua Marinha.

O caráter nacional e as aptidões são fatores essenciais para o sucesso ou fracasso de um povo navegador. O desejo de comerciar, a capacidade de produzir representam a característica nacional mais importante para o desenvolvimento do Poder Marítimo. Graças à posse, em grau elevado de capacidade produtora, e ao desejo intenso de intercambiar riquezas, pôde a Inglaterra tornar-se, não apenas a maior potência marítima, mas também o maior império colonial do Globo.

Por fim, o caráter do Governo representa outro ponderável fator para aquissão do poderio naval. Os sucessos mais brilhantes foram obtidos quando um governo capaz laborou perseverantemente no sentido de sustentar uma política firme, apta a orientar os interesses nacionais na direção do mar. O fato de haver o Governo da Inglaterra ficado nas mãos de uma única classe — a Aristocracia — durante um longo período de sua história, facilitou sobremodo a fixação e a manutenção de sua política (desde o reinado de Jaime I), no sentido de assegurar e eternizar a supremacia naval e, decorrentemente, a hegemonia comercial e colonial. Na França, muito embora os esforços desenvolvidos na época de Colbert, para criação de um grande poder Marítimo, tal política não sobreviveu ao seu Governo e, ainda mais, não foi convenientemente apoiado por um desenvolvimento comercial adequado à estruturação de um império colonial correlato.

A capacidade dos governos, sua inteligência e determinação estarão definidos na estruturação do Poder Marítimo através da fixação do tamanho da Armada e sua organização em tempo de paz, da rapidez e eficácia de sua mobilização para a guerra, da eficiência e valor combativo das guarnições, da possibilidade de apoio industrial à expansão desse poderio.

Apreciando devidamente tais fatores, Mahan, que fora, no início de sua carreira, um convicto antiimperialista, transformase em pugnador das teses expansionistas, ao declarar que "no estabelecimento de colônias, um poder naval ganha um trato de guerra em plagas estrangeiras, gera um caminho para os seus produtos, cria nova esfera de influência para suas exportações, abre novos horizontes e empreendimentos para seu povo e traz mais conforto, riquezas e poder para si mesmo".⁽¹⁾

A falta de uma política expansionista em seu país será, para Mahan, um fato que responde, entre outros, por sua fraqueza marítima. "Os Estados Unidos não tem estabelecimentos coloniais ou militares no estrangeiro. Seus navios de combate serão assim, em tempo de guerra, como pássaro de terra, incapazes de voar longe da orla marítima. A procura de bases para reparo e abastecimento será o primeiro dever do governo desejoso de fazer crescer seu poderio marítimo".

"O fim prático de nossas pesquisas é tirar das lições da História certas deduções úteis ao nosso País e à nossa Marinha. Convém, então, que perguntemos a que ponto os Estados Unidos estão expostos a perigos sérios e necessitam da ação governamental para reconstituir suas Forças Navais."

Analizando outros problemas ligados a seu país, pugna Mahan por um desenvolvimento dos recursos internos, uma ampliação da produção para atingir a auto-suficiência e conclui que, para existir uma Marinha à altura do *manifesto destin*

da nação norte-americana, necessário se torna a *abertura do istmo da América Central*, assegurando a roada das esquadras do Atlântico e do Pacífico para concentrar meios onde e quando necessário.

Sua influência direta na política, por intermédio de seus amigos, Theodoro Roosevelt e Henry Cabot Lodge, levarão os Estados Unidos a buscar um destino mais amplo no além-mar que se objetiva com a conquista dos Arquipélagos do Havaí e das Filipinas, além do controle da Zona do Canal do Panamá.

A obra de Alfred Thayer Mahan, que reúne, além dos três livros básicos citados, inúmeros artigos e opúsculos, publicados em revistas, é destituída de sistematização, eivada de divagações, de descrições de combate navais, e, dispersadas por todos esses documentos, encontraram-se idéias ligadas a seu conceito filosófico da História e à teoria do Poder Marítimo.

Ao contrário de Mackinder, cuja obra é inteiriça, orientada e estruturada no sentido da afirmação do Poder Terrestre em sua confrontação com o Poder Marítimo, as conceituações de Mahan e uma análise de suas idéias tornam-se muito difíceis sem o conhecimento global de seus trabalhos.

Às vezes, no emaranhado de comentários, estudos de combates, apreciações sobre conduta dos povos, análises psicológicas das coletividades ligadas ao mar, etc., surgem trechos claros para precisar a sua tese da contínua predominância do poder marítimo sobre o terrestre.

No artigo "Hawai e o nosso futuro Poder Marítimo" (Hawaii and our future Sea Power), publicado na revista "The Forum", pode ser lido o seguinte trecho: "O mar, até aproximar-se da terra, simboliza o ideal de uma vasta planície, livre de obstáculos".

Mas sobre uma planície, embora monótona e sem acidente, causas, possivelmente superficiais, determinam a concentração das populações em cidades e aldeias, e as comunicações necessárias entre esses centros criam as estradas. Onde tais caminhos se cruzam ou convergem, concentra-se também Poder, dependendo sua importância do número de rotas assim reunidas e do valor intrínseco de cada uma de per si. O mesmo acontece no mar. Embora o oceano não oponha obstáculos a um navio que segue qualquer das numerosas rotas traçadas na superfície do Globo, entre dois pontos, as condições de distância ou de conveniência, de comércio ou de vento, prescrevem rotas usuais.

Quando essas rotas passam próximas a uma posição oceânica (isto é, uma posição terrestre debruçada sobre o oceano), ainda mais quando são utilizadas, sofrem certa influência, e, quando se cruzam, essa influência torna-se muito grande — é dominante.

TEORIA DO PODER AÉREO

Coube a Giulio Douhet, oficial italiano, externar as primeiras idéias sobre o papel que os meios aéreos poderiam desempenhar numa guerra. Tais idéias, ex-

postas no livro "Il Dominio dell'Aria: Saggio sul'art della guerra aerea", publicado em 1921, constituem a base daquilo que se convencionou denominar de Teoria do Poder Aéreo, e foram mais tarde complementadas e aprofundadas com a publicação de outras obras: "Il Dominio dell'Aria" (1927) e "Probabili aspetti della guerra futura: La Guerra de 19...", reunidas numa tradução francesa sob o título de "La Guerre de L'Air".

Os pontos básicos da Teoria de Giulio Douhet são calcados nas grandes possibilidades ofensivas da aviação e no impacto que os ataques aéreos causariam sobre as populações civis distantes das frentes de contato.

Esses pontos são expressos aproximadamente da forma abaixo:

"— Os aviões representam um instrumento ofensivo de incomparável poder, contra a qual nenhuma defesa eficaz pode ser prevista."

"— O moral das populações civis poderá ser abalado por meio de bombardeios aéreos dos diferentes adensamentos humanos."

Para fixar as premissas de sua teoria, faz Douhet uma análise dos problemas da guerra em face do surgimento de um fato novo, que é a aviação:

"Assim, desde que na guerra terrestre e na guerra marítima, consideradas isoladamente, se encontram, e sem modificações substanciais, todas as causas que fixaram as características da última Guerra, nada de novo se tendo produzido, poderá-se-á admitir logicamente que a guerra futura apresentará as mesmas características que a guerra passada."

"Mas, se não houve nenhum fato novo fundamental em terra ou no mar, ao contrário, no ar produziu-se algo que tende a modificar o caráter mesmo da guerra e também sua fisionomia, sobre a terra e sobre o ar. Este fato novo é a afirmação decisiva da arma do espaço, da arma que, nascida com o grande conflito mundial, não pôde ter nele uma influência apreciável."

Assim, mesmo no curso da grande guerra, os cidadãos das nações beligerantes estavam repartidos em duas categorias: uma maioria vivendo e trabalhando para fornecer os meios de combate a uma minoria que luta e morre. Tudo isso porque era impossível ultrapassar um "front" sem o haver, antes de tudo, rompido; mas não é mais assim. O avião permite hoje transpor uma frente sem necessidade de seu rompimento" ... "A ação aérea não é afetada pelo que, desde os tempos mais recuados, determinaria as condições e as características da guerra. Ainda mais, ela se pode fazer sentir muito além do alcance das armas de fogo terrestres e marítimas. Não mais existirão regiões onde a vida seja segura e relativamente tranquila. O campo de batalha não mais poderá ser limitado; ficará circunstanciado apenas pelas fronteiras das nações em luta. Todas as criaturas serão combatentes já que todos se acham diretamente ameaçados: a classificação em beligerantes e não-beligerantes não poderá mais subsistir.

Uma frente fortificada não protege mais o interior do seu país. Uma vitória na superfície não preserva dos ataques, se a ocupação do território não permitir destruir as forças aéreas. De tudo isso resulta inevitavelmente uma transformação radical

do caráter de guerra e uma profunda modificação de suas formas. É evidente que o progresso contínuo da arma aérea na sua técnica e emprego deve propiciar uma diminuição constante do valor das armas de superfície, porque se encontrarão em condições cada vez menos favoráveis ao cumprimento de sua missão principal que é a de proteger o país contra os ataques do inimigo."

"Uma verdade brutal mas incontestável deve impor-se ao nosso espírito e ficar em nossa mente: — o exército mais forte repartido sobre os Alpes e a mais forte marinha cruzando os nossos mares nada poderão fazer de verdadeiramente eficaz contra o inimigo convenientemente preparado e decidido a destruir Roma, Milão, Veneza ou qualquer outra de nossas cidades."

(Giulio Douhet — La guerre de l'Air)

Para concretização das premissas básicas, devem ser fixadas várias medidas, a saber:

— A garantia de adequada defesa nacional é assegurada, num caso de guerra, pela possibilidade de conquistar o domínio do ar.

— Os objetivos principais dos ataques aéreos não serão os estritamente militares, mas as instalações industriais e os centros populacionais localizados bem distantes da faixa de contato das forças de superfície.

— A destruição da força aérea inimiga será buscada, não através do contato no ar, mas, e principalmente, pela destruição das instalações de terra, dos campos de pouso e das fábricas supridoras de material aeronáutico.

— O papel das forças de superfície será defensivo, apenas destinado a sustentar uma frente, impedindo o avanço das tropas congêneres adversas, em particular a ação contra as comunicações, indústrias, e o estabelecimento de força aérea, enquanto se desenvolver a ação ofensiva pelo ar, com o objetivo de paralisar a capacidade do inimigo para manter seus exércitos e desgastar o moral de suas populações.

— No intento de obter economia de forças para o esforço total, o uso de aviões especiais de caça para a defesa contra a aviação adversa de bombardeio deve ser evitada. O equipamento básico de força deve ser o avião de combate, apto para realizar bombardeios e, ao mesmo tempo, atuar como elemento defensivo, ou, o que possa alternadamente ser usado nas missões de combate."

*(Adaptado de "Makers of Modern Strategy" — Edward Mead Earle
— Princeton University Press — 1948).*

Justificando essas idéias, Douhet assim se expressa na obra citada anteriormente: Independendo da superfície, e mais rápido que qualquer outro meio de ação, o avião é a arma ofensiva por excelência.

A nação que adota a atitude ofensiva tem a vantagem de escolher seu objetivo e concentrar todas as suas forças. O adversário, que não sabe em que ponto será atacado, é obrigado a dispersar-se e esperar o ataque. É nisso que consiste essencialmente o jogo tático e estratégico da guerra.

Mais fácil e rápida seja a concentração, maior será o poder ofensivo. Enquanto a guerra se faz na base de pequenas massas leves e rápidas, o campo aberto ao jogo estratégico e tático é muito amplo, mas diminui pouco a pouco com o crescimento das massas engajadas. Durante a Última Guerra (1914-1918), as massas sendo enormes e difíceis de movimentar, o jogo estratégico e tático, ainda mais se reduziu. A batalha não foi mais do que o choque brutal e direto das forças em presença.

Ora, o avião se desloca em todas as direções, com uma facilidade e uma velocidade superiores as de qualquer outro meio militar. Um avião situado no ponto "A" ameaça igualmente toda a superfície contida na circunferência que tem esse ponto e raio de ação. Aviões, repartidos por toda a superfície do mesmo círculo, podem partir ao mesmo tempo e fazer massa no ponto "A".

As forças aéreas ameaçam então, de igual maneira, todo o território compreendido dentro de seu raio de ação. Podem partir de pontos diferentes e chegar em massa sobre o ponto escolhido. São marcadamente aptas à ofensiva, pois deixam o adversário, até o último momento, na incerteza do seu objetivo e não lhes dão tempo para levar reforços ao ponto atacado.

O poder ofensivo do avião é tal que engendra mesmo uma consequência absurda em si: para se defender de uma ofensiva aérea, é necessário mais força do que para atacar.

... Conclusão, donde o absurdo mostra que o avião, se é arma ofensiva por excelência, não se presta para a ação defensiva.

... Para evitar o ataque das forças aéreas inimigas, não há meio prático, se não o que consiste em destruir essas forças. É sem dúvida certo — e certo depois de muito tempo — que se assegura a defesa das costas, não por canhões disseminados sobre toda sua extensão, mas pelo domínio do mar, ou seja impedindo o inimigo de navegar.

A superfície da terra representa, em relação ao oceano atmosférico, o papel que o litoral desempenha em relação ao mar. As condições são de todo semelhantes. Proteger-se-á então a superfície terrestre dos ataques aéreos, não repartindo por ela canhões e aviões de defesa, mas impedindo o inimigo de voar, ou seja, conquistando o domínio do ar.

... Para conquistar o domínio do ar, ou seja impedir o inimigo de voar, é necessário privá-lo de todos os meios de vôo, destruindo-os, seja nas usinas onde são produzidos, seja nas bases onde se abrigam, seja no ar onde se deslocam. Esta destruição, no ar ou no território inimigo, não pode ser confiada senão aos meios aéreos. Diremos então: — O domínio do ar não pode ser conquistado senão por uma força aérea conveniente.

Daf tiramos o primeiro corolário, enunciando um princípio cuja feitura prática é fundamental: — A defesa nacional não pode ser assegurada senão por uma força aérea apta, em caso de conflito, à conquista da superioridade aérea.

... Eu desejo hoje que se comece a dar às forças aéreas a importância que elas merecem e que se adote a fórmula média e transitória seguinte: Tender à diminuição progressiva das forças de terra e de mar e ao crescimento progressivo das forças aéreas aptas a obter o domínio do ar. Resulta que, na sua constituição e emprego, uma força aérea apta a conquistar o domínio do ar, é independente das forças de terra e do mar.

... O exército do ar deve então responder a duas condições para representar um fato: essencial de vitória:

— Estar apto a ganhar a batalha pelo domínio do ar,

— Estar apto, depois de ter conquistado o domínio do ar, a explorá-lo com as forças capazes de determinar ruptura das resistências materiais e morais do adversário.

A primeira das condições é essencial. Com efeito, um Exército do Ar que responde somente à primeira das condições, isto é, que é apto a vencer na luta pelo domínio do ar, mas incapaz de determinar a ruptura das resistências do inimigo, se encontra mais ou menos em condições: — de subtrair o território nacional e as condições marítimas dos ataques aéreos inimigos; — de submeter o território e o mar inimigos a seus próprios ataques.

Mas, não tendo a intensidade de ação necessária para provocar a ruptura das resistências materiais e morais, não poderá decidir uma guerra.

O resultado dependerá de luta em terra e no mar: É necessário, no entanto, observar que, nas condições precedentes, a luta se apresentará muito vantajosa para a nação que domina o ar, porque:

1º — ela tornará cegos o Exército e a Marinha inimigos, ficando em condições de fornecer os olhos que verão longe seu próprio Exército e sua própria Marinha;

2º — ela estará em condições de desencadear ataques que, mesmo não chegando a quebrar completamente as resistências dos inimigos, poderão causar graves danos.

Assim, mesmo respondendo à primeira condição, um Exército do Ar será ainda capaz de uma influência preponderante, na decisão de uma guerra.

Ao contrário, um Exército do Ar que responda às duas condições decidirá, ele só, do destino da guerra.

Conclui-se, então, que a defesa nacional não pode ser assegurada senão por um Exército do Ar de potência conveniente."

As idéias de Douhet foram recebidas com certo ceticismo e só foram aplicadas no campo prático, nos seus propósitos maiores, em seu país natal.

As demais potências utilizaram-nas parcialmente, sem perceber que se tratava de uma unidade complexa, cujo fracionamento comprometia a própria essência.

Sobre a Teoria do Poder Aéreo de Giulio Douhet, assim se expressou o Marechal Pétain:

"O trabalho de Douhet é uma inexaurível fonte para meditação. A notável doutrina que estabeleceu deverá ter uma influência decisiva nos próximos acontecimentos. Convencional em suas proposições iniciais e em seus métodos, destaca-se pelas conclusões a que conduz. É preciso cuidado para não tratar superficialmente, como um sonhador utópico, um homem que poderá mais tarde ser olhado como um Profeta."

(*Palavras do Marechal Pétain, transcritas no livro do Coronel P. Vauthier – La Doctrine de Guerre du General Douhet, Paris, 1935.*)

De todas as nações que se empenharam no Segundo Conflito Mundial, onde a tese do poder aéreo será devidamente testada, será talvez a França aquela que, por não considerá-la no seu devido valor, mais sofrerá as os impactos, pelo menos nas primeiras fases de campanha, da evolução e consagração dos meios do ar na estratégia mundial.

MITCHELL E SEVERSKI

Nos Estados Unidos, dois grandes pioneiros lutaram pela aceitação do novo conceito de Poder Aéreo e da Estratégia Aérea, no período entre as I e II Guerras Mundiais – Mitchell e Seversky.

William Mitchell nascido na França e criado em Milwaukee, Estado de Wisconsin, depois de ter estudado na Universidade George Washington, sentou praça no Exército como soldado, em 1898, e alcançou o posto de Brigadeiro, em 1920. Serviu na guerra contra a Espanha, na campanha das Filipinas, conflito na fronteira do México que precedeu ao envio de tropas norte-americanas ao teatro europeu, por fim, na I Guerra Mundial, como comandante do setor das Unidades Aéreas, da Forças Expedicionárias norte-americanas, nos anos de 1917 e 1918.

Por sua atuação na I Grande Guerra nessa fase pioneira da aplicação do Poder Aéreo, quando teve muito que aprender com seus aliados franceses e ingleses, com o próprio inimigo alemão, naquela época em que os pequenos aviões de combate levavam um motor pesando cerca de 500 kg, com autonomia de vôo de 200 km e a velocidade que não alcançava a 100 km/hora.

Falando francês fluente e havendo precedido na Europa à chegada da Força Expedicionária comandada pelo General Pershing, à qual se integraria, teve oportunidade, nos primeiros anos do conflito, de observar a organização e a tecnologia das também incipientes Forças Aéreas da França e da Inglaterra. Aprendeu a dirigir os aviões europeus envolvidos no conflito, a tática empregada, suas virtudes e deficiências e, principalmente de conhecer os principais aviadores aliados, daquele pequeno grupo de guerreiros do ar que então se formava.

Terminado o conflito mundial recebeu do General Pershing, Comandante da Força Expedicionária norte-americana, o mais encomiástico elogio por seu espírito pioneiro, sua coragem no combate, sua capacidade de absorver e aplicar com rara eficiência as novas técnicas e táticas aéreas.

Voltando aos Estados Unidos, dedicou-se com denodo e afinco ao mister de criar e organizar a Força Aérea. Escreveu os livros "Our Air Force" (1921); "Winged Defense" (1925), "Skyways" (1930). Logo que regressou do conflito conheceu Alexandre de Seversky, um ex-piloto soviético naturalizado norte-americano, devotado entusiasmaticamente à causa da nova estratégia aérea.

A experiência de ambos e suas inteligências colocadas a serviço de causa da avaliação da influência de uma força aérea nas guerras futuras produziram o manancial de estudos e livros que, no período de entre-guerras, alimentaram viva a polêmica que abalou a estrutura e a doutrina militar norte-americana.

Seversky fundou uma fábrica de aviões em 1922 e começou a pesquisar e a inventar novos modelos que proporcionaram grande avanço ao desenvolvimento da capacidade militar dos aviões de guerra. Escreveu os seguintes livros: "Victory Through Air Power" (1942) e "Air Power — Key to Survival" (1959). Foi honrado com o recebimento da medalha da Universidade do Ar por sua valiosa contribuição aos progressos técnicos e aos estudos sobre o emprego estratégico e tático da aviação militar.

De regresso ao teatro de operações europeu, Mitchell foi nomeado Diretor de Aeronáutica Militar, subordinado ao Exército. Quando pretendeu assumir este posto, verificou que o mesmo havia sido abolido e substituído pelo de Chefe dos Serviços do Ar a cargo de um general de infantaria. Mitchell foi designado Oficial de Operações desse novo Serviço. Aí começou a sua luta que durou até os primeiros meses de 1926, quando foi condenado por uma corte marcial e teve sua patente cassada por cinco anos, sem fazer jus a nenhum vencimento ou vantagem.

No período de 1920 a 1926, Mitchell lutou denodadamente para que a Força Aérea viesse a se constituir em serviço independente. Procurou provar, através de centenas de artigos e propostas ao Congresso, além de seus livros, que o surgimento da aviação militar havia já mudado o quadro estratégico da guerra e que, no futuro, com os desenvolvimentos técnicos que vinham sendo alcançados cada ano, a decisão bélica dependeria da supremacia aérea.

Por pressão do Congresso, a Marinha concordou em submeter vasos de guerra fora de serviço e outros apreendidos dos alemães às provas de bombardeio aéreo propostas por Mitchell. Seguiu-se o período emocionante de testes — vasos de guerra contra aviação militar.

Mitchell provocou tremenda polêmica com a Marinha de seu país quando, diante do Congresso, afirmou "que os dias dos navios de guerra de superfície estavam contados, que a Força Aérea poderia destruir ou afundar qualquer tipo deles", acrescentando, "pelo preço de um simples encouraçado a nação poderá dispor de mil bombardeiros pesados".

Mitchell preparou-se para os testes reunindo, na Base Langley, uma Brigada Provisória do Ar, com 1.000 homens e 250 aviões (DH-4B, SE-5 e Martin MB-2, Handley Page O-400).

Após vários exercícios de bombardeio real a vasos de guerra, nos anos de 1921, 1922 e 1923, nos quais foram afundados ou colocados fora de combate os ex-navios alemães — submarino U 117, destroyer G-102, cruzador Frankfurt e encouraçado Ostfriesland — além do velho encouraçado norte-americano IOWA e outros barcos menores, acirrou-se a polêmica sobre a necessidade de uma força aérea independente e a importância estratégica da arma aérea no quadro da guerra moderna, e tão apaixonado se tornou Mitchell diante das resistências encontradas diante da evidência, que terminou ele próprio sacrificado e vítima do processo e condenação referidos acima.

Deve-se a Alexander Seversky, a mais explícita concepção geopolítica baseada no Poder Aéreo, apresentada em sua obra "Air Power Key to Survival". Seversky subordinou claramente os Poderes Terrestre e Marítimo ao Poder Aéreo. Defendia a posição de que a supremacia aérea completa era fundamental para o domínio do Bloco antagônico, reconhecia o enorme esforço necessário para dispor dessa capacidade e considerava os EUA com poder suficiente para tanto e considerava essa mais econômica do que se adotada a estratégia de obtenção de superioridade nos três ramos das Forças Armadas (menor dispêndio de dólares).

Já na idade dos foguetes e bombardeiros de longo alcance, Seversky considerava desnecessária a ocupação de bases no exterior. Como a maioria dos geopolíticos europeus e norte-americanos, Seversky praticamente só considera o hemisfério norte e, baseado em estudos geográficos em projeção polar, concebeu que a decisão entre o Velho e o Novo Mundo se travaria na região polar, e não nos oceanos ou nas terras da Europa. Considerou que, na verdade, existem duas *Heartland*, uma na URSS e outra nos EUA(USA Industrial Heart). Com um compasso de raio equivalente ao alcance dos bombardeiros de longo alcance, Seversky traçou uma circunferência com centro nos EUA e uma elipse com centro na URSS, concluindo que a área de superposição do círculo e da elipse seria a "area of decision"; a área não-comum do círculo e da elipse, de domínio respectivo dos Estados Unidos e da Rússia. Na figura que elucida sua teoria, a maior parte da América Latina está na órbita americana e a África quase toda sob influência soviética. O Brasil, nessa teoria, seria com outros países da América do Sul, reserva de suprimentos dos Estados Unidos. A Obra de Seversky é de 1950 e muita coisa mudou, principalmente com o acesso à tecnologia nuclear de países como a Inglaterra, a França, a China e a Índia. Em publicação mais recente (1961) "America Too Young to Die", as idéias de Seversky pouco mudaram e ele ainda afirma: "ou se controla todo o espaço aéreo a volta do Globo, ou não se controla nada"; "a menos que tenhamos perdido nosso senso estratégico, não devemos empenhar-nos em guerras limitadas"; "o fato é que em qualquer dos territórios contíguos à Rússia ou à China, as forças comunistas não podem ser detidas por guerras limitadas. O mesmo se aplica à África e a outros continentes". "Seria mais prudente olhar para as nações da América Central ou do Sul, nossos vizinhos nesse hemisfério, antes de nos dispersarmos sobre a África e a Ásia". "A nossa única esperança é tornar o nosso heartland numa base invencível, a partir da qual possamos projetar a nossa ofensiva contra qualquer parte do mundo". Essas idéias dogmáticas e de sentido isolacionista têm tido grande aceitação na opinião pública americana e no próprio Governo dos EUA.

GUERRA NUCLEAR E GUERRA AEROESPACIAL

O advento da bomba atômica, lançada pela primeira vez num conflito bélico, em agosto de 1945, em Hiroshima e Nagasaki, mudou completamente a fisionomia da guerra. Foi como que o aparecimento da super arma, da tão anunciada arma secreta com a qual Hitler procurou encorajar as suas Forças em declínio, dizendo-se possuidor de um engenho infernal com o qual desequilibraria qualquer confronto de meios bélicos convencionais.

As duas bombas atômicas, lançadas sobre o Japão, immobilizaram todas as defesas japonesas pela violência de seus efeitos de sopro, térmicos e de radioatividade, criando uma área de destruição material e de morte jamais imaginada. Apenas estes dois engenhos atômicos, de potência hoje considerada mínea, de 20 kilotonas, causaram muito mais destruição e morte do que todas as demais bombas explosivas e incendiárias lançadas antes sobre o Japão, durante quatro anos de guerra.

"Não há dúvida que o advento da arma nuclear revolucionou a arte da guerra."

Posteriormente, avanços extraordinários foram alcançados nestes anos de pós-guerra, pelos Estados Unidos e pela União Soviética, na produção de armas nucleares. A bomba de fissão foi superada por outra muito mais poderosa, destrutiva e mortífera — a bomba de hidrogênio (fusão) ou termonuclear — cuja potência é mil vezes mais catastrófica do que as bombas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki (de 20 kilotonas).

Um verdadeiro impasse, o impasse produzido pelos efeitos de destruição sem precedentes e inimagináveis que poderão ser desencadeados por uma guerra nuclear, efeitos aos quais nem mesmo as superpotências nucleares sobreviverão, torna a guerra nuclear ilimitada, ilógica e inadmissível, seria aceitar o suicídio nacional coletivo inclusive para quem a desencadeasse.

A esse poder destrutivo colossal, inimaginável, representado pelas armas nucleares, veio se acrescentar o extraordinário desenvolvimento dos mísseis após a II Guerra Mundial. O míssil no quadro da guerra nuclear é o transportador ideal da bomba acoplada à sua cabeça. Os mísseis balísticos são transportadores de uma ou várias cabeças, nucleares, eletronicamente dirigidas a objetivos diversos. Não há maiores problemas de distâncias nem de precisão sobre os objetivos escolhidos. O alcance do míssil balístico permite o ataque e a represália entre as duas superpotências, sem necessidade de bases intermediárias e sua precisão é guiada por radares.

Esta combinação bomba nuclear — míssil balístico transformou a possibilidade de uma guerra nuclear numa verdadeira hecatombe para a humanidade inteira.

Para conter essa hecatombe, surgiu a chamada *dissuasão estratégica*, que significa paralisar o adversário pela ameaça de prejuízos inaceitáveis. O teórico da dissuasão estratégica é o francês General André Beaufre.

Diz Beaufre em seu livro "Dissuasion et Strategique" — "A dissuasão procura impedir que uma potência inimiga tome a decisão de empregar as suas armas

nucleares, ou seja, de atuar e reagir em face de uma situação criada, por meio de um conjunto de disposições que representam uma ameaça suficiente. É, em suma, um resultado psicológico de contenção que se busca por meio de uma ameaça. Este resultado psicológico procede da imposição de um cálculo no qual o adversário é obrigado a comparar os riscos que corre com o valor do objetivo almejado, o efeito esperado versus os riscos e as incertezas da represália".

O aparecimento da bomba nuclear e do míssil balístico obrigarão os estados a rever todos os conceitos aceitos até o final da II Guerra Mundial sobre o Poder Terrestre, o Poder Marítimo e o Poder Aéreo.

Dante das alternativas da III Guerra Mundial, procuram pela dissuasão impedir a guerra nuclear ilimitada, admitem o emprego de armas nucleares de alcance tático (abrangendo apenas os teatros de operação) e desenvolvem o campo da guerra convencional através da previsão de um amplo emprego de mísseis, da aplicação dos mais modernos recursos da indústria e da tecnologia e de instrumentos eletrônicos de controle e precisão que aperfeiçoam e aumentam a possibilidade das consideradas armas convencionais e a eficácia das Forças de Terra, Mar e Ar.

BIBLIOGRAFIA

- Douhet, Giulio — "Il Dominio dell'Aria: Saggio sull'arte della guerra aerea".
- Douhet, Giulio — "La Guerre de l'air".
- Ealte, Edward M. — "Makers of Modern Estrategy".
- Haushofer, Karl — "Dei Nipon: Betrachtungen über Gross Japon Wahrkraft".
- Heráclito de Efeso — "Fragmentos".
- Kjellén, Rudolf — "Der Staat als Lebensform".
- Mahan, Alfred Tahyer — "The influence of sea power upon History, 1660-1783".
- Mahan, Alfred Tahyer — "The influence of sea power upon the French Revolution and Empire, 1793-1812".
- Mahan, Alfred Tahyer — "Sea power in its relations to the War of 1812".
- Mahan, Alfred Tahyer — "Hawaii and our future Sea Power".
- Mackinder, Sir Halford J. — "The Geographical Pivot of History".
- Mackinder, Sir Halford J. — "Democratic Ideals and Reality".
- Mackinder, Sir Halford J. — "The Round World and the Winning of Peace (in Compass of the World, A Symposium Political Geography)".
- Ratzel, Frederic — "Politische Geographie".
- Ratzel, Frederic — "Die Erde und das Leben, Eine vergleichende Erakunde".
- Schubart, Walter — "Europa und die Seele des Ostens".
- Splenger, Oswaldo — "Der Untergang des Abenlandes".
- Toynbee, Arnold J. — "A Study of History".
- Vanthier, Cel. Paul — "La Doctrine de Guerre du General Douhet".
- Mattos, Carlos de Meira — "Brasil — Geopolítica e Destino" — Editora José Olympio, 1975.
- Mattos, Carlos de Meira — "Geopolítica e as Projeções do Poder" — Ed José Olympio, 1977.
- Beaufre, André gen. — "Stratégie".
- Beaufre, André gen. — "Dissuasion et Stratégie".
- Liddell, Mart — "Estratégia".
- Wanderley Lavanère — "Estratégia Militar e Desarmamento".



IUGOSLÁVIA: ENIGMA GEOPOLÍTICO

Therezinha de Castro

*Professora de História no Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, e
Geógrafa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — IBGE.*

1 — INTRODUÇÃO

Em março de 1975 eram gritantes as divergências entre os delegados estrangeiros que compareceram ao XIV Congresso do Partido Comunista Italiano. Daí haver sido criada a expressão polêmica — *eurocomunismo*, dentro do conceito ideológico-geográfico (comunismo europeu) pelo iugoslavo Frane Barbieri, na mesma ocasião.

Dentro da *contradição neutralista*, o eurocomunismo, pretendendo se manter num posicionamento independente entre os Estados Unidos e a Rússia, se propõe a uma europeização gradual do sistema soviético.

Europeização até certo ponto efêmera, visto que a Rússia se mantém tão ligada, por intrincada rede de acordos bilaterais, aos países da Europa, que, até mesmo se se dissolvesse o Pacto de Varsóvia, quase não se afetaria o seu posicionamento geopolítico. O que já não ocorre com o Bloco Ocidental, liderado pelos Estados Unidos; pois, um neutralismo efetivo, que impusesse o abandono progressivo da Europa, só poderia beneficiar a hegemonia soviética.

2 — O TITOISMO

Caracterizando uma divisão dentro do marxismo, a *União dos Comunistas Iugoslavos* é o primeiro e mais convincente partido eurocomunista.

Original, o *comunismo iugoslavo, ou titoísmo*, não resultou de derrota do regime anterior, nem de intervenção estrangeira; foi fruto da vitória militar, em luta

de libertação contra o expansionismo alemão na Segunda Guerra Mundial. O movimento teve como base um *nacionalismo* a ser implantado numa área de várias nacionalidades. Dentro do contexto, o comunismo iugoslavo marcou a sua origem com a característica de *rebelião contra o monocentrismo soviético*.

Constituída por seis Repúblicas Autônomas e outras duas regiões também autônomas, desigualmente desenvolvidas, a Iugoslávia se vê mantendo dentro de um *comunismo não ortodoxo*. (Mapa 1)



O titoísmo se auto-organizou como governo comunista ortodoxo dentro do princípio de *não violar as liberdades* (direitos humanos), mas sem se esquecer de *"neutralizar os espiões"* (deveres humanos). No último caso com muita afinidade com o comunismo propriamente dito, que, abafando todo e qualquer movimento de oposição, elimina as classes sociais e consequentemente anula as lutas de classes.

A Iugoslávia, embora procurando adotar um meio termo, permite que haja debates no Parlamento, que os projetos governamentais sofram emendas; mas impede seu sistema de governo a formação de um bloco de oposição sistemática.

Repúblicas Federadas	População (Est. 1976)	Área (km ²)	Capital
Sérvia	5.536.000	55.968	Belgrado
Croácia	4.490.000	56.538	Zagreb
Eslóvenia	1.766.000	20.251	Ljubljana
Bósnia-Herzegovina	3.922.000	51.129	Sarajevo
Macedônia	1.730.000	25.713	Skopje
Montenegro	553.000	13.812	Litogrado
Vojvodina*	1.970.000	21.506	Novi Sad
Kossovo*	1.366.000	10.887	Prishtina

* Regiões Autônomas dentro da República da Sérvia.

A "circulação de idéias" se realiza dentro de rígida disciplina estabelecida pela *lei de imprensa*, que proíbe, entre outras coisas, a publicação de fatos relacionados com qualquer divergência mais séria entre órgãos estatais.

Assim, dentro do modelo disciplinar, o jornal "Política", fundado em 1904, vem mantendo sua tradição de publicar os debates parlamentares, desde que não ponham em risco a unidade do país que não é uno.

É notória, ainda, a *interferência na gestão das Escolas Superiores* (secular e tradicionalmente autônomas), quer pela demissão de professores ou expulsão de alunos; além do fechamento de revistas dirigidas por *intelectuais*, o que chegou até nós no caso de Mihajlo Mihajlov, escritor condenado a sete anos de prisão, anistiado em 1978 com outros 218 presos políticos. Característico é também o caso de Milovan Djilas, que vive em Belgrado como ministro aposentado, e cujos trabalhos não se permite publicar no país, podendo ser, entretanto, difundidos no exterior. Em seu livro "Tempo de Guerra", publicado em 1977, Djilas, que foi companheiro de Tito nas guerrilhas contra tropas alemãs na Segunda Guerra Mundial, afirma que sérvios mataram croatas e vice-versa, num mesmo grau de luta que desenvolveram cristãos e muçulmanos. Não esconde também que Tito ordenou o massacre de cerca de 30 mil sérvios, croatas e eslovenos, acusados de colaboracionistas ou desertores durante a guerra.

Depreende-se, pois, que a Iugoslávia pode ser considerada como o *país europeu oriental mais aberto*; tão aberto que o *turismo* é uma das mais importantes fontes de receita. Isto em função da circulação de estrangeiros, que cruzam o território iugoslavo, sobretudo em direção ao litoral dalmata, onde Dubrovnik é centro dos mais procurados; como também pelos numerosos iugoslavos que vão gozar seus momentos de férias em outros países.

3 – FORMAÇÃO GEOPOLÍTICA

O que muito preocupa o governo comunista ortodoxo iugoslavo é a sua vulnerabilidade marcada por sua própria formação geopolítica. E, neste caso, tem muita semelhança com a Rússia, no que diz respeito aos *nacionalismos de etnias variadas* no seio do país. Dentro do contexto, parafraseando Stanley Hoffman, podemos afirmar que a estratégia do equilíbrio de poder na Iugoslávia não trouxe o equilíbrio interno ao país.

País que *não constitui uma nação*, a Iugoslávia se formou geopoliticamente, durante a Primeira Guerra Mundial, como um conglomerado administrativo, sem laços de solidariedade e marcada por antagonismos históricos. *Mero expediente da História*, a Iugoslávia nada mais foi do que consequência política da Primeira Guerra Mundial. Tratava-se de premiar a Sérvia, líder do movimento de unificação pan-eslavo, dando destino à Eslovênia e à Bósnia-Herzegovina, desmembradas do Império Austro-Húngaro.

Em *Sarajevo*, na Bósnia, o assassinato do Arquiduque Francisco Fernando por um nacionalista sérvio precipitaria os acontecimentos que deram origem ao primeiro conflito mundial. Curiosamente a obra de ficção de Sir John Hackett, intitulada "A Terceira Guerra Mundial – Agosto de 1985", transforma a invasão da Iugoslávia, que hoje engloba Sarajevo, na causa inicial de um conflito bélico generalizado.

Em 1918 surgia o *Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos* sob o governo do rei Pedro I da Suécia. Em 1929, sufocando um movimento separatista na Croácia, instalava-se a ditadura monárquica de Alexandre I, passando o país a ter o nome de Iugoslávia.

A despeito do assassinato de Alexandre I em Marselha por um croata, em vésperas da Segunda Guerra Mundial (1934), a monarquia foi mantida na Iugoslávia, que, sob a regência do Príncipe Paulo, se alia ao eixo Roma-Berlim-Tóquio (1941).

A dissidência interna se faz logo notória; o governo pró-alemão é derrubado e a consequente invasão alemã leva o país à guerra civil (1943). De um lado os chetniks, força de resistência liderada por Draja Mihailovich; do outro, os partidos comunistas de Josip Broz Tito.

Com a vitória de Tito (1944), a expulsão dos alemães e a abolição da monarquia, fundava-se a *República Popular da Iugoslávia* (1945).

4 – O NEUTRALISMO

Em seu vigoroso *plano de comunização* do país, Tito centraliza o poder; executa a oposição liderada por Mihailovich, condenando-o à morte; e anula a outra facção oposicionista da Igreja Católica prendendo o Cardeal Stepinac.

Torna-se grande o *prestígio pessoal de Tito*, comparável ao de Mao-Tsé-Tung (China), por terem como líderes expulsado os invasores sem o auxílio da Rússia durante a Segunda Guerra Mundial; tal fato levaria os dois ao gradativo posicionamento de independência frente a Moscou.

Assim, em 1948, revoltado com Stalin que procurava dominar a Iugoslávia, enquadrada na faixa da "Cortina de Ferro", *Tito rompe oficialmente com a Rússia*; rompimento que se mantém a despeito da queda do "stalinismo" (1953) e da visita de Krutchev a Belgrado (1955), interpretada por muitos como um pedido de desculpas aos iugoslavos.

Um rompimento ainda mais efetivo foi novamente sentido com a intervenção soviética na Hungria (1956), cimentado ainda mais com a invasão russa na Tchecoslováquia (1968). É então que Tito encaminha a Iugoslávia para *uma nova e efetiva política de defesa*, tendo em vista o princípio de que a ameaça à soberania iugoslava provinha não apenas dos "imperialistas", mas de todas as "super-potências".

O conceito de "*Defesa Geral do Povo*", implantado por Tito em 1968, permite engajar cerca de 70 a 80% da população iugoslava, que, segundo estimativa (1977), é de cerca de 22 milhões de pessoas.

Com serviço militar obrigatório de 15 meses, o contingente mantém cerca de 250 mil homens nas forças armadas regulares, conservando meio milhão na reserva. Além da "*Força de Defesa Territorial*", estimada em 1 milhão de homens mas planejada para 3 milhões, é ativo um contingente de 20 mil combatentes nas faixas de fronteira.

Dentro do conceito de "*Defesa Geral do Povo*" todo cidadão iugoslavo tem o dever de resistir a um eventual ataque; fato complementado pela *Lei de Defesa Nacional*, que em seu artigo 7º declara textualmente: — "ninguém tem o direito de aceitar ou reconhecer a ocupação do país ou de quaisquer de suas partes".

Nessas condições todo o país se concentra desde 1968, em *estado-de-alerta*: as crianças recebem treinamento nas escolas; os rádio-amadores são organizados com finalidades defensivas; enquanto ao lado da "*Federação Nacional do Rifle*" uma longa lista de organizações defensivas para-estatais podem ser notadas.

O *estado-de-alerta* é até exibido, pois além das mulheres atingidas pela obrigatoriedade do "*Serviço de Defesa Territorial*", os estrangeiros podem ver, ao longo dos desfiladeiros e principais rodovias do país, as armadilhas para tanques e outros recursos de defesa. Recursos de defesa deste país que afirma poder mobilizar metade de suas forças em três e seis horas, e toda ela em apenas 48 horas.

5 – ASPECTO GEOESTRATÉGICO

Com seu território *caracterizadamente acidentado*, a região norte e leste da Iugoslávia é formada por planícies e colinas interrompidas por pequenas cadeias de montanhas; enquanto cerca de 2/3 do restante são nitidamente montanhosos. (Mapa 2)



Envolvida na bacia do Danúbio, posicionada no sudeste europeu, a Iugoslávia é limitada ao norte pela Áustria e pela Hungria; no leste, se encontram a Romênia e a Bulgária; no sul a Grécia e a Albânia; e no oeste a Itália e a costa iugoslava dalmata no mar Adriático. (Mapa 3)

Representa, pois, a Iugoslávia sob o ponto de vista geopolítico e geoestratégico a categoria do *estado-tampão* de um lado, e *região-de-topo ou amortecedor*, do outro, entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia.

Em 1968, ameaçada a Iugoslávia ante a invasão da Tchecoslováquia, o Conselho da OTAN aquilatou que tanto o país de Tito quanto a Áustria passavam a ter papel relevante para a Aliança Ocidental. Nessas duas áreas estratégicas — a Áustria tem sua neutralidade garantida (pelo menos por Tratado), enquanto com a neutra-lista Iugoslávia nada havia nem há de concreto de modo a afastar ou manter a pre-ocupação do Bloco Ocidental. A Iugoslávia transformara-se num enigma.

Sem ligações com o Pacto de Varsóvia, mas também sem compromisso para com a OTAN, essa última sem dúvida a auxiliará num caso de ameaça soviética.

Em contrapartida, num caso de invasão, seria bem provável a abertura de várias frentes de batalha, pois não seria suficiente o ataque só pela Hungria, onde já

IUGOSLÁVIA

■ POSICIONAMENTO

Org. por Therezinha de Castro

estão sediadas tropas soviéticas. Os russos teriam que se movimentar também através da Rumânia e Bulgária, onde desde 1968 não estão estacionadas as tropas soviéticas. Isso, levando-se em conta o que em 1968 afirmou o general tcheco Jan Sejen, que se exilou no ocidente revelando o plano de invasão da Iugoslávia pelas forças do Pacto de Varsóvia. Segundo esse militar a agressão, em sua primeira etapa, também não seria levada a efeito pela Rússia ostensivamente e sim por meios indiretos.

Quanto aos meios indiretos não há que esquecer que a Rússia já esteve, comprovadamente, envolvida em disputas internas na Iugoslávia; e que bem poderá voltar a tirar proveito das dissensões existentes entre os diferentes grupos étnicos que repartem entre si o país.

Consciente da *falta de coesão nacional*, Tito traçou seus planos sucessórios. A nova Constituição adotada em 21 de fevereiro de 1974, e que já é a quarta a ser posta em vigor desde 1945, determina que a presidência deve ser exercida alternadamente por oito membros da Comissão Presidencial. Essa Comissão é constituída pelos seis representantes das repúblicas, e mais outros dois que respondem pelas unidades administrativas autônomas.

Inspirado no modelo suíço e idealizado para funcionar como teórica liderança coletiva, não pôde ainda esse poder executivo ser bem aquilatado. Isto porque, embora já em funcionamento há alguns anos, esse governo colegiado é ainda sustentado pela presença do mito — Tito, cuja liderança além de simbólica vem sendo efetiva.

6 – CONCLUSÃO

Autêntico enigma geopolítico, a Iugoslávia, liderando um movimento de países que se proclamaram *não-alinhados*, conseguiu libertar-se da Rússia sem cair na órbita do Bloco Ocidental.

Embora ideologicamente na Área do COMECON, tem recebido o apoio ocidental, sobretudo em aberturas comerciais. Daí suas três indústrias automobilísticas.

A despeito do *neutralismo econômico*, embora a Iugoslávia não se caracterize como uma sociedade de consumo propriamente dita, o país foi induzido a um destacado nível de competição, oferta de serviços e bens de consumo não se vê em Moscou.

Mantém a Iugoslávia, exportadora de madeira, metais não ferrosos, metais, têxteis e maquinarias, laços comerciais tanto com a Rússia, como com os Estados Unidos, com a Alemanha Ocidental, com a Itália e com a Tchecoslováquia.

No cômputo geral, o neutralismo iugoslavo se atém ao princípio de que a segurança só aumentará, no âmbito das Relações Internacionais, quando se desfizerem os grandes blocos políticos. Assim, numa espécie de “*fogo cruzado*” entre Washington e Moscou, entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia, a Iugoslávia de Tito passou a liderar o movimento em prol das garantias internacionais para fronteiras seguras e do direito de caminhos independentes para os países comunistas. Só uma autêntica revolução anti-imperialista, anti-hegemônica e anti-colonialista se constituirá na salvaguarda da paz e segurança do mundo.

Se viesse a se tornar membro do Pacto de Varsóvia, a Iugoslávia poderia se converter em séria ameaça para a OTAN; sobretudo, levando-se em conta o seu posicionamento geoestratégico de bloqueio para o flanco sul. Assim, dentro da tese geopolítica de Mackinder, a Rússia, que detém o “*heartland*” na massa continental euroasiática, não conta com a periferia sob seu controle, que está com a OTAN no lado europeu e com a China e o Japão no lado asiático.

Dentro, pois, da *política do envolvimento*, que vem sendo implantada ponto apóio ponto pelo Almirante Gorshkov, o objetivo russo tem sido o da saída pelos mares quentes e livres do sul. E uma dessas saídas está *estrategicamente situada na costa acidentada da Dálmacia, pertencente à Iugoslávia*, oferecendo excelente acesso ao Adriático.

Não se envolvendo, desde 1968, diretamente com a Iugoslávia, parece a Rússia acatar o tempo de espera dentro do que se convencionou chamar de *designio geopolítico temporário do recuo*. Vem agindo assim também na Áustria e na Finlândia, dando a impressão de “concordar” com suas respectivas neutralidades.

Sabemos, no entanto, que antes de 1968 a linha neutralista seguida pela Iugoslávia induziu-a para rumo divergente do bloco comunista, exasperou a Rússia. Exasperou-a, levando-a, antes de adotar o período do designio geopolítico tem-

porário do recuo, a tomar medidas drásticas tais como: expulsar a Iugoslávia do Cominform (1948) e impôr-lhe bloqueios econômicos (1949 e 1953).

Em 1955, quando a "guerra fria" se encontrava no auge, com o apoio de Nehru da Índia e Nasser do Egito, Tito dava forma à filosofia do não-alinhamento. Os princípios do movimento foram restabelecidos em território iugoslavo, na histórica Conferência de Belgrado (1961). Quando abriu os seus trabalhos, Tito definiu como meta principal dos não-alinhados o repúdio à política dos blocos. O não-alinhamento também se deveria colocar frontalmente contra a política da farsa e da intervenção. E, finalmente, que o não-alinhamento perderia o seu valor intrínseco no momento em que, mesmo do ponto de vista econômico, seus membros se inclinassem para um ou outro bloco.

Em sua existência a Iugoslávia vem se confundindo com o próprio Tito e com o seu pensamento geopolítico; e em consequência, procurando reforçar os princípios dos não-alinhados e lutando contra a divisão do movimento.

Nessas condições, dentro do que se convencionou chamar de "*neutralismo político*", a Iugoslávia condenou na Conferência de Belgrado (1978) a atitude de países que "realizaram uma política tendente a favorecer um dos dois grandes blocos político-ideológicos que disputam a hegemonia mundial".

Condenando a atuação de Cuba na África, manipulada pelo neo-colonialismo russo, tornava-se público e notório que Tito contestaria o projeto de declaração proposto por Fidel Castro à *VII Conferência de Cúpula dos Países Não-Alinhados*.

A escolha de Havana como sede da Conferência já era por si só um acinte ao movimento, pois se constituía numa séria ingerência de Moscou. Nessas condições, graças à atuação da Iugoslávia, representada em Havana pelo próprio Tito (setembro de 1979), 75% do texto preparado por Fidel Castro seria emendado.

Em sua fase de afirmação como entidade política, a Iugoslávia, orientada pela mão forte de Tito, se constituiu no autêntico enigma geopolítico tanto para a Rússia quanto para os Estados Unidos. Embora fossem sempre notórias as tendências iugoslavas pró-comunismo, na prática a forma de governo adotada por Belgrado foi sempre de surda oposição a Moscou.

Em sua forma original neutralista, num mundo dividido em dois blocos, a Iugoslávia, na área da "Cortina de Ferro", que Haushoffer definiu como o "Cinturão do Diabo", se transformou numa espécie de "ventre macio" da Europa.

Como enigma geopolítico, a Iugoslávia escapou da asfixia imposta à Hungria e à Tchecoslováquia. Escapou, pois, à Doutrina de Brejnev, só anunciada oficialmente em 1968, que afirma ser direito de Moscou intervir em qualquer área onde "a causa do socialismo enfrente ameaças de uma derrocada política". Moscou não permitiu que as fronteiras do comunismo recuassem no setor da "Cortina de Ferro", mas não com relação ao titoísmo, o enigma que se manteve.



A DOUTRINA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

Antônio de Arruda

Complementando o que escrevemos em números anteriores desta Revista (¹), pretendemos tecer algumas considerações sobre o conceito de Doutrina e a discutida correlação entre esta e Dogma, bem como trazer mais algumas alegrias a respeito da origem da Doutrina da ESG.

Como se sabe, o termo Doutrina contém a raiz *docere* — ensinar. Esquematicamente, Doutrina seria, pois, tudo o que se transmite pelo ensino. Mas há, no caso, matizes que convém discriminar.

A Doutrina liga-se à Teoria, que lhe serve de ponto de partida. A Teoria é a explicação causal de fenômenos através da perquirição do *como* e do *porquê* dos mesmos. Já a Doutrina, partindo de uma base teórica, vai além: envolve um julgamento de valor ou valoração. Por outras palavras: a Teoria é neutra, exprime o que é, enquanto a Doutrina busca o que deve ser (¹A).

Na sua função *docente*, a Doutrina procura orientar, imprimir normas à conduta humana — no setor religioso, político, econômico etc. Exprime-se através de idéias básicas, que dizem respeito aos valores fundamentais, nos diversos domínios em que exerce sua influência. Trata-se, pois, de um conjunto harmônico de idéias, orientador da ação humana. A Doutrina é, portanto, normativa; vale-se da experiência, da realidade, para fim deliberado.

Doutrina e Dogma

Ponto crucial, na elucidação dos conceitos, é a relação entre Doutrina e Dogma.

Há uma corrente que sustenta a íntima ligação entre os dois termos. Assim, segundo essa corrente, a Doutrina é sempre dogmática, apresenta-se como um conjunto de preceitos que se impõe de maneira impositiva, imune à discussão.

Outros autores, porém, repelem essa posição radical. JULIEN FREUND observa que toda Doutrina, seja liberal ou marxista, que erige em dogmas proposições ou esquemas, cujo significado é equívoco e impreciso, resvala da ciência para a mitologia⁽²⁾.

Por sua vez, JOAQUIM PIMENTA identifica o Dogma às Doutrinas religiosas. "As religiões, diz ele, além de se estratificarem em ritos, tendem, no seu evolver, a consolidar-se em dogmas, isto é, em preceitos que se proclamam imutáveis, obrigatoriamente impostos por autoridades sacerdotais"⁽³⁾.

Esclarece ainda JOAQUIM PIMENTA que a palavra Dogma é de origem grega, usada como preceito estabelecido ou decisão proferida por autoridade competente. O termo passou a ser usado entre os cristãos para exprimir os preceitos evangélicos ou antes as verdades extraídas do Antigo e do Novo Testamento, reveladas por JEOVÁ e por CRISTO e seus apóstolos. Essas verdades converteram-se em Dogmas, impostos pelos concílios e depois pelo Sumo Pontífice, caracterizados por três elementos essenciais: revelação, autoridade e imutabilidade⁽⁴⁾.

É certo que o Dogma se insere, às vezes, nas Doutrinas Sociais, sobretudo na Doutrina Política, como um dos ingredientes do totalitarismo. Mas não há vinculação obrigatória entre os dois conceitos.

A Concepção de Doutrina na ESG: Adogmática, Democrática, Humanística

A ESG colocou-se deliberadamente ao lado dos que desligam a Doutrina de qualquer elva de dogmatismo.

Em 1953, ao traçar um primeiro esboço para uma Doutrina de Guerra, o General EMILIO RODRIGUES RIBAS já advertia que a Doutrina não deve ser considerada um Dogma, do qual não se pode afastar por nenhum motivo, mas, pelo contrário, deve ensinar a fazer o melhor uso dos próprios meios, qualidades e forças, evitando incorrer em erros de conceitos e método, ou agir em contraposição aos princípios comuns e invioláveis da Arte⁽⁵⁾.

O então Coronel AUGUSTO FRAGOSO, dissertando sobre o mesmo tema, citou esse texto de RIBAS, acrescentando que a idéia nela contida surgiria mais tarde no estudo do Coronel NEMO, publicado na França, na *Revue Militaire Générale*, de março de 1958. Afirmou o autor francês, repetindo o general brasileiro: "É preciso abandonar com resolução a *Doutrina Dogma*. A Doutrina não pode ser considerada como se fosse um monumento edificado para durar. O respeito pela Doutrina não deve chegar ao fetichismo"⁽⁶⁾.

Outra afirmação incisiva, marcando o caráter adogmático, da Doutrina, segundo o entendimento da ESG, foi feita pelo Almirante ERNESTO ARAUJO, seu

comandante na época: "Foi firmada aqui uma Doutrina de Segurança Nacional, no verdadeiro conceito de Doutrina, isto é, um conjunto de idéias básicas, norteadoras de um determinado ramo de atividades, não impostas, mas livremente aceitas, mediante convicção plena de sua procedência e acerto" (?).

Uma conferência de 1970, no tópico relativo à Doutrina Política, deixou também clara essa característica da Doutrina adotada pela ESG: "Há aspectos da Doutrina Política que demonstram grande persistência no tempo e no espaço. Contudo, a Doutrina não pode ter caráter dogmático, pois deve ser dinâmica e acompanhar a evolução da sociedade política a que se refere, para que se adapte a novas conclusões e a novos princípios, num incessante processo de renovação e aprimoramento" (8).

Em suma, a Doutrina da ESG é flexível, infensa a Dogma. A sua normatividade circunscreve-se aos períodos letivos, onde todavia é sujeita à mais ampla discussão, visando a seu futuro aperfeiçoamento. Isso significa também que os postulados da Doutrina assim concebida se inspiram nos princípios democráticos (9).

Manifestação da flexibilidade da Doutrina da ESG é que prefere os conceitos às definições. Pois as definições são rígidas, condizem mais com as normas legais, ao passo que os conceitos são mais flexíveis e se adaptam melhor às normas doutrinárias em geral. As definições limitam, os conceitos aceitam maior largueza na compreensão.

Outra característica ligada à Doutrina da ESG é o seu humanismo. Em toda colocação doutrinária da Escola, o homem é encarado como o centro das preocupações. O que se procura especialmente é o Bem Comum, na concepção tomista que nutriu a cultura ocidental.

GÊNESE DA DOUTRINA DA ESG

Ao ser criada a ESG, seus fundadores não tinham ainda noção exata do que viria constituir-se depois sua Doutrina. Instituída a princípio para fins militares – Curso de Alto Comando – a ESG, embora mantendo a denominação, transferiu seus objetivos para os estudos da Segurança Nacional, no sentido que já se vinha esboçando na Doutrina estrangeira – mais amplo do que o conceito tradicional de Defesa. Essa nova orientação foi dada pelos que estavam incumbidos da implantação da Escola – o General OSWALDO CORDEIRO DE FARIAS e o grupo de trabalho que o assessorava.

Assim, a Lei que criou a ESG – Lei nº 785, de 20 de agosto de 1949 – considerou-a como um Instituto de Altos Estudos, destinado a "desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para planejamento da Segurança Nacional" (art. 1º).

Por outro lado, o primeiro Regulamento da Escola – o Dec. nº 27.264, de 28 de setembro de 1949 – prescreveu no art. 4º, como objetivos da ESG, a solução dos problemas de Segurança Nacional, mediante um método de análise e interpreta-

ção dos fatores que condicionam o Conceito Estratégico, em ambiente de compreensão entre os grupos representados na Escola, de modo a desenvolver o hábito de trabalho em conjunto, assim como fixar um conceito amplo e objetivo de Segurança Nacional que sirva de base à coordenação das ações dos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento do potencial e pela segurança do País.

Esses objetivos decorreram de alguns princípios fundamentais da lavra do então Tenente Coronel IDÁLIO SARDENBERG, que fazia parte do citado grupo pioneiro. Esses princípios formulados com rara intuição tiveram marcante influência na gênese e na evolução da Escola⁽¹⁰⁾.

Um desses princípios afirma que a Segurança Nacional é função mais do potencial geral da Nação que de seu potencial militar. O Brasil já possuía então requisitos básicos (área, população, recursos) indispensáveis para se tornar uma grande potência, e o seu desenvolvimento vinha sendo retardado por motivos suscetíveis de remoção. O que faltava às elites brasileiras era o hábito do trabalho em conjunto e a posse de uma técnica racional de solução dos problemas. Urgia por isso substituir o "método dos pareceres" por outro que permitisse chegar a soluções harmônicas e equilibradas.

Daí a missão da ESG que funcionaria como um Instituto de Altos Estudos e centro permanente de pesquisas, para o que deveria congregar militares e civis da mais variada procedência.

Primeiro Ensaio: O Conceito Estratégico Nacional

Ao ser implantada a ESG, apresentavam-se como seu interesse imediato os objetivos constantes dos textos legais que a criaram: estudo da Segurança Nacional e de um método para seu planejamento, fixação de um Conceito Estratégico Nacional e desenvolvimento do trabalho em conjunto, prática então desconhecida no País.

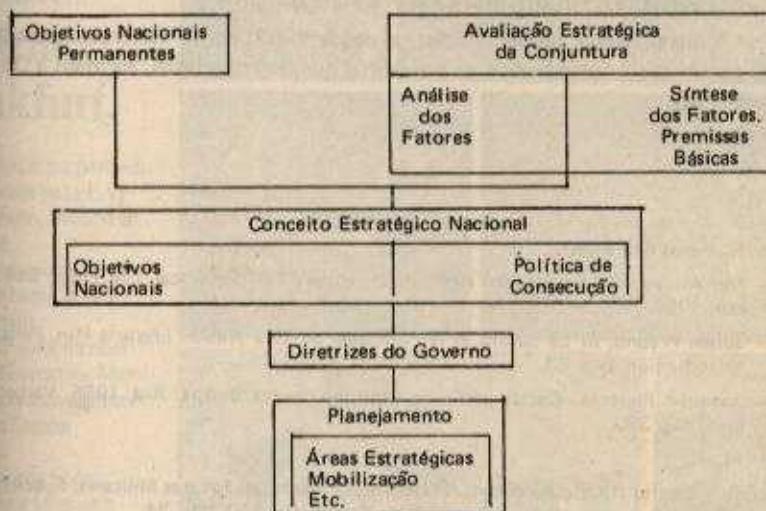
No primeiro ano de seu funcionamento (1950), a Escola limitou-se ao último objetivo citado, o ensaio do trabalho em grupo, a par de estudos de temas isolados, subdivididos em assuntos nacionais, internacionais e militares, de acordo com a nomenclatura adotada no referido primeiro regulamento. A ênfase desses estudos recaiu em aspectos militares e, em especial, os de segurança.

Em 1951 e 1952, surgiu o primeiro esboço para o tratamento de assuntos doutrinários, nas conferências sobre Conceito Estratégico Nacional — outro objetivo da Escola — proferidas respectivamente pelo General SALVADOR CESAR OBINO e pelo General OSWALDO CORDEIRO DE FARIAS⁽¹¹⁾. Essas conferências receberam subsídios da Missão Americana existente na Escola, que forneceu os dados para o Conceito Estratégico Nacional dos Estados Unidos, ensaiado juntamente com o do Brasil.

Em essência, o Conceito Estratégico Nacional, partindo da concepção de Estratégia, em seu significado militar, deveria ser formulado no mais alto nível governamental, tendo em vista a definição dos Objetivos Nacionais e da Política Nacional para atingir esses objetivos.

Na conferência do General CORDEIRO, explicitou-se essa formulação, através do quadro que se segue (12):

Formulação de um Conceito Estratégico Nacional



Esse quadro representa o núcleo do que viria a ser uma das preocupações da Escola: a Metodologia Para a Formulação da Política de Segurança Nacional, hoje sintetizada no Método de Ação Política. Aí aparecem também conceitos e expressões que ganhariam amplo desdobramento em estudos posteriores: Objetivos Nacionais, Objetivos Nacionais Permanentes, Avaliação Estratégica da Conjuntura, Premissas Básicas, Diretrizes de Governo (depois Diretrizes de Planejamento, hoje Diretriz Estratégica Governamental), Mobilização.



Magistrado e Professor de Introdução à Ciência do Direito da Universidade Federal de Mato Grosso. Faz parte da Junta Consultiva da Escola Superior de Guerra.

Para a Avaliação Estratégica da Conjuntura, surge a dicotomia Análise – Síntese, que seria uma das constantes na busca de um método para os trabalhos da Escola. É o pensamento cartesiano que, servindo-se da busca metódica, procura a evidência pela análise que reduz a realidade difusa nos elementos simples e claros que a constituem, e depois, numa operação inversa, de síntese, pela composição gradual desses elementos em sistemas cada vez mais complexos.

A partir desse núcleo inicial, e desde 1953, como esclarecemos anteriormente, foram sendo elaborados os conceitos que, em conjunto, formam a Doutrina Básica da ESG.

NOTAS

- 1 — Números 679 a 680.
- 1A — Ver Aliomar Balesiro, Cinco Aulas de Finanças e Política Fiscal. Liv. Progr. Edit. Salvador, 1959.
- 2 — Julien Freund. In *Le Savant et le Politique*, de Max Weber. Librairie Plin, Paris, 1958. Introduction, pág. 23.
- 3 — Joaquim Pimenta. Encyclopédia de Cultura, Freitas Bastos, Rio, 1955. Verbete Religião, pág. 320.
- 4 — Id. ib.
- 5 — Gen Emílio Rodrigues Ribas. A Conjuntura Nacional. Fatores Militares. Subsídios para o Estabelecimento de uma Doutrina de Guerra. C-40-53, pág. 24.
- 6 — Cel Augusto Fragoso. Doutrina Militar Brasileira – Bases para sua Formulação. C-77-59, pág. 7/8.
- 7 — Apud Gen Augusto Fragoso. A Escola Superior de Guerra. Evolução – Atualidade – Perspectivas. C1-123-71, pág. 11.
- 8 — Política. Conceitos Fundamentais. Dirig. e Relator: Desemb. ANTÔNIO DE ARRUDA. C3-123-70, pág. 24.
- 9 — O 3º Regulamento da ESG (Dec. 50.352, de 17/3/61), ao fixar os objetivos da Escola, no art. 2º, estabeleceu que deviam moldar-se “segundo orientação geral que visa sempre à reafirmação da democracia brasileira”. O Regulamento de 1963 (Dec. 53.080, de 4/12/63) reproduziu, em termos análogos, no art. 2º, a mesma determinação.
- 10 — Esses princípios constaram de um documento da lavra do Ten Cel Idálio Sardenberg, já publicados na íntegra pelo Gen Augusto Fragoso (A Escola Superior de Guerra. Evolução. Atualidade. Perspectivas. C1-123-71) e também no doc. DV5-78, continuação: Aspectos da Doutrina da ESG e de Suas Bases Teóricas. Desemb. ANTÔNIO DE ARRUDA.
- 11 — Conceito Estratégico Nacional : C-025-51. Idem : C-010-52.
- 12 — C-010-52, cit. pág. 4.



TITULAÇÃO DOS CONCLUDENTES DE CURSOS NO EXÉRCITO

Wilson Martins

Ten Cel Inf QEMA — possui os cursos de Comando e Estado-Maior do Exército e de aperfeiçoamento (em nível de pós-graduação) em Estudos de Problemas Brasileiros da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bacharel em Administração. Foi instrutor do CPOR/RJ, EsMB, AMAN e EsAO. Atualmente exerce as funções de Instrutor-chefe do Curso de Material Bélico da EsAO.

Os oficiais do Exército Brasileiro, possuidores de uma formação aprimorada, universitária e essencialmente qualificada, a exemplo dos países mais desenvolvidos, tendo ao longo de suas carreiras, a consolidação de sua formação científica, através de cursos de pós-graduação "sensu lato" (aperfeiçoamento, especialização e extensão) e "sensu stricto" (mestrado e doutorado), não foram ainda reconhecidos ou distinguidos com o grau de bacharel, mestre ou doutor, adequados aos seus estudos que, embora aprofundados em ciência militar, abrangem um universo de saber iniludível.

Admite-se que o mérito e a capacidade intelectual e profissional não serão dados pela letra da lei, mas a existência dela possibilitará, àqueles que se esforçam na vida acadêmica, o reconhecimento da sociedade e o acesso aos demais graus do saber. E, sem dúvida, será um outro fator de estímulo à carreira militar.

Em recente visita à guarnição da Vila Militar, no Rio de Janeiro, o Exmo Sr Ministro do Exército, Gen Ex Walter Pires de Carvalho e Albuquerque, entre os vários assuntos abordados em sua exposição, transmitiu a preocupação com a valorização dos oficiais e sargentos e de sua preparação para, na reserva, exercerem atividades dignas e produtivas. Para isto, concluiu, serão realizados estudos para que se busque o reconhecimento pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) de cursos realizados no Exército.

A LEGISLAÇÃO

Da educação, em geral

O parágrafo único do artigo 6º da Lei nº 4.024 de 20 Dez 61 que fixa as diretrizes e bases da Educação Nacional diz: "O ensino militar será regulado por lei

especial" (o grifo é nosso). Há que se entender claramente o espírito da lei: esta regulamentação não implica no afastamento das normas referentes à educação nacional e à administração do ensino, atribuições do Poder Público Federal exercido pelo MEC (artigo 6º).

A autorização para funcionamento e reconhecimento de estabelecimentos de ensino superior será tornada efetiva, em qualquer caso, por decreto do Poder Executivo Federal, após prévio parecer do Conselho de Educação competente (artigo 47 da Lei nº 5.540 de 28 Nov 68).

Assim sendo e de acordo com a legislação vigente, do MEC, os cursos correspondentes a profissões regulamentadas por lei devem ser previamente apreciadas pelo Conselho Federal de Educação (CFE); na fase de autorização e, posteriormente, após o prazo mínimo de dois anos de funcionamento, na fase de reconhecimento. Sem a autorização e o reconhecimento, através de decreto do Poder Executivo Federal, os cursos não têm existência legal, não podendo as escolas, faculdades e outras instituições de ensino conferir diplomas ou conceder títulos com validade em todo o território nacional.

No que se refere aos cursos de pós-graduação, as instituições são livres para criá-los independente de autorização prévia. A falta de credenciamento não torna irregular ou ilegal seu funcionamento; apenas não gozam das prerrogativas que a lei concede aos títulos de Mestre ou Doutor conferidos por cursos devidamente credenciados pelo Poder Executivo Federal, após parecer do CFE (Pareceres nº 537 de 04 Ago 69 e Nº 14 de 26 Jan 70, do CFE).

Do ensino militar, em particular

Se a legislação do ensino militar determina que o ensino fundamental seja ministrado em consonância com a legislação que regula o ensino no país, assegurando os direitos que lhes são correspondentes (artigo 9º da Lei nº 6.265 de 19 Nov 75 — Lei do Ensino Militar), caberá à instituição tomar medidas para que se tornem efetivas as mesmas prerrogativas concedidas aos demais, buscando a autorização, o reconhecimento e o credenciamento dos seus cursos afins. Para isto, há que submeter à apreciação pelo CFE e satisfazer as exigências estabelecidas pelas normas correspondentes.

Enquanto a aprovação dos currículos dos cursos e dos programas de matérias, estabelecidos pelas escolas militares, forem apenas da alçada do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), as escolas e instituições de ensino militares não poderão expedir diplomas e conceder títulos, que possam ser registrados nas Universidades (artigo 27 da Lei nº 5.540 de 28 Nov 68).

É justo e oportuno salientar que a apreciação do CFE não interfere na estrutura administrativa, no estabelecimento da doutrina, no funcionamento das escolas e nas atividades de ensino ou militares, restringindo-se apenas a apreciar a administração e a qualidade do ensino através da análise dos projetos de cursos no que se refere a organização curricular, a viabilidade dos programas, ao suporte econômico-

financeiro, a biblioteca, aos meios necessários à prática profissional, ao gabarito do Corpo Docente, a organização escolar, etc. Em suma, ao cumprimento das leis e normas da educação, no país.

Se assim não fora, o ensino militar há muito estaria sob controle e inspeção do MEC, visto que os Colégios Militares, o Colégio Naval, a Escola Naval, o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e o Instituto Militar de Engenharia (IME) conferem diplomas que podem e devem ser registrados e concedem títulos, porque os seus cursos são reconhecidos e "fiscalizados" pelo MEC.

Ainda cita-se como exemplo, a Escola Superior de Guerra (ESG), que por iniciativa própria, em 1974, visando o credenciamento do "Curso de Estudos Brasileiros", obteve também parecer favorável do CFE (Parecer nº 1.331 de 09 Mai 74 do CFE): "Frise-se, no entanto, que os cursos da ESG, como acentuamos no corpo do parecer, são, por sua estrutura, cursos de pós-graduação, aos quais apenas faltava o respaldo deste Conselho, para lhes dar a necessária validade". Inexplicavelmente, desde aquela data, a ESG ainda não concedeu títulos ou conferiu diplomas de pós-graduação aos seus proeminentes estagiários (alunos) civis e militares.

O PROJETO

Como então, atendendo as determinações de S. Excia. o Sr Ministro do Exército, poder-se-á buscar o reconhecimento de cursos realizados no Exército? — através da apreciação dos projetos de cursos de cada estabelecimento de ensino militar, pelo CFE, para posterior sanção da Presidência da República, através de decreto, conforme determina a legislação federal.

Aparentemente, tudo parece ser muito fácil. No entanto, as características próprias de cada estabelecimento de ensino; as pesquisas desenvolvidas na área da administração do ensino militar; as iniciativas sempre presentes dos chefes militares que dirigem as escolas; as prescrições da própria lei do ensino militar e sua regulamentação; as determinações dos regulamentos de preceitos comuns e de cada uma das escolas, em particular; a evolução dinâmica da arte e ciência militar; a ênfase da política de segurança, oscilante face à conjuntura nacional; e vários outros aspectos relevantes, indicam que o assunto merece ser meditado e analisado criteriosamente, como um todo, independente das escolas.

Preliminarmente, sem burocratizar, convinha que tais estudos fossem dirigidos pelo DEP, em forma de projeto específico, que poderia ser distribuído, como encargo, ao Centro de Estudos de Pessoal (CEP), a exemplo de outros projetos e desenvolvimento neste Centro e face às proximidades dos estabelecimentos de ensino militares.

Para a execução do projeto de reconhecimento dos cursos do Exército, em um período de dois a três anos, nota-se a necessidade da designação de uma equipe, com total independência de ligações entre os diferentes escalões de chefia e de comando, e escolas. Esta equipe, constituída de elementos altamente especializados, com militares e civis, profundos conhecedores da legislação da educação

nacional, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, com meios materiais e de pessoal específicos, necessários à execução do projeto, sob a administração do CEP e coordenação do DEP, realizaria os projetos de autorização, reconhecimento e/ou credenciamento, conforme o caso, de todos os cursos de 3º grau ministrados pelos estabelecimentos de ensino do Ministério do Exército, e indicaria as normas a serem seguidas para a implantação futura de outros cursos.

Em função das diretrizes-gerais estabelecidas pelo Estado-Maior do Exército (EME) e dos planos setoriais do DEP, a equipe do CEP, devidamente argumentada, indicaria posturas e procedimentos capazes de conjugar os interesses do ensino militar com a legislação da educação vigente e de absorver novas políticas que fossem criadas, com oportunidade, realismo e adequação.

CONFLITOS DE JURISDIÇÃO

Vários aspectos a serem abordados merecerão estudos mais profundos, devendo ser tratados de forma sistêmica. Entre eles, destacam-se:

- A conjugação das exigências legais da educação nacional com os interesses particulares do ensino militar;
- A exclusão de apreciação, pelo CFE, para autorização de funcionamento de cursos do nível superior, uma vez que o ensino militar é regulado por lei especial e não teria cabimento autorização para os tradicionais cursos de formação (da AMAN), de aperfeiçoamento (da EsAO), de especialização e de extensão (das escolas de especialização) e de pós-graduação "sensu stricto" (da ECEME);
- A falta de currículos mínimos, fixados pelo CFE, indicando os mínimos de conteúdo e a duração dos cursos, para a formação de pessoal para profissões de relevante interesse ao desenvolvimento nacional, exigindo estudo específicos no enquadramento, como subtítulos em habilitações correspondentes já existentes, ou mesmo criando outros, capazes de englobar as atividades profissionais dos militares;
- A conjugação das normas para aplicação dos currículos mínimos, do CFE, tradicionais e estáticas, com a necessária administração do ensino militar, através das Seções Técnicas de Ensino das escolas, órgãos eminentemente dinâmicos, capazes de absorver mudanças radicais em curto espaço de tempo, sempre voltadas para as pesquisas no campo do ensino, na área militar;
- A nomenclatura dos cursos e a padronização dos títulos das matérias e disciplinas, e respectivos créditos (unidade de trabalho escolar) adotados pelo CFE, e que no ensino militar variam conforme as escolas, o que vem impedindo a concessão de dispensas de estudos correlatos ou afins em faculdades ou universidades;
- A inclusão, nos currículos de todas as escolas militares (AMAN, EsAO, IME e ECEME), da disciplina "Estudo de Problemas Brasileiros", instituída em caráter obrigatório em todas as escolas de ensino superior do país, de acordo com o decreto-lei 869 de 12 Set 69;

- A apresentação de disciplinas opcionais que permitam a montagem de programas de estudo adaptáveis a diferentes personalidades e aptidões; etc.

AS HABILITAÇÕES

Os cursos ministrados pelos estabelecimentos de ensino militar, com objetivos específicos à clientela militar, podem sofrer ajustamentos às exigências da legislação da educação nacional, sem que se modifique a estrutura atual, os fins e as diretrizes emanadas do EME e do DEP.

As atividades curriculares dos cursos já existentes seriam associadas matérias correlatas à carreira militar, completando os currículos mínimos fixados pelo CFE e mantendo a qualidade imposta a cursos de graduação ou de pós-graduação, sem massificá-los ou desfigurá-los. As matérias, desdobradas ou não em disciplinas, creditadas e posteriormente consolidadas, habilitariam o aluno:

- da AMAN, ao grau de bacharel, em:
 - Ciências militares;
 - Engenharia de operação;
 - Administração, com habilitação em administração militar;
 - Ciências contábeis.
- da ECENE, ao grau de mestre, em:
 - Ciências militares, com área de concentração em estratégia;
 - Estudos brasileiros, com área de concentração, se fosse o caso, em assuntos políticos, econômicos, psicossociais ou militares;
 - Administração, com área de concentração em administração pública ou em administração hospitalar;
 - Ciências contábeis, com área de concentração em auditoria ou em orçamentação.

As escolas de especialização e de aperfeiçoamento continuariam a ministrar seus cursos, nos moldes vigentes.

Para os demais estabelecimentos de ensino, os problemas já se encontram resolvidos ou em vias de equacionamento: o IME possui seus cursos de graduação reconhecidos e os cursos de pós-graduação, na medida de seu desenvolvimento, vem sendo credenciados pelo CFE, a Escola de Saúde, pela atual política de pessoal, absorve profissionais já possuidores de cursos de graduação em faculdades civis.

Como o doutorado não é, necessariamente, o seguimento do mestrado, ambos podendo ser encarados como grau terminal (Parecer nº 977/65, do CFE), julga-se mais coerente que o militar, no Exército, atinja o grau de mestre, ao final de sua carreira, na linha bélica. Se o curso da ECENE é considerado um dos pré-

requisitos para matrícula na ESG, no caso de Oficiais do Exército, caberia a esta escola o nível de formação em doutorado.

CONCLUSÃO

O reconhecimento e o credenciamento dos cursos realizados ao Exército, pelo MEC, viria cobrir lacuna há muito existente na carreira do militar.

Em Exércitos de nações mais desenvolvidas, o Oficial Superior é freqüentemente incentivado para estudos em nível de pós-graduação. A Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos Estados Unidos, em Fort Leavenworth, por exemplo, vem comprovando anualmente a eficácia de seus programas de diversificação de qualificações de alto nível, que atende simultaneamente os interesses da instituição e as aptidões dos candidatos, capacitando-os para o exercício de atividades liberais.

A habilitação almejada pelo militar da linha bélica, possibilitando-o a exercer atividades civis, dignas e produtivas, sem favorecimentos, após a sua transferência para a reserva, permitirá um amparo social e uma retribuição aos que se dedicaram exclusivamente, como militar, ao nobre exercício de defesa da pátria e das instituições. Complementarmente, possibilitaria aos que, prosseguindo na carreira militar, ter um acesso mais rápido aos altos postos do Exército.

Por fim, ressalta-se que, a rigor, os cursos do Exército são legalmente reconhecidos. O que se defende e se busca, erroneamente colocado em plano secundário, é o respaldo do Conselho Federal de Educação, para a concessão de títulos devidamente validados em todo o território nacional.

BIBLIOGRAFIA

- Benjamin, Harold. *A educação superior nas repúblicas americanas*. Editora Fundo de Cultura, 1970.
- Carvalho, Guido Ivan. *Ensino superior: legislação e jurisprudência*. Edição do autor, 1973.
- CFE. *Curriculos mínimos dos cursos de nível superior*. MEC, 1975.
- CFE. *Documenta*. Revista mensal editada pelo MEC. Coletânea.
- CFE. *Normas para autorização e reconhecimentos de cursos superiores*. MEC, 1978.
- ECEM do Ex EUA, artigo publicado na *Military Review*, Jan-74.
- Martins, Wilson. *Cursos de pós-graduação na ECEME. Monografias selecionadas*, ECEME, 1976.
- Ribeiro, Nelson de Figueiredo. *Administração acadêmica universitária*. Livros técnicos científicos editora, 1977.



UM ESTRATEGISTA EXPERIMENTADO ORIENTA O INICIANTE

Robert Leider

Para minha geração, que combateu a Guerra Fria, finalmente podemos dividir o sucesso. Após mais de 20 anos de uma atitude resoluta e determinada, a tensão internacional está relaxando. Os assuntos que têm provocado conflito entre as superpotências estão sendo superados um a um.

Nos locais por onde traçamos a seqüência — COREIA, BERLIM e SUDESTE DA ÁSIA — estão mais próximos de um entendimento do que jamais estiveram antes. As EUROPAS OCIDENTAL e ORIENTAL, estão dando mais valor à cooperação do que à confrontação. A CHINA COMUNISTA é um dos mais recentes compradores de tecnologia não comunista. Os ESTADOS UNIDOS e a RÚSSIA, no que se pode chamar de casamento de "corn flakes" com "caviar", estão estabelecendo laços de dependência mútua. Isto está no SALT, na Conferência de Segurança Europeia, na Redução Mútua e Equilibrada das Forças, e na cooperação de combate à poluição e de conquista do espaço. Até mesmo o EGITO e ISRAEL podem ainda encontrar uma acomodação pacífica.

Está-se tentando ver adiante com alívio. A parte mais dura da tarefa já foi realizada. Finalmente, poderemos nos preocupar com nós mesmos; aperfeiçoarmos o nosso setor interno há tanto tempo negligenciado e devotar às cidades, à pobreza e ao meio ambiente, o tempo e a energia que até então têm sido dirigidos para o exterior, a fim de conter as pressões externas.

Mas darão os acontecimentos oportunidades para que ocorra essa mudança de prioridades? O fim da GUERRA FRIA não quer significar sinônimo de paz. Novas pressões estão se alinhavando e o principal objetivo nacional poderá ser deixado exposto numa situação desprotegida.

A NECESSIDADE DE DEFESA DAS ASPIRAÇÕES NACIONAIS

Qualquer nação tem duas aspirações vitais. A primeira é o bem-estar dos cidadãos, daqueles que nutrem interesses e aspirações. Chama-se a isso aspiração por um Estilo de Vida. A segunda aspiração (não quer significar que seja segunda em importância) é a de prevenir a destruição da nação, a extinção da vida nacional. Você pode denominá-la de aspiração por Segurança.

Nós temos sido bastante felizes com as preocupações da GUERRA FRIA. Durante a maior parte da ocorrência desse conflito, os ESTADOS UNIDOS têm sido auto-suficientes em poder. Não foi necessário nos preocupar com a defesa do nosso estilo de vida. Foi possível excluir esse objetivo das prioridades mais baixas. As fontes internacionais de recursos naturais foram adequadas para sustentá-lo; não houve nenhum vento que soprasse vindo do exterior e que trouxesse intransqüilidade. Todos os nossos esforços estavam disponíveis para serem dirigidos para garantia da nossa segurança.

Vocês, jovens, não serão tão afortunados. A auto-suficiência dos ESTADOS UNIDOS não irá muito longe. Pode não ser muito agradável para muitos de nós a idéia de que a AMÉRICA está se reunindo ao grupo das nações que não têm capacidade para se suprirem. As necessidades e expectativas do setor interno — emprego e renda — crescem dependendo da expansão dos investimentos no estrangeiro, do deslocamento de indústrias com alto consumo de energia para países onde a energia é barata e abundante, e do aumento da importação de bens essenciais. No desenrolar dessa transformação, o nosso estilo de vida, que outrora era imune a interferências externas, tem se tornado tão vulnerável aos desajustes internacionais como ocorre com a nossa segurança. A AMÉRICA, como muitas das nossas empresas, tem se tornado multinacional. Não pode mais ser definida por suas fronteiras. A nação está presente toda vez que o capital, o processo industrial, o conhecimento técnico, as matérias-primas e os mercados contribuam para o seu bem-estar.

Desse modo, a sua tarefa, jovem estrategista, terá dupla finalidade. Não é apenas uma e sim duas aspirações nacionais que estão sendo entregues aos seus cuidados. O que é mais sério ainda, para defender o estilo de vida, você não encontrará exemplos históricos ou nenhuma disciplina acadêmica para orientá-lo. Você será pioneiro, rompendo novas terras assim que a nação for lançada no meio de antagonismos e pressões que são estranhos às experiências do passado.

O fato é que a nossa transição para a situação de nação que não é mais auto-suficiente, coincide com a constatação de que o nosso planeta não é, também, auto-suficiente. Verifica-se, ainda, que as necessidades futuras em recursos naturais para satisfazer a humanidade excedem o que o universo, já explorado e com prejuízo para o meio ambiente, com suas fontes escasseando e não mais satisfazendo a demanda atual, terá que suprir indefinidamente. Neste contexto, o que deveria ser problema econômico, solucionável com adequadas quantidades de recursos financeiros, torna-se um problema político desordenado, no qual os participantes podem se agredir violentamente com qualquer coisa cerrada em suas mãos.

O CULTO DO CRESCIMENTO

O conceito de um limite superior mensurável para a atividade econômica é uma desagradável, dolorosa e possivelmente inaceitável restrição sobre as aspirações nacionais, porque nenhum estado moderno poderá desincumbir-se das suas obrigações sem que cresça economicamente. Todo processo político e social é impulsionado pelo crescimento da nação. Quando existe uma estabilidade parcialmente enfraquecida, a segurança de um governo para que não seja derrubado depende da continuidade do impulso do crescimento do país.

Sob a pressão do aumento, em projeção geométrica, de uma população cada vez mais jovem, relativamente melhor educada, faminta por oportunidades, impacientemente sabedora da brecha que separa as nações ricas das nações pobres e altamente intolerante com a idéia de ter que deixar essa brecha sem uma ponte, os governos do mundo em desenvolvimento têm que insistir em alcançar o crescimento econômico.

No mundo desenvolvido, as orientações conduzindo ao crescimento são mais coordenadas nas suas origens, apesar de poderem não estar bem interpretadas, mas são igualmente conflitantes nas suas implicações a longo prazo. Tanto faz que as aspirações na classe pobre sejam por serviços sociais, as da classe média por emprego e condições de consumo ou que a elite pressione por um meio ambiente mais puro, o resultado vem a ser o mesmo: crescimento econômico que deve ser sustentado para que possa gerar os recursos que irão custear as medidas destinadas a atender àquelas aspirações.

Nenhum alerta quanto a limites para impedir a sua elevação acompanhou a rápida subida do produto bruto mundial de dois para três trilhões de dólares no mundo de após guerra. Se algo ocorreu, foi que a acelerada atividade econômica exalou um intoxicante bálsamo de otimismo acerca das perspectivas futuras. A desigualdade entre as nações era aceitável, facilmente identificada pela partida defasada para o desenvolvimento e para a industrialização. Com o tempo, a brecha entre elas seria fechada, não interessava o valor da amplitude que essa brecha viesse a atingir. "Faça como nós fizemos", as nações ricas diziam para as pobres, "e daqui a 10 ou 20 anos vocês estarão onde nós estamos".

Os primeiros sinais das dificuldades que estavam por vir juntaram-se à elevação de dois para três trilhões do produto mundial bruto. Chegou com o súbito reconhecimento de que o meio ambiente começava a decair; o início do rationamento de energia e da escassez de água; o desumano espetáculo da extinção das espécies; o crescente interesse na extração de minerais de minérios menos econômicos; e o aumento da dependência externa desde que a procura interna, por bens, passasse a ser superior às possibilidades de suprimento da nação.

A agulha indicadora do crescimento está ainda voltada para cima. Desse modo, o produto mundial bruto se aproxima dos quatro trilhões e os efeitos da parte degradada se espalham e se intensificam. Os ferimentos físicos se aprofundam. A busca por minerais, água pura, solo fértil, proteínas de origem marinha, madeira, e

o mais importante, combustíveis energéticos, se amplia. Os proprietários de recursos naturais promovem um comércio de trocas com aumentos de preços progressivos, num frenético esforço para alcançar os padrões industriais dos seus clientes antes que a riqueza do solo feneça. Os clientes, por sua vez, estão passando por "deficits" comerciais e por escassez de moeda estrangeira necessária para pagar pelas crescentes quantidades de matérias-primas a serem adquiridas.

Neste ambiente, a localização de fornecedores favoravelmente dispostos e de mercados compensadores começa a tomar forma de política internacional. De repente as nações tornam-se sabedoras de que interesses econômicos e de segurança as impulsionam ao longo de caminhos divergentes, que o competidor comercial é seu aliado em defesa e que o seu adversário militar é o mais atraente sócio comercial. Defrontados com esse dilema, a situação tende, inicialmente, a assumir uma postura ambivalente que permita tirar partido dos dois interesses. Mas esta ambição está longe de poder ser satisfeita. Inúmeras oportunidades vantajosas são perdidas por causa da atitude constrangedora dessa situação. Toda vez que uma decisão deve ser tomada diante de qual caminho a seguir, os indícios são de que a opção será a favor das considerações econômicas e os alinhamentos e as rivalidades são reconsiderados para dar conformidade a uma solução simplista.

Se tudo isto está acontecendo no momento em que o mundo caminha para atingir o produto bruto de quatro trilhões, imaginem as consequências nas ocasiões em que ele estiver atingindo cinco, seis ou mesmo 12 trilhões — o produto esperado para o ano 2000, se a taxa relativamente modesta de crescimento anual permanecer em 5%? Qual tensão será a primeira a ser rompida, a física ou a política?

Mesmo quando toda razão ou lógica indiquem a necessidade de desacelerar, as pressões que se constituirão, agirão em sentido contrário. Não interessa qual a forma de governo — monarquia, ditadura ou democracia — a situação econômica permanece sendo o assunto popular número um. Sob essas circunstâncias, o melhor que qualquer governo pode fazer é nadar a favor da correnteza e não contrariar o curso do rio.

A curto prazo, pode haver pequeno perigo no atender a vontade do povo. Um planejamento militar poderia chamar esse perfido de primeira fase. As fontes de recursos naturais apesar de não estarem distribuídas equitativamente, estão ainda mais para satisfazer às necessidades do que para ser carentes. A única deficiência é que a procura por elas provoca contatos inesperados e sem qualquer planejamento da parte das nações. Tanto judeus quanto cristãos devem curvar-se para MECA e desejam petróleo.

Se o risco de uma dependência estrangeira se torna aceitável (sem dar importância a eventuais implicações), não deverá constituir obstáculo para a crescente expansão econômica de uma nação, o perigo de atingir os limites da capacidade de manter o crescimento auto-sustentável. A nação que atinge o teto natural da sua dimensão populacional poderá ver sua população crescer ainda mais se puder importar alimento. Poderá vencer uma barreira de poluição sem impor limitações à produção, exportando suas fábricas que expelem fumaça para as partes do mundo menos de-

senvolvidas. Isto poderá provocar outras medidas que irão adiar o encontro com o inevitável por 10 ou, talvez, 20 anos mais.

Esta é a fase I. Na fase II, as fontes de recursos não estarão mais tão distantes da plena utilização, ao mesmo tempo em que o consumo aumentará. Será um mercado de fornecedores. Os clientes competirão uns com os outros pelo produto que será escasso. Alguns poderão não conseguir tudo o que necessitarem e ficarão diante da maior dificuldade da escolha. Eles poderão aceitar as restrições e o risco, na pior hipótese, de um colapso interno; e nas melhores condições, uma va-garosa queda no seu prestígio e no sentido da inexpressão. Poderão, também, repelir as restrições e garantir aquilo que necessitam por qualquer meio, até mesmo pela força.

Os vencedores, enquanto isso, estarão elevando os preços diversas vezes, acumulando gigantescos fundos de reserva em moeda estrangeira e estendendo ainda mais a propriedade das fontes de recursos, incluindo os processos econômicos que se seguem à extração: transporte, beneficiamento, distribuição e comercialização. Podem impor um racionamento, se julgarem conveniente, para prolongar a vida da fonte.

Será um tenso ambiente de colisão entre sonhos e realidades. Qualquer coisa poderá acontecer. Os clientes poderão tentar expropriar a vasta rede de transporte, distribuição e comércio dos fornecedores de recursos naturais. Pequenas nações que passam por dificuldades e que não disponham de recursos naturais comerciáveis poderiam estimular seus ganhos com operações de mercado negro. Outras poderiam ser contratadas pelas mais poderosas para servirem como suas prepostas para impor verdades e agir por intimidação. Poderiam ainda, preferir não mais trabalhar para as nações ricas e optarem por agir contra elas, empregando estratégias e táticas utilizadas pelos terroristas internacionais. A fase II introduz um elemento de perigo distinto sob a qual os negociantes podem, por um período não longo, operar sem proteção.

E, então, vem a fase III, que é o período quando as previsões do destino, do dia do juízo final, como antecipa a escolha dos ecologistas e dos economistas, os PAUL EHRLICHES e DENNIS MEADOWS, bem poderia concretizar-se.

É este o ambiente que os ESTADOS UNIDOS deverão freqüentar para negociar a aquisição das suas necessidades; um inquieto, barulhento, um local excitante, saturado com os gritos de explosão populacional, exaustão e dependência de recursos naturais, crise de energia, poluição do meio ambiente, fome, balança e "deficit" comercial, as nações ricas e as nações pobres, imperialismo, neocolonialismo, hegemonia mundial, expropriação, nacionalismo econômico, modernização, desenvolvimento, a corrida pela propriedade do fundo do mar, pela plataforma continental e pelos recursos marinhos, cidades viciadas e a extinção das espécies. É um local assinalado por aglomerado de lemas diversificados, de aspirações e de tendências; de consequências imprevisíveis, de inesperadas evoluções de acontecimentos e de interesses não previstos; de tortuosas cadeias de causa e efeito; de expectativas desen-

contradas e de desacertos; de soluções reversíveis e de teorias rotas; de crenças anacrônicas e de dogmas desatualizados; e de ganância, egoísmo e orgulho.

Os ESTADOS UNIDOS não entram nesse mercado como um modesto comprador, cujas transações são desapercebidas. Eles entram como o país mais rico do mundo e o principal consumidor de recursos naturais. Sua riqueza e o seu apetite são de dimensões gigantescas tais, que entram nos planos e cálculos de todas as demais nações, quer como objetivos quer como obstáculos. Todas as esperanças e ambições, todos os lemas, aspirações e tendências são afetados, formados e modificados pela presença americana.

AS TAREFAS CONFLITANTES

Comparado com o clima em que você, jovem estrategista, deverá agora trabalhar para proteger uma aspiração vital, os estrategistas do nosso tempo estavam em um ambiente de somente uma dimensão. Era mais exigido de nós a capacidade gerencial do que a própria habilidade estratégica. Agora, algumas variáveis foram incluídas para complicar o trabalho. As oportunidades para quantificação ficaram desajustadas, deslocando a necessidade para difíceis julgamentos de valor.

Na verdade, havia uma conjuntura para debate sobre a extensão do perigo, a quantidade de recursos financeiros que deveria — ou poderia — ser gasta na defesa, e a escolha dos sistemas de armas adequados. Porém, os debatedores na disputa, apesar de conscientemente não interpretarem assim, estavam do mesmo lado. Nenhum deles contestava os dois passos fundamentais que conduziam a identificação de pressões e a formação da estrutura de uma força de dissuasão. Inicialmente, os planejadores reduziam a lista de agressores potenciais para um ou dois deles que possuíssem debilidades e videntes que os tornassem perigosos. Em segundo lugar eles criavam e instalavam um sistema de segurança que destruiria o agressor, não importava que caminho ele adotasse ou que meios pudesse escolher — quer fizesse uma aproximação pela porta da sala ou pela janela dos fundos, quer empregasse força ou astúcia.

Compare esta seqüência, os metódicos procedimentos com a tarefa que você terá que desempenhar.

— As pressões se multiplicaram. Não são mais um ou dois poderes facilmente identificáveis, mas qualquer número de nações nas mais variadas combinações — e com papéis alternativos de clientes, proprietários, vendedores ou competidores por mercados e por matérias-primas — e que poderão trazer perigo para a aspiração do estilo de vida nos mais variados graus.

— Ou considere possibilidades hostis. Ao pressionar a segurança, o pode inimigo provoca a mais elevada aspiração da nação. É como se o armamento que dissesse: “— Eu sou os meios para agredi-lo. Você duvida ou não que eu o faço?” Na pressão ao estilo de vida a análise não é assim tão simples. Dever-se-á iniciar considerando a fonte de atrito, e para o adversário se fala agora em um tom dife-

rente. Ele irá dizer-nos: "— Nossos interesses estão em conflito. Eu terei que descobrir os meios que permitirão atingir as minhas metas a despeito das suas".

— Os meios que ele poderá aplicar poderão ser militares, na forma convencional e quantificáveis. Entretanto, o mais provável é que eles serão uma mistura não convencional de muitos ingredientes — social, político, econômico e psicológico, com doses admissíveis de força física — reunidos especificamente para a tarefa única de assegurar o seu objetivo. Você deverá esperar que no elenco desses meios conste qualquer instrumento capaz de exercer pressão sobre um ambiente urbanizado, técnico, politicamente consciente e dependente compulsoriamente.

— Existem muitos outros modos em que nossos encargos de segurança se diferem:

- Se a minha geração associou esforços com nações agressivas que levou o mundo a se tornar instável, a sua terá que localizar distúrbios desordenados e que bem poderão ter uma tendência incontrolável.
- Enquanto nós estávamos alertados para as maquinações de líderes políticos inamistosos, você já terá que ficar atento com a direção tomada pelo poder de determinadas forças.
- Se nos mantivemos com os olhos atentos ao desenvolvimento de armamentos, da subversão, de infiltrações e revoluções, você já terá que dar cerrada atenção às consequências de explosão populacional, aos "deficits" da balança comercial e aos planos econômicos consequentes das metas fixadas.
- Se nós escrevemos as nossas teses sobre a importância da nação A ou B, já você terá que explorar as condições das reservas de energia, suas localizações e quem as controla.

Possivelmente não será da sua direta responsabilidade se empenhar com os assuntos da última parte do século:

- Como e em que termos as nações irão competir para obter os recursos da terra e que estão diminuindo?
- Como as nações responderão ao desequilíbrio inevitável que deverá ocorrer quando um poder impedir o acesso às fontes baratas de um bem vital como é o petróleo, enquanto os rivais e competidores são forçados a lançar mão de substitutos mais caros?
- Como nações responsáveis permanecerão omissas enquanto outras se apossam indevidamente de propriedades alheias e agitam o delicado equilíbrio do ambiente internacional para obter conquistas econômicas de curta duração, mas com consequências inconvenientes que agirão em cadeia, atingirão profundamente e que se prolongarão no tempo?
- Finalmente, e a mais importante, quais serão as consequências políticas e sociais das desigualdades econômicas em um mundo que se está exaurindo?

Mas você ainda terá que enfrentar um grupo de perguntas paralelas e de menor interesse, ligadas a esses assuntos para as quais ninguém, a não ser você, poderá se preparar para responder:

- Qual será a necessidade em meios adequada a enfrentar uma crise de energia deliberadamente provocada?
- Quantos aviões deverão ser mantidos operacionais para prevenir que um fornecedor estrangeiro rasgue o contrato por iniciativa própria com termos severos?
- Quantos navios devem ser enviados ao mar para deter uma nova e anormal abordagem para a guerra — assassinatos, seqüestro de pessoas e de aviões, cartas-bombas, venenos lançados em redes de abastecimento de água, germes espalhados em plantações, umidade extraída da atmosfera ou uma cidade sob o controle de terroristas nucleares exigindo resgate?
- Qual o valor da força que será exigida para deter uma nação que se engaje em uma empresa ecológica impensada que poderia redundar em um desastre de grande envergadura?
- De que forma será essa força? Será dividida em componentes político, econômico, militar e psicossocial separadamente administradas? Essas componentes duplicar-se-ão ou irão se complementar uns aos outros? Ou irão eles se ajustar em uma escala crescente tal que, se um deles falhar na sua tarefa, o que ocupa o degrau subsequente poderá ser engajado e prosseguir na ação?
- O mais importante, ainda, o que é AMÉRICA?

É uma entidade geográfica, um espaço encerrado em suas fronteiras, fisicamente definível e passível de defesa? Ou é a AMÉRICA um conceito mais amplo — um processo vital que envolve a economia interna, as fontes externas de suprimentos, investimentos no exterior, e os passos de uma produção integrada e de habilidades técnicas que uma empresa multinacional tem exportado?

TENDÊNCIA DE ASPECTOS A SEREM APRECIADOS

Como poderá você melhor se preparar para responder às inseguras e indefinidas responsabilidades que estão se aproximando do seu caminho?

Existem oito tendências, as quais você terá que manipular com o máximo cuidado e que será a sua parcela de obrigação para proteger o nosso estilo de vida. Cada tendência é uma fonte de atrito, é a chave para o conflito nesta nova era em que o homem combaterá, não por poder, idéias ou princípios abstratos, mas sim por visíveis, tangíveis e realísticos resultados que estarão diretamente relacionados com o seu bem-estar e suas aspirações materiais.

Eu não posso contar-lhe tudo o que existe a respeito de cada tendência, mas posso apresentar um elenco de considerações envolvendo cada uma delas e que poderão torná-las geradoras de conflitos.

1. População

Admita que as atuais taxas de crescimento da população persistirão. Examine os países com as taxas mais altas. Em quanto tempo a população deles dobrará de valor? Esses países possuem recursos de capital — ou a potencialidade para obtê-los — para construir casas, escolas, hospitais, instalações sanitárias, estradas e fábricas que irão ajustar-se ao crescimento da população? Quais são as opções governamentais se os recursos disponíveis não possam satisfazer os números ou as aspirações? Os vizinhos são fracos, existe uma minoria na população que convenientemente poderia ser explorada, propriedades estrangeiras que poderiam ser desapropriadas?

Qual é a composição da população? Considere a perspectiva do JAPÃO em 1933. Sua população de jovens com menos de 20 anos ultrapassava em mais de 10 milhões a parcela situada entre 20 e 40 anos de idade. O país, em outras palavras, enfrentava o maior problema de ter que criar 10 milhões de novos empregos nas duas décadas que se seguiriam. Como? A emigração para outros países estava impedida por lei. A agricultura não poderia absorver trabalhadores adicionais. O JAPÃO escolheu a alternativa que lhe restou: avançar o máximo na sua industrialização e conquistar o mercado do continente asiático. Como poderão os países de hoje em dia, com uma população amplamente jovem e inquieta fazer face à crise de emprego?

Existem respostas previstas para os problemas internos? Poderão as nações assim comprometidas aliviarem-se das exigências do palco das questões internacionais para poderem dar uma atenção mais dedicada aos seus problemas internos? Outerão elas, como a ALEMANHA de HITLER, a INDONÉSIA de SUKARNO ou a CHINA de MAO dos anos 50 e início de 60, de desenvolver uma política agressiva com relação aos seus vizinhos, oponentes ideológicos e "estados imperialistas", tomados como responsáveis por suas situações internas problemáticas. Que fatores provocam as nações a escolherem um procedimento em vez de outro — o grau de carência, o tamanho e força relativa dos vizinhos, o próprio poder militar? QUINEY WRIGHT, certa vez, notou que as guerras imperiais tinham tendência a serem iniciadas por países com a mesma rapidez no crescimento das suas populações, enquanto que as guerras de balanço do poder tendiam a serem iniciadas por nações com populações relativamente estáveis. É ainda válida essa observação?

Existe, nas diversas partes do mundo, crescimento diferenciado de populações de áreas adjacentes? Poderá isso conduzir a uma intensa emigração do país mais populoso para outra nação, formando, nesta última, uma minoria que poderá, em determinadas circunstâncias, exigir a proteção do seu país de origem, e, desse modo, arrastar os vizinhos à guerra?

O que considerar a respeito da urbanização? É a guerra revolucionária mais provável de ocorrer nas cidades, nas montanhas ou nas selvas?

2. Fome

Volte a considerar as nações com o mais rápido crescimento populacional. Podem elas explorar a quantidade de terra suficiente para produzir o necessário às exigências da sua alimentação? Se isso não acontece, existem glebas de terra disponíveis e viáveis de serem assim usadas nos territórios dos seus vizinhos?

Podem as colheitas serem incrementadas com a modernização da agricultura — pela implementação de novas espécies, pela açudagem e irrigação, pela criação de infra-estrutura de armazenagem, estradas, fábricas de fertilizantes, linhas de montagens para maquinárias agrícolas, complexos químicos que produzem pesticidas, redes de energia elétrica? Pode a nação ser capaz de levantar capital? Há disponibilidade de mão-de-obra especializada?

Se a modernização tiver sucesso, estará a nação preparada para enfrentar as consequências? O deslocamento de trabalhadores rurais, excedentes no campo e que não são necessários nas cidades, tornar-se-á uma força de fragmentação social? O dano ecológico tenderá a cancelar todos os ganhos registrados em um balanço, em virtude das perdas consequentes em outro setor como: o desaparecimento de florestas, vales férteis se transformando em lagos, abaixamento dos níveis das águas subterrâneas, o extravasar de pesticidas e fertilizantes levando seus tributos para os peixes e para a vida selvagem, e a uniformidade genética de vastas monoculturas, ocasionando o risco do catastrófico insucesso nas colheitas?

Nas mal sucedidas tentativas de modernização, outras perguntas devem ser inseridas: Quais as nações que estão capacitadas à superprodução? Sob que circunstâncias essas nações fornecerão assistência? Em consonância com o conceito de triagem de PADDOCK? Ignore aqueles que estão sentenciados a morrer, não importa quanto de ajuda eles recebam. De modo semelhante, ignore aqueles que irão viver, mesmo se não receberem qualquer ajuda; auxilie somente aqueles que devam ser ajudados para sobreviver. Ou deverá a ajuda ser dirigida por um critério que é menos prático, porém mais egoísta, que beneficia somente aqueles cuja forma de governo, atitudes no passado com relação ao doador e importância estratégica sejam comtemplados?

Localize no mapa os produtores mais sólidos que tenham excessos de produção e também aqueles que mais provavelmente passarão por escassez. Compare o relacionamento entre esses grupos com os acordos de segurança e as alianças existentes.

3. Recursos Naturais não Renováveis

Determine, por serem críticos os recursos naturais não renováveis, como os combustíveis fósseis, a sua taxa de consumo e os níveis das reservas remanescentes deles por mais 5, 10 ou 15 anos, a partir de agora.

Para os compradores, estime o custo das importações anuais; suas capacidades para pagar por elas em moeda corrente ou por troca, a política externa que eles devem adotar e que manterá os seus prestígio, conservará a boa vontade dos vencedores e minimizará os "deficits" comerciais.

Para os fornecedores, antecipe as ações que eles poderão levar a efeito durante o tempo projetado — expropriação, exigência por uma parte da propriedade na distribuição, aumento de preços, redução da produção e retenção de embarques.

Admita maiores descobertas de fontes de recursos naturais na ÁFRICA, AMÉRICA DO SUL, SUDESTE ASIÁTICO e nos Oceanos. Avalie as implicações de tais descobertas sobre a prevalência das relações internacionais.

4. Riquezas do Oceano

Antecipe o desenvolvimento de uma tecnologia na exploração submarina que permita perfurar e minerar o fundo do mar, nas profundidades de 1.000, 2.000 e 3.000 metros. Considere as implicações dos acordos internacionais. Admita, em vez disso, a pior situação: que as nações marítimas (costeiras) estabelecerão alegações de direito sobre o leito do mar que se estenda até os limites dos métodos de resgate. Localize as linhas de 1.000, 2.000 e 3.000 metros de profundidade. Que novas, e envolventes alegações estarão surgindo? Quais são as implicações para as principais rotas de suprimentos e direitos de livre passagem?

Avalie outras tendências que pressionam as nações para ampliar a extensão dos mares territoriais — usinas flutuantes de energia nuclear, aeroportos flutuantes, terminais marítimos para petroleiros gigantescos.

Que nações mediterrâneas têm vizinhos fracos e que possuem acesso ao mar? Exigirão elas uma parte de novas riquezas?

5. Problemas do Ambiente Internacional

Relacione os principais acidentes geográficos como rios, lagos e mares interiores que tenham co-participação de duas ou mais nações. Admita elevados níveis de poluição. Registre as nações que possam ser grupadas na execução de tarefas de limpeza, considere os acordos regionais que possam ser formados para manter os acidentes geográficos limpos, e anote como esses grupos causam impacto nas alianças tradicionais que não se baseiam na ecologia, mas sim em ideologia ou no equilíbrio do poder. Admita para cada acidente partilhado uma situação de conflito: uma nação a montante, poluindo o rio sem considerar o uso da água por outra nação a jusante; a extração de uma quantidade desproporcional de água para refrigerar um reator nuclear ou alimentar redes de irrigação; prejuízo da indústria de pesca ou de recreação de outra nação; rejeição de participar de uma ação de limpeza ou a pagar por sua parte nos danos causados. Novamente, qual é o impacto sobre as alianças?

Determine quais poluentes que são passíveis de serem espalhados pelos ventos e oceanos, vindos de uma jurisdição nacional para outra (chumbo, mercúrio,

partículas atmosféricas, DDT, manchas de óleo e assim por diante). Considere a possibilidade de que um aumento em poluentes, combinado com uma elevada habilidade para assinalá-los desde sua origem, possam estimular as nações a ampliarem o conceito de soberania territorial para incluir nele o da pureza do ar e da água. Neste entendimento passa a ser o poluidor um agressor? É justificável eliminar a fonte de poluição pela força, se necessário?

Considere o uso político do interesse pelo meio ambiente: como uma contenção de atividades militares (testes nucleares, desfolhantes, bombas sonoras, alegados riscos de radiação provenientes de submarinos atômicos, guerra química e bacteriológica, destino de munições obsoletas); como um meio para conquistar metas nacionais (controle sobre estreitos, a fim de minimizar o perigo de vazamento de óleo, insistência para o reconhecimento político antes da participação em uma conferência internacional sobre o meio ambiente, a acusação de que o interesse ecológico é exatamente uma outra técnica empregada pelas nações desenvolvidas para manter o mundo em desenvolvimento submetido a seus interesses).

6. Mundo Desenvolvido versus Mundo em Desenvolvimento

Considerar como os interesses pelo meio ambiente, da parte das nações ricas, possam retardar o crescimento econômico das nações pobres: oferecendo financiamentos para implantações econômicas sem, no entanto, estar auxiliando, porque exigem que devam ser incluídas nos projetos, medidas de proteção ao meio ambiente; vendendo máquinaria com equipamento anti-poluento, tornando-a mais cara; rejeitando apoiar os projetos que possam ferir a ecologia; eliminando pesticidas baratos e eficientes, exigindo portos e ancoradouros para a instalação de usinas de esgoto; reduzindo a compra de matérias-primas e recusando comprar bens que por pouco deixam de atender a novas exigências de padrões sanitários ou de segurança.

Deverão todas as nações industrializadas pressionar as nações pobres para que tomem determinadas atitudes que contribuam para que as primeiras satisfazam suas aspirações com relação ao meio ambiente? Ou deverão as nações poderosas se absterem de tratar de interesses que têm menor expressão atualmente mas que constituem pontos básicos de um processo que será difícil de se conter no futuro? Considere na dependência do crescimento da população, as nações industrializadas pressionando sobre a capacidade das nações em desenvolvimento em assimilar os excessos de população com seu amplo suprimento de espaço, água pura, ar rarefeito, mão-de-obra barata, baixo custo de energia e de matérias-primas. Para muitos, essa dependência representa a última oportunidade para que persista um crescimento continuado. Certamente, nem todas as maiores potências irão deslocar segmentos de suas economias para as nações pobres. Aquelas que possuem espaço territorial que admite expansão da população, preservam a sua integridade física e com isso garantem uma vantagem estratégica adicional. Elas podem tornar instáveis e amplamente dispersas as operações de antigos rivais, ainda permanecendo imunes à fragmentação territorial. Suas posições indissolutas evita de serem surpreendidas e passarem por situação semelhante.

Considere as muitas maneiras pelas quais as nações pobres podem procurar acelerar o seu crescimento econômico. Elas podem reunir as aspirações e apresentá-las através de organismos internacionais para tratar de preferências, para proteção monetária durante difíceis crises de recursos financeiros e para serem compensadas por explorações ocorridas no passado. Elas podem votar constituindo um bloco nas Nações Unidas. Elas podem insistir para que haja um maior controle local dos recursos naturais, quer pela compra forçada, quer pela expropriação de acervos estrangeiros. Elas podem provocar um movimento de desequilíbrio da economia pelo aumento dos preços das matérias-primas vitais, criando escassez artificial, ameaçando racionamento ou o corte de fornecimento, exigindo parte da propriedade no processamento e na comercialização das matérias-primas e formando unidades de comércio integrando os produtores que estendem sua influência por todo o globo, o que provoca uma desordem na habilidosa maneira como as grandes potências estão acostumadas a subdividir o mundo (ORIENTE MÉDIO, AMÉRICA LATINA e assim por diante). As nações pobres podem procurar compensar o poder militar que as ricas possuem, alegando que os recursos com as despesas em armamentos devam ser convertidos em fundos de auxílio; negando direitos básicos; proclamando soberania sobre águas e estreitos internacionais; e pressionando para que haja neutralização das principais áreas estratégicas como o GOLFO PÉRSICO e o MEDITERRÂNEO. Finalmente, elas podem conduzir a ofensiva financiando as atividades revolucionárias com os seus imensos lucros ganhos no comércio exterior ou lançando tácticas de terror do tipo das executadas por guerrilheiros internacionais.

Por outro lado, quais são as medidas que as nações industrializadas, que são dependentes dessas nações pobres, devem adotar para protegerem os seus interesses da agitação provocada por poderes auto-suficientes e da irracional "tática de união" empregada pelo mundo em desenvolvimento? Considere a conveniência de agir sobre o equilíbrio econômico; de exercer pressão física, de realizar proteção armada aos investimentos externos; e da preservação das rotas de transporte e de livres linhas de comunicações.

7. Nações Desenvolvidas versus Nações em Desenvolvimento

Considere as ações de competição que as poderosas nações industrializadas são capazes de aplicar para garantir a satisfação das suas necessidades. Estabeleça uma ordem dos conflitos passíveis de ocorrerem, considerando uma escala de intensidade.

Os menos perigosos, apesar de altamente complexos para serem solucionados, são as várias aproximações para conseguir minimizar o custo da produção com a instalação de equipamentos de preservação do meio ambiente. A nação A pode livrar-se de todos os inconvenientes de transplantar suas fábricas para regiões onde a mão-de-obra é considerada mais importante que outras compensações que possa oferecer. A nação B garante uma maior concessão de taxas para despesas com controle da poluição, enquanto a Nação C subsidia inteiramente os custos. A maior prejudicada no mercado mundial é uma nação D, que não ofereça vantagens. Emprego,

mercados e lucros no comércio internacional tornam-se as razões de uma estrutura contábil que deixa a indústria privada absorver os custos complementares.

Em uma mesma categoria de conflitos estão: pesca intensiva; a impregnação por poluentes industriais das correntes de ar (ventos) regulares e que se vão depositar a centenas de milhas de distância, em plantações e em florestas; e o estabelecimento de padrões de poluição interna que, para todas as intenções e propósitos, atuam como barreiras para importação de artigos indesejáveis.

A seguir, na escala dos conflitos, está a competição pela influência sobre as nações em desenvolvimento. Desse modo, uma após outra das nações industrializadas canalizam suas energias econômicas para o mundo em desenvolvimento e forçam a obtenção de tratamentos preferenciais, concessões de contratos a longo prazo que poderiam facilmente conduzir a um atrito se não fosse a existência das empresas multinacionais. Para contratos de curto prazo, no mínimo, utilizam-se de escritórios comerciais internacionais como se fossem executivos situados dentro das casas de negócios dos concorrentes, planejando e controlando a linha de frente da disputa.

Mas a confrontação direta não pode ser afastada definitivamente. As nações que estabeleceram os seus poderes, seu patrimônio e o seu estilo de vida baseados em um fluxo ininterrupto de recursos naturais estrangeiros podem, mais cedo ou mais tarde, estar diante do fato de que, o que antes era uma corrente está a se transformar em um gotejar. Considere a possível consequência deste inevitável choque entre expectativas e realidades. Podem as aspirações comuns por segurança persistirem diante de uma tensão também comum, em virtude de que os aliados que buscam juntos essa segurança se verem forçados a competir entre si pelas mesmas parcelas de suprimento? Veremos uma repetição internacional da tragédia do partido DONNER, onde os antigos companheiros ligar-se-iam uns aos outros quando aumentasse a escassez dos bens necessários? Talvez exista uma outra alternativa. Se no passado, nos uníssemos para a segurança e visássemos também o balanço do poder, uma nova forma de aliança poderia ter surgido, baseada inteiramente em interesses econômicos comuns, com a obtenção de uma balança de recursos naturais internacional como o primeiro objetivo.

Coronel ROBERT LEIDER. Serve no Gabinete do Assistente para Assuntos de Segurança Internacional do Secretário de Defesa dos ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, é possuidor de um bacharelado da Universidade de COLÚMBIA e de um mestrado da Universidade de GEORGE WASHINGTON e graduado do USACGSC e do National War College. Serviu na CORÉIA, ALEMANHA e JAPÃO; passou por duas vezes pelo Estado-Maior do Exército, em WASHINGTON, e comandou um batalhão da 1ª Divisão Blindada.

8. Projeções de Cenários

Não se envergonhe de externas projeções futuras. Se para alguma coisa servem, elas ilustram as novas forças desconhecidas que passaram a agir hoje em dia.

Admita, por exemplo, que uma previsão científica popular possa vir a tornar-se uma verdade neste século — um aumento da temperatura da superfície da terra que venha a derreter a calota polar. Registre no mapa a elevação consequente do nível do oceano de 5, 10, 20 e 50 pés. Estime as glebas de terra, as fontes de recursos naturais e instalações perdidas, e a população deslocada de cada uma das nações marítimas. Quais seriam as maiores implicações em termos de modificações na hierarquia do poder, alianças e balanço do poder?

Considere também a popular predição, agora inversa, de que permaneça e mesmo aumente a camada de poluentes na atmosfera, provocando a difusão dos raios solares e causando a queda de temperatura. A calota polar se expandirá para além dos polos. As estações de maior produtividade para a agricultura se tornarão mais curtas. Quais seriam as implicações agora?

CONCLUSÃO

Deixe-me concluir. O mundo torna-se, cada vez mais, um difícil lugar para se garantir os objetivos — segurança e estilo de vida. A ameaça de aniquilamento por meios nucleares podé ter aliviado por algum tempo, porém a insidiosa ameaça que paira sobre o estilo de vida está em evidência. É isso que irá absorver o seu tempo e a sua energia; é para ele que você deverá devotar sua iniciativa e inteligência. Nós tivemos a nossa GUERRA FRIA. Esta será a sua. Não a deixe esquentar.



LOS HIJOS DE LA PÁTRIA

Afonso Celso Villela de Carvalho

Professor Titular de História do Brasil — Faculdades Integradas Augusto Motta, Técnico em Assuntos Culturais — Museu Histórico Nacional — M.E.C., Presidente do Centro Brasileiro de Arqueologia, Membro da Comissão de Elaboração do Livro 'História do Exército Brasileiro' e Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Muito se tem escrito sobre a Guerra do Paraguai, obras monumentais, pequenas e grandes biografias dos heróis que dela participaram, monografias diversas, romances, enfim, uma grande quantidade de importantes e insignificantes trabalhos que, sem dúvida, por tão numerosos, provam da importância desse conflito travado entre as quatro nações da região platina, para a evolução histórica dessa importante e decisiva parte da América do Sul.

Importância essa caracterizada, inicialmente, na expedição de Martim Afonso de Sousa, quando procurava garantir no início do século XVI a posse da região para Portugal, passando-se pelas inúmeras disputas entre portugueses e espanhóis nos séculos XVII e XVIII em torno dela, com suas consequências políticas e econômicas, até as lutas travadas entre seus descendentes na América, após a fase de emancipação política das quatro nações que a compõem, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

A Guerra do Paraguai foi uma parte da evolução histórica da bacia platina, e transformou-se numa das maiores guerras até hoje travadas no Continente Americano, quer por suas proporções (daí talvez a numerosa bibliografia existente), bem como pelas estatísticas que apresentou em gastos e em homens.

Nesta vastíssima bibliografia sobre a Guerra da Tríplice Aliança, não raros autores hispano-americanos fazem referências desaírosas sobre o comportamento dos oficiais e soldados brasileiros no que diz respeito ao tratamento que dispensa-

vam aos prisioneiros paraguaios feitos por nossas tropas no decorrer das batalhas, transformando-os em escravos ou mesmo executando-os sumariamente.

Acreditamos que possa ter havido casos isolados de atrocidades cometidas individualmente pelos nossos, mas sem o consentimento dos chefes militares presentes, disso não temos dúvida. Entretanto, casos que, se comprovados, estariam muito aquém dos citados por certos "historiadores".

O respeito ao próximo e o sentimento cristão de nossos militares nas diversas lutas de que participaram em defesa da Pátria, já nessa época os caracterizavam.

Este conceito pode ser facilmente comprovado, por uma Circular publicada um ano depois de iniciado o conflito com as invasões de nosso solo e o aprisionamento do navio mercante *Marquês de Olinda*, pelo então ministro de Estado dos Negócios da Guerra, conselheiro Ângelo Moniz da Silva Ferraz (*), dirigida à presidência da província do Rio Grande do Sul, aos comandos-em-chefe dos Exércitos em operações na mesma província e fora do Império, e às diversas autoridades militares, regulando a direção, guarda, tratamento, disciplina e emprego dos prisioneiros de guerra.

Pesquisando o arquivo do general Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, visconde de Santa Teresa, no Arquivo Nacional, encontramos impressa essa Circular no meio de outros importantes documentos ligados à Guerra do Paraguai em geral e à vida militar desse grande comandante de nosso Exército.

Esse importante documento, que por si só bem mostra o caráter e a profunda capacidade de seu autor, encontramos também em obra a nós oferecida pelo eminent historiador, general Waldemiro Pimentel, intitulada: *Contribuição ao estudo dos prisioneiros de guerra do Brasil*, fruto de um importante trabalho de pesquisa feito por ele e apresentado ao 1º Congresso de Direito Penal Militar em 1958.

Encontra-se também na *Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil*, de 1865, Tomo XXVIII, p. 609.

Sua leitura torna-se fator primordial, para que todos vejam que em nosso país, homens como esse deram lição das mais significativas a todos os povos, nem sempre bem aproveitadas.

Nenhum autor tratadista da Guerra do Paraguai preocupou-se em pelo menos citá-lo, o que é lamentável, pois sua omissão ou desconhecimento representa a cuna insuperável para o conhecimento da grandeza de nossos homens, ligados ao conflito e por que não dizer, para o conhecimento da própria guerra, principalmente se quisermos comparar as imensas diferenças ocorridas no tratamento dispensado aos nossos que porventura tenham caído prisioneiros das tropas de Solano Lopez e o tratamento dado por nós, aos prisioneiros paraguaios.

(*) Possuía vasta erudição e uma competência administrativa excepcional. Talvez de todos os homens de Estado da Monarquia tenha sido o único apto para ocupar qualquer das pastas com a mesma proficiência, e mesmo, se as circunstâncias o obrigassem a tanto, todas a um tempo. (Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império*, nova edição, 1936, Cia. Editora Nacional, I, 131).

"Tratávamos os prisioneiros paraguaios com nobreza, pois eram pessoas humanas; mas o governo paraguaio tratava os brasileiros acaso aprisionados, como se fossem bichos, submetendo-os a todas as privações e horrores". (General Jonas Correia, introdução ao trabalho do general Waldemiro Pimentel, "Contribuição ao estudo dos prisioneiros de guerra do Brasil", in *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*, 29 semestre de 1969, volume XLV, nº 58, p. 23). Aqui o transcreveremos para mostrar e provar que no Brasil, no século XIX, já nos preocupávamos com o assunto, o que traduz o nível de cultura de um povo e o seu sentimento de respeito ao próximo.

CIRCULAR

Gabinete do Ministro – Ministério dos Negócios da Guerra – Rio de Janeiro, 25 de dezembro de 1865.

"Os estilos dos povos civilizados, atualmente em prática a respeito dos prisioneiros de guerra, constituem regras das quais, sem embargo de quaisquer razões, ou exemplo em contrário, ou do próprio proceder do inimigo, que nos provocou a guerra, não nos é lícito desviar.

"Semelhantes estilos, ditados pelos sentimentos os mais sãos e puros, conciliam de um modo vantajoso os interesses que atuam nos tempos excepcionais em que nos achamos, com os deveres ou direitos da Humanidade. Os prisioneiros não são feitos em virtude do direito de punir ou castigar os inimigos que nos combatem, ou nos ofendem, mas e unicamente do de reduzi-los ao estado de não poderem nos ofender ou de privar-lhes de todas as forças e meios de fazerem-nos mal, consequência natural e legítima do direito de conservação e de defesa. Assim que, é de usança ou de estilo geral, desarmarem oficiais e praças de forças inimigas logo que estes se entregam, ou são capturados, pô-los em boa guarda e segurança, afastá-los do teatro da guerra, e tomar todas as medidas que evitem sua volta à fileira donde saíram e que de novo tornem parte nas hostilidades.

"A par deste procedimento, que a prudência aconselha e que o direito legítima, corre o dever de dar-lhes bom tratamento, de prover e ministrar-lhes os meios ordinários de subsistência, e de conservação de vida, de respeitar sua religião e costumes, procurando adoçar-lhes os rigores de sua posição, ou condição até a paz definitiva, ou celebração de quaisquer convenções sobre a sua tropa.

"Não havendo entre nós disposição alguma antiga e moderna que regule a direção, guarda, tratamento, disciplina e emprego dos prisioneiros, para obviar quaisquer abusos que se possam infelizmente dar contra as intenções generosas do Governo Imperial e os estilos que seguem e documentos que dão sobre tal assunto as nações civilizadas, cumpre chamar a atenção de V. e das autoridades militares sobre esta importante matéria do serviço a cargo da repartição da guerra, e muito recomendar-lhes a observância das presentes instruções. Para bem estabelecer regras sobre tão importante assunto, convém distinguir as diferentes matérias que são relativas ao modo da captura, ou aprisionamento, ao tratamento que se deve dar ao

prisioneiro, e sobre que devem ser aplicados os zelos e cuidados das autoridades militares. Estas se podem capitular da seguinte maneira: modo de captura dos prisioneiros — sua distribuição e classificação — seu destino, transporte e remessa — seu depósito ou residência — polícia e disciplina a que ficam sujeitos no depósito ou residência — seu sustento, vencimentos ou emprego — organização dos depósitos e sua fiscalização — e contas que as autoridades subalternas devem prestar.

"O aprisionamento ou a captura pode ser realizado por alguma força, ou por capitulação, ou convenção, ou por simples rendimento, ou à disposição, ou coletiva, ou individualmente em combate ou fora dele.

"Antes de tudo convém recomendar que se não deve perder de vista que a conservação dos prisioneiros é uma condição tácita e necessariamente pressurosa do rendimento. O que todavia não exclui a dolorosa posição, ou a necessidade de emprego de represálias, ou do uso do direito de retaliação, do modo que praticam os povos civilizados, do qual o Governo Imperial não deseja lançar mão esperando na prudência do inimigo, não obstante a ameaça que encerra a Nota que dirigiu em data de 20 de novembro deste ano o general-em-chefe dos exércitos aliados, não o force ou arroje a este extremo lance.

"O exercício desse direito certo deve ter unicamente lugar em caso extremo, a ajuda dos generais em Conselho, quando a barbaridade do inimigo não puder ser por outro meio vencida, devendo antes desta medida proceder ameaça ou declaração prévia.

"Este recurso, é mister repeti-lo, o Governo Imperial não pode aconselhar, ordenar ou aprovar senão em último extremo.

"No primeiro caso, ou de capitulação, cumpre a todo custo fazer observar o que for convencionado.

"Sobre capitulação ou convenções em relação aos prisioneiros não se pode de antemão estabelecer bases fixas, porque depende das circunstâncias, que porventura atuarem no momento em que se celebrarem.

"No entanto cumpre ter sempre presente que é essencial condição nesta hipótese, e em quaisquer outras, ausência a qualquer assunto ou favor que importe quebra da dignidade nacional, e que a par desta se não deve excluir ou prescrever os exemplares de generosidade que nos dão os povos civilizados, ainda quando o inimigo tem seguido guia contrário. As condições de capitulação, porém, devem ser religiosamente observadas até o momento em que o inimigo, que a celebrar, não a desrespeite ou viole. Em todo o caso, violadas que sejam pelo inimigo tais condições cumpre que a sorte dos prisioneiros, que já estiveram em nosso poder, seja igual à dos que se entregaram à disposição.

"No segundo caso, ou de rendimento à disposição, ou da entrega individual em qualquer conjectura, ou situação, deve-se observar as regras gerais estabelecidas nas presentes Instruções, que serão executadas sempre ainda no caso de convenção na parte que não contrariar as estipulações que forem adotadas. Os prisioneiros, sal-

vo estipulação mais benéfica exarada nas convenções que precederem os rendimentos, conservarão todo fato e miudeza que forem necessários para seus vestuários, de cência e asseio.

"Nas providências que se tomarem em relação aos prisioneiros se deverá atender não só à sua condição, grau ou posto, como ao modo da sua captura. A distribuição dos prisioneiros feitos por forças pertencentes aos Exércitos Aliados na presente guerra contra o Paraguai deverá ser feita igualmente entre as potências aliadas, correndo por conta da mesma potência as despesas de manutenção dos prisioneiros que lhes tocarem na divisão.

"Conforme os estilos das nações civilizadas, constantemente observados desde o fim do século passado até o presente, e asselados pela legislação de alguns povos, os prisioneiros de guerra, que têm o grau, ou posto de oficial, podem gozar, se não houver motivo de suspeita sobre a sua boa fé ou intenção, do favor de seguirem livremente e sem escolta ao lugar que lhes for designado, ou de menagem, ou livre residência, garantido com a sua palavra de honra seguirem diretamente para o mesmo lugar e ali se conservarem até ulterior resolução por efeito de paz, troca, ou qualquer medida de segurança. () No caso de quebra de palavra dada, os oficiais prisioneiros, que uma tão grave falta cometem, não poderão jamais ser considerados ou tratados como tais, e sua condição ficará nivelada a de simples praça de pré, e serão reduzidos ou detidos em uma prisão segura e decente, ou em uma fortaleza, segundo for a natureza de sua falta ou aleivosia.*

"Se for mister, por motivo de segurança, a sua prisão, não deve todavia, semelhante prisão ou custódia, degenerar e tomar o caráter de pena aflitiva ou rigorosa que danifique a sua saúde, que se observará não só a respeito dos oficiais, como de quaisquer outros prisioneiros, seja qual for a sua classe ou condição.

"As praças de pré (inferiores ou soldados) e operários serão conduzidos pelos meios ordinários de transporte debaixo de escolta até serem recolhidos a esta Corte, ou ao lugar, ou depósito que previamente for marcado. Os atuais prisioneiros que se acham nos acampamentos por exércitos ao sul do Império terão este destino como tem sido determinado, logo que se ofereça meio seguro de transporte, com exceção dos que forem empregados nos hospitais e enfermarias, e em outros semelhantes mistérios, não podendo de nenhum modo, como até o presente se há observado, terem praças nas fileiras do Exército, ainda que voluntariamente se ofereçam, não obstante qualquer estilo em contrário seguido pelas nações civilizadas na hipótese de oferecimento voluntário. Os feridos serão pensados de pronto, recolhidos aos hospitais ou enfermarias e tratados do mesmo teor e modo por que deve ser, e o forem os oficiais e soldados do Exército Brasileiro.

"Não se devem reputar propriamente prisioneiros, os capelães, os médicos, os enfermeiros, os fornecedores, os vivandeiros, ou negociantes ou paisanos que acompanham as forças, as mulheres e todos aqueles, cujo destino não é combater, salvo se esses indivíduos, por sua influência, conselho, ou de qualquer modo tiveram

^{1*} O grifo é do autor.

tomado, ou tomarem ativa, ou servirem de secretários, ou conselheiros, ou tiverem missão de fiscalizar os atos dos comandantes, tiverem servido ou servirem de guia, ou vaqueanos, de engenheiros, encarregados ou de preparar munições de guerra, de instrutores de qualquer arma, de espiões de operários de qualquer espécie pertencentes às mesmas forças, ou ocuparem algum lugar proeminente na administração do país inimigo.

"Em todo caso, porém, semelhantes indivíduos serão remetidos para longe do teatro de operações ou para a capital do Império, se assim for necessário. O chefe da força aprisionadora mandará fazer imediatamente, depois do rendimento, uma relação nominal dos oficiais prisioneiros com indicação do seu grau. Conforme modelo nº 1, ao qual será logo remetida à Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, acompanhada de um mapa numérico das praças de pré, conforme o modelo do nº 2.

"Os prisioneiros, salvo as exceções feitas em favor dos oficiais conforme acima fica exposto, serão transportados para os lugares que se designar depois de escoltados dando-se ao comandante desta uma relação nominal de todos, cuja guarda lhe é confiada. Feita a entrega dos prisioneiros no lugar de seu destino ou depósito, o oficial que a realizar formará outra relação conforme o modelo nº 3, que será enviada à mesma Secretaria.

"Se houver deserções, o oficial condutor ou do depósito a cuja guarda estiverem, requisitará às autoridades competentes a sua captura. No caso de suspeita de fuga, levantamento ou outro qualquer acidente semelhante, o oficial condutor ou do depósito tomará as precauções e providências, que em tais casos são autorizadas pelas leis a respeito da condução de quaisquer presos.

Dos prisioneiros sob palavra

"Os oficiais prisioneiros sob palavra ficarão debaixo da imediata vigilância da autoridade militar mais graduada do lugar em que residirem, e na falta desta do respectivo delegado de polícia, ou qualquer outra autoridade local.

"Estes prisioneiros não poderão ausentar-se ou mudar de residência sem autorização ou do ministro da Guerra, ou do comandante-em-chefe do Exército, ou do presidente da província onde se acharem.

"Podem corresponder-se livremente com os prisioneiros e outras pessoas residentes no exterior do Império. As cartas, porém, vindas do exterior, ou escritas por ele para fora do Brasil, serão abertas e examinadas no comando do Exército, ou das armas, ou das guarnições, ou por outras autoridades competentes, a cujos distritos pertencerem e remetidas ao seu destino, isentas de porte, como se pratica com a dos militares ao serviço do Exército em operações.

"Os oficiais poderão conservar juntos de si seus camaradas ou assistentes. Os oficiais prisioneiros de guerra com residência livre sob palavra serão obrigados a apresentar-se semanalmente, ou nas épocas que se lhes marcarem, conforme for conveniente, em virtude de qualquer suspeita de fuga, à autoridade militar ou policial,

sob cuja vigilância estiveram, e estas enviarão ao primeiro dia de cada mês um mapa de sua presença com as informações necessárias.

"Os atuais oficiais prisioneiros, que escolherem residência em algum ponto do Império, serão aí conservados até a paz, ou troca de prisioneiros, ou enquanto por motivos de segurança não lhes for marcada outra residência, ou eles não a requererem e lhes for concedida. Se, porém, evidentemente tentarem fugir ou efetivamente fugirem, serão enviados com segurança para esta Corte, ou para outro qualquer lugar, que não ofereça facilidade de fuga, ficando desde logo sujeitos às regras gerais dos prisioneiros, e tratados como acima fica determinado e como praças de pré.

Da organização dos depósitos para as praças de pré prisioneiras; da polícia e disciplina dos mesmos depósitos, e dos prisioneiros empregados nos trabalhos públicos ou por conta de particulares.

"Nos lugares que forem marcados pelo Ministério da Guerra criará-seão depósitos de prisioneiros, comandados, conforme o número por um oficial reformado ou da 2ª classe do Estado-Maior, ou por um inferior, e terão os oficiais inferiores que forem necessários para a sua direção, polícia, disciplina e fiscalização.

"As autoridades militares e civis providenciarão de comum acordo sobre a segurança dos prisioneiros. Haverá uma força suficiente para sua guarda fornecida para a guarnição da praça ou da província respectiva; e para cada 50 prisioneiros haverá um guarda que os vigie e inspecione, e igualmente um ou mais intérpretes, que poderão ser tirados dentre os mesmos prisioneiros. Os prisioneiros de guerra detidos nos depósitos, responderão às revistas e chamadas que se fizerem diariamente, conforme os usos e regulamentos militares do Império. O prisioneiro que faltar à revista, salvo o caso de moléstia verificada pelo comandante do depósito ou de licença devidamente obtida do mesmo comandante, será punido com prisão no depósito, nunca inferior a 24 horas, nem superior a cinco dias.

"Dando-se em algum depósito caso de deserção em grande escala, toda a força de linha, de polícia e mesmo da guarda nacional da localidade ou da vizinhança, devem ser postas em movimento e não cessarem suas vigilâncias antes de restabelecidas a ordem e regularidade do mesmo depósito.

"A autoridade militar competente, quando o julgar conveniente, poderá remover para alguma fortaleza ou prisão militar os prisioneiros, que derem motivos de desconfiança ou se mostrarem incorrigíveis.

"Os prisioneiros de guerra, de qualquer categoria, ficam sujeitos às leis e regulamentos militares, e como tais serão julgados em Conselho de Guerra pelos crimes que cometarem, pelo mesmo fim por que o são os oficiais e praças do Exército, na forma estabelecida por estilos e legislação dos povos. As faltas ou infrações de disciplina serão punidas com as mesmas penas a que estão sujeitos os oficiais e praças do Exército Brasileiro. As mesmas penas poderão ser aplicadas aos que se recusa-

rem ao trabalho. Os que tentarem evadir-se e forem capturados serão recolhidos ao calabouço de alguma fortaleza ou prisão militar por um mês; e findo este tempo, detidos na mesma fortaleza, prisão ou do próprio depósito, até segunda ordem do ministro da Guerra.

"Os prisioneiros de guerra serão tratados com as atenções devidas à sua posição e comportamento. Poderão exercer no interior do depósito qualquer indústria, que não contrarie ou prejudique a ordem e disciplina do mesmo depósito. Os comandantes de guarnição, ouvidos os dos depósitos, poderão conceder licença aos prisioneiros, que, por seu bom comportamento, se tornarem dignos de tal favor, para trabalharem durante o dia em misteres de suas profissões dentro dos limites da povoação em que estiver colocado o depósito.

"Os que obtiverem a licença de que trata o presente parágrafo serão obrigados a pernoitar no depósito onde responderão às revistas da manhã e da noite. Os prisioneiros de guerra poderão também ser empregados nas obras públicas e serviços do Estado. Os que trabalharem por conta do Estado receberão além do soldo, etapa e fardamento, uma gratificação correspondente ao seu trabalho. Os prisioneiros, cujos serviços forem utilizados pelos diversos Ministérios, serão por estes sustentados e pagos de seu soldo, etapa, fardamento e gratificação, e terão o devido tratamento quando enfermos. O Ministério que pretende雇用 prisioneiros de guerra dirigirá ao da Guerra uma requisição declarando o número de trabalhadores que lhe é preciso, natureza dos trabalhos a que os quer aplicar, e providências que tem tomado para o seu aquadramento, manutenção e segurança. Quando se der no depósito algum acontecimento que reclame prontas providências, o respectivo comandante entender-se-á com as autoridades civis e militares, e de comum acordo com elas tomará as que o caso exigir. Os comandantes das armas, ou das guarnições, e os presidentes das províncias, por si e por pessoas de sua confiança, visitarão amiudadas vezes os depósitos a fim de ouvirem as reclamações dos prisioneiros e verificarem se as ordens do Governo são pontualmente executadas.

"É expressamente proibido aos prisioneiros de guerra de todas as categorias o uso de armas, bem como de formarem reuniões públicas ou particulares. Os prisioneiros de guerra usarão do uniforme que lhes for marcado, ainda quando obtenham licença para trabalhar por sua conta. Usarão as praças de pré de boné de policial, blusa de baeta no inverno e no verão blusa de brim, com listas encarnadas no peito; terão calças brancas e azuis com uma lista encarnada, camisas e sapatos, sendo todos estes artigos fornecidos pelo Governo.

Disposições diversas

"Haverá em cada depósito um registro ou matrícula em que se lançarão os nomes de todos os prisioneiros de guerra, suas idades, naturalidades, filiações, destino que lhes for dado, baixas no hospital, deserções, falecimentos, e mais circunstâncias dignas de menção. Os comandantes de depósito remeterão às autoridades militares, e estas ao Ministério da Guerra uma relação nominal dos prisioneiros recolhidos ao depósito, com declaração dos falecidos, entradas nos hospitais, ou desertados durante a viagem, bem como da distribuição ou destino dado aos mesmos.

"Um mapa circunstaciado do movimento e estado dos depósitos será igualmente transmitido mensalmente ao Ministério da Guerra.

"As certidões de óbito dos prisioneiros falecidos antes ou depois de fazerem parte dos depósitos serão remetidos ao Ministério da Guerra, depois de conferidas e feitas as necessárias notas na matrícula dos mesmos depósitos. Nenhum prisioneiro de guerra poderá casar-se, fundar qualquer estabelecimento ou fixar a sua residência no Brasil, sem permissão do ministro da Guerra.

"A manutenção e o tratamento das praças de pré prisioneiras de guerra, compreende soldo, etapa, fardamento, quartel e pensão que lhes serão fornecidos como são prestados às praças de pré do Exército. Aos oficiais se abonarão soldo e etapas correspondentes aos seus postos, conforme se pratica com os oficiais do Exército. () Aos empregados civis se abonarão vencimentos equivalentes aos que gozavam em seu país, e aos paisanos os que forem arbitrados, não excedendo dos que percebem os alferes do Exército.*

"Quando recolhidos às enfermarias terão todo o tratamento, medicação e dietas, conforme for oficial ou praça de pré, tal qual ao que se dá aos oficiais e praças de pré do Exército Imperial. Estas disposições, relativas a vencimentos dos prisioneiros de guerra, visto que não existe ato algum legislativo que regule esta matéria, serão executadas provisoriamente enquanto pelo poder competente não for o contrário determinado.

"As despesas com a sua manutenção e tratamento, tendo que ser indenizadas em tempo conveniente pelo Governo a que pertencem, se fará para este fim a necessária escrituração nos regulamentos fiscais competentes. Os benefícios que os prisioneiros obtiverem pelo seu trabalho e indústria serão sua propriedade, da qual poderão dispor livremente. Todos os socorros ou recursos que lhes forem ministrados pelos seus parentes ou amigos residentes no seu país, ou pelo respectivo Governo, serão do mesmo modo reputados sua propriedade.

"Serão enviados à Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra pelos generais ou autoridades militares, sob cuja inspeção e fiscalização estiveram os atuais prisioneiros, mapas segundo os modelos nºs 1, 2 e 3, em relação ao tempo decorrido desde a data do seu aprisionamento ou entrega até o último dia do corrente mês e ano.

"As presentes instruções servirão de regra e serão observadas por todas as autoridades militares e civis do Império, na parte que lhes competir, a respeito dos prisioneiros feitos pelas forças brasileiras, ou distribuídos pelo general-em-chefe dos Exércitos Aliados.

Deus guarde a V.

Ángelo Moniz da Silva Ferraz.

(Ordem do Dia nº 493, de 10 de janeiro de 1866 — Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra — Repartição do ajudante-general).

(*) O grifo é do autor.

Teriam desobedecido a essas ordens e instruções os nossos militares empenhados no conflito?

Se não bastasse vários outros documentos que contestam as acusações a nós dirigidas, na maioria falsas, acreditamos que, ao divulgarmos um que se encontra no Museu Histórico Nacional, estaremos provando o contrário, e até mesmo trazendo aos leitores um exemplo de pioneirismo do Brasil no que se refere a prisioneiros de guerra. Trata-se da criação de um *Curso Primário*, em janeiro de 1869, na antiga Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, destinado aos prisioneiros de guerra paraguaios.

Possui o Museu Histórico Nacional o próprio livro de assentamento de matrículas dos 180 prisioneiros inscritos como alunos, constando, além do nome de cada um, filiação, unidade a que pertenciam, local onde foram feitos prisioneiros e, de alguns, o nível de instrução que possuíam.

Funcionou esse curso desde então até agosto de 1870, quando, após prestar exames, os prisioneiros que o quiseram regressaram livres e instruídos à sua pátria.

As aulas foram iniciadas, portanto, ainda durante a guerra e continuaram meses após o seu final.

Consistia o curso em aulas diárias, com três horas de duração, das 10:30 às 13:30, excetuando-se sábados e domingos. Os sábados eram destinados aos prisioneiros para misteres próprios, como os de lavarem e aprontarem seus uniformes, etc.

Eram-lhes lecionadas as seguintes matérias: "leitura impressa e manuscrita, caligrafia, aritmética, doutrina cristã, rudimentos de gramática portuguesa e cidades"

As aulas eram dirigidas pelo padre Antônio Augusto d'Andrade e Silva, capelão da Repartição Eclesiástica em serviço na Escola Militar, onde lecionava a cadeira de Gramática da Língua Portuguesa, auxiliado por dois cadetes.

Aqui realizamos a transcrição do referido livro de Assentamentos, para não somente documentar essa espetacular experiência pioneira no trato com prisioneiros de guerra no Brasil, quiçá no mundo, como também para mostrar que a utilização de meninos na guerra, por parte de Francisco Solano Lopez, não se fez apenas no final da guerra, como normalmente acontece com nações prestes a serem derrotadas e, sim, desde o início da guerra da Tríplice Aliança, como o comprovam certos "soldados-meninos", pela época em que foram aprisionados.

Relações dos prisioneiros matriculados no Curso Primário da Escola Militar da Praia Vermelha:

1. ABEL VEROES, de idade 13 anos, filho legítimo de Francisco Abila e de Inocência Gonçalves, natural de Assunção, praça do 2º Regimento de Cavalaria, prisioneiro em Villeta, entrou na Escola do Ensino Primário a 16 de janeiro de 1869, conhecendo o alfabeto.

2. AGOSTINHO AMARILLO, de idade 12 anos, filho legítimo de José Gregório Amarillo e de Rozalia Martinez, natural de Saninen, praça do 45º Batalhão de Infantaria, prisioneiro em Angostura, entrou na Escola do Ensino Primário a 29 de março de 1869, conhecendo o alfabeto.

3. AGOSTINHO GONÇALVES, de idade 11 anos, filho natural de José Rosário e de Joana Aguero, natural de S. Paulo, praça do 44º Regimento de Cavalaria, prisioneiro em Lomas Valentinas, entrou na Escola do Ensino Primário a 21 de abril de 1869, analfabeto.

4. ANICETO BERNAL, de idade 13 anos, filho legítimo de João Bernal e de Demétria Romero, natural de S. Pedro, praça do 4º Regimento de Cavalaria, prisioneiro em Tupiúm, entrou na Escola do Ensino Primário a 4 de julho de 1869, conhecendo o alfabeto.

5. ANTÔNIO ABILA, de idade 13 anos, filho legítimo de Francisco Abila e de Inocêncio Gonçales, natural de Missões, praça do 53º Batalhão d'Infantaria, prisioneiro em Villette, entrou na Escola do Ensino Primário a 5 de junho de 1869, analfabeto.

6. ANTÔNIO AGUERO, de idade 14 anos, filho legítimo de José Maria Aguero e de Encarnação Levedo, natural de Conceição, praça do 11º Batalhão d'Infantaria, prisioneiro em S. Pedro, entrou na Escola do Ensino Primário a 4 de julho de 1869, conhecendo o alfabeto.

176. VITOR BURGOS, de idade 12 anos, filho natural de Salomé Burgos, natural de S. Pedro, praça do 41º Batalhão de Infantaria, prisioneiro em Lomas Valentinas, entrou na Escola do Ensino Primário a 26 de outubro de 1869, conhecendo o alfabeto.

177. VICTORIANO ESPINDOLA, de idade 13 anos, filho natural de Mariana Garcia, natural de Angostura, praça do 34º Batalhão de Infantaria, prisioneiro em Angostura, entrou na Escola do Ensino Primário a 29 de março de 1869, analfabeto.

178. VITORIANO GOMES, de idade 14 anos, filho natural de Petrona Gomes, natural de Hindi, praça do 3º Regimento de Cavalaria, prisioneiro em Lomas Valentinas, entrou na Escola do Ensino Primário a 5 de junho de 1869, analfabeto.

179. VITORIANO PAREDE, de idade 15 anos, filho natural de Sipriano Parede e de Francisca Guistallito, natural de Conceição, praça do 12º Batalhão de Artilharia Volante, prisioneiro em Villette, entrou na Escola do Ensino Primário a 4 de julho de 1869, analfabeto.

180. VENCESLÁO BARRIOS, de idade 10 anos, filho natural de Lima, praça do 11º Batalhão de Infantaria, prisioneiro em Lomas Valentinas, entrou na Escola do Ensino Primário a 29 de março de 1869, analfabeto.

Em princípios de 1870, houve exame, a que todos os prisioneiros matriculados se submeteram. O resultado desse exame foi brilhante, pois, dos 180 inscritos, 129 foram aprovados em todas as matérias do ensino, que era dividido em três classes distintas. D. Pedro II assistiu aos exames e à distribuição de uma medalha de metal a todos os prisioneiros-escolares aprovados.

Nenhum castigo corporal foi infligido a qualquer dos "escolares" e, bem raro, ocorreu um ou outro castigo moral de ordem disciplinar.

Sempre bem alimentados, eram obrigados a andar sempre bem limpos e de uniforme, o qual consistia em calça branca ou parda de brim ou de pano azul, camisa de mescla com peitos encarnados, quepe ou boné e botas.

A idéia da criação desse curso de ensino primário, para os prisioneiros paraguaios, partiu do general Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, visconde de Santa Teresa, na ocasião diretor da Escola Militar da Praia Vermelha.

Atitude um pouco estranha para os "assassinos de los hijos de la patria", como querem alguns...

Quando partiram para o Paraguai, alguns deles, e não poucos, manifestaram-se profundamente comovidos deixando o Brasil, que tão bem os tratou, alimentando e instruindo os prisioneiros feitos na guerra, que havia sido desencadeada contra o nosso país, sempre amante da paz, mas sempre pronto a lavar as afrontas contra sua dignidade.



DESINFORMAÇÃO – A MAIS PODEROSA ARMA DA KGB

O tema de *O ICEBERG*, romance de Arnaud Borchgrave e Robert Moss, está no contexto da Operação Psicológica que o Movimento Comunista Internacional (MCI) desencadeia em escala contínua e mundial.

Entrevistado pelo jornalista Philippe Labro, estabeleceu-se uma interessante conversa quando Borchgrave alinhou comentários sobre seu livro, misturados às informações sobre a ação do MCI, nesse campo.

Já temos escrito, em outras ocasiões, a respeito da importância que os comunistas atribuem à ação da propaganda, particularmente, através dos meios de comunicação social. A permanente lavagem cerebral realizada a custo de milhões de dólares, e mercê da cooperação de profissionais dessa área nos países alvo, tem possibilitado aos comunistas, vitórias mais expressivas que as conseguidas através de campanhas militares.

Vichinsky, na ONU, teve a clareza de declarar que os ocidentais seriam derrotados porque não acreditavam nas suas (deles) idéias. Em verdade, queria dizer que não se dá importância a propaganda, como meio de persuasão, ou não se percebe a grande capacidade de agressão que os comunistas adquiriram, pelo uso sem limites dos meios de comunicação social.

Breshnev já liberou a Diretriz lançada em Praga, hoje encontrada em qualquer livro ou panfleto comunistas, garantindo aos seus camaradas que a "coexistência pacífica não significa o fim da luta ideológica entre o leste e o oeste", e que, "esta luta só seria encerrada com a vitória final da tese socialista".

São absolutamente atuais as observações sobre os "veículos do discurso pre-comunista" (A propósito, procurem observar o emprego, por certas personalidades e certos jornalistas, da palavra discurso), perfeitamente enquadrados na "técnica do salame" visando à destruição paulatina dos valores da sociedade democrática.

Por outro lado, se a imprensa livre tem sido uma das características fundamentais do regime democrático, Lênin, cansou de repetir que um jornal era uma "terrível arma para se deixar nas mãos do inimigo". Por isso, castrou a imprensa na União Soviética e, de resto, foi seguido por todos os países comunistas. Isto não impede que, antes de tomar o poder, invoquem, a todo momento, o direito de ter seus jornais livres.

Ainda, vale ressaltar o desabafo do escritor, quando se refere a imprensa. Muito ciosa, nos países democráticos, de seus direitos de crítica, demonstra uma exagerada irritação quando sofre qualquer reparo. Deste modo, não recebeu bem O Iceberg. Seria bom se pudéssemos tê-lo no Brasil, principalmente, ao alcance da imprensa e da universidade.

Philippe Labro: *Como surgiu essa vontade de abordar, através da ficção, problemas como a "desinformação", a "finlandização", que nos ameaçam no limiar do que Kissinger chamou de "a década do perigo", nosso futuro imediato?*

Arnaud de Borchgrave: Tudo começou depois de Munique, depois dos Jogos Olímpicos de Munique. Em 1972, depois do massacre dos atletas israelenses pelo comando palestino, obtive informações em primeira mão sobre o "cérebro" por trás de toda a história. Um dia, minha mulher recebeu um telefonema anônimo dizendo "Seu marido não voltará a ser visto vivo". Eu levei a ameaça a sério e, depois de uma viagem rápida e semiclandestina pela Europa, fui parar na Inglaterra, entre amigos de confiança. Através desses amigos conheci um homem que, segundo eles, possuía outras informações sobre as redes de terrorismo que se espalhavam pela Europa e por todo o Oriente Médio. Ele se chama Robert Moss, é jornalista do Economist e conferencista nas grandes universidades americanas. Logo verifiquei que era, de fato, um dos homens mais estupendamente informados sobre os mundos paralelos, em particular os dois especialistas da "guerrilha urbana". Cotejamos nossas notas, como se diz. Conversamos também muito sobre a profissão que exercemos e a propósito me veio à lembrança outro episódio marcante da minha vida. Em 1967, vieram-me contar que um amigo meu, jornalista francês, era colaborador da KGB. Não acreditei. É claro que eu não vou-lhe dizer de quem se trata, mas depois veio a furo que o colega em questão trabalhava de fato para os serviços de informação soviéticos.

P.L.: De que maneira?

A.B.: Oh, é muito simples. A infiltração é lenta, mais ou menos como o "sistema das toupeiras", que John Le Carré ilustra em seus livros e seriados de TV.

Eles enchem um jornalista de informações verdadeiras, importantes e exclusivas, e depois, quando já o conquistaram começam a lhe passar outras notícias, outros dossiês, que apenas servem à propaganda soviética. Eu e Moss, então, discutimos esse fenômeno e trabalhamos durante cinco ou seis anos, deixando a ideia e a história germinar na cabeça. O romance aconteceu em seguida, na maior naturalidade.

P.L.: *De romance ele só tem o nome. Eu reconheci facilmente vários colegas, dos quais o mínimo que se pode dizer é que eles foram, consciente ou inconscientemente, veículos do discurso pré-comunista, ainda que alguns se tenham pentenciado depois. Acho que reconheci também algumas personalidades do ensino e da política.*

A.B.: É claro que eu botei nesse livro a experiência de 30 anos de profissão, valendo-me de contatos estreitos e permanentes, inclusive com os grandes serviços de informação.

P.L.: *Você então conhece todos! Quais são os melhores? Pode-se estabelecer um hit parade dos serviços ocidentais? Quem merece quatro estrelas e quem fica por último?*

A.B.: Bem, se o jogo é esse, convém botar a KGB *hors concours*. É a máquina mais experiente, mais temível e mais poderosa do mundo. Ela dispõe de todos os meios materiais possíveis de uma noção do tempo, da duração, e da garantia absoluta de que seus métodos e segredos nunca serão expostos num livro, numa publicação, numa emissão, num filme. Lá, pelo menos, nunca! As ramificações da KGB estendem-se por toda parte; não apenas na URSS e nos países satélites, mas também no Ocidente, na África, no Oriente Médio. Quanto ao Ocidente, acho que os melhores são os israelenses, sobretudo no plano da execução, mas os franceses também são excelentes, principalmente na pesquisa e exploração do que chamamos de "espionagem".

P.L.: *Que não tem nada a ver com o trabalho efetuado pelos satélites-espíões?*

A.B.: Não, é claro. Da CIA nem vale a pena falar. A CIA foi destruída por dentro, numa verdadeira implosão. Não que ela tenha sido perfeita, infalível e virtuosa. A virtude e a espionagem, aliás, não têm nada em comum. Mas enfim ela existia, com suas redes, seus agentes, suas atividades. A partir dos anos 60, a degradação da função presidencial nos Estados Unidos, a campanha de imprensa e de demolição da CIA, realizou-se um tal trabalho de sapa que não é mais possível classificá-la em sua hipotética *hit parade*.

P.L.: *Certo. Mas agora uma coisa: se seus elementos procedem de contatos nesses meios, por que não lhe acusam também de ser "desinformado", mas pelo outro extremo — de ser intoxicado?*

A.B.: A ficção que escrevo baseia-se em fatos historicamente conhecidos. Meus dossiês existem e são inatacáveis. Além disso, meu próprio passado, meu ódio de todos os extremismos, de qualquer caça às bruxas, e que se pode chamar de meu "liberalismo", falam por si mesmos. Por outro lado, a segunda fonte a partir da qual

estabelecemos nosso relato e expusemos a realidade da "desinformação" foram os próprios relatos dos trânsfugas, aos quais pudemos ter acesso. Chamo de "trânsfugas" aos profissionais da informação que se bandearam do Leste para o Ocidente.

P.L.: *Mas eles também podem ser suspeitos de parcialidade, todo mundo sabe que um trânsfuga "vem do frio" por motivos muitas vezes estritamente pessoais, e não ideológicos. Há trânsfugas que desfiam seu rosário para justificar sua existência por conta do país que os acolhe pelo restante de seus dias!*

A.B.: O que um trânsfuga diz é realmente passível de cautela. Mas quando dois, 10, 20 dão as mesmas informações a duas, 10 ou 20 fontes, aí a coisa se torna séria. Existe um verdadeiro consenso dos principais trânsfugas, nos últimos 20 anos, a propósito dos objetivos a longo prazo da KGB. Consultamos seus dossiês, quando não os encontramos pessoalmente. Poloneses, romenos, búlgaros, russos. Também tivemos contatos com alguns chineses. Quando tantos testemunhos coincidem, é lícito admitir que estamos em face de uma realidade.

P.L.: *Vejamos um exemplo. Em seu livro há uma frase que teria sido pronunciada por Brejnev em Praga, em agosto de 1973, durante uma reunião dos principais líderes comunistas da Europa Oriental. Reunião essa que ninguém falou até hoje, pelo menos na grande imprensa.*

A.B.: Claro, porque era uma reunião secreta!

P.L.: *E por que Praga, e não Moscou?*

A.B.: Porque Praga, para esse tipo de reunião, é mais discreta. Pode parecer paradoxal, mas é isso aí.

P.L.: *Breznev teria dito esse dia, há portanto sete anos, que "em 1985 estaremos em condições de exercer nosso poder por toda parte onde desejemos".*

A.B.: Havia nessa reunião um agente tcheco, um agente duplo, que trabalhava para um serviço europeu. Um cara esperto que passou para o Ocidente. O documento que ele forneceu sobre essa reunião secreta era tão importante que, quando o viram em Washington, mandaram uma das mais altas personalidades do Governo americano da época — no maior sigilo, é claro — para falar com esse homem. O relatório indicava que alguns líderes comunistas haviam criticado Brejnev por sua política de "distensão" com o Ocidente. Foi então que Brejnev explicou que a "distensão", para ele, permitiria obter mais depressa os meios de expandir o poder soviético. Mas o enviado americano que ouviu o trânsfuga não quis acreditar nisso.

P.L.: *Por quê? Por que isso não combinava com a política de distensão da época, tal como a praticavam os Governos ocidentais?*

A.B.: Exatamente. A frase autêntica, que em *Iceberg* nós modificamos um pouco, era "A coexistência pacífica é uma simples intervenção que permitirá às forças do socialismo obter a supremacia militar global a partir de 1982..."

P.L.: E onde entra a "desinformação" em tudo isso?

A.B.: Bem, ela consiste justamente em adormecer a opinião pública e os Governos para prolongar essa "distensão", essa "coexistência pacífica", enquanto eles continuam se armado.

P.L.: Eles, os soviéticos, não os ocidentais!

A.B.: Naturalmente. A palavra "desinformação", como você sabe, não existe em francês nem em inglês. Apareceu pela primeira vez em 1968, quando o serviço da KGB encarregado dessa tarefa foi transformado num dos cinco grandes departamentos do órgão. A letra A o identifica. E foi entre os agentes russos que a palavra — *dezinformatsiya* — começou a circular. Sob ela se engloba toda uma variedade de técnicas e atividades que visam propagar entre os jornalistas ou intelectuais do Ocidente os objetivos da política exterior soviética.

P.L.: Uma operação de "desestabilização" intelectual?

A.B.: É, pode ser isso. A ilusão exercida desde os tempos de Lênine sobre os intelectuais das décadas de 20 e 30. Um Bernard Shaw, um Aldous Huxley, o jornalista americano John Reed, que voltou da URSS dizendo, enquanto Stalin fuzilava ou prendia milhões de pessoas, que "tinha visto o futuro em marcha". Ora, o futuro já se banhava em sangue, como a realidade do Gulag, enfim reconhecida, acabaria confirmando aos olhos da imprensa e da opinião ocidentais. Mas quem escrevesse isso na época, ou quem o faça ainda hoje, podia como pode ser tratado de propagandista fascista e reacionário.

P.L.: Mas voltemos a 1968, quando, segundo você, surgiu o Departamento A...

A.B.: E seu chefe, o General Agayante, uma inteligência brilhante, cuja sucessão foi assumida depois por outro "cérebro", Serguei Kondrachev.

P.L.: Certo, certo... Mas, e 1968, não é uma coincidência?

A.B.: Não sei. É verdade que para todos os observadores 1968 foi um ano vital, uma grande virada. A perda das ilusões sobre o domínio militar americano no Vietnã, a grande maré de contestação no mundo, o ataque generalizado, no Ocidente, a todos os princípios de autoridade.

P.L.: Não me vá dizer que isso foi fomentado ou planejado nos escritórios desse famoso Departamento A!

A.B.: Não, eu não sou ingênuo. Mas a KGB logo analisou a situação e soube tirar partido dessa convergência de contestações e fracassos. Segundo o testemunho de um trânsfuga, Agayante disse, numa das reuniões da época, que era preciso "estimular os jornalistas ocidentais a escrever exatamente o contrário de nossas intenções verdadeiras".

P.L.: É esse então o tema do Iceberg?

A.B.: Sim, é mais ou menos isso, e há um personagem que diz que os soviéticos sempre esperaram que as nações da Europa Ocidental se desintegrassem antes da América. Afinal eles consagraram todos os seus esforços para se infiltrar nas ins-

tituições europeias e disseminar profundas suspeitas sobre os americanos, a fim de compensar o que eram na época, uma inferioridade militar soviética. Mas eis que a guerra do Vietnam acaba em catástrofe, tendo um efeito corrosivo sobre o moral americano, sobre a sociedade. O Vietnam engendra Watergate que engendra Carter que engendra o que nós todos sabemos... A análise soviética deu uma virada de 180 graus; é bem possível agora que a América se arruine antes da Europa!

P.L.: *O fiasco iraniano acaba de confirmar a análise e acelerar o processo.*

A.B.: De certa forma, sim. Como não ver que, diante desse fiasco, os países da Europa serão levados a querer obter com os soviéticos uma garantia para o futuro? Como não ver com inquietude que o empenho em "salvar a distensão" pode levar a virar as costas aos Estados Unidos e a entrar em entendimentos com a URSS?

P.L.: *"Desinformar" então é em suma, para você, e mais prosaicamente, enganar o adversário, o outro sistema?*

A.B.: Repare uma coisa. Os tratados para limitar as armas estratégicas, você não acha que eles foram a cortina de fumaça por trás da qual a URSS continuou a montar seu formidável aparelho militar? Os Governos americanos e europeus insistiram em preservar a distensão apesar de quatro momentos perigosos que, normalmente, teriam servido de sirenas de alarme muito mais violentas que o recente caso do Afeganistão, no fim de 1979. Vou enumerá-los: 1º) o envio de tropas cubanas para a África, em 1975; 2º) em novembro de 1977, 10 dias após o encontro Begin-Sadat em Jerusalém, uma ponte aérea soviética violou o espaço aéreo de cinco diferentes países, passou por sete rotas distintas, para driblar a vigilância dos israelenses e da IV Frota dos Estados Unidos, e foi desembarcar na Etiópia no espaço de seis semanas, o equivalente a um bilhão de dólares de material bélico — mas ninguém protestou e tudo continuou como antes, pois protestar era contrário à política de distensão a qualquer preço; 3º) 1978, o golpe de Estado marxista no Afeganistão, muito mais importante que a invasão de 27 de dezembro de 1979; 4º) em 25 de outubro de 1979, a URSS assinou um tratado de amizade com o Iêmen do Sul, único Estado marxista do mundo árabe. Mais abrangente que qualquer outro acordo árabe-soviético desde a II Guerra, esse tratado prevê, por exemplo, a implantação de três bases militares e o aumento do número de "consultores" cubanos e alemães orientais, eufemismo que designa militares cujo efetivo deve passar de três para 20 mil nos três próximos anos. O mapa indica hoje que, entre a base do Iêmen do Sul e as que prosseguem em construção acelerada no Afeganistão, os soviéticos estão a 500 km da margem Leste do estreito de Ormuz e, pelo outro lado, a 800 km da margem oeste do Golfo Pérsico.

P.L.: *E o que significa isso?*

A.B.: O objetivo da operação, explicado pelos trânsfugas, é estabelecer uma estratégia de controle das matérias-primas da Europa. Controlá-las, e não se apossar delas, o que equivale a dizer mais ou menos "Prestem muita atenção, daqui para a frente vocês dependerão mais do poderio militar soviético que do poderio militar americano". Em suma, é a mensagem da "finlandização"

P.L.: *E essa mensagem foi então captada?*

A.B.: Acho que sim, sobretudo porque, alguns meses depois, ocorreu o fiasco no deserto do Iraã. Os helicópteros americanos não funcionaram, houve a colisão, a confusão, a retirada às carreiras, a cruel e brutal tomada de consciência, pelo chamado mundo livre, de que o "guarda-chuva" americano anda emperrado. Que vitória para os soviéticos! E como ela se inscreve na filosofia de seus dirigentes... Não sei se o grande patrono dos serviços secretos da Alemanha Oriental, Marcus Wolf, o conserva ainda, mas em certa época ele teve em seu gabinete um quadro com uma citação de Sun Tzu, o Clausewitz chinês, de quatro séculos antes de Cristo, que dizia: "A maior vitória não é ganhar no campo cem batalhas, mas reduzir as forças do inimigo sem precisar combatê-lo". Foi um trânsfuga da Alemanha do Leste, que hoje vive na República Federal, quem me contou...

P.L.: *E será que essa frase, terrivelmente reveladora, não foi analisada pela CIA nem por outro serviço?*

A.B.: Não sei.

P.L.: *Bem, mas se você escreve romances a partir de tais elementos, e se hoje falamos disso, é provável que os serviços ocidentais tenham transmitido todas essas informações a seus respectivos Governos. Que uso eles fazem delas?*

A.B.: A CIA, como eu já disse, no momento não faz mais muita coisa, embora se deva sublinhar que, diante dos sucessivos fracassos, o Presidente dos Estados Unidos, o Congresso, o Senado, apesar das fervorosas ondas de virtude que os levaram a paralisar a ação do órgão, parecem querer voltar às suas primeiras iniciativas. Não está fora de cogitações que se reconstrua um grande serviço secreto que possa funcionar em segredo, conforme sua definição, sob todos os regimes e em todas as latitudes.

P.L.: *Seu livro O Iceberg tem um final feliz. À beira do cataclismo, do caos mundial, enquanto os soviéticos continuam a marcar pontos e a conquistar pouco a pouco territórios e influências por todo o Oriente Médio, campo das reservas energéticas ocidentais, faz-se sentir um sobressalto e uma reação se opera. Trata-se, mais uma vez, de "ficação política"? Ou será uma concessão ao grande público, que gosta de um happy end, ou uma convicção pessoal?*

A.B.: Talvez esses três fatores juntos. Eu acho que o sobressalto é inevitável. Acho também, e é uma evidência, que a URSS continua a ter necessidade de tecnologia americana e europeia. Insisto em "européia", porque a Europa, no momento, concorda muito mais facilmente que os Estados Unidos em transferir sua tecnologia para os soviéticos. Acredito por fim, para voltar à citação de Sun Tzu, que uma confrontação direta não será do interesse da União Soviética. É a continuação da citação: "A luta corpo a corpo é a maneira mais primitiva de dar combate ao inimigo".

P.L.: *Vamos terminar essa entrevista com dois pontos concretos que vêm à tona em seu livro. Primeiro, em seu relato dos múltiplos métodos de "corrupção e desinformação", vocês se referem à arma sexual. Vemo-nos aí de repente em face*

do que se pode chamar de síndrome de James Bond. As belas espiãs soviéticas que fazem o adversário cair na cama para em seguida submetê-lo a uma chantagem. Não é um pouco forçado, para os dias de hoje?

A.B.: Para os latinos, os franceses, talvez... Mas para os anglo-saxônicos isso funcionou e funciona ainda, e não necessariamente em níveis muito elevados. Se você acha que tem a ver com James Bond, é um sinal de que Ian Fleming era muito mais bem-informado do que se pensa, pois existem escolas de *sexpionage* na URSS, sob a supervisão da KGB, onde se ensinam a mulheres e homens o manejo do corpo e a técnica da sedução.

P.L.: É verdade?

A.B.: Claro que é! As mulheres são chamadas de "andorinhas" e os homens de "corvos".

P.L.: *Noto nesse universo a profusão de nomes de aves. Há "falcões" e "pombas". Então há também as "andorinhas"? Outro dia eu li que os soviéticos chamam os políticos europeus de "libélulas", porque eles são inteligentes mas frieiros. Vamos então ao meu segundo e último ponto. Mesmo usando nomes fictícios, mesmo mesclando cenas fictícias a situações reais, você fez em seu livro graves acusações contra sua própria profissão. Como os colegas, e particularmente os jornalistas americanos, recebem isso?*

A.B.: Nem sempre recebem bem. Já me desencararam, já me repreenderam. Acusam-me, como você mesmo deu a entender no começo da entrevista, de participar de uma campanha no outro sentido. Devo lembrar antes de tudo que eu recorri à ficção, ao romanesco. Depois, que eu apenas estou contando abertamente o que por muito tempo se dizia em voz baixa. Na verdade me limito a dizer que nós também, jornalistas, deveríamos fazer às vezes um exame de consciência. Quando um cirurgião não consegue impedir, talvez por imperícia, que um paciente morra, é normal que seus colegas se reúnam e se solidarizem com ele; era uma morte inevitável, não foi um erro humano o que houve. Quando um jornalista age do mesmo modo, o que ele mata não é um paciente, mas a própria sociedade na qual vive. Quanto a mim, creio profunda e sinceramente numa forma de democracia. Sinto tanto os perigos que vêm da extrema direita quanto da extrema esquerda, pois todos levam ao totalitarismo. E é para aí que caminhamos talvez, caso a opinião pública não seja corretamente informada. Uma vez eu tive uma conversa amistosa e simples com um dos meus redatores-chefes, que hoje já não está na profissão. Perguntei-lhe por que se insistia tanto, em nosso jornal, em demolir a reputação de nossos serviços de espionagem e contra-espionagem. Por que somente a CIA — o que talvez fosse necessário — e por que nunca a KGB? Ele me respondeu que nunca tinha havido um pedido de averiguação sobre ela. Tudo que eu reclamo é esse direito de averiguar todas as coisas.

(A entrevista de Arnaud Borchgrave foi publicada no Caderno Especial do Jornal do Brasil em 15/6/80.)



A VIOLENCIA – CAUSAS E MEDIDAS

Antonio de Brito Júnior

Os lugares mais quentes do inferno são reservados para aqueles que conservam a neutralidade. — Dante.

O presente estudo é uma contribuição modesta que submeto à apreciação de todos aqueles que desejam um eficaz combate à violência.

Hoje, ninguém contesta:

- uma onda de violência que afflige o país;
- a insegurança é dominante;
- o combate ao crime, inoperante.

Pessoalmente, tenho conhecimento de inúmeros assaltos, assassinatos, roubos, famílias que se ausentam do país fugindo da insegurança crescente, escolas invadidas e depredadas pela oitava vez, com destruição de todo material didático e envenenamento dos gêneros alimentícios destinados às crianças, e outros fatos lastimáveis.

Tais violências, praticadas com requintes de perversidade, já provocaram indesejáveis reações. Estas são traduzidas por linchamentos coletivos e até as sumárias execuções dos famosos esquadrões. É a violência gerando violência!

Desnecessário salientar as repercussões negativas que tais atrocidades devem causar junto às nações civilizadas.

Demais, é fora de dúvida que a criminalidade tende a aumentar, estimulada pela impunidade; pelo aperfeiçoamento dos criminosos que vêm operando com maior eficiência, em grupos cada vez mais numerosos, e com melhores armas e viaturas, roubadas.

Urge uma mobilização geral da sociedade, em várias frentes, onde cada um de nós tem o dever de concorrer com uma parcela de esforços no combate ao crime.

Hoje, ele nos ameaça, mas amanhã, com movimentos de maior envergadura, poderá nos exigir pesados tributos, consequentes de nossa inércia. Lembro aqui as palavras de Mont Alverne: — É uma injustiça reconhecer nas revoluções políticas dos povos a influência exclusiva das paixões e dos crimes individuais.

O problema, de fato, não é simples, mas extremamente complexo e, como tal, merece ser encarado.

O Dicionário Aurélio define *Causa* como aquilo que faz com que uma coisa exista: Não há efeito sem causa.

Múltiplas são as causas que concorrem para a verificação da onda de violência que nos aflige.

Vamos aceitar o conselho de Confúcio: — É mais fácil remover as causas do crime que punir os criminosos.

— Constatado o mal, vamos meditar sobre suas causas e aliviar medidas para o seu combate.

Segundo nosso critério, passaremos a enunciar as causas, dentro da prioridade decrescente de seu peso, seguidas das medidas correspondentes para corrigi-las:

Falta de instrução e de educação

— Ensino primário obrigatório e estabelecimento pelo M.E.C. de programas de Moral e Civismo, bem lançados e rigorosamente cumpridos nas escolas de todos os níveis.

São muito conhecidos os conceitos:

- O objetivo de uma boa educação é ensinar a virtude. (Sócrates);
- Eduquem-se os menores e não será preciso castigar os homens. (Pitágoras);
- A educação é o único meio capaz de agir um pouco na alma de uma nação. (Taine).

Escolas profissionalizantes em número insuficiente e colônias agrícolas quase inexistentes

— Ampliação substancial e imediata da rede de escolas profissionalizantes nos centros urbanos, em particular; e construção de colônias agrícolas, em zonas rurais. Nestas seriam matriculados ou internados, conforme o caso, menores abandonados ou sem instrução. As colônias agrícolas visariam alcançar sua auto-suficiência com a prática de agricultura e transmitir ensinamentos rudimentares da profissão, das primeiras letras, de princípios de religião; esportes; e, mais que tudo isto, infundir hábitos de trabalho.

Todos sabem que:

- Quando os homens trabalham, ou estão ocupados, ficam mais satisfeitos

— O trabalho afasta de nós três grandes males: tédio, vício e necessidade. E reciprocamente:

— A ociosidade é o anzol do demônio, segundo S. Thomaz.

— O ócio é a bigorna onde são forjados todos os pecados, segundo um dito alemão.

Constatase que a maioria dos criminosos e assaltantes é constituída de homens analfabetos ou sem profissão.

Falta de religião

— Precisamos estimular e facilitar o ensino religioso com a cooperação dos padres, pastores ou espíritas.

O homem sem crenças é pior que o animal, porquanto sua inteligência é posta a serviço do mal, quando seus interesses o pressionarem.

Sendo o cristianismo religião dominante em nossa terra, aceitamos o Evangelho de Cristo como a Cartilha do Amor (Herculano Pires).

Bem asseverava Voltaire: — Se Deus não existisse precisaríamos criá-lo.

Interesses subalternos de extremistas da esquerda e da direita em implantar a desordem

— Somente uma ativa vigilância dos altos escalões e órgãos governamentais, poderá antepor ao avanço de doutrinas dissolventes.

Justiça lenta e extremamente liberal

— Sem dúvida, é urgente uma reformulação da Justiça.

Segundo Ruy Barbosa: — A Justiça atrasada não é Justiça, senão injustiça qualificada e manifesta.

São necessárias normas que restabeleçam a harmonia entre as autoridades policiais e judiciais, ora em franco desentendimento, como convém aos criminosos.

É reconhecida a extrema liberalidade de nossas leis, não condizentes com nossa cultura e com nossa formação.

Urge uma revisão na legislação penal com a adoção de leis mais rigorosas, em particular para os assaltantes, menores e traficantes de drogas.

Sábias e merecedoras de muita meditação são as palavras do Papa Paulo VI: — As drogas são dos maiores males mais sérios e ameaçadores dos tempos atuais.

Paradoxalmente, é medida humanitária o combate impiedoso aos traficantes.

Dissolução da família

- Medidas visando impedir a nefasta influência de culturas exóticas e materialistas que nos afastam de nossas sadias raízes ibéricas.
- Malévolas influências (propagandas, em particular, por literatura de baixa pornografia; cinema e televisão) têm de ser combatidas.
- Necessidade inadiável de leis objetivas e severas que bem definam a responsabilidade dos pais, objetivando precisar as obrigações que eles têm de proporcionar aos seus filhos uma assistência cultural, religiosa e econômica.

Nossos representantes nas Câmaras preterem assuntos capitais por secundários

Inoperância dos órgãos de repressão

- Esta é uma apreciação que não tem caráter genérico, evidentemente.

Mais do que se julga, o Povo acompanha a atuação de seus representantes nas Câmaras, com muito interesse e seria solidário nos debates em assuntos tais como: segurança nacional (Proj. Jary); situação econômica (dívida externa); problema energético (hidroelétrica, carvão, petróleo); violência (insegurança e medidas de repressão); a instrução e educação; reformas na Justiça; explosão demográfica; tráfico de entorpecentes; etc. Em contraste, com ardor e até alvoroco, são ventiladas as barganhas, acomodações, lutas partidárias e o empreguismo.

– É uma consequência imediata das deficiências material e moral destes órgãos.

É claro que a eficiente atuação da Polícia depende do número e da qualidade de seus componentes, bem como de seu aparelhamento material (armamento, viaturas, meios de comunicação).

Não se concebe uma Polícia eficiente sem tais meios de ação para enfrentar marginais bem armados, agindo em grupos numerosos e dispondo de boas viaturas, roubadas.

A Polícia, como acontece em qualquer coletividade, tem em seu meio bons e maus elementos. Aqueles devem ser estimulados e estes, afastados.

A confiança que a Polícia deve merecer da população depende em grande parte do afastamento sumário dos elementos corruptos e venais que desmerecem a nobre instituição. É imprescindível o estabelecimento de medidas, normas e até leis específicas para as Polícias, que facilitem o afastamento imediato dos seus componentes indesejáveis.

Um órgão repressivo e saneador não pode comportar elementos corruptos.

De outro lado, não se admite para o policial em luta contra bandidos, o princípio emocional e muito brasileiro, de transformá-lo num cordeiro. Consideremos o número de policiais mortos e mutilados nas lutas contra os criminosos.

Explosão demográfica

— O princípio da população é a pedra angular da teoria econômica (Poussin) e, muitas autoridades no assunto, asseveram que a explosão demográfica é mais temível que a explosão da bomba atômica.

Nossa população cresce à razão de 2,6% por ano, devendo dobrar dentro de 25 anos. O crescimento desordenado das grandes cidades, o favelamento, as migrações internas e a carência de recursos é, em grande parte, consequência da explosão demográfica.

Todos sabem que os grupos populacionais de menor renda são os que mais crescem.

Uma política de planejamento familiar, bem orientada, se impõe e é aceita pela própria Igreja.

Soluções milagrosas para resolver o problema alimentar são ilusórias diante dos fatos reais.

O equilíbrio entre população e alimento será mais fácil de atingir agindo-se sobre a própria população e não sobre os demais fatores, como a produção agrícola, segundo Lester Brown.

O controle da natalidade não merece constituir matéria de debate por ser uma imposição econômica.

Pobreza e miséria

— Ninguém nega as dificuldades das classes mais pobres, em particular no que se refere à obtenção da moradia e dos gêneros alimentícios. De fato, há pobreza e esta tem de ser atendida.

Um mínimo de bem estar material é necessário para a prática da própria virtude, conforme doutrina de S. Thomaz.

E, segundo as palavras de Kennedy: — Se a sociedade livre não conseguir ajudar os pobres que são muitos, não poderá salvar os ricos que são poucos.

— Um salário míímo condigno; uma participação nos lucros das empresas maiores; facilidades de transportes; cursos nas grandes empresas possibilitando o aperfeiçoamento dos empregados; creches; vilas de moradias para operários; e muitas outras medidas, podem e devem ser tomadas a favor dos trabalhadores.

Como já foi expresso, há pobreza, mas a maior miséria é fruto de ignorância (falta de instrução e de educação), da imprevidência e de muita malandragem.

Para comprovar isto, serão citados dois fatos expressivos:

Milhares de figurantes do Carnaval descem dos morros com ricas roupagens, mas seus filhos disputam com os cães e com os corvos os restos de comida na chegada dos caminhões de lixo.

É fácil constatar como nossos operários se alimentam mal, mais por ignorância que por falta de recursos.

Muitos outros fatores revelam a pouca educação e instrução das nossas massas populares.

— Enumeradas as causas e sugeridas para cada uma delas medidas correspondentes, verifica-se que, de modo geral, as medidas imediatas são do âmbito estadual, enquanto as mediatas são afetas ao âmbito federal.

É oportuno assinalar que as graves deficiências de nossos presídios e penitenciárias onde os reclusos não recebem um tratamento humano, nem assistência para sua reeducação e readaptação social. São antes onerosos depósitos humanos onde domina a ociosidade, a revolta e a corrupção.

Ao encarar este aspecto, teremos de nos munir das maiores cautelas contra alguns teóricos desavisados. Estes, levados mais por exibicionismo que por humanitarismo, desejam transformar os presídios em pensões gratuitas e confortáveis, com boa alimentação, visitas, diversões, reuniões artísticas e outras vantagens.

Certamente, bandidos irrecuperáveis e criminosos em potencial serão estimulados a gozar de tantas benevolências!

Uma das graves falhas de nosso atual sistema penitenciário é a ausência de prisões especiais para criminosos de alta periculosidade e julgados irrecuperáveis, ora em promiscuidade com detentos primários, de boa conduta e certamente recuperáveis. Urge corrigir tão grave lacuna.

Enfim, para concluir, necessitamos:

- concentrar esforços nos diferentes escalões da sociedade brasileira e nos órgãos de sua máquina administrativa, no combate ao crime;
- por em prática, no mais curto prazo e com energia, medidas realistas e objetivas;
- e perder o mau vezo de só ver as coisas claras em tempo escuro.



O Gen Div R/1 Antonio de Brito Junior, natural de Ouro Preto, MG, é também engenheiro agrimensor pela Escola de Minas de Ouro Preto. Publicou vários artigos em A DEFESA NACIONAL sobre Geografia e é autor de uma plaquette intitulada "Coletânea de Máximas e Pensamentos".



FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE OFICIAIS DO EXÉRCITO

Marco Antonio Savio Costa

O tema proposto para este trabalho, aborda um assunto novo, com idéias ainda não definidas. A própria Psicologia, como ciéncia, ainda é nova, cheia de controvérsias e interpretações personalistas, com "escolas" disputando entre si formas diversas de abordar mesmos conceitos.

Com o curso de Psicotécnica Militar e tendo servido em Seções Psicotécnicas de Estabelecimentos de Ensino Elementar e Superior, além de realizarmos os Cursos de Formação, Aperfeiçoamento e Comando e Estado-Maior, reunimos uma série de observações pessoais sobre o assunto a ser tratado.

Não existe, até o momento, um estudo já sedimentado e que retrate quais as aptidões e os interesses básicos dos oficiais do nosso Exército. Existem, em andamento no Centro de Estudos do Pessoal — CEP, projetos que servirão de base para os trabalhos de seleção psicológica dos candidatos à Escola Preparatória de Cadetes, à Academia Militar das Agulhas Negras e à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Tais projetos, apesar de ainda não consolidados, nem seus instrumentos de medida validados, poderiam, talvez, servir de base para o nosso trabalho, se não desejássemos dar um cunho pessoal na abordagem do tema, com o cuidado de não entrar em detalhes técnicos, com uma linguagem peculiar aos psicólogos, e à qual não estamos perfeitamente afetos.

Iremos desenvolver o trabalho por etapas, procurando, primeiramente, levantar conceitos básicos, tanto no campo da Psicologia, quanto no do Ensino Militar, a fim de podermos situar a faixa em que trabalharemos.

Posteriormente, dentro de cada curso, das Escolas de Formação, Aperfeiçoamento e de Altos Estudos Militares, enumeraremos seus objetivos, ligações com

aptidões e interesses, e quais os instrumentos de medidas utilizados. Concluiremos tal fase com a observação dos resultados obtidos, e as transformações que se processam nas aptidões e interesses.

Finalmente concluiremos procurando sintetizar aquelas transformações mais flagrantes, a que são levados os oficiais, à medida que concluem os cursos que lhes proporcionam o acesso ao posto de Oficial-General, último escalão da carreira militar.

PREMISSAS BÁSICAS

Aspectos Psicológicos

Ao estudarmos o homem, analisamos de início suas "percepções" — como ele vê, ouve, cheira e sente o mundo ambiente. Em seguida, interessamo-nos pelos seus "móveis e emoções" — suas necessidades, desejos, aspirações, medos e amores. Examinamos, então, o homem em suas tentativas para ajustar-se às exigências que lhe são feitas. Finalmente, o consideramos como um indivíduo único, que vive num mundo de outros homens — sua personalidade e suas relações com a sociedade.

Isto tudo consequência de um princípio básico: o comportamento da pessoa é determinado por muitos fatores perceptuais, intelectuais e motivacionais, todos atuando simultaneamente.

O que seriam então, as aptidões e interesses deste homem, e como poderíamos grupá-los de forma a que possuisse aptidões e interesses básicos comuns?

É o que procuraremos expor abaixo.

Aptidão

O termo Aptidão refere-se à capacidade potencial, uma habilidade natural de uma pessoa, para realizar um tipo específico de atividade. Deve-se distingui-la da realização eficiente, que se refere à realização efetiva da pessoa, depois de ter recebido um treinamento apropriado para a atividade. A aptidão é agradável no uso, duradoura, constante e tende a desenvolver-se com o exercício.

O levantamento das aptidões necessárias a uma determinada profissão, bem como quais as aptidões que um indivíduo possui, depende da suposição de que as diferentes ocupações exigem diferentes capacidades e que as pessoas são distintas quanto aos seus padrões de capacidades.

No caso militar, a experiência durante as duas Grandes Guerras, mostrou que pessoas de várias ocupações poderiam aprender tarefas militares muito especializadas, com uma eficiência aproximadamente igual.

Tal fato levou à crença de que podemos dividir as pessoas em três grandes grupos. Algumas não têm uma aptidão específica que se saliente entre as outras, e seu nível geral de aptidões é tão baixo que podem realizar apenas trabalhos não que-

lificados, ou apenas semiqualificados. Em outras pessoas, o nível geral de suas aptidões é tão elevado, que podem obter êxito praticamente em todos os trabalhos ou profissões. Mas a maioria delas tem um nível médio de habilidade geral. Para elas, é importante saber que aptidões estão acima das outras, a fim de que possam tirar partido de seus pontos mais fortes.

Para tal, os psicólogos foram estimulados a criar um imenso número de testes de aptidões. Alguns deles, planejados a fim de medir uma aptidão geral, outros para levantar aptidões específicas.

Todos estes testes apresentam coeficientes muito baixos de validade, o que levou a uma reorientação na sua construção. Abandonaram-se as verificações de senso-comum das exigências para uma ocupação específica, e começou-se a usar os métodos de análise fatorial, a fim de determinar quais as capacidades importantes para determinada ocupação. Em vez de organizar testes para "aptidões vocacionais" independentes, estão sendo pesquisadas aptidões mais gerais e talvez mais básicas. Isto trouxe duas consequências: o uso de "baterias" de testes para cada ocupação e a investigação de outros fatores gerais, tais como a personalidade e os interesses do indivíduo, numa tentativa de complementação para a verificação de suas aptidões vocacionais.

As melhores baterias de testes atualmente em uso são o DAT (Diferencial Aptitude Test) e o GATB (General Aptitude Test Battery), adaptado no meio militar para o BTAG. Ambos já foram traduzidos e adaptados ao nosso universo.

Interesses

Interesse, no seu sentido geral, significa atração, preferência, gosto, sentimento de satisfação por determinado tipo de atividade. Sua medida implica em descobrir o grau com que o indivíduo prefere essa atividade, ou um certo gênero de atividades em detrimento de outras, sem implicar, contudo, ação executiva na direção dos interesses existentes. Podem os interesses ser classificados, segundo SUFE, em quatro grupos:

- interesses "expressos", resultantes de expressões verbais, simples citação de gostos ou preferências;
- interesses "manifestos", que se referem à participação na atividade ou ocupação preferida;
- interesses "medidos" por testes, isto é, julgados por instrumentos que fazem ressaltar os campos de preferência sem que o indivíduo perceba a área de suas manifestações;
- interesses "inventariados", resultantes de uma auto-avaliação pelo indivíduo, através de questionários ou de inventários.

Os interesses podem assumir várias formas. Estudos analítico-fatoriais têm demonstrado ser possível isolar alguns interesses típicos. THURSTONE, por

exemplo, em seu Inventário de Interesses, apresenta dez áreas, cada uma das quais compreendendo várias ocupações.

A idéia de interesse associa-se, freqüentemente, à de "vocação". PIERON diz ser inegável a existência de vocação, espécie de apelo irresistível. Não é menos certo, diz esse mesmo autor, serem tão raras tais vocações, que sua presença é ignorada na maioria das estatísticas. Quando as vocações surgem, desenvolve o indivíduo uma série de reações que freqüentemente o habilitam a superar as barreiras e dedicar-se ao gênero de atividades preferido. Eis porque os casos de real vocação estão quase sempre associados a condições de personalidade, inclusive aptidões, favoráveis ao alvo pretendido.

Os interesses, como também as atitudes (em muitos casos praticamente identificados como interesses), são grandemente afetados por tendências profundas e mecanismos de ajustamento, usados pelos indivíduos, o que os transforma em fontes de satisfação emocional.

Certos interesses nos trabalhos escolares, por exemplo, podem ser indicadores de preferências reais como, também, de busca de segurança, prestígio, dominância, etc... que a situação produz.

Se outra via que conduza a essa busca de segurança, prestígio ou dominância, for mais acessível, poderá o indivíduo desenvolver linha diferente de interesses. Se o objetivo de alguém for, por exemplo, segurança econômica, em lugar de prestígio social, todas as atividades que o conduzem a essa meta podem constituir áreas de interesses mais ou menos desenvolvidas, consoante o grau em que a segurança econômica atue na sua satisfação emocional. Tal afirmação é importante no caso específico de nosso trabalho, e será abordado adiante.

O fato de um jovem, ou adulto, obter alto escore em um tipo de interesse não autoriza supor, por esse único resultado, que devia encaminhar-se para as atividades incluídas na área correspondente ao escore obtido. Não autoriza supor, igualmente, que possua aptidões exigíveis para o sucesso nas atividades compreendidas na sua área de interesse. Ressaltando-se aí o que foi dito acima sobre a necessidade de interação dos fatores personalidade e interesses, no estudo e conhecimento das aptidões de um indivíduo, ou das necessárias para pertencer a um mesmo grupo.

MURSELL assinala que as relações entre interesse e aptidão aumentam à medida que os interesses se mostram mais estáveis. Tendem a estabilizar-se como consequência da idade, com a sua maioria revelados em plena maturidade, sendo praticamente os mesmos encontrados no fim da adolescência. Tendem, portanto, a estabilizar-se para a vida toda, logo após a adolescência. Isto, também, é muito importante para a abordagem dos interesses dos oficiais do Exército, afirmando-nos que aqueles revelados na fase de formação, na AMAN, são os que podemos considerar como básicos.

Finalmente, segundo STRONG, os interesses em grupos ocupacionais acham-se presentes em grande escala antes do exercício das ocupações, sendo, presumivelmente, um dos fatores na escolha profissional.

Aspectos do Ensino Militar

Ao procurarmos enquadrar uma segunda parte do texto do trabalho: "Cursos necessários para atingir o último escalão da carreira militar", baseamo-nos na Lei do Ensino Militar, sancionada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em 19 de novembro de 1975.

Finalidade do Ensino Militar:

Proporcionar a necessária habilitação para o exercício, na paz e na guerra, dos cargos e funções previstos em sua organização.

Obedece, para tal, um processo *contínuo e progressivo*, constantemente atualizado e aprimorado, de educação sistemática, que se estenderá através da sucessão de fases de estudos e práticas de exigências sempre crescentes, desde a iniciação até os padrões mais apurados de cultura profissional.

Áreas de Ensino

O Ensino Militar abrange as áreas de ensino fundamental e profissional, compreendendo os graus elementar, médio e superior. Os graus médio e superior são construídos de ciclos, abrangendo cursos de diversas modalidades.

A área de Ensino Fundamental, destina-se a assegurar a base humanística, filosófica, científica e tecnológica ao preparo militar e ao desenvolvimento da cultura geral dos quadros.

A área de Ensino Profissional, destina-se a preparar e adestrar os quadros e a tropa.

Grau Superior

O Ensino Militar de grau Superior, é o que nos interessa mais de perto, uma vez que se destina à habilitação para o exercício dos cargos e funções dos *Oficiais e Oficiais-Gerais*.

Compreende três ciclos:

— o primeiro inclui cursos de formação de caráter básico destinado à habilitação para o exercício dos cargos e funções privativas de oficial subalterno e capitão, previstas nos Quadros de Organização (QO);

— o segundo inclui cursos de aperfeiçoamento, na linha de ensino militar bélico, constituída pelos cursos destinados à atualização e à ampliação de conhecimentos necessários ao exercício de cargos e funções próprias de Oficial Superior, consignados nos QO; e de graduação e pós-graduação, em seus vários níveis, para os oficiais no Quadro de Engenheiros Militares. Estes últimos visando à ocupação de cargos e funções referentes às atividades que visam ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa científico-tecnológica.

— o terceiro inclui, em ambas as linhas, os cursos de Altos Estudos Militares, destinados à habilitação para o exercício dos cargos e funções previstas no Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA) e no Quadro de Oficiais Generais (inclusive Engenheiros Militares).

Tanto para o ingresso nos cursos de Aperfeiçoamento e Graduação, quanto para o de Altos Estudos Militares, existem cursos de preparação.

Limitações

Veda, a nova Lei de Ensino, ao oficial possuidor do curso de formação da Academia das Agulhas Negras (AMAN), que realizar o curso de Aperfeiçoamento da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e ao Oficial que ingressar na linha de ensino científico-tecnológico, pela conclusão do curso de graduação do Instituto Militar de Engenharia (IME), realizar curso de outra linha de ensino militar que não daquela à qual se integrou.

Conclusões

Desnecessário será frisar que o presente trabalho referir-se-á aos oficiais formados pelos cursos de grau superior. Abordaremos apenas os cursos necessários para atingir o último escalão de carreira militar, particularmente na linha de ensino militar bélico, ou seja o Curso da AMAN, da EsAO, e da Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME), com umas referências sumárias aos cursos do IME, de graduação e pós-graduação, quando formos abordar o ciclo que corresponde ao curso de aperfeiçoamento na linha do Ensino Militar Bélico.

Aptidões e Interesses Básicos dos Oficiais do Exército

Como já citamos anteriormente, não existem catalogadas quais as aptidões e interesses básicos dos oficiais do Exército. A própria gama heterogênea de atividades desenvolvidas pelos oficiais das diversas armas e serviços, intimida um levantamento de algumas aptidões e interesses que deveriam ser inatas ao oficial do Exército de uma forma geral e que possuissem testes já validados. Ao trabalho executado por um Oficial de Infantaria, afeto às atividades de instrução individual, por exemplo, contrapõe-se as atividades de planejamento de um apoio de fogo, pelo Oficial de Artilharia, ao cálculo de uma estrutura de uma obra de arte pelo Engenheiro Militar, ou mesmo à forma de melhor executar um apoio logístico a determinada operação pelo Oficial de Intendência. Atividades militares, todas elas, porém envolvendo indivíduos que possuem diferentes aptidões e interesses, todos eles oficiais do Exército.

Dentro do projeto de seleção para a AMAN foi realizado um levantamento de quais os atributos necessários ao cadete, primeiro degrau da carreira do futuro oficial. Tal pesquisa, simples, entre os oficiais instrutores, serviu de base para uma confrontação com os resultados de testes convencionais, aplicados aos cadetes do então Curso Básico. Os resultados foram de tal forma conflitantes que obrigaram

executores do projeto a reavaliarem o seu trabalho, e a procurar instrumentos novos de medida, ainda não validados, e que servirão de base para a referida seleção. Citamos tal fato, a fim de demonstrar a dificuldade em levantarmos os traços básicos no campo das aptidões e interesses.

Partiremos da premissa de que aptidões e interesses básicos serão aqueles que são necessários ao bom êxito do Cadete da AMAN. As transformações que houverem, provocadas ou mesmo consequência de um amadurecimento natural, dar-se-ão ao fim dos cursos de Aperfeiçoamento e de Altos Estudos, e nesta altura abordaremos. Neste último (Altos Estudos), somente para aqueles que se definiram como aptos a alcançar os últimos postos de carreira, no serviço de Estado-Maior, passando pelo crivo de um árduo concurso, ou pelo seu mérito no curso de Aperfeiçoamento.

O ciclo iniciado ao término do curso da Academia Militar completa-se com as transformações após o da Escola de Estado-Maior, que permite o acesso ao último posto da carreira militar, pendente ainda das transformações que dar-se-ão na aplicação dos conhecimentos adquiridos naquele curso, no trabalho de Estado-Maior. Uma vez que, pela sua obrigatoriedade, a última possibilidade de influência marcante sobre a totalidade dos oficiais, é na Escola de Aperfeiçoamento, somente os concluintes do Curso de Comando e Estado-Maior, no atual sistema, poderão ainda sofrer transformações flagrantes.

Se é válido permitir aos oficiais dos diversos Quadros permanecerem desde o posto de capitão até o fim de suas carreiras sem uma nova "chamada" aos bancos escolares onde poderão receber novas idéias, e terem atualizados seus conhecimentos, renovando-lhes o entusiasmo e limitando a sua evasão para outros interesses, é uma pergunta que não tem a pretensão de ser respondida pelo presente trabalho.

Consideraremos, fruto de nossa limitada experiência pessoal e por falta de estudos mais profundos executados por órgãos especificamente dedicados ao trabalho de Pessoal, algumas aptidões como sendo básicas, isto é, inerentes a qualquer oficial, de qualquer arma ou serviço. Tais aptidões são fruto, também, de aspectos levantados pelo Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) para a conceituação dos alunos-cadetes e oficiais — nos cursos que abordaremos. A base da observação são cadetes da AMAN, — com as deficiências acima citadas. Ainda exemplificando tais dificuldades, podemos salientar que, apesar do esforço desenvolvido pelo pessoal da Secção Psicotécnica da AMAN e do intenso trabalho desenvolvido pelos oficiais psicotécnicos, a proposta para a escolha da Arma, ao fim do Curso Básico, é realizada empiricamente, fruto das opiniões pessoais do oficial orientador, sem limites já validados na apuração dos diversos itens dos testes de aptidão e questionários de interesse.

Enumeraremos, abaixo, as Aptidões e Interesses Básicos considerando que para todas elas, seria necessário um resultado Bom (B) ou Muito Bom (MB) nos diversos testes de aptidão e questionários de interesses aplicados:

Aptidões Básicas

- Aptidão Geral (Fator G de Inteligência)

- Aptidão Verbal
- Aptidão para Chefia
- Aptidão para o Trabalho em Grupo
- Devotamento
- Espírito Militar
- Resistência Física

Interesses Básicos

- Áreas:
 - Persuasiva
 - Serviço Burocrático
 - Atividades ao Ar Livre
 - Política
 - Trabalho em Grupo
 - Gosto pela Atitude de Chefia
 - Vocação inata para a Carreira Militar

O levantamento de certos aspectos gerais vistos acima, terá de ser feito por instrumentos específicos, uma vez que os testes mais comuns utilizados pelas Seções Psicotécnicas abrangem apenas alguns destes, particularmente no que diz respeito às aptidões.

A nossa afirmativa de que os interesses serão formados, ou melhor, aperfeiçoados e sedimentados, no curso de AMAN — de Formação — encontra justificativa nos argumentos vistos ao estudarmos o item Interesses, quando concluímos que os mesmos se estabilizam no fim da adolescência, na faixa etária normal dos cadetes.

A ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

Objetivos dos seus Ensino e Cursos

A Academia Militar das Agulhas Negras destina-se à formação básica do oficial das Armas e Serviços de Material Bélico e Intendência.

Tem por finalidade o Ensino na AMAN:

- Formar o oficial subalterno e iniciar a formação do capitão e do instrutor;
- Assegurar ao futuro oficial uma cultura Técnico-Universitária, sobre a qual possa desenvolver toda sua carreira militar;

Para tal, procura:

- criar e preservar hábitos, atitudes e idéias indispensáveis à formação do oficial do Exército;
- garantir uma base de cultura técnico-universitária imprescindível ao futuro comandante, chefe e administrador;
- garantir o vigor físico necessário ao militar, assim como o aprimoramento do espírito de cooperação e da capacidade de atuar em equipe.

O desenvolvimento do processo educativo, na AMAN, deve garantir:

- base educacional condizente com os padrões de patriotismo, dever, honra, com as tradições herdadas e consagradas e com o estilo de vida do Exército;
- base cultural geral e militar, científica e humanística, compatível com os tipos de atividade correntes e especializadas e com a necessária extensão de conhecimentos em todos os campos de aplicação da arte militar, resultantes das exigências especificadas e atuais da carreira;
- base de conhecimentos profissionais, que propiciem sólida preparação física, intelectual e moral ao comandante, chefe e administrador de frações e órgãos até o nível subunidade e o acompanhamento da evolução das ciências aplicadas ao desempenho da função militar, na paz e na guerra.

O curso da AMAN sofreu modificação que influirá sobremaneira na consecução dos objetivos acima citados. Passou o Curso Básico, anteriormente desenvolvido em 2 anos, a ter apenas 1 ano de duração; e os Cursos das Armas e Serviços, de 2 passaram a 3 anos. Tal modificação visa dar ao cadete a possibilidade de, no seu último ano, prestar estágios diversos que complementarão e tornarão mais prática a sua formação.

Ao servirmos na Seção Psicotécnica da AMAN sentimos ser o 2º ano o de maiores problemas no ajustamento à vida escolar, com o cadete deixando de ser um novato, porém sem estar ainda na sua arma de destino com as vantagens de "status" decorrentes.

A solução apresentada é suscetível de diferenças de opiniões e só o tempo poderá mostrar o seu sucesso na formação de futuro oficial.

O Regulamento em uso quando da elaboração deste trabalho consubstancial o seguinte no que se refere aos objetivos dos Cursos:

— Curso Básico:

— Ajustar a personalidade do cadete aos Princípios normativos que regem a vida militar.

— Assegurar-lhe uma formação básica, que o habilite ao prosseguimento de sua formação de futuro oficial, em qualquer dos Cursos das Armas ou Serviços, proporcionando-lhe em essência:

— No Ensino Fundamental, a compreensão e possível aplicação das Ciências Exatas, no desempenho do trabalho humano e das Ciências Sociais, no estudo e solução dos Problemas Brasileiros dando, assim, início à formação do Chefe Militar;

— No Ensino Profissional, a capacitação necessária para o desempenho das funções de soldado, cabo e sargento, nos serviços internos e gerais dos corpos de tropa e em combate e serviço em campanha, no âmbito do GC e da patrulha.

— Cursos das Armas e dos Serviços:

— No Ensino Fundamental, proporcionar, além da compreensão e aplicação das ciências estudadas, vivência na solução de problemas criados, envolvendo as disciplinas de uma ou mais Seções de Ensino.

— No Ensino Profissional, a capacitação ao exercício do comando das frações elementares das respectivas Armas e Serviços, em todas as situações, fornecendo-lhe os conhecimentos profissionais necessários ao desempenho das funções correspondentes aos primeiros postos, nas Armas e Serviços, iniciando o seu preparo para as funções de instrutor e comandante de subunidade.

Instrumentos para a criação e aperfeiçoamento de aptidões e interesses básicos do Oficial do Exército

Para a consecução dos Objetivos acima, todo o sistema de Ensino da Academia, envolvendo a Divisão de Ensino, no Ensino Fundamental, e o Corpo de Cadetes no que se refere ao Ensino Profissional, utiliza os métodos e processos de ensino que obedecem à doutrina preconizada pelo Estado-Maior do Exército (EME), e à metodização pedagógica recomendada pelo Departamento de Ensino e Pesquisa.

No Ensino Fundamental dá-se preferência aos processos que impliquem na participação ativa e direta do cadete.

No Ensino Profissional procura-se que este seja eminentemente prático e objetivo.

Em princípio, todo o conhecimento adquirido deve ser imediatamente aplicado na própria instrução, e, a partir daí, executado sempre com rigorosa perfeição, sob as vistas atentas e a inflexível exigência dos instrutores. Antes de ser instruído como comandante e instrutor, o cadete deve ser adestrado como perfeito executante.

Na verificação do rendimento da aprendizagem procuram incluir questões que exijam trabalho de redação e elaboração de idéias, procurando-se estabelecer íntimas ligações entre os quesitos propostos com os objetivos gerais pré-fixados, acima expostos.

O conceito do cadete, no fim do curso e elaborado ano a ano, é uma síntese da avaliação qualitativa dos atributos de sua personalidade, por métodos padronizados, consubstanciando as observações de seu comportamento na vida acadêmica, em particular sob os aspectos integrados no exercício futuro da profissão militar.

Os atributos a observar e avaliar são, em linhas gerais, os que compõem de modo marcante, a personalidade do Chefe Militar, e subdivididos na prática em:

— Valor intelectual (inclusive Facilidade de Apreensão, Flexibilidade de Raciocínio, Objetividade, Método, Espírito de Observação, Espírito de Análise, Poder de Síntese, Faculdade de Expressão, e Cultura Geral e Profissional);

— Aptidão para Chefia (incluindo Capacidade de Direção e Controle, Espírito de Decisão, Senso de Responsabilidade, Iniciativa, Auto-Confiança, Senso de Justiça, Energia, Estabilidade Emocional, e Sociabilidade);

— Aptidão para o trabalho em grupo (incluindo Senso de Organização, Habilidade de Coordenação, Espírito de Cooperação, e Disciplina Intelectual);

lificados, ou apenas semiqualificados. Em outras pessoas, o nível geral de suas aptidões é tão elevado, que podem obter êxito praticamente em todos os trabalhos ou profissões. Mas a maioria delas tem um nível médio de habilidade geral. Para elas, é importante saber que aptidões estão acima das outras, a fim de que possam tirar partido de seus pontos mais fortes.

Para tal, os psicólogos foram estimulados a criar um imenso número de testes de aptidões. Alguns deles, planejados a fim de medir uma aptidão geral, outros para levantar aptidões específicas.

Todos estes testes apresentam coeficientes muito baixos de validade, o que levou a uma reorientação na sua construção. Abandonaram-se as verificações de senso-comum das exigências para uma ocupação específica, e começou-se a usar os métodos de análise factorial, a fim de determinar quais as capacidades importantes para determinada ocupação. Em vez de organizar testes para "aptidões vocacionais" independentes, estão sendo pesquisadas aptidões mais gerais e talvez mais básicas. Isto trouxe duas consequências: o uso de "baterias" de testes para cada ocupação e a investigação de outros fatores gerais, tais como a personalidade e os interesses do indivíduo, numa tentativa de complementação para a verificação de suas aptidões vocacionais.

As melhores baterias de testes atualmente em uso são o DAT (Diferencial Aptitude Test) e o GATB (General Aptitude Test Battery), adaptado no meio militar para o BTAG. Ambos já foram traduzidos e adaptados ao nosso universo.

Interesses

Interesse, no seu sentido geral, significa atração, preferência, gosto, sentimento de satisfação por determinado tipo de atividade. Sua medida implica em descobrir o grau com que o indivíduo prefere essa atividade, ou um certo gênero de atividades em detrimento de outras, sem implicar, contudo, ação executiva na direção dos interesses existentes. Podem os interesses ser classificados, segundo SUFFE, em quatro grupos:

- interesses "expressos", resultantes de expressões verbais, simples citação de gostos ou preferências;
- interesses "manifestos", que se referem à participação na atividade ou ocupação preferida;
- interesses "medidos" por testes, isto é, julgados por instrumentos que fazem ressaltar os campos de preferência sem que o indivíduo perceba a área de suas manifestações;
- interesses "inventariados", resultantes de uma auto-avaliação pelo indivíduo, através de questionários ou de inventários.

Os interesses podem assumir várias formas. Estudos analítico-fatoriais têm demonstrado ser possível isolar alguns interesses típicos. THURSTONE, por

exemplo, em seu Inventário de Interesses, apresenta dez áreas, cada uma das quais compreendendo várias ocupações.

A idéia de interesse associa-se, freqüentemente, à de "vocação". PIERON diz ser inegável a existência de vocação, espécie de apelo irresistível. Não é menos certo, diz esse mesmo autor, serem tão raras tais vocações, que sua presença é ignorada na maioria das estatísticas. Quando as vocações surgem, desenvolve o indivíduo uma série de reações que freqüentemente o habilitam a superar as barreiras e dedicar-se ao gênero de atividades preferido. Eis porque os casos de real vocação estão quase sempre associados a condições de personalidade, inclusive aptidões, favoráveis ao alvo pretendido.

Os interesses, como também as atitudes (em muitos casos praticamente identificados como interesses), são grandemente afetados por tendências profundas e mecanismos de ajustamento, usados pelos indivíduos, o que os transforma em fontes de satisfação emocional.

Certos interesses nos trabalhos escolares, por exemplo, podem ser indicadores de preferências reais como, também, de busca de segurança, prestígio, dominância, etc... que a situação produz.

Se outra via que conduza a essa busca de segurança, prestígio ou dominância, for mais acessível, poderá o indivíduo desenvolver linha diferente de interesses. Se o objetivo de alguém for, por exemplo, segurança econômica, em lugar de prestígio social, todas as atividades que o conduzem a essa meta podem constituir áreas de interesses mais ou menos desenvolvidas, consoante o grau em que a segurança econômica atue na sua satisfação emocional. Tal afirmação é importante no caso específico de nosso trabalho, e será abordado adiante.

O fato de um jovem, ou adulto, obter alto escore em um tipo de interesse não autoriza supor, por esse único resultado, que devia encaminhar-se para as atividades incluídas na área correspondente ao escore obtido. Não autoriza supor, igualmente, que possua aptidões exigíveis para o sucesso nas atividades compreendidas na sua área de interesse. Ressaltando-se aí o que foi dito acima sobre a necessidade de interação dos fatores personalidade e interesses, no estudo e conhecimento das aptidões de um indivíduo, ou das necessárias para pertencer a um mesmo grupo.

MURSELL assinala que as relações entre interesse e aptidão aumentam à medida que os interesses se mostram mais estáveis. Tendem a estabilizar-se como consequência da idade, com a sua maioria revelados em plena maturidade, sendo praticamente os mesmos encontrados no fim da adolescência. Tendem, portanto, a estabilizar-se para a vida toda, logo após a adolescência. Isto, também, é muito importante para a abordagem dos interesses dos oficiais do Exército, afirmando-nos que aqueles revelados na fase de formação, na AMAN, são os que podemos considerar como básicos.

Finalmente, segundo STRONG, os interesses em grupos ocupacionais acham-se presentes em grande escala antes do exercício das ocupações, sendo, presumivelmente, um dos fatores na escolha profissional.

Aspectos do Ensino Militar

Ao procurarmos enquadrar uma segunda parte do texto do trabalho: "Cursos necessários para atingir o último escalão da carreira militar", baseamo-nos na Lei do Ensino Militar, sancionada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em 19 de novembro de 1975.

Finalidade do Ensino Militar:

Proporcionar a necessária habilitação para o exercício, na paz e na guerra, dos cargos e funções previstos em sua organização.

Obedece, para tal, um processo *contínuo e progressivo*, constantemente atualizado e aprimorado, de educação sistemática, que se estenderá através da sucessão de fases de estudos e práticas de exigências sempre crescentes, desde a iniciação até os padrões mais apurados de cultura profissional.

Áreas de Ensino

O Ensino Militar abrange as áreas de ensino fundamental e profissional, compreendendo os graus elementar, médio e superior. Os graus médio e superior são construídos de ciclos, abrangendo cursos de diversas modalidades.

A área de Ensino Fundamental, destina-se a assegurar a base humanística, filosófica, científica e tecnológica ao preparo militar e ao desenvolvimento da cultura geral dos quadros.

A área de Ensino Profissional, destina-se a preparar e adestrar os quadros e a tropa.

Grau Superior

O Ensino Militar de grau Superior, é o que nos interessa mais de perto, uma vez que se destina à habilitação para o exercício dos cargos e funções dos Oficiais e Oficiais-Gerais.

Compreende três ciclos:

— o primeiro inclui cursos de formação de caráter básico destinado à habilitação para o exercício dos cargos e funções privativas de oficial subalterno e capitão, previstas nos Quadros de Organização (QO);

— o segundo inclui cursos de aperfeiçoamento, na linha de ensino militar bético, constituída pelos cursos destinados à atualização e à ampliação de conhecimentos necessários ao exercício de cargos e funções próprias de Oficial Superior, consignados nos QO; e de graduação e pós-graduação, em seus vários níveis, para os oficiais no Quadro de Engenheiros Militares. Estes últimos visando à ocupação de cargos e funções referentes às atividades que visam ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa científico-tecnológica.

— o terceiro inclui, em ambas as linhas, os cursos de Altos Estudos Militares, destinados à habilitação para o exercício dos cargos e funções previstas no Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA) e no Quadro de Oficiais-Generais (inclusive Engenheiros Militares).

Tanto para o ingresso nos cursos de Aperfeiçoamento e Graduação, quanto para o de Altos Estudos Militares, existem cursos de preparação.

Limitações

Veda, a nova Lei de Ensino, ao oficial possuidor do curso de formação da Academia das Agulhas Negras (AMAN), que realizar o curso de Aperfeiçoamento da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e ao Oficial que ingressar na linha de ensino científico-tecnológico, pela conclusão do curso de graduação do Instituto Militar de Engenharia (IME), realizar curso de outra linha de ensino militar que não daquela à qual se integrou.

Conclusões

Desnecessário será frisar que o presente trabalho referir-se-á aos oficiais formados pelos cursos de grau superior. Abordaremos apenas os cursos necessários para atingir o último escalão de carreira militar, particularmente na linha de ensino militar bélico, ou seja o Curso da AMAN, da EsAO, e da Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME), com umas referências sumárias aos cursos do IME, de graduação e pós-graduação, quando formos abordar o ciclo que corresponde ao curso de aperfeiçoamento na linha do Ensino Militar Bélico.

Aptidões e Interesses Básicos dos Oficiais do Exército

Como já citamos anteriormente, não existem catalogadas quais as aptidões e interesses básicos dos oficiais do Exército. A própria gama heterogênea de atividades desenvolvidas pelos oficiais das diversas armas e serviços, intimida um trabalho de levantamento de algumas aptidões e interesses que deveriam ser inatas ao oficial do Exército de uma forma geral e que possuissem testes já validados. Ao trabalho executado por um Oficial de Infantaria, afeto às atividades de instrução individual, por exemplo, contrapõe-se as atividades de planejamento de um apoio de fogo, pelo Oficial de Artilharia, ao cálculo de uma estrutura de uma obra de arte pelo Engenheiro Militar, ou mesmo à forma de melhor executar um apoio logístico a determinada operação pelo Oficial de Intendência. Atividades militares, todas elas, porém envolvendo indivíduos que possuem diferentes aptidões e interesses, todos eles oficiais do Exército.

Dentro do projeto de seleção para a AMAN foi realizado um levantamento de quais os atributos necessários ao cadete, primeiro degrau da carreira do futuro oficial. Tal pesquisa, simples, entre os oficiais instrutores, serviu de base para uma confrontação com os resultados de testes convencionais, aplicados aos cadetes do então Curso Básico. Os resultados foram de tal forma conflitantes que obrigaram a

lificados, ou apenas semiqualificados. Em outras pessoas, o nível geral de suas aptidões é tão elevado, que podem obter êxito praticamente em todos os trabalhos ou profissões. Mas a maioria delas tem um nível médio de habilidade geral. Para elas, é importante saber que aptidões estão acima das outras, a fim de que possam tirar partido de seus pontos mais fortes.

Para tal, os psicólogos foram estimulados a criar um imenso número de testes de aptidões. Alguns deles, planejados a fim de medir uma aptidão geral, outros para levantar aptidões específicas.

Todos estes testes apresentam coeficientes muito baixos de validade, o que levou a uma reorientação na sua construção. Abandonaram-se as verificações de senso-comum das exigências para uma ocupação específica, e começou-se a usar os métodos de análise fatorial, a fim de determinar quais as capacidades importantes para determinada ocupação. Em vez de organizar testes para "aptidões vocacionais" independentes, estão sendo pesquisadas aptidões mais gerais e talvez mais básicas. Isto trouxe duas consequências: o uso de "baterias" de testes para cada ocupação e a investigação de outros fatores gerais, tais como a personalidade e os interesses do indivíduo, numa tentativa de complementação para a verificação de suas aptidões vocacionais.

As melhores baterias de testes atualmente em uso são o DAT (Diferencial Aptitude Test) e o GATB (General Aptitude Test Battery), adaptado no meio militar para o BTAG. Ambos já foram traduzidos e adaptados ao nosso universo.

Interesses

Interesse, no seu sentido geral, significa atração, preferência, gosto, sentimento de satisfação por determinado tipo de atividade. Sua medida implica em descobrir o grau com que o indivíduo prefere essa atividade, ou um certo gênero de atividades em detrimento de outras, sem implicar, contudo, ação executiva na direção dos interesses existentes. Podem os interesses ser classificados, segundo SUFE, em quatro grupos:

- interesses "expressos", resultantes de expressões verbais, simples citação de gostos ou preferências;
- interesses "manifestos", que se referem à participação na atividade ou ocupação preferida;
- interesses "medidos" por testes, isto é, julgados por instrumentos que fazem ressaltar os campos de preferência sem que o indivíduo perceba a área de suas manifestações;
- interesses "inventariados", resultantes de uma auto-avaliação pelo indivíduo, através de questionários ou de inventários.

Os interesses podem assumir várias formas. Estudos analítico-fatoriais têm demonstrado ser possível isolar alguns interesses típicos. THURSTONE, por

exemplo, em seu Inventário de Interesses, apresenta dez áreas, cada uma das quais compreendendo várias ocupações.

A idéia de interesse associa-se, freqüentemente, à de "vocação". PIERON diz ser inegável a existência de vocação, espécie de apelo irresistível. Não é menos certo, diz esse mesmo autor, serem tão raras tais vocações, que sua presença é ignorada na maioria das estatísticas. Quando as vocações surgem, desenvolve o indivíduo uma série de reações que freqüentemente o habilitam a superar as barreiras e dedicar-se ao gênero de atividades preferido. Eis porque os casos de real vocação estão quase sempre associados a condições de personalidade, inclusive aptidões, favoráveis ao alvo pretendido.

Os interesses, como também as atitudes (em muitos casos praticamente identificados como interesses), são grandemente afetados por tendências profundas e mecanismos de ajustamento, usados pelos indivíduos, o que os transforma em fontes de satisfação emocional.

Certos interesses nos trabalhos escolares, por exemplo, podem ser indicadores de preferências reais como, também, de busca de segurança, prestígio, dominância, etc... que a situação produz.

Se outra via que conduza a essa busca de segurança, prestígio ou dominância, for mais acessível, poderá o indivíduo desenvolver linha diferente de interesses. Se o objetivo de alguém for, por exemplo, segurança econômica, em lugar de prestígio social, todas as atividades que o conduzem a essa meta podem constituir áreas de interesses mais ou menos desenvolvidas, consoante o grau em que a segurança econômica atue na sua satisfação emocional. Tal afirmação é importante no caso específico de nosso trabalho, e será abordado adiante.

O fato de um jovem, ou adulto, obter alto escore em um tipo de interesse não autoriza supor, por esse único resultado, que devia encaminhar-se para as atividades incluídas na área correspondente ao escore obtido. Não autoriza supor, igualmente, que possua aptidões exigíveis para o sucesso nas atividades compreendidas na sua área de interesse. Ressaltando-se aí o que foi dito acima sobre a necessidade de interação dos fatores personalidade e interesses, no estudo e conhecimento das aptidões de um indivíduo, ou das necessárias para pertencer a um mesmo grupo.

MURSELL assinala que as relações entre interesse e aptidão aumentam à medida que os interesses se mostram mais estáveis. Tendem a estabilizar-se como consequência da idade, com a sua maioria revelados em plena maturidade, sendo praticamente os mesmos encontrados no fim da adolescência. Tendem, portanto, a estabilizar-se para a vida toda, logo após a adolescência. Isto, também, é muito importante para a abordagem dos interesses dos oficiais do Exército, afirmando-nos que aqueles revelados na fase de formação, na AMAN, são os que podemos considerar como básicos.

Finalmente, segundo STRONG, os interesses em grupos ocupacionais acham-se presentes em grande escala antes do exercício das ocupações, sendo, presumivelmente, um dos fatores na escolha profissional.

Aspectos do Ensino Militar

Ao procurarmos enquadrar uma segunda parte do texto do trabalho: "Cursos necessários para atingir o último escalão da carreira militar", baseamo-nos na Lei do Ensino Militar, sancionada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em 19 de novembro de 1975.

Finalidade do Ensino Militar:

Proporcionar a necessária habilitação para o exercício, na paz e na guerra, dos cargos e funções previstos em sua organização.

Obedece, para tal, um processo *contínuo e progressivo*, constantemente atualizado e aprimorado, de educação sistemática, que se estenderá através da sucessão de fases de estudos e práticas de exigências sempre crescentes, desde a iniciação até os padrões mais apurados de cultura profissional.

Áreas de Ensino

O Ensino Militar abrange as áreas de ensino fundamental e profissional, compreendendo os graus elementar, médio e superior. Os graus médio e superior são construídos de ciclos, abrangendo cursos de diversas modalidades.

A área de Ensino Fundamental, destina-se a assegurar a base humanística, filosófica, científica e tecnológica ao preparo militar e ao desenvolvimento da cultura geral dos quadros.

A área de Ensino Profissional, destina-se a preparar e adestrar os quadros e a tropa.

Grau Superior

O Ensino Militar de grau Superior, é o que nos interessa mais de perto, uma vez que se destina à habilitação para o exercício dos cargos e funções dos *Oficiais e Oficiais-Generais*.

Compreende três ciclos:

— o primeiro inclui cursos de formação de caráter básico destinado à habilitação para o exercício dos cargos e funções privativas de oficial subalterno e capitão, previstas nos Quadros de Organização (QO);

— o segundo inclui cursos de aperfeiçoamento, na linha de ensino militar bético, constituída pelos cursos destinados à atualização e à ampliação de conhecimentos necessários ao exercício de cargos e funções próprias de Oficial Superior, consignados nos QO; e de graduação e pós-graduação, em seus vários níveis, para os oficiais no Quadro de Engenheiros Militares. Estes últimos visando à ocupação de cargos e funções referentes às atividades que visam ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa científico-tecnológica.

— o terceiro inclui, em ambas as linhas, os cursos de Altos Estudos Militares, destinados à habilitação para o exercício dos cargos e funções previstas no Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA) e no Quadro de Oficiais-Gerais (inclusive Engenheiros Militares).

Tanto para o ingresso nos cursos de Aperfeiçoamento e Graduação, quanto para o de Altos Estudos Militares, existem cursos de preparação.

Limitações

Veda, a nova Lei de Ensino, ao oficial possuidor do curso de formação da Academia das Agulhas Negras (AMAN), que realizar o curso de Aperfeiçoamento da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e ao Oficial que ingressar na linha de ensino científico-tecnológico, pela conclusão do curso de graduação do Instituto Militar de Engenharia (IME), realizar curso de outra linha de ensino militar que não daquela à qual se integrou.

Conclusões

Desnecessário será frisar que o presente trabalho referir-se-á aos oficiais formados pelos cursos de grau superior. Abordaremos apenas os cursos necessários para atingir o último escalão de carreira militar, particularmente na linha de ensino militar bélico, ou seja o Curso da AMAN, da EsAO, e da Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME), com umas referências sumárias aos cursos do IME, de graduação e pós-graduação, quando formos abordar o ciclo que corresponde ao curso de aperfeiçoamento na linha do Ensino Militar Bélico.

Aptidões e Interesses Básicos dos Oficiais do Exército

Como já citamos anteriormente, não existem catalogadas quais as aptidões e interesses básicos dos oficiais do Exército. A própria gama heterogênea de atividades desenvolvidas pelos oficiais das diversas armas e serviços, intimida um levantamento de algumas aptidões e interesses que deveriam ser inatas ao oficial do Exército de uma forma geral e que possuissem testes já validados. Ao trabalho executado por um Oficial de Infantaria, afeto às atividades de instrução individual, por exemplo, contrapõe-se as atividades de planejamento de um apoio de fogo, pelo Oficial de Artilharia, ao cálculo de uma estrutura de uma obra de arte pelo Engenheiro Militar, ou mesmo à forma de melhor executar um apoio logístico a determinada operação pelo Oficial de Intendência. Atividades militares, todas elas, porém envolvendo indivíduos que possuem diferentes aptidões e interesses, todos eles oficiais do Exército.

Dentro do projeto de seleção para a AMAN foi realizado um levantamento de quais os atributos necessários ao cadete, primeiro degrau da carreira do futuro oficial. Tal pesquisa, simples, entre os oficiais instrutores, serviu de base para uma confrontação com os resultados de testes convencionais, aplicados aos cadetes do então Curso Básico. Os resultados foram de tal forma conflitantes que obrigaram o

executores do projeto a reavaliarem o seu trabalho, e a procurar instrumentos novos de medida, ainda não validados, e que servirão de base para a referida seleção. Citamos tal fato, a fim de demonstrar a dificuldade em levantarmos os traços básicos no campo das aptidões e interesses.

Partiremos da premissa de que aptidões e interesses básicos serão aqueles que são necessários ao bom êxito do Cadete da AMAN. As transformações que houverem, provocadas ou mesmo consequência de um amadurecimento natural, dar-se-ão ao fim dos cursos de Aperfeiçoamento e de Altos Estudos, e nesta altura as abordaremos. Neste último (Altos Estudos), somente para aqueles que se definiram como aptos a alcançar os últimos postos de carreira, no serviço de Estado-Maior, passando pelo crivo de um árduo concurso, ou pelo seu mérito no curso de Aperfeiçoamento.

O ciclo iniciado ao término do curso da Academia Militar completa-se com as transformações após o da Escola de Estado-Maior, que permite o acesso ao último posto da carreira militar, pendente ainda das transformações que dar-se-ão na aplicação dos conhecimentos adquiridos naquele curso, no trabalho de Estado-Maior. Uma vez que, pela sua obrigatoriedade, a última possibilidade de influência marcante sobre a totalidade dos oficiais, é na Escola de Aperfeiçoamento, somente os concluintes do Curso de Comando e Estado-Maior, no atual sistema, poderão ainda sofrer transformações flagrantes.

Se é válido permitir aos oficiais dos diversos Quadros permanecerem desde o posto de capitão até o fim de suas carreiras sem uma nova "chamada" aos bancos escolares onde poderão receber novas idéias, e terem atualizados seus conhecimentos, renovando-lhes o entusiasmo e limitando a sua evasão para outros interesses, é uma pergunta que não tem a pretensão de ser respondida pelo presente trabalho.

Consideraremos, fruto de nossa limitada experiência pessoal e por falta de estudos mais profundos executados por órgãos especificamente dedicados ao trabalho de Pessoal, algumas aptidões como sendo básicas, isto é, inerentes a qualquer oficial, de qualquer arma ou serviço. Tais aptidões são fruto, também, de aspectos levantados pelo Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP) para a conceituação dos alunos-cadetes e oficiais — nos cursos que abordaremos. A base da observação são cadetes da AMAN, — com as deficiências acima citadas. Ainda exemplificando tais dificuldades, podemos salientar que, apesar do esforço desenvolvido pelo pessoal da Seção Psicotécnica da AMAN e do intenso trabalho desenvolvido pelos oficiais psicotécnicos, a proposta para a escolha da Arma, ao fim do Curso Básico, é realizada empiricamente, fruto das opiniões pessoais do oficial orientador, sem limites já validados na apuração dos diversos itens dos testes de aptidão e questionários de interesse.

Enumeraremos, abaixo, as Aptidões e Interesses Básicos considerando que para todas elas, seria necessário um resultado Bom (B) ou Muito Bom (MB) nos diversos testes de aptidão e questionários de interesses aplicados:

Aptidões Básicas

- Aptidão Geral (Fator G de Inteligência)

- Aptidão Verbal
- Aptidão para Chefia
- Aptidão para o Trabalho em Grupo
- Devotamento
- Espírito Militar
- Resistência Física

Interesses Básicos:

- Áreas:
 - Persuasiva
 - Serviço Burocrático
 - Atividades ao Ar Livre
 - Política
 - Trabalho em Grupo
 - Gosto pela Atitude de Chefia
 - Vocação inata para a Carreira Militar

"O levantamento de certos aspectos gerais vistos acima, terá de ser feito por instrumentos específicos, uma vez que os testes mais comuns utilizados pelas Seções Psicotécnicas abrangem apenas alguns destes, particularmente no que diz respeito às aptidões.

A nossa afirmativa de que os interesses serão formados, ou melhor, aperfeiçoados e sedimentados, no curso de AMAN – de Formação – encontra justificativos argumentos vistos ao estudarmos o item Interesses, quando concluimos que os mesmos se estabilizam no fim da adolescência, na faixa etária normal dos cadetes.

A ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

Objetivos dos seus Ensino e Cursos

A Academia Militar das Agulhas Negras destina-se à formação básica do oficial das Armas e Serviços de Material Bélico e Intendência.

Tem por finalidade o Ensino na AMAN:

- Formar o oficial subalterno e iniciar a formação do capitão e do instrutor;
- Assegurar ao futuro oficial uma cultura Técnico-Universitária, sobre a qual possa desenvolver toda sua carreira militar;

Para tal, procura:

- criar e preservar hábitos, atitudes e idéias indispensáveis à formação do oficial do Exército;
- garantir uma base de cultura técnico-universitária imprescindível ao futuro comandante, chefe e administrador;
- garantir o vigor físico necessário ao militar, assim como o aprimoramento do espírito de cooperação e da capacidade de atuar em equipe.

O desenvolvimento do processo educativo, na AMAN, deve garantir:

- base educacional condizente com os padrões de patriotismo, dever, honra, com as tradições herdadas e consagradas e com o estilo de vida do Exército;
- base cultural geral e militar, científica e humanística, compatível com os tipos de atividade correntes e especializadas e com a necessária extensão de conhecimentos em todos os campos de aplicação da arte militar, resultantes das exigências especificadas e atuais da carreira;
- base de conhecimentos profissionais, que propiciem sólida preparação física, intelectual e moral ao comandante, chefe e administrador de frações e órgãos até o nível subunidade e o acompanhamento da evolução das ciências aplicadas ao desempenho da função militar, na paz e na guerra.

O curso da AMAN sofreu modificação que influirá sobremaneira na consecução dos objetivos acima citados. Passou o Curso Básico, anteriormente desenvolvido em 2 anos, a ter apenas 1 ano de duração; e os Cursos das Armas e Serviços, de 2 passaram a 3 anos. Tal modificação visa dar ao cadete a possibilidade de, no seu último ano, prestar estágios diversos que complementarão e tornarão mais prática a sua formação.

Ao servirmos na Seção Psicotécnica da AMAN sentimos ser o 2º ano o de maiores problemas no ajustamento à vida escolar, com o cadete deixando de ser um novato, porém sem estar ainda na sua arma de destino com as vantagens de "status" decorrentes.

A solução apresentada é suscetível de diferenças de opiniões e só o tempo poderá mostrar o seu sucesso na formação de futuro oficial.

O Regulamento em uso quando da elaboração deste trabalho consubstancial o seguinte no que se refere aos objetivos dos Cursos:

– Curso Básico:

– Ajustar a personalidade do cadete aos Princípios normativos que regem a vida militar.

– Assegurar-lhe uma formação básica, que o habilite ao prosseguimento de sua formação de futuro oficial, em qualquer dos Cursos das Armas ou Serviços, proporcionando-lhe em essência:

– No Ensino Fundamental, a compreensão e possível aplicação das Ciências Exatas, no desempenho do trabalho humano e das Ciências Sociais, no estudo e solução dos Problemas Brasileiros dando, assim, início à formação do Chefe Militar;

– No Ensino Profissional, a capacitação necessária para o desempenho das funções de soldado, cabo e sargento, nos serviços internos e gerais dos corpos de tropa e em combate e serviço em campanha, no âmbito do GC e da patrulha.

– Cursos das Armas e dos Serviços:

– No Ensino Fundamental, proporcionar, além da compreensão e aplicação das ciências estudadas, vivência na solução de problemas criados, envolvendo as disciplinas de uma ou mais Seções de Ensino.

— No Ensino Profissional, a capacitação ao exercício do comando das frações elementares das respectivas Armas e Serviços, em todas as situações, fornecendo-lhe os conhecimentos profissionais necessários ao desempenho das funções correspondentes aos primeiros postos, nas Armas e Serviços, iniciando o seu preparo para as funções de instrutor e comandante de subunidade.

Instrumentos para a criação e aperfeiçoamento de aptidões e interesses básicos do Oficial do Exército

Para a consecução dos Objetivos acima, todo o sistema de Ensino da Academia, envolvendo a Divisão de Ensino, no Ensino Fundamental, e o Corpo de Cadetes no que se refere ao Ensino Profissional, utiliza os métodos e processos de ensino que obedecem à doutrina preconizada pelo Estado-Maior do Exército (EME), e à metodização pedagógica recomendada pelo Departamento de Ensino e Pesquisa.

No Ensino Fundamental dá-se preferência aos processos que impliquem na participação ativa e direta do cadete.

No Ensino Profissional procura-se que este seja eminentemente prático e objetivo.

Em princípio, todo o conhecimento adquirido deve ser imediatamente aplicado na própria instrução, e, a partir daí, executado sempre com rigorosa perfeição, sob as vistas atentas e a inflexível exigência dos instrutores. Antes de ser instruído como comandante e instrutor, o cadete deve ser adestrado como perfeito executante.

Na verificação do rendimento da aprendizagem procuram incluir questões que exijam trabalho de redação e elaboração de idéias, procurando-se estabelecer íntimas ligações entre os quesitos propostos com os objetivos gerais pré-fixados, e acima expostos.

O conceito do cadete, no fim do curso e elaborado ano a ano, é uma síntese da avaliação qualitativa dos atributos de sua personalidade, por métodos padronizados, consubstanciando as observações de seu comportamento na vida acadêmica, em particular sob os aspectos integrados no exercício futuro da profissão militar.

Os atributos a observar e avaliar são, em linhas gerais, os que compõem de modo marcante, a personalidade do Chefe Militar, e subdivididos na prática em:

— Valor intelectual (inclusive Facilidade de Apreensão, Flexibilidade de Raciocínio, Objetividade, Método, Espírito de Observação, Espírito de Análise, Poder de Síntese, Faculdade de Expressão, e Cultura Geral e Profissional);

— Aptidão para Chefia (incluindo Capacidade de Direção e Controle, Espírito de Decisão, Senso de Responsabilidade, Iniciativa, Auto-Confiança, Senso de Justiça, Energia, Estabilidade Emocional, e Sociabilidade);

— Aptidão para o trabalho em grupo (incluindo Senso de Organização, Habilidade de Coordenação, Espírito de Cooperação, e Disciplina Intelectual);

- Devotamento (incluindo Sentimento de Dever, Caráter, Tenacidade, Capacidade de Trabalho, Assiduidade e Pontualidade);
- Espírito Militar (incluindo Entusiasmo Profissional, Lealdade, Disciplina, Apresentação e Camaradagem);
- Resistência Física (incluindo Vigor Físico, Eficiência sob Esforços Físicos Intensos e Prolongados, e Aptidão Desportiva).

Resultados Obtidos

Estendemos um pouco mais na exposição dos objetivos a alcançar na Academia e dos instrumentos de medida lá utilizados, devido à importância que damos a tais aspectos para o nosso estudo.

Já sabemos que as aptidões e interesses, que se pressupõe serem os básicos do Oficial do Exército, estão ligados com esta fase da carreira. Não só devido à sua faixa etária, onde os interesses se solidificam, como também devido à formação e (ou) aperfeiçoamento de suas aptidões.

O cadete, já tendo passado por um crivo de uma seleção psicológica que já serviu para separar os que não possuíssem os traços necessários ao curso da AMAN, terá, durante a sua formação militar, o aperfeiçoamento destes traços e a solidificação de seus interesses. No momento, a Seleção Psicológica à Academia não é eliminatória, porém, o será, após o término e a aplicação experimental, por certo bem sucedida, do Projeto de Seleção em estudo no Centro de Estudos de Pessoal (CEP).

Nos objetivos do Ensino e dos cursos, temos explícito o que se espera de um oficial ao sair da Academia Militar: — com uma formação técnico-universitária de nível Superior e com a base necessária ao desempenho de suas missões de oficial subalterno e Capitão, estas em parte.

A verificação dos atributos do Conceito, ligada às verificações dos Ensinos Fundamental e Profissional, já nos permite concluir que, alcançados os objetivos pré-fixados e passado o cadete pelo crivo do conceito, teremos um oficial com as suas aptidões básicas, consideradas por nós, e os seus interesses básicos já perfeitamente solidificados.

No afã de procurar transmitir o máximo de observações colhidas durante o tempo em que servimos na Seção Psicotécnica, poderemos citar fatos interessantes, e às vezes "sui-generis", que surgiam na resposta a pesquisas efetuadas. No antigo 2º ano do curso Básico era realizada uma pesquisa para verificar qual a preferência dos cadetes pelas Armas e Serviços. Baseada nesta pesquisa, e fruto de testes e questionários aplicados, eram realizadas entrevistas individuais, voluntárias, no qual o orientador do ano procurava esclarecer dúvidas e dirimir controvérsias existentes entre o que o cadete dizia desejar e o resultado das avaliações realizadas. No 2º semestre, nova pesquisa era realizada, e, nesta, era incluída a pergunta dos motivos que levaram a mudanças na sua ordem de escolha, se tal ocorresse. As respostas a estas perguntas eram surpreendentes, pois vimos, ao lado de afirmativas como a vocação, o melhor conhecimento das atividades das armas e serviços, o interesse pela ativida-

de ao ar livre, etc... perfeitamente válidas, surgirem respostas que inclusive devem servir de reflexão, tais como: interesse nos locais onde servir, companheiros que escolhem a mesma arma, melhores possibilidades de cursos futuros que facilitem um melhor padrão de vida, a possibilidade de ganhos extras com atividades extra-profissionais e outras. Vemos assim que, vocação e livre escolha de acordo com o que gostamos de fazer, estão ficando em nível mais baixo do que interesses materiais, que deveriam ser os menos abordados, nesta faixa etária, em que tais interesses normalmente são ofuscados pelo entusiasmo e desprendimento.

A importância dos instrutores no nível tenente e capitão é fundamental na formação e aperfeiçoamento dos interesses e aptidões básicas, no cadete. O tratamento que recebe no dia a dia é básico para a sua formação, particularmente no exemplo em que deve se espelhar e, em especial, ao chegar na AMAN, quando, vindos de meios heterogêneos, se bem que com aptidões e interesses correlatos, devem ser unificados no seu modo de agir no ambiente acadêmico. Para tal é importante tratamentos também heterogêneos e de graduação indireta em relação ao seu anterior relacionamento com a vida militar.

Enfim, acreditamos já termos idéia de como as aptidões e interesses básicos se formam, e de como deve sair da AMAN o futuro oficial. Sofrerá um processo de readaptação e de "robustecimento" de suas aptidões e interesses ao iniciar seu trabalho nos corpos de tropa. Verificará onde se sentiu bem dentro de sua arma e se adaptará às suas características particulares, favorecido pela gama de atividades diversas que o Exército proporciona. Se bem que o Ensino da AMAN procure aumentar a proporção do ensino de ciências sociais e profissionais, em detrimento do de ciências exatas, ainda é teórica a sua formação (com o 4º ano prático isto poderá ser reduzido) e o impacto que sofre ao enfrentar a vida diária das organizações militares onde servirá, fará com que procure uma adaptação natural nas suas aptidões e interesses.

Após estar ajustado e desenvolvendo um trabalho já racionalizado e rotineiro, é chamado para o segundo curso necessário à sua escalada para o topo da carreira: o de Aperfeiçoamento.

A ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

Objetivos

A EsAO tem por finalidade aperfeiçoar os oficiais oriundos das Escolas de Formação.

Habilita os oficiais das armas para exercerem em campanha as funções de comandante ou membro de Estado-Maior das Unidades de sua arma e integrarem, com elas, grupamentos táticos.

Proporciona, aos oficiais de serviço, o desempenho das funções de comandante ou membro de Estado-Maior das Unidades do respectivo serviço e de adjunto de Chefe de Serviço no escalão divisionário.

O seu Ensino tem em vista tornar o oficial melhor capacitado para participar de operações em campanha e caracteriza-se pela aplicação frequente no terreno, através de exercícios com tropa ou de quadros, dos conhecimentos que são assimilados na sala de aula.

A instrução peculiar a cada Arma ou Serviço, a cargo dos Cursos respectivos, constitui a essência e o fundamento do ensino da EsAO e deve habilitar cabalmente o oficial para servir em sua Unidade ou Chefia, em qualquer situação de combate, nas funções em que foi capacitado.

No ensino do emprego tático da Arma estuda-se até o escalão da Unidade da Arma, nas diversas situações táticas. No ensino do emprego dos Serviços estuda-se, além do emprego das Unidades do respectivo Serviço no âmbito da Divisão, a direção dos Serviços, até o escalão divisionário e a organização e funcionamento dos demais órgãos pertencentes à cadeia logística de apoio à Divisão.

Neste ponto, é interessante, num parênteses, enfocarmos os cursos de graduação e pós-graduação do IME, que proporcionam um paralelo à EsAO, para os oficiais que preferirem a linha de ensino científico-tecnológico, na nova lei de Ensino.

Pela peculiaridade de seu trabalho, eminentemente técnico, e pela própria finalidade do ensino militar científico-tecnológico, que se destina "ao preparo e adestramento do pessoal necessário à realização de pesquisa científico-tecnológica, obtenção e produção de meios materiais indispensáveis ao equipamento do Exército" — ficam aos mesmos vedado o Curso de Aperfeiçoamento e quaisquer dos cursos da linha do Ensino militar bélico.

As transformações que tais oficiais sofrerem serão mais de caráter técnico e um pouco desviadas das aptidões e interesses básicos citados em itens anteriores. Estas serão mais aperfeiçoadas e solidificadas no decorrer de suas atividades na sua vida profissional e nas atividades do Instituto Militar de Engenharia.

Resultados Obtidos

Pela própria citação dos objetivos do curso de aperfeiçoamento verificamos que transformações, inevitavelmente, dar-se-ão ao conclui-lo.

O capitão, ao ser chamado para a EsAO, encontra-se já com aproximadamente 8 anos de oficial. Neste período, e ainda fruto da diversidade de funções e atividades proporcionadas pelo nosso Exército, já firmou um conceito sobre qual o tipo de atividade que melhor se adapta ao seu próprio feitio, isto é, que vai de encontro às suas aptidões, e adaptam-se mais à consecução de seus interesses. Não aqueles básicos, já atendidos ao procurar a carreira militar e ao concluir com êxito, e voluntariamente, o curso de formação da AMAN; e sim os interesses secundários que surgem, fruto, particularmente para a maioria, da formação de uma família, e do desejo de proporcionar melhores condições de vida e conforto para ela.

Deixou de ser o oficial, nesta fase de sua vida profissional, o cadete, um tanto irresponsável no que se refere à sua vida privada, e que talvez, apesar de uma

grande aptidão geral e um fator elevado de inteligência, descurava-se das atividades intelectuais, uma vez que achava ter pouca influência a classificação na AMAN para o seu início de carreira. Podemos, inclusive, afirmar que grande número dos cadetes que escolhem, por exemplo, as armas dita básicas, Infantaria e Cavalaria, certos de que pelo número de vagas existentes nestas armas, não terão dificuldade em escolhê-las, descuram-se dos estudos e apenas no 4º ano, quando aproxima-se a hora de escolher a guarnição a servir, é que voltam a se preocupar com o grau.

Bem, passam então a influir no oficial estes fatores e encargos suplementares que pesarão no estado de espírito do mesmo ao enfrentar o curso da EsAO, incentivando-o a uma atitude de maior responsabilidade pelas atividades do curso, principalmente pelas de verificação de aprendizagem. Pela lei de ensino anterior, ainda havia o incentivo de alcançar a faixa que proporcionaria o ingresso automático à Escola de Comando e Estado-Maior, mas um fator que influia no enfoque que o oficial dava ao curso da EsAO e ao seu resultado. Pela atual Lei de Ensino, apenas os primeiros e segundos classificados, estes nos cursos de mais de 20 alunos, têm direito a este benefício, diminuindo de intensidade esta influência na maioria dos oficiais, uma vez que muitos, às vezes desconhecendo sua capacidade intelectual por nunca tê-la estimulado ao extremo, acreditam não serem capazes de atingir as primeiras colocações e abandonam tal objetivo, procurando apenas um resultado satisfatório que favoreça a sua vida profissional futura, particularmente ao fim do curso, para poder escolher o local onde irá aplicar os conhecimentos adquiridos e consolidar a experiência adquirida.

A Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais exerce um papel importante na carreira profissional dos oficiais do Exército. A par de reunir novamente num mesmo convívio de camaradagem antigos companheiros de bancos escolares da Escola Preparatória, Colégios Militares e da AMAN, serve para injetar nos oficiais, num posto importante da carreira, uma dose de entusiasmo profissional, unificar e padronizar conhecimentos, e principalmente fazer com que haja uma retomada no caminho da carreira.

Enfatizamos aqui, novamente, a influência dispersiva da variedade de funções e atividades dos oficiais, particularmente nos postos subalternos e intermediário. A multiplicidade de funções e cursos que se oferecem aos oficiais, faz com que, ao se reunirem novamente na EsAO, tenhamos uma verdadeira quantidade de interesses e aptidões secundárias diversificantes e contraditórias reunidas para um mesmo fim. Instrutores, alunos, oriundos de corpos de tropas, ajudantes-de-ordens, paraquedistas, professores, etc., reunem-se na EsAO após uma experiência de 10 anos em atividades, na maioria, não correlatas. Muitos, inclusive, com interesses voltados para fora da carreira. A realidade é esta, embora não seja agradável a aceitarmos. A facilidade apresentada pelos cursos universitários civis, particularmente pelo sistema de crédito de matérias; os hábitos de estudo já adquiridos; o desejo de realizar um curso universitário civil; a permanência, considerada por alguns excessiva, em alguns postos da carreira levando a muitos a idéia de falta de perspectivas futuras; os "apelos" que uma sociedade de consumo apresenta com o desejo de dar uma certa estabilidade material para o apoio à família — tudo isto leva a que muitos ofi-

ciais atinjam o estágio do curso de aperfeiçoamento com interesses maiores fora da carreira militar. Não é que tenham "vendido" seus ideais, nem que hajam deixado de lado suas aptidões e interesses básicos que o conduziram a esta carreira; e sim procurando atender anseios materiais que a formação de uma família muitas vezes impõe, numa sociedade em que a procura de indivíduos capacitados, e com as virtudes que a formação militar incutiu no jovem cadete, é muito grande. É necessário que tais aspectos sejam ressaltados e levados em conta na condução do curso de aperfeiçoamento.

Bem, após estas considerações que achamos indispensáveis, vejamos as transformações que ocorrem no oficial concludente da EsAO.

Aptidões Básicas

— Aptidão Geral ou fator G de Inteligência, como dissemos anteriormente, designa a capacidade de resolver problemas, de encontrar soluções para situações novas, de qualquer espécie. Opõe-se às capacidades intuitivas ou aprendidas, mais ou menos automatizadas. Essa capacidade, de natureza complexa, dependeria, segundo os estudiosos do assunto, de uma aptidão hereditária.

Diríamos, procurando tornar mais simples esta definição, que temos uma "faixa" de inteligência ao nascermos, com os seus limites bem definidos. O ponto em que nos encontramos nesta faixa, é função das aprendizagens e das influências do meio e dos conhecimentos que adquirimos.

É óbvio que, após o curso de aperfeiçoamento, novos fatores até então desconhecidos influirão para que melhoremos a colocação da nossa "faixa" de inteligência, por assim dizer.

Com novos conhecimentos, temos melhor capacidade de resolver problemas até então difíceis. Não sofremos uma transformação, porém tornamos mais "eficiente" a nossa capacidade.

— Aptidão verbal — Durante o curso o aluno é instado a apresentar soluções e decisões verbais e escritas. Há, pois, uma evolução neste aspecto.

A necessidade de defender o seu ponto de vista e argumentar, procurando convencer os demais do acerto de sua decisão, exerce a aptidão verbal e desinibe o oficial, fazendo com que aumente a sua capacidade neste aspecto. Tal ponto é importante uma vez que a partir deste curso deverá estar apto a assessorar os comandantes de Unidades, nas funções de Estado-Maior.

— Aptidão para Chefia — A simples mudança do escalão com que passará a trabalhar, faz com que a sua aptidão para chefia transforme-se. As variáveis que entram em jogo são bem diferentes e em maior número do que no escalão pelotão e subunidade. Os problemas de apoio, especialmente o administrativo, passarão a influir, e as suas decisões, ou propostas, passarão a não ser entendidas de pronto pelos subordinados que não tiverem acesso a certos dados. Necessitará, então, exercer em sua plenitude tal traço de aptidão. Passarão a depender de si um maior número de subordinados e uma maior faixa do terreno deverá ser de sua responsabilidade numa manobra. Na paz, passará a exercer influência marcante sobre a instrução e os pro-

blemas administrativos dos corpos de tropa, nos papéis de S3 e S4. Necessitará pôr em jogo todas as suas reservas e qualidades até então adormecidas terão de ser ativadas.

Mutações dar-se-ão na maneira de enfocar os problemas e na forma de conduzir os seus homens.

Passará a depender de um intermediário para suas ordens chegarem aos executantes e terá de saber conduzi-los, sem desautorizá-los, porém na maioria das vezes fazendo valer a sua decisão, quando esta for consciente e bem alicerçada.

— Aptidão para o trabalho em grupo — Passará, após o curso de aperfeiçoamento, o oficial a fazer parte de trabalhos em grupo com maior freqüência. Não só como membro de Estado-Maior, em que os problemas serão tratados em conjunto, porém em grupos de trabalho formados para assessorar o chefe em determinados assuntos. Atualmente a tônica é este tipo de atividade, pois podemos lealmente trocar idéias, e mais cabeças pensando e discutindo, mais acertadas serão as decisões.

Há necessidade de se conscientizar do seu papel num trabalho em equipe, mantendo sempre o espírito aberto e ter a disciplina intelectual necessária, quando a sua opinião não for aceita pelos demais.

Necessitará também, muitas vezes, coordenar trabalhos em equipe, e, para tal, precisa estar preparado para conduzir discussões e debates.

Transformações dar-se-ão neste aspecto, pois obrigará o oficial a se dedicar com mais freqüência ao trabalho com outros companheiros e subordinados.

— Devotamento e Espírito Militar — Englobaremos aqui estes dois aspectos, pois, nesta fase, estão intimamente ligados.

Como já comentamos anteriormente, não haverá transformações, porém, reativações e solidificações nestes fatores. É uma fase de retomada com os bancos escolares, em que o entusiasmo pela carreira deve sofrer uma retemperação e incentivo. É uma "injeção" de devotamento e espírito militar que o oficial recebe, e a consequência disto está nos comentários freqüentes de que as Unidades, além do trabalho da equipe que lá se encontra, são reflexos dos Aspirantes e Oficiais concluintes da EsAO que recebem.

— Resistência física — É um erro partir da premissa de que após uma certa fase da carreira, poderá o oficial descuidar-se do aspecto físico. Os defensores desta idéia partem do pressuposto de que as funções que exercerão, a partir de um certo posto, serão mais administrativas e prescindem do físico. O comandante de Subunidade e o membro de Estado-Maior de um corpo de tropa, o instrutor das escolas de formação, aperfeiçoamento e especializações, só para citar algumas delas, necessitam de possuir uma excelente resistência física para poderem comandar pelo exemplo. O aspecto do chefe, suas atitudes e o seu engajamento em todas as atividades que lhe são afetas, inclusive as desportivas, farão com que os seus subordinados o sigam sem pestanejar. Sem falar na necessidade de estar pronto para ser mobilizado a qualquer momento.

É preciso que tal aspecto seja sempre lembrado e, se transformações não se operem, pelo menos sejam ativados antigos hábitos e que o oficial, nesta fase da carreira, entenda a necessidade dos exercícios físicos como uma forma, pelo menos, de manutenção da saúde.

Interesses Básicos

Vamos abordar este aspecto de uma forma global, pois achamos que existe uma correlação acentuada entre as áreas de interesse e as aptidões que acima abordamos, se não, pelo menos, para justificar as suas transformações.

Como já vimos, os interesses se estabilizam na fase da adolescência; muitos deles poderão ser deixados de lado, porém sempre existirão e cabe, nesta fase, uma retomada daqueles que consideramos básicos, pois serão fundamentais para o êxito do chefe, à medida que for subindo de escalão.

Nas áreas Persuasiva e Social, necessitará convencer os seus homens para conduzi-los com mais confiança, e tornar-se-á indispensável saber conviver com eles num ambiente de amizade, lealdade e camaradagem, sem ferir o respeito sempre presente entre superior e subordinado.

Os serviços burocráticos serão em maior número e o seu interesse por esta atividade deverá reacender, nem que seja com um pouco de esforço inicialmente. A inevitabilidade de tal situação deve ser entendida e ser aceito o fato de que, a partir do curso de aperfeiçoamento, a lida com os papéis será uma constante.

Não deverá, porém, ser abandonado o gosto pelas atividades ao ar livre, próprias da nossa profissão. As oportunidades existirão e elas devem ser encaradas com alegria, pois tenderão, cada vez mais, a escassear.

O trato dos assuntos políticos passará a ter influência maior na sua participação como assessor. Não deve o oficial do Exército, fruto de sua neutralidade proveniente do papel constitucional das Forças Armadas, isolar-se e abster-se do acompanhamento das atividades políticas. O próprio desenvolvimento da ação subversiva do Movimento Comunista Internacional (MCI) e o nosso engajamento em defesa do regime democrático impõem que estejamos sempre atualizados no acompanhamento das atividades políticas.

Não importa tal fato em tomadas de atitudes coletivas ou individuais e intrusão nos problemas das comunidades em que nos encontramos e, sim, na observação serena dos problemas desta área, a fim de permitir um eficiente assessoramento aos chefes e o acompanhamento consciente das atitudes de nossos superiores, quando tal se fizer necessário.

O gosto pela atitude de chefia e pelo trabalho em grupo é cada vez mais despertado, pelo aumento das atividades e do escalão em que somos empregados.

A nossa vocação inata para a carreira militar não se transforma, deve, sim, permanecer a mesma, com o arrojo e a impetuosidade que fizeram com que, na adolescência, a escolhessemos.

A ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Objetivos

O Curso de Altos Estudos Militares da ECEME, tem por objetivos formar oficiais das Armas para as funções de estado-maior de Grandes Unidades e Grandes Comandos das Forças Terrestres e de outros órgãos de nível equivalente, além de habilitá-los com os conhecimentos teóricos essenciais para o exercício das funções de comandantes de grandes unidades e grandes comandos das Forças Terrestres e outras funções privativas de oficial-general combatente.

O Curso de Chefia e Estado-Maior de Serviços objetiva formar oficiais dos Serviços para as funções de estado-maior peculiares aos respectivos Serviços, das grandes unidades e de grandes comandos das Forças Terrestres e de outros órgãos de nível equivalente; habilitando-os com os conhecimentos teóricos essenciais para o exercício das funções de chefia privativas de oficial-general dos respectivos serviços.

Visa o ensino da ECEME desenvolver no oficial o método de raciocínio e a flexibilidade mental de modo a capacitá-lo a solucionar problemas complexos, ainda que novos e originais; consolidar e aprimorar no oficial a sua consciência democrática; cultivar elevados padrões morais e espírito militar; além de desenvolver as qualidades de chefia e liderança e a capacidade de trabalho em equipe.

O aluno da ECEME é fator decisivo em toda a situação escolar da Escola. Sua aprendizagem é o objetivo do ensino. A bagagem intelectual e cultural do aluno é considerada enriquecida por sua maturidade, vivência, cursos de aperfeiçoamento, responsabilidades e seleção. Os conhecimentos novos a adquirir não serão muitos, havendo, na maioria das vezes, reativação e desenvolvimento dos seus conhecimentos, ou melhor, o aperfeiçoamento de sua bagagem cultural, por força de sua bagagem intelectual. Devido a tal premissa, o aluno é estimulado e aproveitado ao máximo em todas as atividades escolares, objetivando seu auto-apreensão.

Utilizado ao máximo, o processo de "Estudo a Domicílio", procura iniciar o aluno no conhecimento dos assuntos previstos no currículo escolar. Se as fontes de consulta para tal forem insuficientes ou dispersas, os conhecimentos iniciais são complementados mediante uma "Palestra". Após tal fase, o aluno é submetido a processo de aplicação, de caráter individual e coletivo, através do qual os objetivos acima serão alcançados.

No Ensino da Tática, os exercícios são montados visando enfatizar a doutrina em curso no Exército, com ênfase para o método de estudo.

O aluno freqüentemente é chamado a apresentar sua conclusão individual e decisão, visando à capacitação e enfrentar problemas táticos diversificados e sempre com cunho de originalidade.

São enfatizadas situações de combate em que se incluem fatores que caracterizam a incerteza da guerra, tais como falhas de liderança, imprecisão nas informações e na avaliação do inimigo, interrupção nas comunicações, ambiente tático adverso caracterizado pela superioridade do inimigo em poder de combate, etc.

Procura-se criar no futuro Comandante e Oficial de Estado-Maior o hábito de "manter-se informado", criando reflexos correlacionados com as Informações de Combate. Utilizam-se as novas organizações do Exército Brasileiro, com seus meios previstos nos Quadros de Organização, fazendo com que o ensino tenha um caráter de pesquisa, fornecendo subsídios ao escalão superior.

Não são descuradas as matérias ligadas à cultura geral do futuro oficial de Estado-Maior e chefe militar, sendo ministradas palestras e conferências versando sobre Geografia, História, Direito, Economia, Psicologia Informativa e problemas da Conjuntura Sócio-Econômica Nacional.

A realização de conferências de Ministros de Estados ou de membros do alto escalão do Poder Executivo ou órgãos da administração pública, direta ou indireta, traz ao aluno o conhecimento dos problemas nacionais, no enfoque governamental, elevando o nível dos debates e proporcionando o conhecimento das razões de muitas decisões que influem na vida nacional.

Os processos de verificação, indispensáveis à boa condução do processo de aprendizagem, visam, entre outros objetivos, apreciar o progresso do aluno quanto a conhecimentos, habilidades, técnicas e capacidade de julgamento; além de colher dados para a avaliação do desempenho intelectual do aluno.

São realizadas verificações com e sem aviso prévio, para a avaliação do rendimento da aprendizagem e do desempenho intelectual do aluno, porém, é parte importante do quadro avaliativo, a apreciação do Oficial-Aluno, ao longo do Curso.

O campo da medida de desempenho é definido pelas normas em vigor, independente de outro sistema de avaliação de oficiais em uso no Exército. A avaliação qualitativa do desempenho do oficial-aluno é feita basicamente pelo corpo docente, durante as atividades escolares.

Os aspectos observados têm íntima ligação com as aptidões e interesses básicos levantados anteriormente neste trabalho.

São eles:

- Valor Intelectual
- Aptidão para a Chefia
- Aptidão para o Trabalho em Grupo
- Devotamento
- Espírito Militar
- Resistência Física

Os atributos que são levados em consideração, em conjunto com os aspectos acima, são: análise, apresentação, assiduidade, autoconfiança, compreensão e expressão verbal, coordenação, cumprimento da tarefa, decisão, direção e controle, disciplina intelectual, equilíbrio emocional, espírito de cooperação, expressão escrita, facilidade de apreensão, flexibilidade, imaginação (criação), liderança, objetividade, persistência, pontualidade, síntese, tato e vigor físico.

O passar pelos crivos das verificações e da medida de seu desempenho já pressupõe a conquista dos objetivos pré-fixados e conduzidos como acima nos refe-

rimos sumariamente, traduzindo, sem dúvida, uma sistematização de trabalho dos futuros assessores dos comandantes, e uma transformação ou pelo menos solidificação e enriquecimento, dos interesses e aptidões básicos do oficial do Exército, no seu caminho em busca do último degrau da carreira.

Resultados Obtidos

Convém, antes de analisarmos essencialmente as características básicas que ornam o oficial do Exército e as suas modificações, procurarmos enfocar o estágio do Oficial-Aluno ao atingir a época de cursar a Escola de Comando e Estado-Maior e em torno do qual baseamos o presente trabalho.

Unificado em seus conceitos profissionais, com o seu entusiasmo já revigorado pela retomada com os assuntos eminentemente da carreira, e já com uma maneira diferente de enfocar os problemas após o término do curso de aperfeiçoamento, como vimos anteriormente, encontra-se o oficial frente a somente uma opção para alcançar o mais alto escalão de sua carreira: o curso da ECÉME.

Teve oportunidade de por em aplicação os conhecimentos que adquiriu no curso de aperfeiçoamento e de enfrentar com uma visão mais madura a problemática de nossos corpos de tropa. O agigantamento do processo administrativo nas nossas organizações militares muitas vezes fazem com que o oficial, após o curso da EsAO, atualize-se mais com esta parte, deixando a instrução, base do curso da EsAO, para um plano secundário, ainda que sem diminuir a sua importância.

Prepara-se, então, para enfrentar a seleção para o curso de Altos Estudos, sofrendo variáveis influências que poderão facilitar ou dificultar o seu objetivo. O local onde serve, a função que exerce, o apoio superior que recebe, o nível de atualização profissional que possui, os hábitos de estudo ainda arraizados, os problemas de família, a própria satisfação pela atividade que exerce, são fatores que podem servir de estímulo, ou não, para o oficial prestar o exame para o curso de Comando e Estado-Maior; além de não podermos isolar os fatores materiais que já citamos anteriormente ao abordarmos o oficial que chega à EsAO e que, normalmente, persistem. Porém, neste ponto, há um aspecto preponderante na sua decisão: a voluntariedade. O concurso para a ECÉME sendo voluntário, proporciona ao oficial, já maduro, com interesses solidificados e objetivos já perfeitamente definidos, a oportunidade de só o fazê-lo, se estiver bem certo do que quer. Não significa tal, que, aqueles que não se propõem ao curso de EM, possuem menos aptidões e interesses para com a carreira das armas. Poderão, inclusive, de melhor maneira, prestar o seu concurso ao engrandecimento de nosso Exército e ao seu constante e necessário aperfeiçoamento, sem o curso de Comando e Estado-Maior. Todavia, terão suas possibilidades de acesso limitadas ao posto de coronel e, na maioria das vezes, até o momento de atingir o limite mínimo de idade que lhe proporcione a transferência para a Reserva. Muitos brilhantes oficiais, e que, por certo nos testes iniciais que prestaram no início de suas carreiras, apresentavam alto grau nas aptidões e interesses necessários a um excelente profissional, passam, pois, a não concorrer ao acesso ao cume da carreira.

Portanto, entram na ECEME, anualmente, da ordem de uma centena de oficiais que passaram por crivos diversos e voluntariamente apresentam-se para um curso que lhes abre perspectivas para alcançar as funções de maior prestígio na estrutura do Exército. Voluntários, com maturidade já em alto grau, estão realizando um curso de 2 anos, porque estão convictos do que desejam e certos da exatidão de seus interesses. As pressões de família, conforto, satisfações pessoais e outras mais, fizeram-se sentir, e a resultante foi a sua decisão de realizar o curso de Comando e Estado-Maior.

Acima, estendemo-nos um pouco mais nos processos que se utilizam na ECEME para alcançar os objetivos do curso. Tal foi feito deliberadamente para sentirmos quais as influências que sofre um oficial-aluno no curso de Comando e Estado-Maior.

Abrangendo um estudo dos escalões Brigada, Divisão e Exército, na parte tática, e estudando matérias e assuntos de alto nível necessários para a formação do futuro assessor e chefe militar — e sendo observado em todos os aspectos que enumeramos acima, é natural que sofra uma transformação radical nos seus conceitos básicos, e gradativamente vá sentindo que outras variáveis surgem, antes não identificadas, ao abordar determinado problema ou desafio.

A extrema atenção dada ao estudo do método, e a sua, às vezes cansativa, aplicação, servem para torná-lo objetivo, detalhista, metódico e conseguindo, inconscientemente, realizar uma simbiose, que lhe parecia anteriormente impossível, entre a análise e a síntese. Torna-se generalista, sem abandonar a profundidade do assunto que deseja particularizar, e passa a se considerar um convededor de tudo um pouco. É um perigo que o indivíduo deve procurar isolar, utilizando as armas de sua natural humildade e o desejo de ser sempre benquisto pela sua comunidade, sem necessitar, para tal, abandonar a firmeza de seus princípios e opiniões.

É levado a entender que, ao levar um ponto de vista sobre determinado assunto ao seu chefe, deve defendê-lo com a totalidade dos argumentos que o alicerçam. Porém, caso a decisão por quem de direito for contrária à sua opinião, deve acompanhar o chefe e fazer com que tal decisão passe a ser a sua. Isto exige muito do oficial e a compreensão do seu papel de assessor é muito importante. O limite entre a lealdade e a subserviência é muito tênue, e, por isso, exige-se que o oficial de EM tenha, além de todas as virtudes citadas acima, quando abordamos a apreciação do seu desempenho, uma disciplina intelectual plenamente desenvolvida.

Vejamos agora as aptidões e interesses básicos e as suas mutações após o curso de EM.

Aptidões Básicas

— Aptidão Geral (ou Fator G de Inteligência) — conforme já definida ao analisarmos os resultados obtidos na EsAO, acreditamos que nesta fase da carreira, o limite superior da nossa "faixa" de inteligência esteja alcançado. Amadurecido, objetivos plenamente definidos, o oficial recebe uma gama de conhecimentos e é le-

vado a resolver problemas originais e instado a revelar todos os pontos que observamos acima na apreciação de seu desempenho. Receberá novas informações ao sair da Escola, porém servirão mais para enfatizar e tornar práticos os ensinamentos colhidos no curso e solidificar os anteriormente adquiridos.

— Aptidão Verbal — Com mais freqüência que durante o curso da EsAO se rã exercitado este traço, o qual, por isso, sofrerá uma transformação positiva. A necessidade de trabalhos monográficos, as justificativas freqüentes de decisões, as provas em que é levado a se expressar livremente e com desenvoltura, são meios para alcançar um dos objetivos maiores do curso: forçar o oficial a ter o hábito de expor com clareza e metodicamente seus pontos de vistas, tanto verbalmente como por escrito. O uso intensivo do método fará com que se torne automática uma esquematização antes de apresentar a solução de um problema, conseguindo, desta forma, exponer o que pensa em ordem e sem deixar nenhum ponto importante sem ser abordado.

— Aptidão para chefia — O objetivo da Escola é formar o assessor, o oficial de Estado-Maior e o chefe militar. Reunindo oficiais de vários postos e antiguidades, temos lado a lado o Ten Cel e o Capitão. O primeiro, já com qualidades de chefia desenvolvidas e outro ainda com algo a aprender, apesar de já estar com mais de 12 anos de oficial, no mínimo. O oficial mais antigo irá exercer dentro de pouco tempo as funções de Comandante de Corpo de Tropa, onde terá que usar este fator de aptidão em sua plenitude. O oficial mais moderno somente mais tarde assumirá comando, porém nas funções de EM terá de usar vários dos traços inerentes ao chefe.

Não poderá jamais, e este é o erro em que muitos incorrem, afastar-se de seus companheiros sem o curso de EM, considerando-se de um "status" superior, pois isto servirá para abrir um abismo entre si e seus companheiros, e ele não poderá exercer as suas funções de assessor em sua plenitude, pois desconhecerá os anseios da maioria dos demais oficiais.

— Aptidão para o trabalho em grupo — Utilizado por demais no curso de Estado-Maior e especialmente após o seu término, nas funções que exercerá, é necessário que o oficial aperfeiçoe de forma total este traço. O coordenar trabalhos e o fazer parte de grupos destinados a estudar problemas, serão uma constante do oficial de EM, e a Escola dedica muitas de suas horas para este tipo de atividade, visando tornar um hábito o trocar idéias coletivamente antes de apresentar soluções. Transformações dar-se-ão, fazendo com que o indivíduo não se sinta tolhido e aceite este tipo de exercício como inevitável e, como tal, aperfeiçoar-se para bem executá-lo.

— Devotamento e espírito militar: — Novamente os reunimos, pois vemos neles traços afins e que nesta fase estão tão solidificados que poucas mutações sofrão. O oficial antes do Curso da ECEME já os possui em nível elevado e continuará a possuir-los em tal nível.

Deve tomar consciência da importância que terá o transmitir tais aspectos aos demais companheiros e subordinados. O papel do oficial de EM, pela contingência de ser o único que atualmente possibilita um futuro mais auspicioso na vida pro-

fissional, faz com que seja olhado de forma especial pelos demais oficiais e praças. Não pode deixar de exteriorizar, em todas as oportunidades, que tem fé na profissão que escolheu e o seu espírito militar deve emanar de forma a transmitir entusiasmo e confiança em tudo aquilo que faz.

— Resistência física — Ainda presente, apesar da faixa etária do oficial. Tudo que poderíamos falar sobre a sua importância já o fizemos. Os métodos modernos de conservação do preparo físico e da saúde são do conhecimento de todos e as próprias campanhas publicitárias abordam a necessidade do exercício. Há uma consciência disto, porém os hábitos já arraigados nesta fase são obstáculos que devem ser transpostos. Poucas transformações dar-se-ão neste traço.

Interesses Básicos

Novamente os estudaremos englobando-os sob o mesmo argumento usado anteriormente. —

Na área persuasiva as transformações dar-se-ão em maior número, uma vez que o objetivo do curso é, de início principalmente, a formação do oficial de EM num escalão em que terá de exercer de forma total o seu gosto pela persuasão, a fim de que suas opiniões sejam aceitas por chefe e subordinados. Na maioria das vezes, gostamos de convencer os demais do acerto de nossas idéias, porém muitos não têm o hábito de fazê-lo, uma vez que os nossos próprios princípios hierárquicos e a disciplina, que é um dos apanágios de nossa carreira, facilitam o cumprimento indiscutível de ordens. Todavia, a partir deste curso, a necessidade de argumentar será uma constante.

Nas áreas sociais, no trabalho em grupo e nas atividades ao ar livre nada temos a acrescentar aos argumentos que usamos no estudo das aptidões que lhes são correlatas.

O gosto pelo serviço burocrático terá alcançado o índice máximo após o curso de EM. Esta realidade deve ser conscientizada e racionalizada, para que não haja dificuldades a partir de então. As atividades ao ar livre serão em bem menor número e caberá ao oficial a sua procura.

O gosto pela atitude de chefia atinge o seu ponto mais alto, uma vez que se lhes abre a possibilidade de exercê-la em sua plenitude, não só nos corpos de tropa, como também mais tarde no Quadro de Oficiais-Gerais, para alguns.

A vocação inata para a carreira militar não se transforma, apenas finalmente se realiza, pois foi alcançado e transposto o último obstáculo que lhe é exigido para poder alcançar o ápice na profissão que escolheu. O que dependia de si foi feito. Agora irá aplicar os seus conhecimentos lealmente, com eficiência, sem necessidade de "dobrar a espinha". Irá apenas confirmar o conceito que já deve desfrutar no seio de seus camaradas.

Finalmente, deixamos para abordar o interesse pela área política. O chefe militar não pode deixar de interessar-se por esta arte, tão controvérsia. O papel

que as Forças Armadas exercem no contexto da nação é de tal forma importante, que o chefe e seus assessores não podem, por mais que queiram e achem ser correta tal atitude, alheiar-se dos problemas com que se defronta o país. A própria Escola aborda-os e leva o aluno à procura de soluções. É claro que tal acompanhamento e interesse não deve extravasar para atitudes que não são inerentes à nossa profissão nem nos são afetas. Apenas não pode o oficial, nesta altura da carreira, desconhecer o que se passa no mundo que nos rodeia. Sofremos influências dos órgãos de comunicação social, e cabe justamente ao chefe, bem assessorado por seus oficiais de Estado-Maior, trazer a sua versão e transmitir o seu enfoque pessoal e o dos seus superiores, a fim de tranquilizar a todos, para que possam se dedicar, com afinco às suas atividades profissionais. Esta é a realidade que faz com que o interesse nesta área acentue-se após o curso de Altos Estudos Militares.

CONCLUSÃO

Após o estudo das diversas fases de nossa vida profissional, na caminhada do oficial em direção ao último escalão da carreira militar — o generalato — cabe uma conclusão sintética, uma vez que após cada etapa apresentamos resultados parciais.

As aptidões do indivíduo ao entrar na Escola de Formação já existem em embrião. São exercitadas e firmadas durante o curso de formação. São desenvolvidos os seus traços de aptidão para chefia, para o trabalho em grupo, devotamento, espírito militar e resistência física. São aperfeiçoadas as suas aptidões geral e verbal. É ali moldado o futuro oficial, dentro dos objetivos que o Exército propôs à AMAN.

Após um período de adaptação, de conhecimentos práticos de suas atividades funcionais, já mais amadurecido e com experiências colhidas em setores diversos e muitas vezes estanques e contraditórios, realiza o curso de aperfeiçoamento.

Na EsAO há uma retomada do oficial com a lida dos problemas táticos e puramente profissionais. Aperfeiçoam-se todos os traços de aptidões e é renovado que retorna aos corpos de tropa. Finalmente, para alguns, após o crivo de um concurso em que lhe são cobradas as experiências já adquiridas de forma geral na sua vida profissional, surge o curso de Comando e Estado-Maior. Curso de alto nível, proporciona ao Oficial acesso a conhecimentos novos e num escalão mais alto, modificando-o e fazendo com que os problemas sejam enfocados de forma cada vez mais global. Sofre a influência do estudo do método e aprende a assessorar sem desejar influir e ser a peça mais importante do tabuleiro, aperfeiçoando sua disciplina intelectual. Toma ciência de problemas os mais diversos e os assuntos de cultura geral ladeiam-se com os de combate militar, proporcionando-lhe um conjunto de conhecimentos que lhe pareciam antes impossíveis de serem acarregados por apenas um homem.

Os seus interesses, quase estabilizados após o curso de formação, devido à faixa etária em que se encontra, são apenas complementados e solidificados no decorrer dos cursos de Aperfeiçoamento e Altos Estudos. As áreas Persuasiva, Social,

Serviço Burocrático, Política, e o gosto pela atitude de chefia e pelo trabalho em grupo são apurados e exigidos cada vez mais. Ao alcançar e ultrapassar a última barreira, vê, finalmente realizada a sua vocação inata para a carreira militar.

Mesmo com as limitações pessoais, aliadas à falta de um estudo fundamentado sobre as aptidões e interesses inerentes ao oficial do Exército, procuramos dar uma idéia daquelas que acreditamos serem básicas, e as transformações que sofrem. Sabemos que muitas observações e idéias levantadas levam o cunho pessoal. A nossa limitação é grande, por estarmos ainda numa fase de afirmação de conceitos, faltando tempo de serviço e experiência para tal. O nosso objetivo é comum e um só: a modernização e o engrandecimento do nosso Exército — e isto só se concretizará se for dada ênfase não só para os problemas materiais, porém, também, para o constante aperfeiçoamento de seu pessoal. O nível intelectual e cultural do oficial é, na sua maioria, excepcional e deve ser aproveitado em sua plenitude, a fim de que tenhamos cada vez mais chefes verdadeiros líderes. Não nos resta dúvida que o sistema de Ensino do Exército, do modo como está equacionado, gradual e progressivamente, irá atingir este objetivo.

Muitas indagações permanecem e acreditamos que suas respostas devem ser dadas de molde a aperfeiçoar o nosso sistema de ensino e conseguir a maximização do nosso potencial em pessoal. A esquematização de um plano de carreiras, tão de cantado porém sem ser posto em execução nem que seja experimentalmente, poderia diminuir a ampla faixa de atividades heterogêneas na fase inicial da nossa carreira até o curso de Estado-Maior. Uma melhor recompensa financeira que premie aqueles que dedicam todo o seu tempo ao Exército e tão somente ao Exército, limitaria a evasão, pelo menos de pensamentos e idéias, que se nota na faixa de oficial intermediário e superior. Um acesso à Escola de Comando e Estado-Maior, levando em conta o passado do oficial, seu valor profissional, suas aptidões e interesses básicos, sua vida particular, seus títulos, inclusive na área universitária civil, enfim através de um acompanhamento científico e não passional — possível no atual estágio da Informática — poderia conduzir para o Curso de Altos Estudos oficiais aptos a galgar os mais altos postos.

Não seria abandonado o sistema de exame, porém não existiriam companheiros brilhantes sendo penalizados por apenas umas horas de provas sob pressões e condições de preparação as mais diversas.

A permanência no posto de capitão por mais de 8 anos tira muito do entusiasmo de muitos companheiros, pois faz com que alguns atinjam a situação de oficial superior na faixa etária dos 40 anos, faixa esta em que, no mundo civil, o profissional já está quase que realizado profissionalmente. A diversificação de critérios para promoção e tempo de permanência nos postos, entre as Forças Armadas irmãs, é outro motivo de frustração a ser ultrapassado.

Estamos certos que tais problemas existem, e que são do conhecimento de nossos chefes, que já estudam tais pontos e as soluções cedo virão, amadurecidas e bem alicerçadas.

Para tal, o maior passo já está sendo dado, com a análise fria dos problemas, o seu reconhecimento e a vontade daqueles que, formados pelo sistema, cada vez mais procuram seu aperfeiçoamento, para podermos ter uma instituição sólida, através dos indivíduos que a integram.

BIBLIOGRAFIA

- Testes para Selección de Personal — Robert M. Guion.
- Dicionário de Psicologia — Henri Pierón.
- Psicología Aplicada à Orientação Profissional — Oswaldo de Barros Santos.
- Elementos de Psicología — David Krech/Richard S Crutchfield (2 vol.).
- Lei do Ensino Militar (NP 6.265/19 Nov 75).
- Regulamento da Academia Militar das Agulhas Negras (R-70).
- Normas para Elaboração do Conceito da AMAN (1975).
- Plano Geral de Ensino da AMAN (1975).
- Regulamento da EsAO (R-75).
- Normas para Conceituação dos Oficiais Alunos da EsAO (1974).
- Plano Geral de Ensino da AMAN (1975).
- Regulamento da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (R-181).
- ME 21-251 — Normas Escolares da ECEME.
- Normas para Apreciação de Alunos da ECEME.



O Major Inf QEMA Marco Antonio Savio Costa, natural de Ponta Grossa, Paraná, oriundo da Turma da AMAN de 1962, é, atualmente, Instrutor da ECEME. Possui, além dos cursos necessários ao Oficial de Estado-Maior, o curso de Psicotécnica Militar, concluído em 1970, tendo servido nas Seções Psicotécnicas do Colégio Militar de Curitiba e da Academia Militar das Agulhas Negras.



ECENE - CONCURSO DE ADMISSÃO DE 1980 QUESTÕES

Este concurso visa selecionar os candidatos que desejam ingressar no quadro de servidores da ECENE. A ECENE é uma entidade criada com o objetivo de elaborar e promover pesquisas e estudos sobre a integração social entre o Brasil e o Paraguai. A ECENE é composta por um conselho consultivo, um conselho executivo e uma diretoria. A ECENE é uma entidade sem fins lucrativos, com sede em São Paulo, e é financiada por recursos provenientes de contribuições voluntárias de empresas privadas e governamentais, bem como de fundações e organizações internacionais.

GEOGRAFIA

1ª QUESTÃO

Focalizar os objetivos e rumos contidos na "Política Governamental em Curso para o Setor Educação e Cultura". Concluir sobre as possíveis contribuições dessa política para a consolidação da Integração Social Brasileira.

PARA A SOLUÇÃO DA QUESTÃO PROPOSTA, SÃO FORNECIDOS OS SEGUINTESSUBSÍDIOS:

Anexo I – Política Governamental em Curso para o Setor Educação e Cultura (Extratos do III PND – Projeto).

Anexo II – Integração Social – Conceituação (Extratos do Manual de Doutrina Básica – ESG-1979).

2ª QUESTÃO

Apreciar as atuais relações econômicas entre o BRASIL e o PARAGUAI e concluir citando as consequências deste intercâmbio.

3ª QUESTÃO

Assinalar o significado atual do Mar Mediterrâneo como via de transporte intercontinental.

ANEXO I

**POLÍTICA GOVERNAMENTAL EM CURSO PARA O SETOR EDUCAÇÃO E CULTURA
(Extratos do III PND — Projeto)**

As linhas de atuação governamental para o período 1980/85, consideram que o planejamento do desenvolvimento é um processo dinâmico, condicionado pela própria evolução da sociedade e da economia do País.

A prioridade para o desenvolvimento dos setores sociais é decorrência da realidade social existente e do *objetivo-síntese* de DESENVOLVER E DEMOCRATIZAR A SOCIEDADE BRASILEIRA. As ações que beneficiam diretamente a expansão e a melhoria da educação e cultura, saúde e saneamento, previdência social, habitação popular e desenvolvimento comunitário se conjugam com o *objetivo básico* de PROGRESSIVA REDEFINIÇÃO DO PERFIL DA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA EM BENEFÍCIO DA POPULAÇÃO MAIS POBRE.

Em termos amplos, a política para o setor Educação e Cultura está assim esquematizada (rumos):

- será vista e administrada como atividade comprometida com a cultura brasileira, instrumento de democratização de oportunidades e de melhoria da distribuição da renda, com sua ênfase voltada para os objetivos de universalização do ensino básico e qualificação de recursos humanos para o desenvolvimento nos diversos níveis e áreas;
- a programação das atividades e projetos e o uso dos recursos disponíveis estarão orientados para a articulação dos diversos graus de ensino, com destaque para o ensino de 1º grau, o profissionalizante, a alfabetização e o ajustamento e dimensionamento das universidades ao mercado de trabalho e sua evolução, sem perda de suas demais responsabilidades na formação humanística e política da juventude brasileira; e
- o apoio às atividades e projetos culturais e artísticos — inclusive artes nais — deverá ser intensificado, particularmente no que se refere ao teatro, cinema, literatura, música nacional e artes plásticas.

ANEXO II

**INTEGRAÇÃO SOCIAL — Conceituação
(Extratos do Manual de Doutrina Básica — ESG — 1979)**

A Integração Social nasce do ajustamento das pessoas e dos grupos entre si de modo a formarem uma sociedade organizada.

Obtém-se, em geral, a Integração Social pela polarização de todos os elementos de uma sociedade na participação dos ideais do Bem Comum.

Em escala nacional, a Integração Social consiste nas ações que visam a atrair para o circuito social as populações marginalizadas.

Nos países em desenvolvimento, ela tem significado a criação de mecanismos e processos que permitam a todos tornarem-se agentes conscientes e responsáveis do Desenvolvimento e beneficiarem-se devidamente de suas conquistas e vantagens.

HISTÓRIA

1ª QUESTÃO

Examinar as causas da implantação do "Estado Novo" e apontar, no quadro de sua vigência, as condicionantes de uma tendência liberal materializada na Constituição de 1946.

2ª QUESTÃO

Da análise do processo emancipacionista das Colônias Espanholas Sul-americanas:

- assinalar a participação de SAN MARTIN e de BOLIVAR a partir de 1816;
- destacar a situação político-militar de cada um dos citados próceres ao se iniciarem as conversações de GUAIAQUIL e apresentar as consequências desta entrevista.

3ª QUESTÃO

Analisado o processo histórico denominado "Guerra do Paraguai", apresentar os benefícios e os ônus advindos aos países signatários do Tratado da Tríplice Aliança.

INGLÊS

1ª QUESTÃO – TRADUÇÃO

ENEMY TACTICS

In the offense, following closely the concepts of mass, momentum, and continuous operations, enemy tactics focus clearly on concentration of numerically superior forces and firepower for a combination of frontal attacks, enveloping maneuvers, holding attacks, and deep thrusts into the enemy rear by armor-heavy combined arms forces. Enemy commanders believe they must build up an offensive momentum which will allow their forces to advance 30 to 50 kilometers a day during non-nuclear operations, and 60 to 100 kilometers a day during nuclear operations. Momentum of the attack is sustained by echelonment of forces in depth so

that succeeding echelons can pass through or around the first echelon, join the fight with fresh forces, and press on to achieve and maintain continuous operations.

The defense is seen as a temporary condition. Enemy forces defend while seeking an opportunity to attack, or as an economy of force measure to support an attack elsewhere.

Combined arms operations and units are important considerations in enemy tactics. Motorized rifle troops and tanks consistently operate together; ground operations are always supported by extensively planned artillery fires. Units are organized so as to adapt easily to changing combat requirements by attachment of large numbers of supporting units.

Echelonnement of forces is an important enemy concept during both offensive and defensive operations. Commanders are permitted to retain reserves. The reserve is the commander's contingency force. He uses it to replace destroyed units, repel counter-attacks, provide local security against airborne/heliborne and partisan operations, and it acts as an exploitation force to influence the outcome of the operation.

2ª QUESTÃO – COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

LEIA, NÃO TRADUZA

DEEP PATROLLING

The plain itself was bare, but there was a little scrub in the "Wadi" Scemmer bed camp, enough to hide the cars when camouflage nets were well used.

This was the drill. Before dawn two men started off from camp towards the road. Within four or five hundred yards of it they stopped, found what cover they could — a fold in the ground or a low bush — and there settled down for the day. Once down, they had to stay there till nightfall; unless the traffic was very light they could not stand up or move about. With them they had high-power field-glasses, notebooks and up-to-date photographs of enemy motor transport and armoured fighting vehicles. Taking it by turns, one wrote to the other's dictation, noting tanks, guns, lorries, oil tankers, armoured cars, tractors, stores, troops and sometimes sadder sights, as the record for June, 10th, 1942, shows:

'Westbound. Estimated 500 prisoners of war, Free French and Royal Tank Regiment' and the same number for some days afterwards, for these were the fruits of the fighting on the Gazala-Bir Hakim line... There was never much traffic at night but at dusk the two men would move down closer to the road, to within fifty yards or less, and try to judge by sound and outline the types of vehicles which passed... And so it went on, day after day, for the normal spell of ten days, or may be more if the relieving patrol was late... Before dawn next day the relieving pair of watchers would set out from the camp...

Consider what this meant to our Intelligence. There is only one road from Tripoli to Cyrenaica and everything that went along it we saw.

ANSWER, IN PORTUGUESE, THE FOLLOWING QUESTIONS, CONCERNING TO THE FORMER TEXT.

1. Where had the prisoners of war been taken?
2. Where did the patrol make their camp?
3. How did they evaluate the vehicles at night?
4. How could they manage to conceal the vehicles?
5. What was the normal spell of duty for the patrol as a whole?
6. From what distance did the two men observe the road during the day and at night?
7. What did the men need besides field-glasses and notebooks?
8. Where did they have to stay till nightfall?
9. When did the watchers move down close to the road?
10. Did the watchers see the prisoners of war only on June 10th, 1942?
11. At what part of the day or night did the relief watchers set out from the camp?
12. What kind of cover could they find near the road?
13. How long did each pair of watchers spend on duty?
14. What did the men consider "sadder sights"?
15. What was the significance of this particular road that was kept under observation?

MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS

1^a QUESTÃO

Citar, apreciando, as influências da Revolução Cubana nos Movimentos Revolucionários em andamento na ÁFRICA e na AMÉRICA.

2^a QUESTÃO

Partindo dos objetivos e métodos de atuação do MOVIMENTO COMUNISTA INTERNACIONAL (MCI), concluir, justificando, se a recente invasão do AFGANISTÃO por tropas soviéticas indica estar ocorrendo uma reorientação na doutrina de expansão do MCI.



A INSTRUÇÃO DE SARGENTOS

Antonio Carlos Mesquita do Amaral

2º Sargento, servindo na 23ª Brigada de Infantaria de Selva, Marabá, PA.

AMILITARY REVIEW, Edição Brasileira dos meses de maio/junho de 1978, publicou um artigo de autoria do Gen DONN A. STARRY, Exército dos EUA, no qual aquela autoridade discorre sobre a capacidade dos sargentos americanos, na formação do soldado, comparando os atuais com os das décadas de 40 e 50.

Por observações próprias feitas anteriormente, quando ingressei no círculo de meus pares, e ao analisar referido assunto, veio-me a idéia de tentar comparar o sargento brasileiro com o seu congênero americano.

Iniciando este estudo, deparei com a diferença cultural do povo e Exército Americano e do povo e Exército Brasileiro, o que me impossibilitou chegar a um paralelo no campo militar. Por mais fraca formação que tenha o sargento americano, ela, sobrepuja a do brasileiro pela gama de atributos que aquele possui, no tocante a ações operacionais.

Mesmo o Sgt brasileiro possuindo grandes qualidades de improvisação, — característica do nosso povo — está aquém para o desempenho de ações operacionais na conjuntura do Exército Brasileiro. Senão vejamos:

Foi a EsSA criada em 1947, substituindo a ESI (Escola de Sargentos de Infantaria), cuja finalidade exclusiva é a formação de Sgt, com o intuito de completar os quadros do Exército, acrescidos pelo aumento de efetivo em período após guerra. Assim mesmo, em muitas OM, até o ano de 1957, continuaram funcionando, como até então vinha sendo feito, cursos de formação. A promoção dos aprovados era solicitada ao escalão superior pelo próprio Cmt, nos claros existentes no QO da OM.

Em 1958 ainda funcionaram nas OM o CFG, porém a promoção era no âmbito dos Exércitos, com autorização do DGP, após a formatura da EsSA, nas vagas não aproveitadas por aquela escola.

Apesar do mesmo currículo, regulado por legislação da época, muitas vezes a OM não dispunha de meios suficientes aos fornecidos à Escola, ocasionando assim, uma possível desuniformidade na formação militar do futuro sargento.

No ano seguinte (1959), com nova regulamentação, este curso passou a denominar-se CFS. Seu funcionamento inicialmente, era em âmbito regional, previsto para 1960, último ano em que a EsSA formou Sgt com aperfeiçoamento.

O candidato à matrícula devia possuir o CFC e submeter-se a exame de seleção, exigência óbvia, a fim de melhorar o padrão intelectual dos futuros novos Sgt, equiparando-os aos oriundos da escola.

Nos anos de 1960, 61, 62 e principalmente 63, uma grande parcela de 1º Sgt e Súbtens, incorporados no decorrer da última guerra, ao completarem seus tempos de serviço e ainda, beneficiados pela "Lei da Praia", pela qual lhes cabia promoção até o posto de 1º Ten, transferiram-se para a reserva remunerada. Assim os de menores graduações que permaneceram na ativa, beneficiaram-se com promoções sucessivas a curto prazo, ocasionando por conseguinte, grande número de claros na graduação de 3º Sgt.

Novamente com este fluxo de promoções, viu-se o EME na necessidade de ampliar o funcionamento dos CFS, na maioria das OM, centralizando porém, em cada uma delas, determinada QM.

É notório, que após o término daqueles cursos, todos os aprovados, juntamente com os remanescentes do antigo CFG, eram promovidos na primeira data prevista para aquele evento.

Continuou assim, até os anos de 1967/69, diminuindo gradativamente, a medida da auto-suficiência dos quadros.

A partir de 1964, o Governo Revolucionário por intermédio de seus altos órgãos, traçou metas prioritárias e baixou medidas reformistas. Dentre estas, a administrativa, e, como não poderia deixar de ser, o Exército não se absteve deste processo.

Em 15 Dez 69, entrou em vigor a Port 116-EME que não só modificava, como regulava o funcionamento de cursos destinados a formação, especialização e aperfeiçoamento dos Sargentos.

A nova legislação, previa também a extinção da QM burocrata, tolhia o acesso dos 3º Sgt sem CAS, intensificava este curso e transferia para a EsSA a atribuição do aperfeiçoamento nas QM operacionais. Esta formação então passou a ser encargo e responsabilidade dos Exércitos, em OM de suas jurisdições, a partir de 1970 e extinguia o antigo CFS descentralizado.

Os CFS funcionaram nos moldes daquela escola e continuaram assim, até o ano de 1976. Os alunos, tão logo aprovados, eram promovidos pelo Cmt da OM, a quem foi delegada esta competência.

Quanto às QM técnicas, CFG até 1958 e CFS a partir de 1960, funcionaram também na tropa.

Esta atribuição em 1970, passou exclusivamente para a responsabilidade da EsIE, EsMB e EsCom, paralelamente com a incumbência de aperfeiçoarem.

Em 1977, novamente foi atribuído a EsSa o curso de formação nas QM operacionais, passando o aperfeiçoamento a cargo dos Exércitos.

Havia necessidade de um ensino mais adequado e condizente para a época, principalmente pela nova estruturação, aliada à modernização das forças terrestres. Novos conhecimentos técnicos, científicos, táticos e estratégicos, adquiridos pelos responsáveis de conduzir este mesmo Exército a toda sua plenitude.

Toda esta reforma de legislação e mudanças de atribuições para os CFS e CAS, não veio atender em parte aquelas exigências, com a requalificação dos burocratas.

Uma grande maioria destes Sgt, oriundos de Qm operacionais, revertem a origem, porém, os essencialmente burocratas, optaram pelas diversas qualificações, tanto operacionais como técnicas.

Nem todos os estágios ou cursos de requalificação tiveram longa duração.

Muitos destes graduados foram requalificados em suas próprias OM e os demais, ao regressarem às suas unidades, igualmente como os primeiros, voltaram as antigas funções, sem ao menos aplicarem os conhecimentos adquiridos e atualmente, decorridos mais de 8 anos, os mesmos continuam burocratizados, não correspondendo, portanto, as exigências peculiares para o desempenho como Sgt de QM operacionais. Naquela fase de transição, o Noticiário do Exército, periodicamente publicava notas abordando o assunto e esclarecia da necessidade premente do Exército de dispor de sargentos mais líderes que diplomatas.

Enquanto os pertencentes às QM técnicas, possuem pequenas noções no campo operacional, os que optaram pela permanência no QA Adm, nada sabem para desempenharem funções que requeiram um conhecimento capaz de habilitá-los eventualmente no Cmdo e emprego de pequenas frações.

Se os atuais Sgt Monitores de Corpo de Tropa forem designados para funções burocráticas, mesmo que a título precário, em curto prazo terão adquirido aquela prática. Em contra partida, os Sgt de QM operacionais, burocratizados, os do QA Adm e os Técnicos, quando escalados eventualmente como Monitores, pouco recordam do que aprenderam em CFS e CAS, nada sabendo sobre operacionalidade.

Pelo raciocínio acima desenvolvido, conclui-se da necessidade em inserir na instrução dos quadros, exercícios intensivos em campanha, intercalados com aulas práticas e teóricas para estes Sgt, que desempenhariam em rodízio, todas as funções dentro da composição de um GC ou mesmo do Pelotão. Tal instrução deveria ser acrescida ainda dos seguintes assuntos: PRIMEIROS SOCORROS, ARMA-MENTO, TIRO, PATRULHA e COMUNICAÇÕES.

Concluindo, podemos dizer que dessa maneira, alcançaríamos condições razoáveis no preparo de todos os sargentos nesta atual situação, que não desempenham ou estejam afastados por força de formação, de funções operacionais, para que possam cumprir satisfatoriamente aquelas funções, quer sejam como Monitores ou eventuais Cmt de Pelotão em Operações.

O comando deve ter sempre a certeza de que o sargento que é designado para exercer funções operacionais é um homem que tem a capacidade de desempenhar tarefas de comando e operações de combate.

O comandante deve ter sempre a certeza de que o sargento que é designado para exercer funções operacionais é um homem que tem a capacidade de desempenhar tarefas de comando e operações de combate.

O comandante deve ter sempre a certeza de que o sargento que é designado para exercer funções operacionais é um homem que tem a capacidade de desempenhar tarefas de comando e operações de combate.

O comandante deve ter sempre a certeza de que o sargento que é designado para exercer funções operacionais é um homem que tem a capacidade de desempenhar tarefas de comando e operações de combate.

O comandante deve ter sempre a certeza de que o sargento que é designado para exercer funções operacionais é um homem que tem a capacidade de desempenhar tarefas de comando e operações de combate.

O comandante deve ter sempre a certeza de que o sargento que é designado para exercer funções operacionais é um homem que tem a capacidade de desempenhar tarefas de comando e operações de combate.

O comandante deve ter sempre a certeza de que o sargento que é designado para exercer funções operacionais é um homem que tem a capacidade de desempenhar tarefas de comando e operações de combate.

O comandante deve ter sempre a certeza de que o sargento que é designado para exercer funções operacionais é um homem que tem a capacidade de desempenhar tarefas de comando e operações de combate.

O comandante deve ter sempre a certeza de que o sargento que é designado para exercer funções operacionais é um homem que tem a capacidade de desempenhar tarefas de comando e operações de combate.

O comandante deve ter sempre a certeza de que o sargento que é designado para exercer funções operacionais é um homem que tem a capacidade de desempenhar tarefas de comando e operações de combate.



APROVEITAMENTO DA ENERGIA SOLAR NO BRASIL

Tamoyo P. das Neves

Tenente-Coronel de Infantaria OEMA, atual Comandante do Batalhão de Polícia do Exército, Brasília, DF.

ECONOMIA DE GUERRA

A energia é o principal tema em debate na vida brasileira pela pressão que exerce sobre nossa economia e, por extensão, sobre o desenvolvimento e a segurança nacionais.

A expressão "Economia de Guerra", usada pelo Presidente Figueiredo, caracteriza a gravidade da atual crise energética que tem como causa nossa dependência do petróleo estrangeiro, cujos preços estão se tornando insuportáveis.

Entre as alternativas selecionadas para resolver o problema está o desenvolvimento de novas fontes próprias de energia que possam substituir o petróleo.

É aí que surge, entre outras soluções, a energia solar. Mas, que papel poderá ela representar para o Brasil?

CARACTERÍSTICAS DA ENERGIA SOLAR

Para responder à indagação é preciso, antes de mais nada, analisar suas características a fim de identificar vantagens e desvantagens.

O primeiro aspecto que chama nossa atenção é a sua universalidade. Ela está presente em toda parte, o que não acontece com as fontes convencionais que, em geral, são abundantes em alguns países e escassas ou mesmo inexistentes em outros.

Mas, embora universal, não se distribui igualmente por toda a superfície terrestre, apresentando-se de forma mais intensa nas zonas equatorial e tropical, favorecendo, portanto, aos países subdesenvolvidos. Isso poderá representar uma compensação para nós no futuro quando a energia solar vier a ser usada em larga escala.

Outro aspecto característico é sua intermitência. O Sol não pode ser usado durante a noite e, em outras ocasiões, fica restringido por certas condições como nuvens, neve e chuva.

Esta é uma séria limitação. E, a menos que se resolva o problema da armazenagem de grandes quantidades de energia para os períodos em que a fonte não está disponível, a energia solar só poderá ser usada quando a demanda não for contínua.

Igualmente negativa é a sua baixa densidade energética. Como sabemos, nem toda a energia do sol pode ser captada: cerca de 30% são refletidos de volta ao espaço; 47% são absorvidos pela atmosfera, pela superfície terrestre e pelos oceanos, convertidos em calor; 23%, envolvidos no ciclo hidrológico: evaporação, convecção, precipitação e escoamento de superfície.

Com essa distribuição múltipla, a energia recebida em cada unidade superficial é diminuta — um KW por metro quadrado. E, se considerarmos sua inconstância, seriam necessários cinco metros quadrados para a captação de um KW. Imagine-se, em consequência, o tamanho e o custo dos equipamentos destinados a coletar grandes potências.

Além desses, há outros pontos dignos de nota. É uma energia gratuita, limpa, abundante, praticamente inegociável e que não exige mineração, transporte e outros gastos comuns às fontes tradicionais.

Dessa forma, por se tratar de uma fonte com tantos predicados positivos, ela poderia ser a energia ideal. Contudo, sua utilização em larga escala ainda depende de uma revolução tecnológica que solucione seus dois graves inconvenientes: a baixa densidade e a intermitência.

Não obstante, mesmo com essas deficiências, poderíamos usar o Sol de forma vantajosa?

COMO USAR O SOL

O aproveitamento do sol pode se processar de três maneiras: conversão direta em eletricidade, conversão em energia mecânica por meio da concentração dos raios solares e conversão em energia mecânica sem concentração dos raios solares.

A conversão direta da luz do sol em eletricidade é feita por células solares que utilizam o efeito fotovoltaico provocado pelas radiações em certos semi-condutores.

A energia solar assim coletada seria enviada à Terra através de uma irradiação de micro-ondas e aqui recebida por uma antena receptora de dez quilômetros de diâmetro e, então, convertida em eletricidade para alimentar diretamente a rede elétrica.

Acreditam os cientistas que, no ano dois mil, a USES poderia entrar em funcionamento fornecendo cinco mil megawatts de energia elétrica a nove cruzeiros o KW (no Brasil o preço atual é de quinze cruzeiros). (14:75).

O SOL BRASILEIRO

Com seus oito e meio milhões de quilômetros quadrados, dos quais cerca de 95% na zona tropical, o Brasil aparentemente oferece condições bastante favoráveis para o aproveitamento da energia solar.

A confirmação dessa previsão em bases científicas depende de um levantamento solarimétrico, ainda não realizado, que nos forneça dados sobre o tempo de insolação e a intensidade da radiação solar em todo o território nacional.

As primeiras informações, obtidas por intermédio do Laboratório de Energia Solar da Universidade da Paraíba, indicam que várias áreas do Nordeste dispõem de mais de três mil horas de sol direto durante o ano, o que é considerado um índice muito bom para a captação da energia solar (para uma utilização satisfatória são necessárias pelo menos 2.500 horas/ano). (4:44)

O APOIO OFICIAL À ENERGIA SOLAR

A necessidade de urgência na solução da crise de combustíveis fez com que o Governo considerasse prioritárias as medidas que podem surtir efeito a curto prazo, como o programa do álcool.

As novas tecnologias, como a da energia solar, que dificilmente produzirão resultados importantes em pouco tempo, foram colocadas em segundo plano. Entretanto, como se tratam de fontes promissoras, o Governo decidiu estimular as pesquisas.

Essa determinação governamental está expressa no II Plano Nacional de Desenvolvimento, meta V da Política de Energia: "Desenvolvimento de programas de pesquisa sobre fontes não-convenionais de energia, com financiamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, voltado principalmente para a tecnologia do hidrogênio e a energia solar".

Para alcançar esse objetivo, o Ministério de Minas e Energia tem atualmente em execução, sob a coordenação de sua Secretaria de Tecnologia, o Projeto Ipiranga. Dos Cr\$ 438 milhões destinados ao projeto no triénio 1977/79, Cr\$ 104 milhões (24%) estão empregados na energia solar. (5:86).

Os recursos são ainda bastante reduzidos, particularmente se comparados com aqueles gastos pelos Estados Unidos (1.5 milhões de dólares em 1979) ou pela

Alemanha (368 milhões de marcos). E, embora as últimas declarações do Ministro de Minas e Energia pareçam indicar a intensificação das pesquisas no próximo triênio, não se deve esperar substancial aumento de recursos em face de nossa atual situação econômico-financeira.

PESQUISAS EM DESENVOLVIMENTO

Os programas de pesquisas atualmente em desenvolvimento no Brasil estão entregues principalmente às Universidades e concentrados nas seguintes áreas: levantamento solarimétrico, arquitetura solar, secagem de alimentos, máquinas térmicas, coletores, refrigeração e aquecimento, destiladores e eletricidade.

No momento nossa rede solarimétrica está restrita ao Estado da Paraíba e o objetivo imediato do programa é ampliá-la com a inclusão e o objetivo imediato do programa é ampliá-la com a inclusão de Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas. Além disso estamos criando um Centro Nacional de Radiação para processar e divulgar dados solarimétricos e promovendo a fabricação no país de instrumentos de medição da intensidade da radiação solar.

O projeto de arquitetura solar está entregue à Universidade de Campinas (Unicamp) e tem por fim determinar as características a que devem satisfazer as construções para que se possa tirar o máximo proveito da energia solar.

A secagem de alimentos para seu armazenamento e preservação, a cargo da Unicamp e do Laboratório de Energia Solar (LES) da Paraíba, está em condições de ser usado em forma prática, já tendo sido projetados os sistemas de porte industrial (60 toneladas) e testados para a soja.

As máquinas térmicas estão sendo desenvolvidas em vários centros, destacando-se os trabalhos da Universidade da Paraíba que, a partir do modelo francês, trata de obter a primeira bomba solar brasileira. Esse tipo de máquina térmica poderá ser de grande utilidade no Nordeste para bombeiar água destinada ao abastecimento de pequenas comunidades e para irrigação agrícola.

Os coletores estão sendo desenvolvidos em, praticamente, todos os centros de estudos. Os de baixa concentração de calor já não apresentam segredos para os cientistas e têm sido usados comercialmente no aquecimento de água. Mas, coletores de alta concentração de calor, destinados a processos industriais que exigem temperaturas elevadas, ainda estão desafiando os conhecimentos dos técnicos. Uma aplicação para esses coletores seria o forno solar para tratamento de minerais que está sendo pesquisado pelos LES da Paraíba.

Os destiladores que poderão ter larga aplicação no Nordeste para aproveitamento dos lençóis de água salobra, abundantes na zona-semi-árida, estão sendo desenvolvidos no LES da Paraíba e no Instituto de Pesquisas da Marinha. Espera-se poder construir, a médio prazo, um destilador piloto para abastecimento de pequenas comunidades.

Os projetos de refrigeração e aquecimento se desenvolvem em várias universidades, particularmente na Unicamp e no LES, já existindo protótipos em fase de levantamento de desempenho.

As pesquisas sobre produção de eletricidade estão encarando a possibilidade de usar sistemas mistos interligados: eólico-solares. Os estudos, ainda em fase inicial, estão sendo conduzidos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul com base em experiências realizadas no exterior. Ainda nesse campo e mais especificamente na área de armazenamento térmico, as pesquisas estão sob a responsabilidade da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Destacam-se a instalação no Brasil do primeiro centro internacional de energia solar e a existência de dois projetos de cooperação, um com a Alemanha e outro com a França.

O primeiro centro internacional de energia solar, que se chamará Centro Internacional de Treinamento de Tecnologia Solar para Aplicação na Agricultura, será criado no começo do próximo ano na Faculdade de Engenharia de Alimentos da Unicamp. Será financiado pela Universidade das Nações Unidas e seu principal objetivo é levar assistência técnica às comunidades rurais carentes, para preservação das safras agrícolas, aproveitando as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas na Unicamp sobre a aplicação da energia solar na agricultura.

O projeto com a Alemanha, que já coopera conosco há três anos, na área de coletores agrícolas, visa à construção de uma vila solar em área das menos desenvolvidas do país onde seja demonstrada a possibilidade do uso da energia solar para fins agrícolas. A futura vila solar será construída pelo Ministério de Pesquisa e Tecnologia da Alemanha em cooperação com o Conselho Nacional de Pesquisas, com financiamento do Governo Alemão. A infraestrutura e a manutenção ficarão a cargo do Brasil.

Com a França mantemos, desde 1976, um acordo de cooperação tecnológica para o aproveitamento da energia solar. Dentro desse acordo foi concluído recentemente o estudo de viabilidade para instalação de unidades solares em núcleos de colonização no Mato Grosso e no Nordeste. Essas unidades solares destinam-se ao bombeamento de água para abastecimento de pequenas comunidades e para irrigação de lavouras. O projeto será desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia do Ministério de Minas e Energia e pelo Comissariado de Energia Atômica da França, órgão que cuida das pesquisas sobre aproveitamento de energia solar naquele país.

ENERGIA SOLAR EM USO

Também no Brasil a energia solar começou a deixar os laboratórios para ser usada comercialmente. Atualmente, 600 casas em São Paulo estão usando com êxito aquecedores solares para água e já existe uma Associação Brasileira de Fabrican-

tes de Coletores Solares reunindo cerca de dez firmas que produzem em série os aparelhos.

Um aquecedor solar para uma casa de seis pessoas custa cerca de trinta mil cruzeiros e, segundo os fabricantes, proporciona uma economia de energia elétrica de 75% a 80% na área da Grande São Paulo, podendo chegar a 85%, ou mesmo 90%, em regiões livres e ensolaradas. Isso significa que o investimento inicial estaria pago em dois ou três anos. (17:58)

O processo de aquecimento solar vem sendo introduzido, também, em hotéis e hospitais. O Hitter Hotel de Porto Alegre, por exemplo, está aquecendo água para seus 110 apartamentos por meio de 36 aquecedores solares. O equipamento custou Cr\$ 300 mil e, segundo estimativas de sua gerência, estará pago em dois anos.

E não para aí a bem sucedida experiência: foi concebida a primeira cidade brasileira cujas casas serão construídas dentro de uma concepção arquitetônica que possibilite o máximo aproveitamento da luz solar. Será em Trombetas, no Pará, e todas as suas casas utilizarão exclusivamente a energia solar para aquecimento de água.

Essa é, porém, a única aplicação comercial da energia solar entre nós. Na verdade parece existir um círculo vicioso: as indústrias não investem no setor por falta de demanda; mas, parece que não há demanda porque não há produtos à venda.

PERSPECTIVAS

Com base no atual estágio de desenvolvimento das pesquisas, poderíamos, assim, distribuir ao longo do tempo as perspectivas para o aproveitamento da energia solar no Brasil.

A curto prazo teríamos: — a disseminação do uso de coletores solares para aquecimento de água em casas, edifícios, hotéis e hospitais; — a introdução dos equipamentos para secagem dos alimentos; — o aparecimento dos primeiros modelos comerciais para aquecimento residencial e refrigeração.

A médio prazo será possível: — a utilização de bombas solares para abastecimento de água a pequenas comunidades e para irrigação de lavouras; — o emprego dos destiladores de pequeno e médio porte.

E, só a longo prazo conseguiremos: — o emprego de fornos solares para fins metalúrgicos; e — a geração de energia elétrica. (4:48)

CONCLUSÕES

Embora a energia solar possa ser considerada a solução ideal para os problemas de energia da humanidade e já estejam em uso algumas de suas aplicações, a verdade é que seu aproveitamento em larga escala ainda depende de uma verda-

deira revolução tecnológica que necessitará grandes investimentos e considerável dose de tempo.

A essa revolução caberá resolver os dois problemas que estão na base de todos os seus programas de desenvolvimento: A intermitência da luz solar e sua baixa densidade.

Assim, ainda por muitos anos a energia solar deve ser encarada como mera fonte complementar, incapaz de substituir as fontes tradicionais, a menos que se produzam significativas mudanças na situação mundial, capazes de influir nesse quadro, acelerando seu processo de utilização.

No Brasil, por mais forte razão, não se deve esperar nada de sensacional. Entretanto, toda pesquisa e aplicação da energia solar que se faça é importante pelo que pode significar de progresso tecnológico para dominar uma fonte de largas perspectivas.

Finalmente, todo o esforço deve ser feito para criar uma tecnologia própria e evitar que no futuro venhamos a sofrer, por omissão, os mesmos problemas com que nos debatemos na atualidade.

BIBLIOGRAFIA

1. ABRIL Cultural. As Máquinas Solares. In: *Ciência Ilustrada*. Rio de Janeiro, 1969.
2. BATALHA, Marcio Brando. Energia Solar em Navios. In: *Portos e Navios*. Rio de Janeiro, 238, jun 1979.
3. BRASIL. Ministério do Interior. O Sol para seu Fogão ou para Viagens a Marte. In: *Interior*. Brasília 15(1):28-36, jan/fev 1977.
4. ———. Ministério de Minas e Energia. Aproveitamento da Energia Solar no Nordeste Brasileiro. In: *Revista Brasileira de Energia Elétrica*. Rio de Janeiro, 33(1): 44-8, jan/mar 1976.
5. ———. Ministério de Minas e Energia. Energia Solar: Alternativa para o Brasil. In: *Atualidades do Conselho Nacional do Petróleo*. Brasília, 64(1):86, jan/fev 1979.
6. ———. Ministério de Minas e Energia. Energia Solar para Agricultura. In: *Atualidades do Conselho Nacional do Petróleo*. Brasília, 66(1):14, mai/jun 1979.
7. ———. Petrobrás. Energia Solar. In: *Petrobrás*. Rio de Janeiro, 283(1), jan/fev 1978.
8. ———. Presidência da República. *II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico*. Brasília, 1975.
9. ———. Presidência da República. *II Plano Nacional de Desenvolvimento*. Brasília, 1974.
10. BREVE: em cada casa um forno de energia solar. *O Globo*. Rio de Janeiro, 27 mai 1979. p. 8.
11. COUTO, José Alberto Cunha. Fontes Substitutas de Energia. In: *Revista do Clube Naval*. Rio de Janeiro, 257(1):10-3, mar/abr 1979.
12. ELETROBRÁS pede pesquisas de fontes alternativas. *O Globo*. Rio de Janeiro, 8 jul 1979. p. 33.

13. ENERGIA solar e eólica: chegou a hora de investir. *O Globo*. Rio de Janeiro, 15 jul 1979. p. 32.
14. FERDMAN, Saul & KLINE, Richard L. A Energia Virá do Espaço. In: *Revista Geográfica Universal*. Rio de Janeiro, 22(1):70-83, ago-1976.
15. PRADO, Luiz Cintra do. Possibilidades das Chamadas Novas Energias. In: *Atualidades do Conselho Nacional do Petróleo*. Brasília, 61(1):32-44, jul/ago 1978.
16. SACCHETTI, Vicente. Energia Solar para a Navegação. In: *Portos e Navios*. Rio de Janeiro, 233(1):58, jan 1979.
17. SOUZA, Alcir Alves de. O Brasil de Frente para o Sol. In: *Atualidades do Conselho Nacional do Petróleo*. Brasília 65(1):51-62, mar/abr 1979.



PROMORAR ERRADICA FAVELAS EM TODO O BRASIL

Cerca de 180.000 favelados nordestinos estão incluídos nos projetos do Promorar (Programa de Erradicação da Subabitação), de recuperação, urbanização e construção de habitações. A atuação do Promorar abrange as capitais e o interior dos estados, atendendo às populações carentes do Nordeste, principalmente as que habitam áreas atingidas pela seca e por enchentes.

Destinado a famílias de renda de até três salários mínimos, o Promorar vem sendo desenvolvido pelo BNH em 21 estados e dois territórios, atingindo um total de mais de um milhão de favelados em todo o país.

NOVOS CONTRATOS

No Rio Grande do Norte, 4.000 habitantes do povoado de Piquiri, município de Canguaretama, serão beneficiados com um projeto habitacional desenvolvido através do Promorar e do Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP). O projeto faz parte do "Programa Integrado de Melhoria dos Pequenos Núcleos Urbanos de Apoio à Atividade Rural", e envolve a execução de obras de infra-estrutura, equipamentos comunitários e ampliação e melhoria de 800 unidades habitacionais.

O Programa de Integração Rural, neste mesmo estado, está atuando ainda nos povoados de Mulungu, Carnaúba, Sítio, Coqueiros, Cabim e Lagoa Nova, com a construção de casas para 4.100 favelados. A primeira e a segunda etapas deste projeto já estão concluídas.

A Favela China-Japão, situada em Natal (RN), já foi erradicada e 119 habitações foram entregues em abril deste ano a seus moradores. As favelas de Lima e Silva e Felipe Camarão, também situadas em Natal, serão erradicadas com a construção de 250 e 240 habitações, respectivamente. Na cidade de Mossoró, ainda no Rio Grande do Norte, o Promorar está construindo habitações para abrigar cerca de 700 famílias.

Em Recife, Pernambuco, o contrato assinado entre o BNH, o Banco do Estado de Pernambuco e a Prefeitura Municipal levará o Promorar a esta cidade para o atendimento a 800 famílias, vítimas das últimas inundações, que atingiram os morros da zona norte, no bairro de Casa Amarela. Em resposta à situação destes habitantes, será desenvolvido um programa de emergência com obras de contenção de encostas e drenagem pluvial, além de infra-estrutura geral, com o objetivo de recuperar e proteger as habitações situadas nesses morros.

Ainda no Nordeste, o Promorar vem desenvolvendo projetos em caráter de urgência, dadas as condições subumanas em que vivem algumas populações, como é o caso dos favelados piauienses, habitantes de uma favela localizada em área da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). Para o atendimento a essas famílias, foi assinado protocolo em Teresina, através do qual serão construídas 5 mil casas. Esses favelados vivem em condições extremamente precárias, morando em barracos feitos de folha de babaçu, situados debaixo de uma rede de alta tensão com um peso de 6 toneladas e sujeitos a uma descarga de 65.000 KWA no caso de qualquer ruptura na rede. O novo conjunto habitacional a ser construído pelo Promorar ficará a 500 metros da Favela da Chesf e será construído de casas do tipo embrião, além de infra-estrutura completa, com água, esgoto, luz e equipamentos comunitários. O projeto já se encontra em andamento, estando em execução a pesquisa sócio-econômica sobre o local.

Em João Pessoa, na Paraíba, o Promorar desenvolverá o Projeto Beira-Rio, com casas do tipo embrião em lotes urbanizados, atendendo 3.600 favelados que vivem em barracos localizados nas margens do Rio Jaguaribe. A primeira etapa do projeto será executado em terreno desapropriado pela Prefeitura. Além do Projeto Beira-Rio, foi aprovado no mês de julho o Projeto Brotões, também em João Pessoa, que atenderá 910 famílias carentes com novas unidades habitacionais.

Nos municípios de Marabá-PA, Tucuruí-PA, Estreito-MA e Bom Jesus da Lapa-BA, as vítimas de enchentes estão sendo atendidas por um plano de emergência, com 3.100 novas habitações para a população carente. Em Bom Jesus da Lapa 166 unidades já estão terminadas, enquanto que outras 640 estão inteiramente concluídas e já entregues, com 10 conjuntos sanitários coletivos.

O Projeto Santa Terezinha, em Fortaleza, beneficiará 2.560 favelados com lotes urbanizados e unidades do tipo embrião, além de toda a infra-estrutura necessária. Já estão concluídas 100 unidades do projeto, localizado nas Dunas de Mucuripe, na zona leste de Fortaleza. O projeto engloba as favelas de Alto da Saúde, Maceió, Buraco da Cia, Gabiru e Lagoa do Coração.

Ainda em Fortaleza, mais três projetos estão sendo desenvolvidos: o São Francisco, com 987 unidades habitacionais, das quais 108 já estão concluídas; o Projeto Santa Cecília, que envolve a reurbanização da favela do mesmo nome, atendendo 2.300 pessoas, e o Projeto Lagamar, que beneficiará 3.800 famílias com novas habitações.

Em São Luís, no Maranhão, o projeto Novo Sá Viana está sendo elaborado para a recuperação das áreas alagadas junto ao Igarapé da Jansen, Orla do São Francisco, Gamboa e Liberdade, onde vivem 2.500 favelados em precárias condições de moradia.

O Promorar está presente também em Maceió, Alagoas, para a execução do Projeto Duque Estrada, que erradicará várias favelas da cidade, construindo casas para 5.000 famílias.

Os Alagados, em Salvador, Bahia, uma das áreas mais pobres do país, será inteiramente recuperada através de projeto executado pelo Promorar, incluindo a construção de novas unidades habitacionais, infra-estrutura completa e equipamentos comunitários.

OUTROS ESTADOS

A chegada de migrantes a Mato Grosso, logo após o desmembramento do antigo estado, estabeleceu a ocupação de áreas até então vazias, sem condições mínimas de infra-estrutura. Dessa forma, foram sendo levantados barracos feitos de chapa de compensado, sujeitos à rápida deterioração. O projeto do Promorar deverá englobar, além da construção de novas habitações, programas de urbanização dessas favelas, com a instalação de sistema de água e esgoto, energia e iluminação.

No Rio, cerca de 100.000 pessoas serão beneficiadas com novas habitações através do Projeto Rio, que erradicará as favelas da Maré, Parque União, Timbau, Rubem Vaz, Baixa do Sapateiro e Nova Holanda, todas localizadas na Av. Brasil.

Em São Paulo, o programa "Nosso Teto" está atuando através do Contrato Especial de Abertura de Crédito, assinado em julho último, para o atendimento a 250.000 pessoas necessitadas.

Os projetos do Promorar desenvolvidos no Paraná, na capital e no interior, atingirão cerca de 32.500 pessoas com a urbanização de áreas carentes, além da construção de novos conjuntos habitacionais.

Em Santa Catarina foi assinado contrato em maio para a execução de projeto habitacional que atenderá 2.500 famílias. Além desse contrato, foi firmado convênio com a Cohab-SC para a construção de casas em vários municípios, atingindo um total de 13.000 pessoas.

No Rio Grande do Sul, o Promorar conta com a participação da Sudesul e da Cohab-RS para a realização de empreendimentos habitacionais que atenderão a mais de 24.000 famílias de baixa renda.

O convênio assinado entre o BNH, a CEF e o Governo do Estado de Minas Gerais, trouxe o Promorar a este estado para a construção de habitações para 30.000 famílias.

Mil famílias da Favela de Aeroporto Velho, em Rio Branco, no Acre, serão beneficiadas com o projeto de urbanização e recuperação de favelas executado pelo Promorar, depois da assinatura de Protocolo com a Cohab-AC, em abril último.

Na capital do território de Roraima, Boa Vista, o Promorar conta com o apoio da Prefeitura Municipal para a execução de projeto habitacional que atingirá 700 famílias.

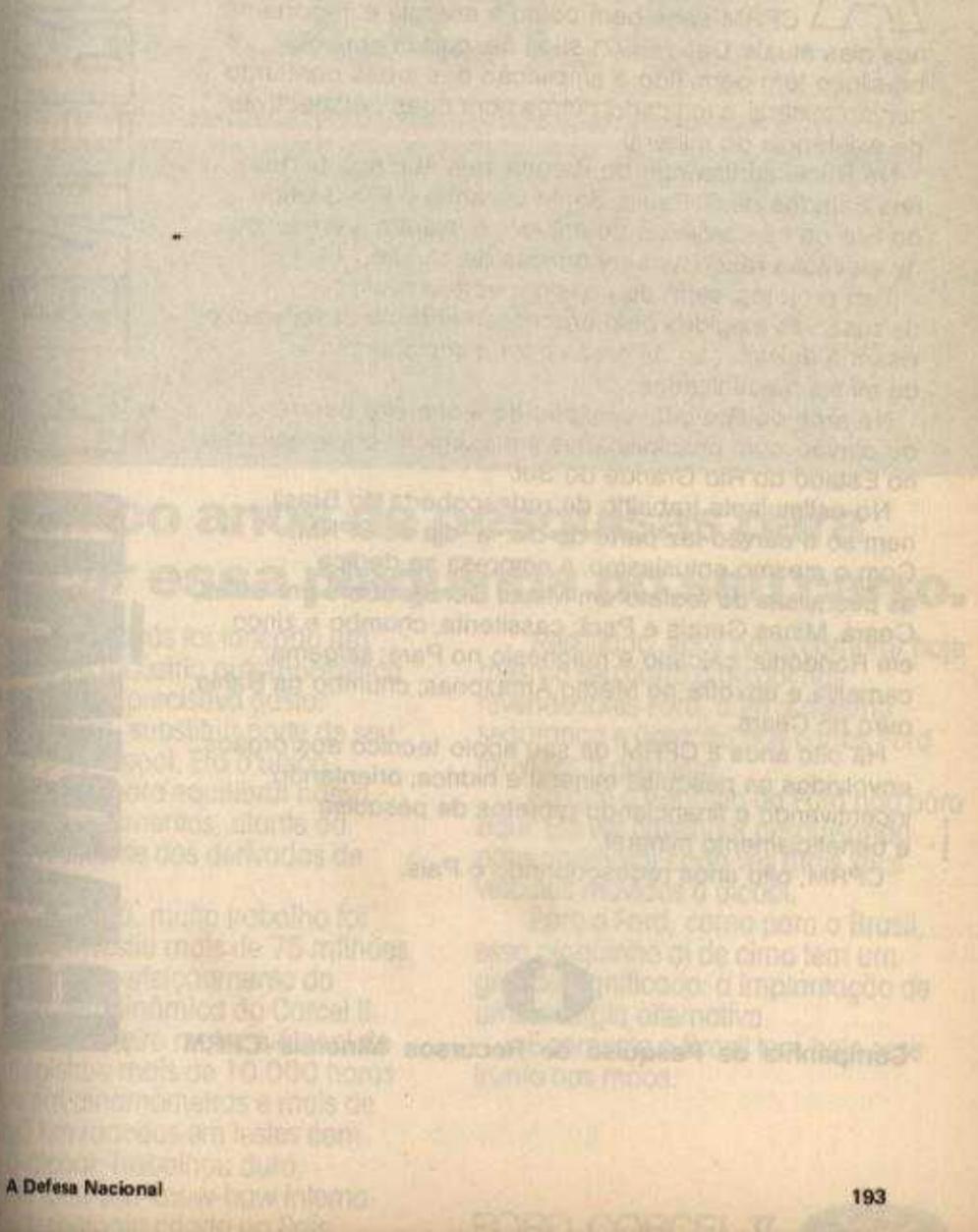
O projeto Coroado levará o Promorar a Manaus, no Amazonas, para a urbanização de favelas e a realização de obras de infra-estrutura, que atenderão um total de 25.000 pessoas.

No Pará, o BNH concedeu recursos para aterro e regularização de comportas na Bacia do Una, cujas obras estão a cargo do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS). O Promorar neste estado prevê também o atendimento a trinta mil famílias faveladas, sendo que as obras para construção de habitações estão em execução.

O Promorar está atuando também em Goiás, onde já estão sendo tomadas as providências necessárias para pôr em execução o Pla-

no de Ação Emergencial que beneficiará 18.000 favelados com os projetos de recuperação das áreas pobres do estado.

No Espírito Santo, o Promorar está atuando em quatro favelas: Flexal, Favela do Pó, São Mateus e São Pedro, atendendo, respectivamente, 3.000, 2.000, 790 e 900 famílias de baixa renda.





INFORMAÇÕES

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS
POLÍTICO-ESTRATÉGICOS

Hoje, mais do que nunca, são indiscutíveis o significado e a importância de um "serviço de análise político-estratégica". Com efeito, permitirá ele acompanhar a evolução da conjuntura político-estratégica do mundo, quer na totalidade quer nas diferentes áreas fulcrais, definindo suas linhas-de-força, e, com base nessa evolução, elaborar sínteses periódicas e formular previsões de seu futuro desenvolvimento, a serem presentes, umas e outras, à consideração dos mais altos responsáveis nacionais. São elementos básicos para uma visão global da situação mundial, por sua vez de fundamental interesse à ação político-estratégica nacional, a considerar e a realizar.

A rápida sucessão da conjuntura político-estratégica mundial dos nossos dias presta à situação caráter de mutabilidade permanente. Daí, o acompanhamento desta reclamar o trabalho sistemático e planejado de um órgão que se lhe consagre inteira e devotadamente. Todo o país, com as indispensáveis potencialidades, que pretende cumprir integralmente sua missão no mundo, ocupando no concerto internacional a posição que essas potencialidades justificam, não pode deixar de se empenhar a fundo nesse trabalho de pesquisa e análise. Se o não fizer, percorrerá na escuridão e às cegas — por tentativas sucessivas, com as perdas de energia e de oportunidades inerentes — o caminho de sua ascensão à posição de grande potência mundial. É o caso do Brasil.

Seu "espaço econômico" representa, infimamente parte do "espaço político", por sua vez porção insignificante do "espaço físico". Esta circunstância, aliada ao fato de suas redes fluviais conduzirem naturalmente ao coração do continente, faz do Brasil um país voltado para dentro. Mas, por outro lado, sua situação dominante na costa ocidental do Atlântico-Sul, a projetar-se para leste ao encontro da África,

põe-o em contato com o oceano mais unificado do globo e o de maior vitalidade do mundo, que o atraí.

Encontra-se o Brasil, como consequência, em presença de um dilema que resulta de ser solicitado simultaneamente pela terra e pelo mar. E se este dilema — o do antagonismo entre as forças continentais e as atrações marítimas — o obriga a voltar-se para terra, debruçando-se sobre si mesmo, numa luta ingente de integração da totalidade do seu espaço na vida nacional, para eliminar o grande vazio nacional e dar ao Brasil sua real e exata dimensão, impõe-lhe também que se volte para o mar, caminho natural — e único — para a sua projeção no mundo e realização de seu imperativo de universalidade.

Mas precisamente no Atlântico-Sul está, hoje, o perigo para o Brasil. Reconhecido que o continente sul-americano representa, para o bloco soviético, no atual quadro da conjuntura político-estratégica mundial, objetivo da mais alta importância, e aceito que o Brasil constitui a pedra basilar desse continente — seus destinos estão íntima e indissoluvelmente ligados entre si — está o Brasil na linha-de-mira do referido bloco. E este — cuja presença na África Austral significava, antes do mais, a posse de extraordinária base de assalto ao continente sul-americano, a uma distância perfeitamente coberta pelo alcance dos meios modernos de que dispõe — ao ocupar os excelentes portos na sua costa ocidental — Luanda, Lobito, Mocamedes e, amanhã, talvez Cabo, Walvis Bay e Simonstown — transformou o Atlântico-Sul, de oceano, que era, em largo rio, que passou a ser, facilmente transponível a partir dessa margem hostil.

Quer dizer, o Atlântico-Sul, perigosamente ameaçado a partir do momento em que as forças navais russas obtiveram o apoio de que tanto necessitavam e em que frente ao continente sul-americano surgiu a força expansionista soviética, tornou-se a área geopolítica

e geo-estratégicas de segurança nacional do Brasil. Dela vai depender sua sobrevivência.

Profundas são as alterações sofridas, nos últimos tempos, pelo contexto político-estratégico do hemisfério sul. Como não podia deixar de ser, o continente sul-americano e, com ele, o Brasil foram envolvidos por elas. Daí, a obrigação de o Brasil rever seus conceitos de segurança, tradicionalmente orientados para o plano interno, transferindo suas preocupações para o plano externo.

Aquela área tem, pois, de merecer do Brasil a atenção que a sobrevivência nacional reclama, atenção a exigir, por sua vez, o estudo aturado e ponderado do problema não só em si mesmo, através da análise de todos os elementos que o integram, nas suas expressões evolutivas, mas também como fato da mais alta importância no quadro da conjuntura político-estratégica mundial, pela apreciação crítica desta conjuntura a cada momento e sua sucessiva projeção no dia de amanhã. E esse trabalho só poderá ser efetuado por um órgão especializado.

O Brasil, se quiser sobreviver e realizar seu imperativo de universalidade, tem de criar e desenvolver um "instituto de estudos político-estratégicos", à semelhança do que sucede em vários países preocupados com problemas dessa natureza, de que se apontam, apenas a título de exemplo, os EUA, a França, a Inglaterra, a Suécia, a Itália.

Assim, e em conclusão, tenho para mim que a criação daquele instituto tornou-se, para o Brasil, um imperativo nacional. Venha esse imperativo a concretizar-se numa realidade e que o seja em tempo oportuno.

CEL HERMES DE ARAÚJO OLIVEIRA
(Exército Português)

ESTRATÉGIA DA PREEMPÇÃO

No dia 19 de junho p. passado, o General Paul X. Kelley, Comandante das forças norte-americanas de pronta resposta, deixou transparecer aos jornalistas acreditados junto ao Pentágono, que o Departamento de Defesa possuía uma nova concepção de aplicação de forças estratégicas parciais, notadamente para o Golfo Pérsico, que passou a denominar-se de Estratégia de Pre-

empção. Essa estratégia baseia-se na simplicidade e na constatação óbvia de que uma situação político-militar para a URSS pode ser completamente distorcida se for detetada a tempo e encontrar, no território visado, uma força de dissuasão norte-americana já desdobrada no terreno.

Estendendo seu comentário, o General Kelley fez com que os jornalistas imaginassem quanto onerosa seria a surpresa dos soviéticos, caso encontrassem em um dos países do Golfo Pérsico uma força-tarefa, de valor batalhão, ou mesmo uma brigada aerotransportada, dentro do território de um país alvo de uma crise político-militar.

Ratificando esse vazamento intencional, o Secretário de Defesa dos EUA tem desenvolvendo uma estratégia global que passou a expor nas Comissões do Congresso, solicitando um aumento de recursos para proporcionar maior presteza no deslocamento das forças estratégicas norte-americanas. A própria Presidência dos EUA já enfatizou que uma nova estratégia é necessária para manter o escoamento do petróleo do Oriente Médio e do Golfo Pérsico para o Ocidente desenvolvido. Em última análise, isso significa que os EUA pretendem desembarcar forças precedendo uma ação militar soviética na área do Oriente Médio e do Golfo Pérsico, mesmo que isso signifique ultrapassar a lei de poderes de guerra, promulgada pelo Congresso americano. Isso se deve à relevante importância que o Golfo Pérsico desempenha para o bem-estar futuro do Ocidente e, em particular, dos EUA, já que não existe, em termos de fornecimento de óleo, uma região tão vital para os interesses ocidentais.

A perda das reservas hipotecadas de petróleo dessa área já foi julgada pelos analistas ocidentais e da OTAN como absolutamente catastrófica e que obrigaría os EUA a um confronto direto com a URSS. Daí a importância do preceder a ação soviética em qualquer parte do Oriente Médio e do Golfo Pérsico, com o grande objetivo de dissuadir e complicar a intervenção político-militar soviética na região considerada.

Caso sejam atendidas as pretensões das forças de defesa norte-americanas, e se as compararmos com as possibilidades técnicas de transporte das forças soviéticas, veremos que o pêndulo da balança estratégica inclinar-se-ia

em favor dos EUA, devido à sua capacidade técnico-administrativa em proporcionar o deslocamento de forças estratégicas em prazo muito mais curto que a URSS. Isso, por certo, provocará a reflexão dos estrategistas soviéticos e também um redimensionamento da filosofia de intervenção soviética no Oriente Médio e no Golfo Pérsico.

As possibilidades de deslocamento significativo de forças soviéticas por via terrestre são contrabalançadas pela existência de minorias absolutamente hostis a essas forças de ocupação e de intervenção, tal como ocorre atualmente no Afeganistão. A ação militar dessas minorias, em estado latente de insurreição, pressupõe a intenção norte-americana de estimular as operações de "inteligência" aprimorando a resistência armada à passagem e permanência soviéticas nesses territórios. Isso agravaría sobremaneira os condicionantes do problema de intervenção político-militar soviética.

Existem notícias de que além da 82ª Divisão Aeroterrestre, uma Brigada de Fuzileiros Navais Anfíbia, com efetivo estimado em 12.000 fuzileiros, estaria em permanente treinamento nos desertos da Califórnia, testando basicamente os pormenores de execução dessa estratégia de preempção. Reforça a tese do aprimoramento dessa nova posição norte-americana o aumento considerável das unidades navais posicionadas no Oceano Índico e, particularmente, em Diego Garcia, desde o início do ano até os dias de hoje.

Esses fatos realçam a hipótese de que uma força de valor brigada pára-quedista, ou aero-transportada, poderia ser lançada em prazo muito curto em qualquer região daquela grande área geoestratégica, e ser imediatamente seguida por uma brigada de fuzileiros navais, transportada dos EUA para uma base próxima ao Golfo Pérsico, e dali seguir para a região considerada, uma vez que todo o seu equipa-

mento estaria embarcado e pronto para uso nos comboios navais detetados em torno do Oceano Índico e Diego Garcia. O efetivo empregado então num prazo não superior a 48 horas, complicaria desmesuradamente a estratégia soviética.

Por outro lado, é importante pressupor que, para avaliar corretamente uma situação iminente de intervenção de forças militares soviéticas na área do Golfo Pérsico, os EUA dispõem, desde já, de um sistema de informações estratégicas muito sofisticado, confiável, dinâmico e rápido, capaz de permitir ao Presidente dos EUA a tomada dessa decisão. A falta dessas qualidades no sistema de informações poderia lançar uma força americana com um retardamento fatal para o confronto americano-soviético, ou lançá-la numa "gaffe" ridícula internacional. Daí, terem estabelecido os analistas de assuntos soviéticos e americanos a absoluta necessidade de que essa estratégia tem desse complexo sistema de informações.

Há notícias também de que, para apoio a essa estratégia, o Presidente dos EUA estaria solicitando autorização do Congresso para convocar 100 mil reservistas, sem autorização prévia do Legislativo, para atender a uma eventual crise. Com isso, os analistas julgam que essas forças de pronta resposta incluiriam três Divisões de Exército, uma Força-Tarefa Naval de valor Brigada, apoio aéreo baseado em navios-aeródromo de valor 6 Grupos, 6 Grupos de caças aerotáticos da Força Aérea, esquadrões de reconhecimento, uma Brigada de Transporte Aéreo e uma Força de Comando Aeroestratégico equipada com material convencional e/ou nuclear.

NOTA DA REDAÇÃO — A presente estratégia não representa uma novidade no setor, e sim um desdobramento da estratégia de resposta flexível, posta em prática anteriormente pelo Presidente Kennedy, Governo do Presidente Lyndon Johnson e, de certa maneira, também pelo Presidente Nixon.



LIVROS

INTELECTUAIS E CLASSE DIRIGENTE NO BRASIL — Sérgio Miceli (1920-1945).
Ensaio. Difel. 210 pg. Cr\$ 220.

Em "Intelectuais e classe dirigente no Brasil" (1920-1945), seu recente trabalho, Sérgio Miceli foi um pouco o "rouseau pensant" com que Pascal define o homem.

E por isso que ao admirar sua estafante e bem feita pesquisa (110 memórias e 50 biografias), registro desde logo uma larga palavra de apoio ao claro e isento prefácio de Antônio Cândido. Ambos estamos de acordo em dizer que o autor "dá realce excessivo à generalização simplificadora".

E o exemplo vem rápido: se Drummond foi chefe de gabinete do ministro Capanema na ditadura Vargas, isso não significa dizer que o maior poeta brasileiro estivesse de acordo com os atos discriminatórios e aberrantes do regime. Em que período foram escritos "A rosa do povo" e "Sentimento do mundo"?

"A rosa do povo" é o livro crítico, também crucial, da obra drummondiana. E o ponto agônico da travessia da náusea. O primeiro poema deste conjunto, "Consideração do poema", é de 1943. O último, de 1945. Já "Sentimento do mundo" contém poemas de 1935 a 1940.

Há quem diga que CDA estaria, ao compor versos tão nitidamente sociais, atendendo aos apelos que lhe faziam as esquerdas. Mas isso pode ser história. O cunho inefável desse gosto setecentista — o famoso "je ne sais quoi!" — às vezes apodera-se da organização mental brasileira. E as pessoas dizem coisas por dizer.

Melhor, portanto, do que as histórias impressionistas, ainda estudando o caso drummondiano, é a explicação dada pelo próprio Miceli. Sustenta o autor que ao convocar Carlos Drummond de Andrade, Abgar Renault e Augusto Meyer para postos elevados na área

federal, o governo estaria exercitando a estratégia de esfacelar a autonomia das oligarquias estaduais pela formação de um quadro de agentes "onde o principal trunfo é o acesso ao centro dominante de poder econômico e político, o governo federal".

"Intelectuais e classe dirigente no Brasil" é um trabalho que mostra as relações entre os intelectuais e a classe dirigente no país e as estratégias postas em uso pelos primeiros para realizarem seu alpinismo social-profissional, tanto no setor público como no privado. O autor inicia seu minucioso levantamento em 1920, e vem até 1945.

Então, o livro é isso. E prospecção, é saber por dentro a vida de cada qual. Abrimos o volume na página 95, por exemplo, e vemos o Quadro V, onde estão listados Cyro Vescovi dos Anjos, Cornélio Penna, Eddy Dias da Cruz (Marques Rebelo), Erico Verissimo, Graciliano Ramos, Joaquim Lúcio Cardoso, Jorge Amado, José Geraldo Manuel Germano Vieira, José Lins do Rego, Octávio de Faria, Orígenes Lessa e Rachel de Queiroz.

E pelo mesmo Quadro V ficamos sabendo que Cyro estudou em colégio religioso e Cornélio Penna era cego da vista direita (acidente). E que Rachel estudou em colégio interno. E que José Oswald de Souza Andrade era "um gordinho refratário".

Pergunto: não terá sido Miceli impiedoso com esses tão importantes autores nacionais? A informação prestada assim, isoladamente, não contribui para que possamos concluir como tal ou qual situação na vida de um escritor modificou a sua obra. Sérgio Miceli denomina "Estígmas e handicaps" as situações acima elencadas.

O livro consta de três capítulos que cobrem os principais setores em expansão no âmbito do mercado de trabalho onde concorriam os postulantes às carreiras intelectuais: 1 — as organizações partidárias e as instituições culturais dependentes dos dirigentes de São

Paulo, 2 — o mercado do livro; 3 — por fim, o serviço público, onde uma quantidade apreciável de postos foram entregues aos intelectuais, escritores e artistas.

É esta a cena. Louvo o trabalho de Miceli. Ele esteve com Jung quando concorda em que o indivíduo não é um ser monadicamente isolado, mas o herdeiro de traços peculiares, quer físicos, quer psíquicos, dos seus antepassados.

O escritor brasileiro não foge à regra do homem brasileiro. Do homem de cada canto. A plurissignificação da linguagem literária, como observou Paul Ricoeur, é de teor pan-crônico, procedendo tanto de fatores de ordem diacrônica como de ordem sincrônica. O tempo também constrói o homem. Mal ou bem. Botão ou rato.

Mas vale a aluvional tarefa de Sérgio Miceli, sua tese de doutoramento, pois descendo ao porão das feridas, dos trincos fechados, desmitificou o intelectual brasileiro, colocando solarmente à vista de quem o queria ver. Sem as gentilezas da abstração, sem gorduras verbais, mostra também como o Estado ("Le mangeur d'hommes") é capaz de cooptar, de prender por todos os lados. E a "grande e lamentável família" dos intelectuais não lhe tem fugido aos tentáculos.

VIRGÍLIO MORETZSOHN MOF IRA
("O Globo")

OPERAÇÃO URÂNIO. Eisenberg, Dennis et alii. Trad. de Yolanda Toledo. São Paulo, DIFEL, 1979.

Falando numa conferência sobre armas atômicas, em abril de 1977, Paul Loewenthal, perito do Senado norte-americano para assuntos referentes à proliferação nuclear, revelou que nove anos antes 200 toneladas de urânio do EURATOM haviam desaparecido de um navio que as transportava para a Itália onde deviam ser processadas. E após uma pausa para avaliar o impacto causado na assistência, o especialista acrescentou:

— Admite-se que o urânio em questão foi descarregado em Israel!

Imediatamente os repórteres presentes à reunião, realizada em Salzburgo, na Áustria, transmitiram a notícia para seus jornais e em

muitos deles o assunto foi manchete de primeira página. Houve desmentidos formais das autoridades israelenses e grande constrangimento entre os dirigentes do EURATOM que agora puderam contemplar, retrospectivamente, a beleza arquitetônica da conspiração. Mas ninguém teve dúvida que o objetivo da revelação deliberada do segredo guardado por 9 anos foi a intenção norte-americana de advertir para o perigo do átomo em muitas mãos.

Entretanto, ficou no ar a pergunta: Como os israelenses haviam conseguido desviar carga tão preciosa, que devia transitar, da origem ao destino, cercada de salvaguardas? Há pouco tempo, a misteriosa operação foi finalmente reconstituída em todos ou quase todos os detalhes, num livro escrito por três autores israelenses: Dennis Eisenberg, Eli Landau e Menahen Portugali. Seu título é *Operação Urânia*, que acaba de ser publicado no Brasil pela Difusão Europeia do Livro (DIFEL), de São Paulo, em tradução de Yolanda Toledo.

O caso começa durante a Guerra dos Seis Dias, com a revelação de que já naquela época Israel possuía um avançado reator, a partir do qual podia fabricar artefatos nucleares. Protegido por um sofisticado sistema de defesa, o reator estava ameaçado de parar, porque o Governo francês, então dirigido por De Gaulle, havia embargado os fornecimentos militares a Israel, incluindo nesse embargo o urânio que, antes, assumira o compromisso de vender.

O evento coincidiu com a reorganização do Departamento de Operações Especiais do Mossad que constatou ser pouco realista o engajamento desse departamento na caça quase exclusiva de nazistas. Foi então que o Serviço de Informações de Israel se tornaria mundialmente conhecido pela precisão e eficácia com que organizou operações como a das canhoneiras francesas e o ataque ao Aeroporto de Entebbe.

No caso da Operação Urânia, o Mossad, autorizado pelo Gabinete israelense, recrutou um grupo de homens e mulheres altamente treinados e de grande experiência em operações especiais, entre os quais um veterano capitão da Marinha e um mecânico capaz de abrir qualquer cofre. Sabia-se que o carregamento de urânio estava em vias de ser mandado de Alemanha para a Itália, por via marítima, a partir de um porto dos Países Baixos.

Os agentes partem para a Europa e começam a trabalhar. À agente Sharon compete seduzir o homem-chave do EURATOM através de quem consegue os informes sobre a movimentação da carga pela Europa. Assim, os israelenses ficam sabendo que o urânio saíra de Roterdã, em novembro de 1968, nos portões do cargueiro Schersberg. Quando o navio desatracou os agentes já estão a bordo. Em ques-

tão de segundos sequestraram toda a tripulação e seguem pelo Mediterrâneo até Israel, onde desembarcam a carga. Depois conduzem o cargueiro para um porto turco, onde o devolvem à sua antiga tripulação.

Este é, em grandes linhas, o enredo do caso. Os detalhes, porém, são numerosos, com momentos dignos de um romance de Graham Greene.

COLETÂNEA L.



Raul Ferreira (1902-1980)

A DEFESA NACIONAL consigna aqui um preito de saudade a seu antigo funcionário, RAUL FERREIRA, falecido em 15-09-80. Oriundo da caserna, onde atingiu a graduação de 2º Sargento Escrevente, em 1934 foi desligado do serviço ativo do Exército para ingressar no quadro de escreventes civis do Ministério da Guerra. Data de 1952 sua colaboração com a Coopera-

rativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional", em cujo setor administrativo prestou valiosos serviços ao longo de quase três décadas. Em 1958 foi agraciado com a Medalha do Sesquicentenário do Arquivo do Exército.

Cimento, base de desenvolvimento.

Capão Bonito - SP



A ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A. é uma empresa do Grupo Industrial João Santos, tendo como finalidade principal a produção de Cimento, da marca NASSAU.

Esta empresa possui duas Fábricas, uma em Cachoeiro de Itapemirim-ES e a outra em Capão Bonito-SP., com capacidade de produção conjunta de 6.000 toneladas/dia de cimento NASSAU. A Fábrica de Cachoeiro de Itapemirim é uma das pioneiras no Brasil. Seu moderno laboratório foi o primeiro no Brasil a se equipar com espectômetro de Raio-X. Esta fábrica no decorrer do 1º semestre de 1979 transformou os 2 fornos de produção por via úmida para a via seca, a fim de obter uma sensível redução no consumo de óleo combustível, derivado do petróleo.

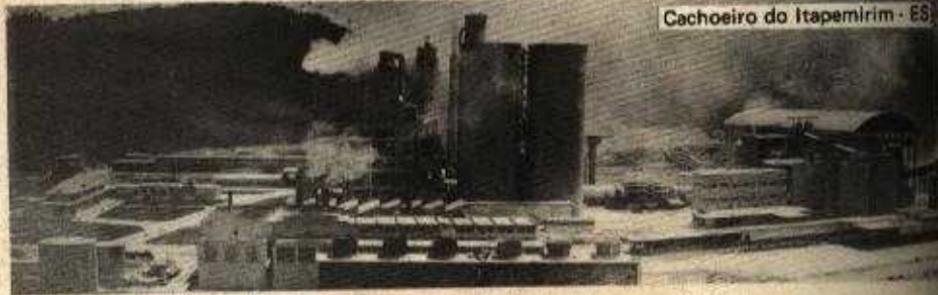
As duas unidades contam com os mais eficientes e modernos sistemas anti-polução e Quadros Eletrônicos de Comando Centralizado, para todas as etapas do processo.

A Empresa proporciona 1.600 empregos diretos e possui serviços social, médico, dentário e Escola de 1º Grau para os dependentes dos funcionários.

Suas Fábricas comercializam o Cimento NASSAU em todos os Estados das regiões Leste e Sul do país, bem como no Estado da Bahia.

Como se apresenta, sua produção é de grande relevância, garantindo parte do abastecimento de cimento, um produto básico para o setor da construção civil e o desenvolvimento do país.

Cachoeiro do Itapemirim - ES



GRUPO INDUSTRIAL JOÃO SANTOS

ITABIRA Agro-Industrial S.A. — Cachoeiro do Itapemirim — ES

ITABIRA Agro-Industrial S.A. — Capão Bonito — SP